

ANAIIS

**II ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

**05 A 07 DE OUTUBRO DE 2016
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ-BRASÍLIA**

Brasília

**1ª Edição
2016**



COMISSÃO ORGANIZADORA:

Aída Couto Dinucci Bezerra
Ana Maria Segall Corrêa
Anelise Rizzolo de Oliveira Pinheiro
Anne Walleser Kepple
Bruna Toniolo
Cimone Rozendo de Souza
Claudia Job Schmitt
Daniela Sanches Frozi
Denise Oliveira e Silva
Edgard Aparecido de Moura (Amaral)
Elaine Martins Pasquim
Elisabetta Gioconda Iole Giovanna Recine
Elza Maria Franco Braga
Julian Perez Cassarino
Islândia Bezerra da Costa
Leonor Pacheco
Maria Angélica Tavares de Medeiros
Maria Consolación Udry
Maria Rita Marques Oliveira

Mauro Del Grossi
Nayara Cortês Rocha
Norma Sueli Marques da Costa Alberto
Pedro Kitoko
Renata Menasche
Renato Carvalheira Nascimento
Renato S. Maluf
Rosane Marcia Triches
Sandra Maria Chaves dos Santos
Sílvia do Amaral Rigon
Sonia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
Veruska Prado Alexandre

Organização dos Anais do encontro:

Veruska Prado Alexandre (coord.)
Maria Angélica Tavares de Medeiros
Bruna Toniolo
Renato S. Maluf
Elisabetta Recine

Ficha catalográfica

Elaborada pelo: Centro de Documentação Ivan Otero Ribeiro/CPDA/UFRRJ

E56 Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (2. : 2016 : Brasília, DF)

Anais do 2º Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional / Organização dos Anais:
Veruska Prado Alexandre [et al.]. – Brasília, DF : UnB/OPSAN; Rio de Janeiro : CERESAN/UFRRJ, 2016.

308 p.

Encontro realizado na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) –Brasília, de 05 a 07 de outubro de 2016.

ISBN: 978-85-64593-45-9

1. Segurança alimentar e nutricional. 2. Política alimentar. 3. Direitos humanos. 4. Soberania alimentar. 5. Pesquisa.
6. Agricultura familiar. 7. Política pública. I. Alexandre, Veruska Prado [et al.]. II. Encontro Nacional de Pesquisa em
Segurança Alimentar e Nutricional (2. : 2016 : Brasília, DF) . III. Título.

CDD – 363.80981

VERUSKA PRADO ALEXANDRE [ET AL.]

ANAIIS

**II ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

1ª edição

**Brasília/DF
Universidade de Brasília-UnB
2016**

APRESENTAÇÃO

O II Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (II ENPSAN) foi realizado na sede da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em Brasília-DF, nos dias 5 a 7 de Outubro de 2016. O encontro teve como objetivos congregar pesquisadores e pesquisadoras, promover o debate e a troca de experiências no âmbito da pesquisa relacionada aos temas do Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

Integrou, também, os objetivos do II ENPSAN apresentar aos participantes a proposta de instituir uma Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RBPSSAN), com a perspectiva de constituição de uma associação científica. Os objetivos da Rede são propor formas e instrumentos que estimulem o intercâmbio e a integração de pesquisadores (as), incentivar a construção de conhecimento e a pesquisa de caráter interdisciplinar, e interagir com as agências de fomento e outras instituições públicas relacionadas com a SSAN. Tendo sido aprovada pelos participantes, a criação da Rede vem sendo conduzida pelos Comitês Executivo e Consultivo formados durante o Encontro.

As atividades do II ENPSAN se deram na forma de painéis e sessões em grupo com apresentações e debates sobre temas relevantes para a pesquisa em SSAN. A programação completa do evento encontra-se no Apêndice 1. Dentre os temas estratégicos discutidos destacam-se: a) a construção do conhecimento em SSAN; b) a pesquisa em SSAN e a incidência, construção, monitoramento e avaliação das políticas públicas; c) desafios e estratégias para o fortalecimento e institucionalização da pesquisa em SSAN no Brasil; entre outros.

O II ENPSAN contou com a participação de 214 pessoas, abrangendo um público com ampla diversidade de gênero, geracional, regional, nacional e étnica.

Ao todo foram submetidos 202 trabalhos ao evento e 61 pesquisadores foram envolvidos no processo de avaliação por pares dos resumos. No total, 178 resumos foram aceitos e 132 efetivamente apresentados no encontro. Assim, nestes Anais estão registrados os trabalhos apresentados nas modalidades oral e oral curta (pôster impresso), respeitando o conteúdo original enviado pelos(as) autores(as) e segundo sua vinculação a um dos seis grupos temáticos:

Direito Humano à Alimentação Adequada

Produção sustentável e processamento de alimentos

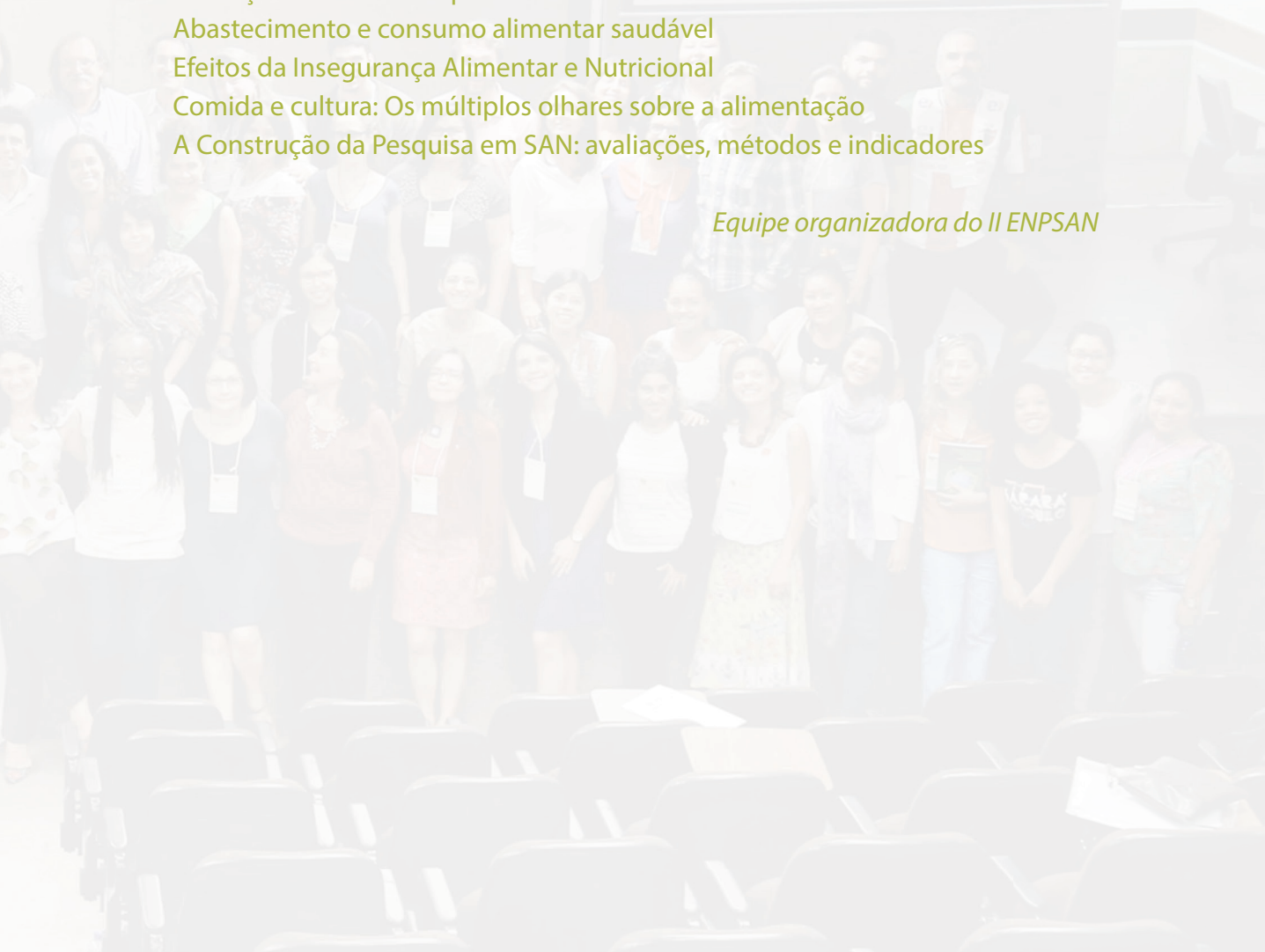
Abastecimento e consumo alimentar saudável

Efeitos da Insegurança Alimentar e Nutricional

Comida e cultura: Os múltiplos olhares sobre a alimentação

A Construção da Pesquisa em SAN: avaliações, métodos e indicadores

Equipe organizadora do II ENPSAN





GRUPOS TEMÁTICOS:

Grupo Temático 1 – Direito Humano à Alimentação Adequada

Coordenação:

Aída Couto Dinucci Bezerra (Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT)

Membros:

Edgard Aparecido de Moura (Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP), Elza Maria Franco Braga (Universidade Federal do Ceará-UFC), Nathalie Beghin (Instituto de Estudos Socioeconômicos-INESC), Norma Sueli Marques da Costa Alberto (Centro Universitário UNINOVAFAPI), Sonia Lúcia Lucena Sousa de Andrade (Universidade Federal de Pernambuco-UFPE), e Veruska Prado Alexandre (Universidade Federal de Goiás-UFG).

Grupo Temático 2 – Produção sustentável e processamento de alimentos

Coordenação:

Islândia Bezerra da Costa (Universidade Federal do Paraná-UFPR).

Membros:

Claudia Schmitt (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ) e Mauro del Grossi (Universidade de Brasília-UNB)

Grupo Temático 3 – Abastecimento e Consumo Alimentar Saudável

Coordenação:

Rozane Marcia Triches (Universidade Federal da Fronteira do Sul - UFFS)

Membros:

Julian Perez Cassarino (UFFS), Cimone Rozendo de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN).

Grupo temático 4 – Efeitos da Insegurança Alimentar e Nutricional

Coordenação:

Anne Kepple (Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP)

Membros:

Maria Rita Oliveira (Universidade Estadual Paulista-UNESP), Maria Consolación Udry (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRAPA), Renato Carvalheira Nascimento (Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES), Norma Sueli Marques da Costa Alberto (UNINOVAFAPI).

Grupo Temático 5 – Comida e cultura: Os múltiplos olhares sobre a alimentação

Coordenação:

Renata Menasche (Universidade Federal de Pelotas-UFPel)

Membros:

Denise Oliveira e Silva (Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ), Anelise Rizzolo (UnB), Daniela Sanches Frozi (FIOCRUZ).

Grupo Temático 6 – A Construção da Pesquisa em SAN: avaliações, métodos e indicadores.

Coordenação:

Maria Angélica Tavares de Medeiros (Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista-UNIFESP BS).

Membros:

Ana Segall (UNICAMP), Elaine Martins Pasquim (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI), Sandra Maria Chaves dos Santos (Universidade Federal de Bahia-UFBA).



AVALIADORES DE RESUMOS POR GRUPO TEMÁTICO

Grupo Temático 1

Aída Couto Dinucci Bezerra; Edgard Aparecido de Moura; Elza Braga; Estelamaris Tronco Monego; Gisele Costa; Norma Sueli Marques da Costa Alberto; Silvia Rigon; Sonia Lúcia Lucena Sousa de Andrade; Veruska Prado Alexandre.

Grupo Temático 2

Claudia Job Schmitt; Islândia Bezerra da Costa; Mauro Eduardo Del Grossi.

Grupo Temático 3

Anelise Rizzolo; Camila Elizandra Rossi; Camila Viana; Cassiani Gotama Tasca; Carla Rosane Paz Arruda Teo; Clerio Plein; Elister Lilian Brum Balestrin; Eliziane Ruiz; Graciela Carolina Gregolin; Julian Perez Cassarino; Luciano Barbosa; Marcio Gazolla; Oscar Torres; Rozane Marcia Triches; Vanessa Ramos Kirsten.

Grupo Temático 4

Anne Walleser Kepple; Maria Consolación Udry; Maria Rita M. Oliveira; Norma Sueli Marques da Costa Alberto; Renato Carvalheira do Nascimento.

Grupo Temático 5

Amália Leonel Nascimento; Ana Maria Costa Beber; Arlene Renk; Cândida Zanetti; Carmen Janaina Machado; Claude Papavero; Daniela Frozi; Denise Oliveira e Silva; Diana Manrique; Evander Eloí Krone; Fabiana Andersson; Fernanda Novo da Silva; Junelise Martino; Maria Rita Cuervo; Mariana Oliveira Ramos; Martín César Tempass; Patrícia dos Santos Pinheiro; Potira Preiss; Renata Menasche; Samanta Madruga; Sarita Fernandez; Sônia Mendonça Menezes; Stella Pieve; Teila Ceolin.

Grupo Temático 6

Ana Maria Segall Corrêa; Elaine Martins Pasquim; José Anael Neves;
Maria Angélica Tavares de Medeiros; Renato Carvalheira do Nascimento;
Sandra Maria Chaves dos Santos.





COMUNICAÇÕES ORAIS E ORAIS CURTAS (PÔSTER) POR GRUPO TEMÁTICO, DIA E HORÁRIO.

GRUPO TEMÁTICO 1

Direito Humano à Alimentação Adequada

Partindo da inclusão da alimentação entre os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, fruto de mobilização social, o grupo debaterá trabalhos que abordem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no olhar de diversos atores sociais, avanços e violações relacionados à realização desse direito, mecanismos e instrumentos de monitoramento e exigibilidade por parte dos titulares e aplicadores de direito. Entre as questões e desafios para efetiva garantia do DHAA, destacam-se: frágeis mecanismos de denúncia de violações dos DHAA; dificuldades de acesso à informação; limitado acesso a alimentos livres de contaminantes químicos (como os agrotóxicos); garantia do acesso à terra, à água, ao trabalho e a outros direitos, especialmente pelas populações mais vulneráveis como a população negra, indígena e os povos e comunidades tradicionais; um contexto político que tem favorecido a apresentação e aprovação de projetos de leis que ameaçam o DHAA e outros direitos. Este grupo busca, assim, contribuir para a compreensão do DHAA no olhar de diversos atores sociais, identificar avanços e violações relacionados à realização desse direito, mecanismos e instrumentos de monitoramento e exigibilidade.

DIA 01

05 DE OUTUBRO

16H15 ATÉ 18H15MIN

**1º sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)**

Moderador (a):

Sônia Lucena (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA)

**Alimentos Transgênicos e Violação do DHAA no Brasil:
O Governo Contra o Povo**

Autores/as: Sônia Soares (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - sonia-filos@yahoo.com

Resumo:

Neste ensaio filosófico, abordo, do ponto de vista da moral kantiana, as decisões do governo brasileiro em relação às sementes transgênicas, tendo em vista a alimentação como direito humano e dever ético. Parto da premissa que a alimentação pode ser um problema filosófico-prático, seja quando abordada do ponto de vista das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, seja do ponto de vista das escolhas alimentares individuais. Utilizo, para minha análise, elementos políticos, éticos, pedagógicos e antropológicos da filosofia de Immanuel Kant, para mostrar o desacordo entre a política e a moral na atuação do governo no caso da liberação da soja transgênica; tal desacordo é revelador de uma condição de violação do direito à alimentação que colocou o governo contra o povo e afetou negativamente a segurança e a soberania alimentar,



além de impedir a escolha alimentar autônoma de cada cidadão, necessária à efetivação do DHAA. Conclui que o debate sobre o conflito entre a liberdade do indivíduo e o poder do Estado é imprescindível para o empoderamento e esclarecimento da população, por isso, precisa fazer parte das pesquisas em SAN.

Palavras-chaves: ética; direito; alimentação.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflitos de interesses a declarar.

Programa Nacional de Alimentação Escolar na Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada: Desenvolvimento e Aplicação de Indicadores Para Avaliação em Âmbito Municipal.

Autores/as: Tania Mara Buranelli-Soares; Sandra Maria Chav; Joelma Cláudia Silveira Ribeiro; Juçara Ana Bastos Da Costa Accioly. (Núcleo De Pesquisa em Nutrição e Políticas Públicas, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia).

Resumo:

O programa nacional de alimentação escolar - PNAE integra as ações nacionais de promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional. Apesar de ser um programa nacional com mais de 50 anos de existência, inexistem sistemas que avaliem sua implementação, especialmente quanto à promoção do direito humano à alimentação adequada – DHAA. Assim tem-se como objetivo da pesquisa: apresentar o processo de construção de um protocolo de indicadores e resultados da avaliação de fatores presentes na execução municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada-DHAA. Como método de pesquisa, desenvolveu-se um Protocolo construído com 15 indicadores em três dimensões, baseados na literatura sobre DHAA, sobre gestão pública e marco normativo do

programa. As etapas foram: definição do conceito guia e premissas para avaliação dos resultados, construção de indicadores, proposição de critérios de sucesso, identificação das fontes e meios de verificação. Estudo realizado em município baiano, em amostra intencional de escolas urbanas, rurais e remanescentes de quilombolas. O trabalho de campo contemplou pesquisa documental e entrevistas com gestores, nutricionistas, membros do Conselho de Alimentação Escolar- CAE, alunos e merendeiras. Os resultados, na Dimensão da Gestão, a criação de um ambiente favorável ao atendimento aos marcos legais do programa de acordo com o DHAA estava comprometida, assim como sua institucionalidade; na Dimensão da Operacionalização, foi positiva a implantação do programa em todas as escolas, mas não foi possível encontrar evidências de um processo de monitoramento e avaliação. Os escolares mostraram-se desinformados da condição de portadores de direitos; e, na Dimensão Social revelou-se desconhecimento dos portadores de direito sobre o programa e ausência de participação na execução. Em relação ao CAE, seu funcionamento não atendia plenamente ao proposto nas normas. Desta forma, o protocolo se mostrou adequado e viável para o objetivo pretendido, podendo ser adaptado a outros programas. No caso do PNAE, na situação estudada, foram identificados mais obstáculos que oportunidades para o DHAA. Com isto revelou-se necessidade de traduzir os marcos legais em ações efetivas no local.

Palavras-chaves: Direito humano a alimentação; Alimentação escolar; Avaliação de programas e instrumentos de pesquisa.

Fonte(s) de financiamento: Fundo de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Direito Humano à Alimentação Adequada

Autores/as: Irio Luiz Conti (Professor no PLAGEDER/UFRGS e no IFIBE, membro da FIAN Internacional e conselheiro do CONSEA Nacional); Miriam Villamil Balestro Floriano (Promotora de Justiça de Direitos Humanos no Ministério Público Estadual do RS e membro da FIAN Internacional).

Resumo:

O artigo trata da construção histórico-conceitual do direito humano à alimentação adequada (DHAA) na esfera internacional e dos mecanismos de exigibilidade deste direito no âmbito do Estado brasileiro. O reconhecimento da alimentação adequada como um direito humano representa um avanço na construção de estratégias jurídicas e políticas de enfrentamento da fome e da desnutrição. Na perspectiva dos direitos humanos, o Estado tem o dever de respeitar, proteger e promover o DHAA como parte inerente à dignidade da pessoa humana e os poderes públicos são responsáveis pela não violação e pela sua realização, sob pena do Estado ser responsabilizado perante a comunidade internacional em casos de ausência de respostas eficazes pelo sistema jurídico interno. A formulação conceitual do DHAA coincide com os pilares basilares de construção histórica dos demais direitos sociais, até alcançar seu reconhecimento nos instrumentos internacionais, com marcos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na Declaração de Viena e inúmeros Protocolos das Nações Unidas. O Estado brasileiro aprovou e adotou, em 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e, em 2010, promulgou a Emenda Constitucional que inclui o DHAA no rol dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal. Por direito humano à alimentação adequada entende-se o direito das pessoas terem acesso de maneira regular, permanente e livre, diretamente ou mediante a compra em dinheiro, a uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada

e suficiente, que corresponda às suas tradições culturais e lhes garanta uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústias e digna. As obrigações do Estado de respeitar, proteger e realizar o DHAA se realizam, sobretudo, por meio das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, cujos titulares de direitos dispõem de mecanismos de exigibilidade, quais sejam: Exigibilidade Administrativa: o encaminhamento de denúncias de inobservância do DHAA diretamente aos organismos públicos encarregados da implementação do direito. Exigibilidade Política: o poder de organização e mobilização da sociedade civil de exercer pressão política junto aos agentes de Estado e organismos de gestão de políticas e programas públicos. Exigibilidade extrajudicial: a exigibilidade do direito por meio de procedimento adotado por instituições pertencentes ao sistema de Justiça, porém não integrantes do Poder Judiciário, como o Ministério Público, via Termos de Compromisso de Ajustamento firmados com o responsável pela ameaça ou lesão ao direito. Meios judiciais: exigência de respeito, proteção, promoção e provimento do direito perante o Poder Judiciário.

Palavras-chaves: Direito humano à alimentação; Exigibilidade.

Fonte(s) de financiamento: IFIBE e PGDR/UFRGS.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

SAN e Necessidades Alimentares Especiais na Perspectiva de Agentes de Produção da Alimentação Escolar

Autores/as: Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas; Michele Cristina da Silva Santos; Cilene Ribeiro da Silva*; Silvia do Amaral Rigon (Escola de Ciências da Vida – Curso de Nutrição – PUCPR; Grupo de Estudos e Pesquisa em Ciências da Nutrição – GEPECIN – PUCPR; Departamento de Nutrição – UFPR)



Resumo:

A alimentação escolar tem sido valorizada quanto à interação social dos estudantes, associada ao adequado desenvolvimento escolar pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Entretanto, considera-se que existem lacunas para efetividade do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE), como é o caso do atendimento às Necessidades Alimentares Especiais (NAE). Neste cenário, o agente de produção da alimentação escolar, comumente designado “merendeira”, se configura como sujeito de ação finalística ao atendimento às necessidades de alunos com patologias que demandam restrições na alimentação. O objetivo da pesquisa foi analisar subjetividades dos agentes de produção da alimentação para adolescentes com NAE em rede pública escolar de municípios da Região Metropolitana de Curitiba, sob o olhar do DHAA, na perspectiva da SAN. Realizou-se estudo exploratório, de abordagem qualitativa, cujos participantes foram selecionados na unidade escolar com maior prevalência de casos de NAE em cada município envolvido no estudo. Foi aleatoriamente acessado um representante ativo no processo de elaboração da alimentação ofertada para atendimento de escolares com diabetes, doença celíaca e intolerância à lactose em cada unidade escolar. Aos participantes foi aplicada entrevista semiestruturada, mediante roteiro envolvendo dimensões relativas ao tema de pesquisa. Os relatos obtidos foram gravados, sendo posteriormente transcritos integralmente e armazenados em arquivos eletrônicos. Foi realizada categorização e posterior análise temática de conteúdo, para produzir inferências relativas às mensagens comunicadas pelos sujeitos da pesquisa. Participaram doze agentes de produção (merendeiras) elencados na área de abrangência do estudo. A partir dos núcleos de sentido dos discursos foram denotadas desarticulação e perspectiva de atuação temporária quanto à identidade da função. Simultaneamente, a alimentação ofertada foi reconhecida como estratégia de equidade na assistência escolar e principal componente do cuidado nas situações de doenças. Foram

identificados elementos de percepção desses atores quanto ao processo de exclusão dos estudantes com NAE, delineado na falta de instrumentos e rotinas que permitam a identificação dos casos, limitando a organização do fornecimento de alimentos adequados e produção de adaptações ao cardápio regular das unidades escolares. Considerou-se ação estratégica para políticas públicas, a formação em SAN como valorador da atuação dos agentes de produção da alimentação escolar, por seu protagonismo no cuidado alimentar e nutricional nas situações de vivência de NAE no ambiente escolar, potencializando a promoção do direito humano à alimentação adequada.

Palavras-chaves: necessidades alimentares especiais; alimentação escolar; segurança alimentar e nutricional.

Fonte(s) de financiamento:

CNPq (Projeto _CNPq82_2013_5628853776592942_01:

“Necessidades alimentares especiais no ambiente escolar: uma discussão do binômio Nutrição e Bioética”

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional como Espaço de Formação

Autores/as: Maria Marlene Marques Ávila, Universidade Estadual do Ceará/ Grupo de Estudos em Política de Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN); Letícia de Albuquerque Araújo, Universidade Estadual do Ceará/ GPSAN; Andressa Eslayne Caldas Sales, Universidade Estadual do Ceará/ GPSAN; Elizângela Assunção Nunes, Universidade Estadual do Ceará/GPSAN; Ercília Ferreira Lima Neta, Universidade Estadual do Ceará/GPSAN; Maria Cecília Oliveira da Costa, Universidade Estadual do Ceará/GPSAN.



Resumo:

As conferências são espaços institucionais de participação social, no qual representantes da sociedade civil e governo se reúnem para discutir e deliberar sobre diretrizes gerais de uma determinada política pública, nesse caso de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A Conferência de SAN tem o papel de indicar as diretrizes e prioridades da Política e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como avaliar o Sistema de SAN. A participação qualificada dos sujeitos sociais se faz importante na construção de políticas públicas efetivas e a formação dos mesmos se constitui como uma condição fundamental para o fortalecimento da SAN. Este estudo tem o intuito de identificar como os delegados da 5ª Conferência Estadual de SAN do Ceará (CESAN-CE) percebem sua contribuição para as medidas e ações de SAN e como a conferência tem importância nessa contribuição. Foram entrevistados 41 delegados durante a 5ª CESAN-CE, em agosto de 2015, com participação de representantes de todas as regiões do estado. Procedeu-se a análise das respostas da pergunta: “Como você acha que contribui para as medidas/ações de SAN?” por meio de análise temática. Dentre os temas significativos identificados estão: “agentes que contribuem para a construção dos conhecimentos em SAN” e “contribuir participando dos espaços institucionais”. Esses dois temas se mostraram no discurso dos delegados bastante relacionados à sua participação nas conferências. Os delegados trazem as conferências como espaços ricos de aprendizagem, onde muitas vezes “colhem informações” para levar às comunidades e instituições que fazem parte, como nesta fala: “A comunidade toda tem isso e eu acho que eu estou aqui pra contribuir e levar pra minha comunidade o que eu aprendi aqui e cada vez mais nós termos uma alimentação saudável”. Percebe-se que a magnitude das conferências de SAN vai além do exposto na LOSAN, sendo um espaço significativo de troca de experiências e aprendizagem para os delegados. Isso pode ser reflexo da lacuna de iniciativas de formação em SAN e discussões sobre DHAA, sobretudo aos representantes da sociedade civil e cotas. Isso foi observado ao compa-

rar a taxa de delegados que haviam feito alguma formação em SAN de acordo com a representação dos mesmos (37,5% - sociedade civil, 27,3% - cotas, 71,4% - poder público), ficando evidente que os membros da sociedade civil possuem consideravelmente menos acesso a formação sobre SAN que os membros do poder público. Logo, consideramos essencial o estímulo a formações sobre SAN, principalmente de maneira presencial, para que mais membros da sociedade civil possam ter acesso e, dentre outros benefícios, as conferências possam ter um nível de discussão mais aprofundado.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional; Participação Social; Política Pública.

Fonte(s) de financiamento: nenhuma

Conflito de interesses: nenhuma





DIA 1
05 DE OUTUBRO
18H15MIN ATÉ 19H

**1a sessão de pôsteres (pôsteres impressos,
apresentação oral curta)**

Moderador (a):

Norma Sueli Marques da Costa Alberto (UNINOVAFAP)

**Educação Permanente em Segurança Alimentar e Nutricional:
Uma Proposta de Formação para Gestores e Conselheiros**

Autores/as: Claudia Soar (Professor do Departamento de Nutrição - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Mick Lennon Machado; Neila Maria Viçosa Machado; Milena Corrêa Martins; Cristine Garcia Gabriel (Professor do Departamento de Nutrição - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Membro da Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN); Daiane Yumi da Silva Chikuji; Gisele Rockenbach Mamed; Fiel Duarte Gomes; Lucas Rodrigues Menezes (Membros da Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN).

"mailto:tearsan.ufsc@gmail.com" tearsan.ufsc@gmail.com; (48)3721-3413

Resumo:

Com a regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) em 2010, municípios e estados iniciaram o processo de adesão ao Sistema. No entanto, diante dos desafios impostos por uma política pública recente, intrinsecamente intersetorial e associada a marcos concei-

tuais complexos, o processo de adesão tem ocorrido lentamente. A instituição e consolidação de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) e Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs), bem como a construção dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), que são condicionantes para o processo de adesão, ainda encontram importantes limitações. Diante deste cenário, a Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional – TearSAN, grupo de extensão e pesquisa vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e sob financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, propôs a realização de formação de gestores e conselheiros municipais no Estado de Santa Catarina. Pautada pelos princípios da educação permanente e da educação popular de Paulo Freire, o processo denominado de FormaSAN ocorrerá a partir de uma etapa presencial e outra à distância. A primeira envolverá 7 oficinas regionais, objetivando sensibilizar gestores e sociedade civil para a implementação da Política de SAN e adesão ao SISAN, além de promover um debate sobre os desafios para a consolidação dos componentes do Sistema e a construção dos PlanSANs.

A segunda etapa, intitulada FormaSAN online, ocorrerá por meio de ferramentas de educação à distância, encontradas no site www.tearsan.ufsc.br. Neste espaço de acesso livre, serão disponibilizadas vídeo-aulas de aproximadamente 30 minutos e bibliografias, além de orientações off-line e online para esclarecimento de dúvidas sobre os temas abordados, com ênfase nos PlanSANs. Inicialmente estão previstos 7 temas de FormaSAN online, mas que podem ser desdobrados em outros temas de acordo com as demandas dos participantes.

Os temas previamente definidos são:

1. Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e SISAN;

- 
2. Adesão ao SISAN;
 3. Construção dos PlanSANs: objetivos, marcos legais e responsáveis.
 4. Construção dos PlanSANs: estrutura e elementos componentes.
 5. Construção dos PlanSANs: diagnóstico da situação de SAN e os desafios presentes no plano.
 6. Construção dos PlanSANs: o plano de metas e diretrizes.
 7. Construção dos PlanSANs: monitoramento e avaliação.

Com esta proposta, espera-se fortalecer o SISAN no Estado, fornecendo suporte técnico para a consolidação dos componentes do Sistema e adesão dos municípios.

Palavras-chaves: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Educação Permanente; Educação à Distância.

Fonte(s) de financiamento: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses.

Mulheres Camponesas, Agroecologia e Promoção da Alimentação Saudável

Autores/as: Yamira Rodrigues de Souza Barbosa (mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

yamira.rodrigues@gmail.com

Resumo:

As mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas relacionadas ao cuidado da família, já que a divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres é ainda um desafio. Portanto, o debate em torno da soberania e segurança ali-

mentar precisa considerar a atuação das mulheres, suas experiências e estratégias relacionadas à promoção e garantia da alimentação da família. No caso das mulheres agricultoras, a relevância de sua atuação é ainda maior, pois além do núcleo familiar estas mulheres contribuem para a oferta de alimentos para a sociedade.

Talvez por isso as mulheres sejam muitas vezes as protagonistas das experiências agroecológicas, contribuindo de maneira central para a construção e fortalecimento da Agroecologia no Brasil. É o caso, por exemplo, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina, que busca defender e construir um Projeto de Agricultura Camponesa e Feminista. O trabalho realizado pelo MMC/SC em torno do resgate e da produção de sementes crioulas aparece como uma das principais ações de fortalecimento da agroecologia. Símbolos de resistência, sabedoria e defesa da vida contra o modelo dominante de produção de alimentos, o uso de sementes crioulas confere às plantas maior resistência contra eventos climáticos adversos e doenças, além de contribuir para o resgate de histórias, memórias e sabores, valorizando assim a dimensão cultural envolvida no ato de se alimentar.

Planejamento é essencial para promover uma produção de alimentos diversificada e distribuída ao longo do tempo, sendo a realização de consórcios entre espécies e o plantio de variedades precoces e tardias algumas das medidas que podem ser utilizadas neste sentido. Estas estratégias possibilitam satisfazer o consumo da família em diversidade, quantidade e qualidade, além de gerar excedente que pode ser comercializado principalmente através da venda direta, seja em casa ou em feiras, abastecendo assim o mercado local. Outro aspecto relacionado à experiência do MMC/SC se refere às ações de valorização de práticas tradicionais como a utilização de plantas medicinais, sendo que muitas plantas de uso medicinal possuem também finalidades alimentícias, como é o caso do gengibre, salsa, açafrão, agrião e alho, por exemplo.



A experiência das mulheres do MMC/SC demonstra que para garantir a alimentação saudável da família e da população local/regional é preciso fortalecer ações focadas na promoção ao uso de sementes crioulas bem como à utilização de plantas medicinais. Percebemos assim a interconexão entre mulheres, Agroecologia e soberania alimentar, aspectos fundamentais a se considerar nos processos de formulação e implementação de políticas públicas que possibilitem concretizar a alimentação saudável como um direito.

Palavras-chaves: Agroecologia, Sementes crioulas, soberania alimentar

Fonte(s) de financiamento: Bolsista da CAPES durante o período de realização do mestrado.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Banco de Alimentos de Ponta Grossa: Equipamento em Busca de Segurança Alimentar e Nutricional

Autora: Marli de Freitas Mendes (Programa Banco de Alimentos do Serviço de Obras Sociais de Ponta Grossa) - mahfmendes@yahoo.com.br

Resumo:

O Programa Banco de Alimentos do Serviço de Obras Sociais de Ponta Grossa foi o primeiro a ser implantado no Paraná. Sua inauguração ocorreu no dia 14 de abril de 2003. Este projeto representou a primeira ação de segurança alimentar no âmbito do combate ao desperdício de alimentos e da educação alimentar criada no município. Faz parte do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, porém não é uma ação da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. A segurança alimentar e nutricional envolve dois componentes básicos referenciais: o alimentar, relacionado à disponibilidade, produção, comercialização e acesso ao alimento e o nutricional, relativo às práticas alimentares, ou seja, aos

locais, processos e temporalidades presentes na alimentação dos sujeitos, bem como suas escolhas. (RIBAS, 2006). Este conceito leva em conta as opções culturais (hábitos alimentares) dos seres humanos e, dos modos de vida sustentáveis (uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adequado) (HIRAI; ANJOS, 2007). A partir do ano de 2008 o Programa Banco de Alimentos passou a receber produtos do Programa Aquisição de Alimentos – PAA, pela compra com doação simultânea. De acordo com o Manual de Operações da Conab - MOC a modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda as necessidades de complementação alimentar das entidades rede socioassistencial. Os alimentos produzidos ‘in natura’ ou processados devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. Os objetivos do Programa Aquisição de Alimentos – PAA, modalidade de compra com doação simultânea, são: incentivar a permanência do agricultor no campo, diversificando a produção da agricultura familiar; estimular o associativismo e o cooperativismo; atender pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. De acordo com o MOC (2016), o valor máximo por unidade familiar/ ano é de R\$ 8.000,00, sendo que os recursos utilizados para o pagamento dos agricultores são oriundos do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. Nesse sentido a soberania alimentar está diretamente relacionada a execução dos projetos do PAA. Sendo assim, o PAA caracteriza-se como estratégia no combate à fome e a promoção da soberania alimentar no Brasil e no município de Ponta Grossa. Através da produção de alimentos o PAA garante o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pelo Banco de Alimentos, contribui para a formação de estoques, e promove a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chaves: Banco de Alimentos; Soberania Alimentar; Programa Aquisição de Alimentos.



Fonte(s) de financiamento: Não há órgãos financiadores.
Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

DIA 02
06 DE OUTUBRO
10H45MIN ATÉ 13H

2a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)

Moderador (a):
Elza Braga (UFC)

Cantina na Escola: Competição com a Merenda Escolar.

Autores/as: Cilene da Silva Gomes Ribeiro; Fernanda Caetano Moro; Jéssica Focht Barbosa; Juliana da Silveira; Flávia Auler: Andrey Henrique Wille de Souza.

Resumo:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante a permanência dos estudantes na escola, deve suprir as necessidades nutricionais, formar hábitos alimentares saudáveis, garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e atender os alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAE). Entretanto, a oferta de alimentos por outras fontes no interior da escola, como as cantinas, é um fato presente, polêmico e de constante debate. O objetivo deste estudo foi observar a presença da cantina escolar no interior de instituições de ensino e como esta presença interfere nas escolhas alimentares e em possíveis discriminações da merenda escolar, em escolas estaduais de um muni-

cípio da região metropolitana de Curitiba – PR. Para a obtenção dos resultados foi aplicado questionário com as merendeiras e os responsáveis das cantinas sobre os motivos para a presença das cantinas e alimentos ofertados à população escolar, percepção sobre a escolha das crianças, além da observação das atividades de produção e distribuição dos alimentos nas escolas. A partir das análises realizadas foi possível identificar que o principal motivo referido para a presença de cantinas no ambiente escolar consiste na geração de lucro para a escola. Dentre os alimentos de venda proibida no ambiente escolar, de acordo com Lei nº14.423/2004 do Estado do Paraná, salienta-se o comércio de sucos artificiais (85%); balas, chicletes e pirulitos (75%); salgadinhos industrializados (65%) e chocolates (60%). Um dos fatores estimulados pela presença de cantinas no interior das instituições escolares é a percepção da merenda como forma de exclusão social. Conclui-se, então, que as cantinas existentes nas escolas, apesar de auxiliarem na gestão financeira das escolas, geram acesso a alimentos obesogênicos e promovem a discriminação dos alimentos ofertados pela SEED, através da merenda escolar. Neste sentido, é necessário e apropriado que os princípios da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, mais especificamente, dignidade humana, respeito à vulnerabilidade humana, responsabilidade social e saúde, sirvam de fundamento para o planejamento de ações e estratégias no cenário da alimentação escolar. A fiscalização desses estabelecimentos é imprescindível, juntamente com ações educativas destinadas aos responsáveis das cantinas, escolares, pais, professores e escolares.

Palavras-chaves: Alimentação Escolar,
Segurança Alimentar e Nutricional, Cantina escolar.

Fonte(s) de financiamento: Edital CNPQ 82/2013

Conflito de interesses:



Conversas Sobre Nutrição na Sala de Espera: Formação Acadêmica e Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Autores/as: Olivia Maria Ferreira Schneider (professor associado do Instituto de Nutrição da UERJ); Vivian Vieira Correa (aluna de graduação em Nutrição da UERJ)

Resumo:

Atividades educativas em conversas fomentam ações de promoção da saúde, promovem direito humano à alimentação adequada e contribuem para escolhas alimentares mais orientadas. Nas atividades o quefazer da educação problematizadora, faz refletir criticamente junto com a clientela, seus problemas de saúde. As conversas são ensaios inconclusos, cada dia praticamos modos de fazer diferentes. Vivenciamos a dialogicidade e no caminho aperfeiçoamos a relação com as pessoas, utilizamos linguagem clara e compreensível provocando os sujeitos com nossa ação/palavra, trocamos conhecimentos e dúvidas, sempre atentos às falas e as necessidades dos outros e como nos sentimos no processo. Percebemos a postura corporal, o modo de fazer o ato educativo e a comunicação. Salas de espera são cenários confusos e adversos, mas estimulam a formação diferenciada, a criatividade e a maturidade dos alunos. Ampliamos o aprender junto e praticar a educação alimentar e nutricional. Escolhemos o hospital universitário por oportunizar formação de qualidade no SUS, além de empoderar pessoas sobre questões múltiplas de saúde, de nutrição e de garantia de seus direitos

Palavras-chaves: Direito humano à alimentação adequada; formação em nutrição; educação alimentar.

Fonte(s) de financiamento: não

Conflito de interesses: Não há conflitos de interesse a declarar.

Insegurança Alimentar em Comunidades Rurais Quilombolas e Não Quilombolas no Nordeste Brasileiro: Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Autores/as: Etna Kaliane Pereira da Silva (Universidade Federal da Bahia – Email: etnakaliane@gmail.com); Danielle Souto de Medeiros (Universidade Federal da Bahia; Elaine Virginia Souza Silva (Universidade Federal da Bahia); Katiuscy Carneiro Santana (Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista).

Resumo:

As comunidades quilombolas estão distribuídas em todo o território nacional em maior concentração no Nordeste rural do Brasil. Apesar de alguns avanços, a melhoria das condições de vida nestas comunidades caminha a passos lentos. A configuração de vulnerabilidade social nestes territórios ainda vem sendo encontrada com bastante frequência em pesquisas recentes, mostrando a continuidade de um quadro propício para a ocorrência da insegurança alimentar (IA). Apesar dos estudos sobre IA com a população quilombola, ainda há lacunas do conhecimento a serem preenchidas. Objetivos: Diante disso, esse trabalho objetivou identificar a prevalência de IA em uma área rural do Nordeste do Brasil e investigar este desfecho de acordo com a residência em comunidades quilombolas e não quilombolas. Métodos: Foi um estudo transversal com 21 comunidades rurais, sendo 9 quilombolas, em 2014, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Foram estimadas prevalências e razões de prevalência para IA e análise múltipla foi conduzida por regressão de Poisson com variância robusta. Resultados: A situação de IA foi encontrada em 64,9% (leve 36,0%, moderada 17,0% e grave 12,0%) das famílias quilombolas estudadas e 42,0% (leve 27,0%, moderada 10,0% e grave 5,0%) entre as demais famílias. IA foi associada nas famílias quilombolas a ter nível econômico D ou E (RP = 1,81 e 1,95, respectivamente) e ser beneficiário do Programa Bolsa Família - PBF (RP = 1,28).



Já para as não quilombolas, observou-se associação positiva com ter nível econômico mais baixo (RP = 2,25; 3,69 e 4,09 para os níveis C2, D e E, respectivamente); ser beneficiário do PBF (RP = 1,76); ter 4 residentes e mais no domicílio (RP = 1,35) e ter fogão que utilizava como fonte de energia lenha e outras formas (RP = 1,36); e associação negativa com consumir água tratada (RP = 0,69). Discussão e Conclusão: A estratificação de famílias pertencentes a uma mesma área de abrangência evidencia que as famílias quilombolas, mesmo na atualidade, possuem desigualdades no acesso à alimentação em relação a famílias não quilombolas. E reforça que não apenas a localização em zona rural e o difícil acesso a essas comunidades podem estar influenciando nas condições inadequadas de alimentação. Outra questão demonstrada na pesquisa é a distinção entre os fatores associados a IA nessas famílias, o que indica a necessidade de conhecer as peculiaridades de uma dada população para o planejamento de ações de segurança alimentar e nutricional. Os resultados dessa pesquisa reforçam a vulnerabilidade das famílias da zona rural, com destaque para a população quilombola e a necessidade de políticas públicas para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional;
Saúde da População Rural; Origem Étnica e Saúde.

Fonte(s) de financiamento: Pró Saúde; Programa
de Educação pelo Trabalho para Saúde – PET Saúde.

Conflito de interesses: Não há conflitos de interesses a declarar.

Alimento Como Tortura e um Caminho a Soberania dos Povos Tradicionais de Matriz Africana.

Autores/as: Regina Barros Goulart Nogueira

Resumo:

O ensaio se insere na discussão sobre o direito humano e uma alimentação adequada as características de um grupo étnico, de uma tribo, de um povo tradicional de matriz africana e os desafios para sua preservação.

Os possíveis caminhos dos povos africanos na sua terra o trajeto no navio negreiro num cenário em que se confrontam a preservação de práticas e saberes a eles associados e os instrumentos legais de salvaguarda e o racismo.

Nos campos acadêmico e das políticas públicas, intensificam-se discussões acerca de produtos e práticas tradicionais, do conceito de povos e comunidades tradicionais, e sua importância como parte de sistemas que conformam modos de ser, de viver e de criar de cada povo, constituindo identidades e expressões e um contínuo com seus países de origem.

O objetivo central deste ensaio é realizar uma revisão acerca da pertinência das práticas alimentares tradicionais de matriz africana como um sistema alimentar tradicional tal como foi possível no Brasil, frente ao processo de sequestro dos povos em África, o crime lesa humanidade da escravidão, a miscigenação forçada entre povos africanos e outros e o epistemicídio sobre estes povos.

O racismo cotidiano e as limitações das unidades territoriais tradicionais dos povos tradicionais de matriz africana aplicadas pelo poder dominante os limitou a denominações como de cultos, seitas, religião e a negação destes espaços



como espaços de resistência dos povos e a preservação de práticas e produtos alimentares tradicionais.

A expansão da indústria alimentar forçou mudanças, nos tipos de alimento que temos disponíveis, mas também em nossa relação com eles. As cadeias agroalimentares, que desembocam nos grandes supermercados, estão estruturadas na impessoalidade na relação entre produtores e consumidores e no desconhecimento, pelos consumidores, sobre a origem e os processos envolvidos na produção de alimentos. Esse distanciamento entre produção e consumo, somado ao fato de ignorarmos a origem e formas de fabricação dos alimentos, coloca o povo tradicional de matriz africana em total insegurança alimentar. Numa perda de referência de identidade, configurando um genocídio dos povos em questão quando ataca sua composição biomítica.

São as questões apresentadas que os coloca diretamente na construção e no controle da política de segurança alimentar e nutricional e em busca da soberania alimentar, do reconhecimento como povo e isto tudo como reparação ao crime da escravidão.

Palavras-chaves: alimentação, tradicional, matriz africana, povos, racismo.

Fonte(s) de financiamento: Sociedade civil com recursos próprios.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses.

Um Réquiem Para a Segurança Alimentar e Nutricional No Brasil?

Autores/as: Leonor Ma Pacheco Santos (UNB);

Sandra Ma Chaves dos Santos, (UFBa)

Resumo:

O ensaio problematiza o atual contexto social e político brasileiro e as condições postas para que a segurança alimentar e nutricional-SAN, enquanto expressão do direito humano à alimentação adequada-DHAA se consolide como Política de Estado, como organização institucional e como espaço de participação social, nos moldes do que foi construído nos últimos 13 anos. Para desenvolver o tema, foram considerados os primeiros passos de construção de uma agenda social e política em torno da SAN, desde a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição realizada em 1986, até a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2015, cujo tema foi: “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. Destacam-se os momentos de maior relevância até o alcance da institucionalidade, consagrada na homologação da lei orgânica da SAN em 2006, que criou o Sistema Nacional de SAN, na aprovação da Emenda Constitucional EC64, que incluiu direito humano à alimentação na Constituição brasileira e no lançamento da Política Nacional de SAN, ambos em 2010. Merecem destaque, igualmente, as pesquisas nacionais periódicas do IBGE para diagnóstico da situação de insegurança alimentar, iniciadas em 2004, bem como a institucionalização do Monitoramento e Avaliação de todas as políticas e programas de SAN e dos recursos previstos e efetivamente investidos. Ao longo destes anos as Conferências Nacionais de SAN, e as Conferências estaduais e municipais, conformaram uma arena pública de apresentação e negociação constante de interesses diversos. A análise de todo este movimento revela que o processo de consolidação democrática foi essencial para que a SAN como direito e como política fosse incorporada à agenda polí-



tica. Concluem as autoras que, na atual conjuntura, se nada for feito de forma a alterar o curso de ação, a área de SAN merece um réquiem, exatamente quando, aos 13 anos, conquistava reconhecimento internacional e consolidava algumas parcerias com países do Cone Sul. A causa mortis imediata é a inanição, já posta em marcha, ao serem destruídas, sistematicamente a maioria das instâncias administrativas e estruturas que lhe davam sustentação. Uma análise mais aprofundada, no entanto, aponta que as causas subjacentes para um possível prematuro desaparecimento são motivações político-partidárias, sob o pretexto de enxugamento do estado e de crise econômica. Na perspectiva adotada no ensaio, as autoras reconhecem na realização do ENPSAN uma janela de oportunidade, no meio do deserto de boas ideias, um sopro de vida sobre a SAN, sem perder de vista que a democracia real, política, social e econômica é a condição sine quae nom para que a segurança alimentar e nutricional cresça e floresça.

Palavras-chaves: Direito Humano à Alimentação Adequada, Fome, Segurança Alimentar.

Fonte(s) de financiamento: sem financiamento.

Conflito de interesses: As autoras declaram conflito de interesse por se manterem fiéis e intransigentes na defesa da SAN no Brasil e na consolidação das conquistas alcançadas.

O Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia: Avanços e Desafios

Autores/as: Flávio André Pereira Bastos (mestrando do Programa de Mestrado em Educação do Campo da UFRB e Secretário Executivo do Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo da Bahia - GGSAN); Gismália Luiza Passos Trabuco (doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ).

Apresentador: Flávio André Pereira Bastos (flavio.bastos@casacivil.ba.gov.br)

Resumo:

Objetivo deste artigo é relatar a experiência de elaboração, execução e monitoramento do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) no Estado da Bahia, Brasil, vigente de 2015 a 2019. O PLANSAN nasce de um rico processo de pactuação intersetorial e de ampla participação social. A participação social, efetivada a partir da realização de diagnósticos territoriais participativos durante as etapas da 4ª Conferência Estadual de SAN, de 5 encontros de consulta pública e da atuação efetiva do Consea-BA em todo o processo, foi determinante para conferir legitimidade e qualidade ao Plano. Além de seguir as determinações do Decreto nº 7.272/2010, a elaboração do PLANSAN da Bahia traz duas inovações metodológicas: a abordagem territorial nos processos de diagnóstico participativo, planejamento, execução, monitoramento e avaliação; e a formulação de estratégias integradoras para enfrentar os desafios apontados no diagnóstico. Foram definidos objetivos e estratégias integradoras a partir dos quais estão articulados as dimensões e metas, todas elas associadas às diretrizes da Política Estadual de SAN e ao PPA estadual. O Plano aponta como públicos prioritários os domicílios em situação de insegurança alimentar grave, os povos e comunidades tradicionais, os agricultores familiares, os acampados e assentados, os trabalhadores da economia solidária, as mulheres e a população negra e contempla 100 metas relacionadas a 7 programas do PPA, totalizando um investimento previsto de R\$ 4,2 bilhões em 5 anos. Mais de 85% dos recursos que serão investidos estão voltados a ações de fortalecimento da agricultura familiar e a convivência com o semiárido, o que expressa o peso da participação dos segmentos rurais no processo de elaboração do PLANSAN, ao passo que a timidez na proposição de medidas de promoção de SAN nas áreas urbanas aponta o desafio de envolver os setores urbanos na construção da política de SAN. O processo de elaboração do Plano contribuiu para a consolidação do



SISAN no Estado, à medida que os componentes estaduais do Sistema (GGSAN, Consea-BA e Conferência) conduziram todo o processo, atuando conformes as atribuições que lhes são conferidas. Conforme previsto, foi instituído um Comitê de Monitoramento e Avaliação com membros do GGSAN e do Consea que reúne-se trimestralmente. Este processo de monitoramento e avaliação se apresenta como oportunidade para qualificar ainda mais a atuação das instâncias do SISAN e fortalecer o Sistema. O desafio atual é dar sequência a gestão social do Plano a partir da abordagem territorial com a instituição de câmaras temáticas de SAN nos 27 colegiados territoriais e garantir os recursos previstos para o cumprimento das metas perante a grave crise política e financeira que enfrenta o país.

Palavras-chaves: Plano Estadual de SAN; Intersetorialidade; Participação Social.

Fonte(s) de financiamento: Não possui

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

DIA 02
06 DE OUTUBRO
14H30MIN ATÉ 16H15MIN

3a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral
(15 min/trabalho)

Moderador (a):
Aída Couto Dinucci Bezerra (UFMT)

Soberania Alimentar e Direitos Humanos: Reflexões Sobre um Tema Urgente

Autores/as: Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla (PUCPR);
Cilene da Silva Gomes Ribeiro (PUCPR).

Resumo:

No Brasil atual há grande preocupação em torno do que se considera uma alimentação adequada e, uma vez reconhecida, como garanti-la a toda a população. Nesse sentido, crescem discussões sobre agricultura familiar camponesa e indígena; conceitos e reflexões sobre patrimônio alimentar brasileiro; formas de consumo dos sabores e saberes tradicionais. Afinal a alimentação é um direito social previsto na Emenda Constitucional n.º64/2010. Ao lado da preocupação do combate à fome, o país também tem se deparado com o aumento assustador de pessoas com sobrepeso ou com excesso de peso. Ou seja, é preciso refletir não somente sobre o comer, mas sobretudo o que comer. No contexto das discussões da 5.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, discutiu-se “comida de verdade”. Em busca de se compreender estas e outras questões que, por iniciativa de duas professoras pesquisadoras que têm estudos em comum sobre história e cultura da alimentação, criou-se junto aos Programas de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar de Direitos Humanos e Políticas Públicas e do Mestrado Interdisciplinar em Bioética da PUCPR, o Grupo de Estudos de Soberania Alimentar e Direitos Humanos no primeiro semestre de 2016. Reunindo-se às quartas-feiras a cada quinze dias, o grupo propicia, à comunidade acadêmica e ao público em geral, reflexões sobre a temática da comida, sobretudo tem o intuito de despertar novas e importantes pesquisas a partir de uma concepção do alimento muito além do biológico, englobando os aspectos do social, do econômico, do religioso, do político, do cultural, entre outros.



Palavras-chaves: Soberania Alimentar; Segurança Alimentar; Direitos Humanos

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

Ingestão de Resíduos de Agrotóxicos Potencialmente Contidos na Dieta Habitual de Escolares

Autores/as: Ana Paula Gasques Meira (Mestranda em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade de São Paulo - ESALQ/USP); Maria Júlia Amistá (Doutoranda em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade de São Paulo - ESALQ/USP); Jacqueline Mary Gerage (Mestranda em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade de São Paulo - ESALQ/USP); Marina Vieira da Silva (Prof.a Dra. do Departamento de Agroindústria Alimentos e Nutrição, Universidade de São Paulo - ESALQ/USP)

Apresentador (a): Ana Paula Gasques Meira, ESALQ – USP;
anapuava@gmail.com

Resumo:

Introdução: A Segurança Alimentar e Nutricional preconiza, dentre outras questões, o acesso permanente a alimentos de qualidade nutricional e seguros sob todos os aspectos e está diretamente relacionada às formas de produção de alimentos. O Brasil é o país que mais utiliza agrotóxicos no cultivo de alimentos, tornando-se imprescindível o monitoramento e fiscalização do uso desses insumos, além da análise de risco crônico da exposição a esses compostos e os impactos na saúde humana e no meio ambiente, considerando ainda, como grupos mais vulneráveis aos efeitos dessas substâncias, as crianças, os trabalhadores rurais e a população dos países em desenvolvimento. **Objetivos:** Estimar a Ingestão Diária Máxima Teórica (IDMT) dos agrotóxicos contidos na dieta habi-

tual dos escolares. Metodologia: Os dados relativos ao consumo alimentar foram obtidos junto a amostra (n=341; idade entre 7 e 16 anos) de aluno(as) da rede pública de Guariba (São Paulo), por meio de dois recordatórios de 24 h. A partir dos dados de consumo alimentar foram realizadas adequações na padronização das terminologias dos alimentos ou preparações, as medidas caseiras foram convertidas em gramas de alimento consumido e quando reportadas preparações ou alimentos processados, procedeu-se o desmembramento por meio da utilização de referências para cada receita ou produto. Foram aferidas as medidas antropométricas. No banco de dados final do consumo constavam os alimentos para os quais se dispõe de dados relativos ao Limite Máximo de Resíduos (LMR) e Ingestão Diária Aceitável (IDA). Foram utilizados dados de Limite Máximo de Resíduos (LMR) adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Codex Alimentarius. A Ingestão Diária Aceitável (IDA) obteve-se de quatro órgãos (Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Codex Alimentarius, Environmental Protection Agency (EPA) e governo da Austrália). Resultados: Considerando o total de agrotóxicos (272) potencialmente presentes nos alimentos consumidos pelos escolares, os resultados indicam que a mediana da ingestão de 9 agrotóxicos ultrapassou a IDA estabelecida pela ANVISA, 5 da agência EPA, 4 do Codex Alimentarius e 15 do governo da Austrália. Os agrotóxicos em que a mediana superou o limite IDA da ANVISA foram: acefato, carbofurano, diazinona, diquate, fentina, fipronil, pirimifós-metílico, terbufós e tetraconazol. Ainda de acordo com esse referencial, quando adotado o valor máximo (ingestão), 58 agrotóxicos superaram o parâmetro. Conclusão: Quantidade substancial de agrotóxicos superou a ingestão diária aceitável, especialmente para os valores máximos, pressupondo riscos crônicos para a população analisada e pontuando a vulnerabilidade dessa população aos impactos negativos dessas substâncias na saúde.



Palavras-chaves: Avaliação de risco; Resíduo de agrotóxico;
Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Não houve

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar

A Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) no Estado da Bahia, Brasil.

Autores/as: Gismália Luiza Passos Trabuco, doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ; Flávio André Pereira Bastos, mestrando do Programa de Mestrado em Educação do Campo da UFRB e Secretário Executivo do Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo da Bahia (GGSAN).

Resumo:

A implantação do SISAN na Bahia é resultado da combinação de forte mobilização social em torno do problema da fome, desde 2003, e da resultante incorporação da temática como compromisso de Governo a partir de 2007. A constituição do CONSEA-Ba, com 2/3 da sociedade civil e a presidência exercida por esta, foi uma importante conquista deste processo de mobilização que deu origem a Comissão de Mobilização Estadual do Programa Fome Zero (COMER), num contexto em que a participação social na gestão estadual era bastante limitada. Desde o início, o CONSEA-Ba manteve plena sinergia com o CONSEA Nacional, expressando o protagonismo exercido desde o início pela sociedade civil, na construção da Política de SAN. Com a vitória do PT na eleição estadual em 2006, se abre um espaço de maior interlocução entre Governo e sociedade civil e um forte alinhamento com o Governo Federal nesta área, expressando-se no apoio à realização de 03 conferências estaduais, precedidas por conferências territoriais, na publicação dos marcos legais do SISAN na Bahia e na implantação de impor-

tantes programas sociais. A vinculação institucional da CAISAN Estadual à Casa Civil, constituiu-se em importante avanço, pois conferiu à SAN um status estratégico na agenda governamental e condições mais favoráveis ao seu tratamento de forma intersetorial. A realização da 4ª CNSAN em Salvador, com a assinatura do Termo de Adesão da Bahia ao SISAN, também foi um momento importante nesta trajetória. Quatro aspectos podem ser destacados como especificidades do SISAN na Bahia: a atribuição conferida ao CONSEA-Ba de aprovar a PESAN e o PLANSAN; a vinculação da CAISAN Estadual à Casa Civil; a previsão de conferências territoriais na LOSAN Estadual; e a existência de uma Política Estadual de SAN com 11 diretrizes. Esta trajetória gerou importantes avanços, tanto na implementação de programas com impacto positivo na promoção da SAN (616 mil baianos retirados da INSAN grave), quanto na conformação dos componentes estaduais do SISAN (6º estado a publicar a LOSAN, 3º a instituir a CAISAN e 10º a publicar o PLANSAN). Apesar destes avanços, o estado ainda possui contingente significativo de domicílios com algum grau de INSAN (37,8%), pouca capilaridade do SISAN nos municípios e fragilidade na integração de políticas, apesar do processo de construção do PLANSAN ter sido bastante profícuo. Neste contexto, se colocam como principais desafios o monitoramento do PLANSAN; a formação das Câmaras Temáticas de SAN nos Colegiados Territoriais; o permanente fortalecimento dos componentes estaduais do Sistema; e a adesão dos municípios ao SISAN. Cabe destacar como aprendizados desta trajetória, a importância da parceria entre os componentes estaduais e nacionais do SISAN; do diálogo propositivo entre Governo e sociedade civil; do impacto da vinculação institucional do CONSEA-Ba e da CAISAN; e da representação da diversidade de segmentos e Secretarias no CONSEA-Ba com forma de assegurar força política e legitimidade às suas proposições.



Palavras-chaves: Políticas Públicas; Segurança Alimentar e Nutricional; Experiência Estadual.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses.

DIA 02

06 DE OUTUBRO

18H ATÉ 19H

2a sessão de pôsteres (pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Edgar Aparecido de Moura (UNIFESP)

Merenda Escolar: Um Foco no Consumo de Alimentos *In Natura* ou de Ultraprocessados?

Autores/as: Cilene da Silva Gomes Ribeiro; Fernanda Caetano Moro; Jéssica Focht Barbosa; Juliana da Silveira; Flávia Auler; Andrey Henrique Wille de Souza.

Resumo:

De acordo com a última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), houve um crescente aumento no consumo de quilocalorias provenientes de produtos prontos para consumo em todas as classes sociais. Esse fator implica fortemente na saúde pública e no desenvolvimento de doenças, pois a produção desses produtos envolve vários métodos e técnicas de fabricação e processamento, como a adição de ingredientes culinários somados a conservantes, e que após

estarem finalizados, suas características nutricionais em nada se assemelham aos alimentos in natura. Desse modo, o objetivo deste estudo foi identificar e quantificar a oferta de alimentos in natura, processados e ultraprocessados provenientes ou não da agricultura familiar ou da indústria de alimentos, ofertados a escolares com necessidades alimentares especiais (NAE) em escolas públicas de um município da Região Metropolitana de Curitiba. O estudo foi realizado em 10 escolas, através dos cardápios servidos em um mês de atendimento. Identificou-se que apenas uma das mesmas atingiu o estipulado para a aquisição de produtos da agricultura familiar (mínimo de 30%). Observou-se ainda uma grande oferta e consumo de produtos ultraprocessados nos locais investigados, fato que revela que o modo de cozinhar doméstico vem sendo substituído pelo industrial. Assim, conclui-se que o descumprimento da oferta de produtos da agricultura familiar, como o alto fornecimento de alimentos ultraprocessados está ligado a diversos fatores sejam eles devido logística de entrega, segurança higiênico-sanitária, praticidade e agilidade, baixo número de merendeiras e falta de infraestrutura física observada nas escolas. Essas situações geram mutuamente a perda da cultura alimentar dos escolares, introduzindo novos hábitos alimentares observados em países como o EUA, bem como infringem as diretrizes preconizadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que exigem a garantia de uma alimentação digna e adequada durante a permanência dos alunos na escola e também diferenciada aos alunos portadores de alguma NAE.

Palavras-chaves: Alimentação escolar, programas e políticas de nutrição e alimentação, industrialização.

Fonte(s) de financiamento: Edital CNPQ 82/2013

Conflito de interesses:



Encontro de Presidentes de Conselhos e Câmaras Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): Espaço para Diálogo e Fortalecimento do Sistema Nacional de SAN em Santa Catarina

Autores/as: Claudia Soar, Cristine Garcia Gabriel, Milena Corrêa Martins, Maria Cristina Marcon (Professoras do Departamento de Nutrição - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Mick Lennon Machado; Neila Maria Viçosa Machado; Patrícia Maria de Oliveira Machado ; Daiane Yumi da Silva Chikuji. (Todos membros da Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN)

tearsan.ufsc@gmail.com
(48)3721-3413

Resumo:

Em junho de 2016 ocorreu o Encontro de Presidentes dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAs) e das Câmaras Municipais de Gestão Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) de Santa Catarina, nas dependências da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação. O evento foi promovido pelo CONSEA e CAISAN Estaduais e contou com representantes da Câmara Interministerial e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e apoio da equipe do Projeto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS) na elaboração da metodologia e condução das atividades. O referido projeto está vinculado à Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC). O evento teve duração de oito horas e foi pautado em metodologias ativas e participativas. As discussões iniciaram com a análise de conjuntura nacional, estadual e municipal do SISAN. Na sequência foi realizada a (<https://www.google.com.br/url?sa=->

t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiD-t-WPj_3NAhVEWpAKHU6IDY8QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.resumo-setrabalhos.com.br%2Fanalise-fortalezas-oportunidades-debilidades-e-ameaca.html&usg=AFQjCNGsl4LtOHES3RCzlpS-olmz_5fbLw&bvm=bv.127178174,d.Y2I") análise das Fortalezas, Oportunidades, Debilidades e Ameaças (matriz DAFO) vivenciadas nos municípios catarinenses, contando com a participação de 49 representantes, de 20 municípios. No período da tarde, ocorreram atividades diferenciadas para representantes de COMSEAs e CAISANs, conduzidas por integrantes do Projeto de Fortalecimento do SISAN. No âmbito dos COMSEAs o foco da atividade foi discutir e pactuar estratégias para legitimar a participação e controle social em prol do fortalecimento do SISAN em Santa Catarina. As atividades direcionadas as CAISANs, por sua vez, objetivaram instrumentalizar os municípios a respeito dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. A heterogeneidade da situação de implementação do SISAN nos municípios promoveu debates e trocas de experiências, contribuindo para o amadurecimento dos distintos estágios da política de SAN nos municípios. O evento foi avaliado pelos participantes como enriquecedor pela oportunidade de promover discussões envolvendo representantes das instâncias de controle social, das esferas municipais e estadual, bem como da academia (representada pelo TearSAN-UFSC). Ao final, elaborou-se uma carta com recomendações para o fortalecimento das instâncias ligadas ao SISAN no estado de Santa Catarina, com possibilidades de ações e distintas estratégias em prol do fortalecimento do Sistema. Este momento serviu de base para futuras formações e encontros temáticos, favorecendo o diálogo e novas perspectivas para garantia do direito de todos a uma alimentação adequada.



Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional;
Participação Social; Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Fonte(s) de financiamento: Ministério de Desenvolvimento
Social e Agrário (MDSA)
Conflito de interesses: não há conflitos de interesse.

A Alimentação como Direito Social

Autores/as: Lidianne Kelly Nascimento Rodrigues de Aguiar Lopes

Resumo:

Todos os seres humanos, pelo simples fato de terem nascido e serem parte da espécie humana, possuem Direitos Humanos, dentre eles, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O Direito Humano à Alimentação Adequada é indispensável para a sobrevivência, na medida em que, as normas internacionais reconhecem o direito de todos à alimentação adequada e ao direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome, como pré-requisitos para a realização de outros direitos humanos.

A promoção da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada está prevista em diversos tratados e documentos internacionais, tais como: a Carta das Nações Unidas (1945); Declaração Universal de Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966); e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965); Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Esses últimos documentos são acompanhados de uma série de mecanismos de proteção, na forma de comitês temáticos.

Importa salientar que, quando um Estado ratifica um dos Pactos, assume solenemente a responsabilidade de dar cumprimento a cada uma das obrigações nele estabelecidas e de garantir a compatibilidade do seu direito interno com os seus deveres internacionais, de boa-fé. Assim, através da ratificação dos tratados de direitos humanos, os Estados tornam-se responsáveis perante a comunidade internacional, perante os outros Estados que tenham ratificado o mesmo instrumento e perante os seus próprios cidadãos e outras pessoas residentes nos seus territórios

Portanto, o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA é expressão com origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, possuindo duas dimensões, quais sejam, o direito de estar livre da fome e da desnutrição e o direito à alimentação adequada. Tema que tem sido amplamente debatido no âmbito internacional, com previsão na Declaração Universal dos Direitos do Homem e, no âmbito nacional, que, através da EC 64/2010 inseriu à alimentação no rol do artigo 6º da CF/88 como um direito social. Podendo ser entendida, no plano legislativo, como o resultado final que consolidou um processo histórico de luta pelo reconhecimento dos problemas da pobreza, da fome e da miséria em nosso país como desafios que devem ser enfrentados por todos, deixando de ser um dos tabus da nossa civilização, como apregoa Josué de Castro.

Em 2004, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome. Em 2005, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, é criada a Comissão Especial de Monitoramento de Violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada, que passa a acompanhar alguns casos de violações envolvendo indígenas, quilombolas, comunidades urbanas, entre outros. No ano de 2009 foi aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional



que estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, traçando as diretrizes e objetivos para a garantia do direito à alimentação, conceituando no art. 2º esse direito.

Em 25/08/2010 é instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN e definidos os critérios para a elaboração do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a publicação do Decreto nº 7.272/2010, sendo o principal instrumento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em dezembro de 2010, inicia-se a estruturação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Resolução nº 4 – CAISAN, publicada em 30/12/2010).

Em 2011 é aprovado o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o PLANASAN 2012/2015, o qual é reconhecido como um importante instrumento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que buscou concretizar a intersetorialidade, pressuposto da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, dando visibilidade e propondo um monitoramento sistemático de programas e ações que deveriam, em última instância, garantir o direito humano à alimentação adequada da população brasileira, conforme determinado pela Lei nº 11346/2006.

Em maio de 2016, é aprovado o II Plano de Segurança Alimentar e Nutricional que foi construído com base em 9 (nove) desafios, que possuem correspondência com as 8 (oito) Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN que está dividido em Desafios, metas e ações relacionadas, na medida em que, desafios, refere-se a uma dimensão mais estratégica do Plano, expressando de forma direta quais os desafios que precisam ser enfrentados no campo da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN; Ao passo que Metas refere-se a um resultado final a ser alcançado nos próximos quatro anos, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa e Ações Relacionadas refere-se aos meios necessários para o alcance das metas

Nessa perspectiva é que o direito à alimentação deve ser compreendido, na esteira do pensamento de Flávio Valente que aduz como acesso de todos os seres humanos, (...) aos recursos e aos meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis que possibilitem uma alimentação de acordo com os hábitos e práticas alimentares de sua cultura, de sua região e de sua origem étnica.

Palavras-chaves: Direito Humano à Alimentação

Fonte(s) de financiamento: Particular

Conflito de interesses: Tema objeto de pesquisa de dissertação de Mestrado em Direito.



Direito Humano à Alimentação como Atividade Docente

Autores/as: Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa (Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito); Carolina Weiler Thibes (Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito).

Resumo:

Este trabalho pretende apresentar e relatar a disciplina Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como atividade docente para a Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Disciplina oferecida em dois semestres no ano de 2015, que tinha como objetivo debater a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e, assim, investigar como esse conceito é trabalhado historicamente pelos movimentos sociais e governos para, finalmente, se formalizar em pactos internacionais, legislações e políticas públicas. Ao introduzir o tema do DHAA, apresentamos os parâmetros de análises de políticas públicas de SAN combinadas à institucionalização das mesmas. Como a SAN é um conceito usado por diversos grupos sociais, desde instituições internacionais de ajuda humanitária a grupos econômicos, nações, movimentos sociais de inúmeras características e, por isso, possui diversas definições e compreensões. A inserção do direito humano à alimentação na Constituição Federal por força da Emenda Constitucional nº 64/2010 não deve ser considerada como mera norma de conteúdo programático com baixo grau de vinculação e exigibilidade da Administração Pública, mas, antes, deve instar os legisladores e os gestores públicos à adoção de medidas que lhe confirmem concretude e efetividade. Nesse sentido, como um dos produtos da parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e a UFF, a introdução de uma disciplina optativa de DHAA no currículo da Faculdade de Direito teve como objetivo central o fortalecimento das bases sociojurídicas fundamentais para

o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no seu aspecto mais elementar: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Palavras-chaves: Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), ensino, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

Contexto Sócio-Histórico Brasileiro em 1993: O Caso do Mapa da Fome

Autores/as: Siloé Aparecida de Souza de Almeida (Mestranda da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR).

siloesouza@gmail.com

Co-autoras: Profa Dra Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR maria.pilla@pucpr.br); Cilene Gomes Ribeiro (Profa Dra da Pontifícia Universidade Católica do Paraná –PUCPR.

cilenex@hotmail.com)

Resumo:

Este trabalho faz parte de um estudo maior que está sendo desenvolvido sobre as relações entre alimentação e direitos humanos e suas implicações em políticas públicas para construção de diretrizes para a merenda escolar. O artigo busca analisar o contexto histórico e social do Brasil em políticas públicas voltadas para a alimentação, na ocasião da campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que obteve grande repercussão nacional e corresponde com a divulgação do Mapa da Fome elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 1993. A campanha foi criada com o objetivo de revelar o pro-



blema emergencial da fome no Brasil. Nesta conjuntura também foi divulgada a Carta de Ação da Cidadania, documento assinado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho e outros ativistas que desejavam chamar atenção para a situação de miséria intensa que passava o país. Segundo o Mapa da Fome, cerca de 32 milhões de brasileiros eram miseráveis em 1993. Para realização do trabalho serão analisados como fontes documentos oficiais e estudos sobre o período.

Palavras-chaves: Direitos Humanos e Políticas Públicas, Alimentação e Cultura, Mapa da fome.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

Mulheres Camponesas em Luta: Pela Segurança Alimentar e Nutricional Construindo um Projeto de Futuro Ecológico

Autores/as: Regiane Fonini (Programa de Pós-Graduação em Sociologia/PGSOCIO - Universidade Federal do Paraná/UFPR - regianefonini@gmail.com) Islândia Bezerra (Professora Adjunta do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição/PPGAN - Universidade Federal do Paraná/UFPR - islandia@ufpr.br) Jussara Maysa Silva. Campos (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/Ministério da Educação MEC - jussara.maysa2@gmail.com)

Resumo:

O movimento agroecológico no Brasil e na América Latina tem reivindicado um novo projeto de desenvolvimento formulado a partir de uma racionalidade substantiva/ambiental, tendo por base os princípios éticos de cuidado com o outro e com o ambiente natural, sob a ótica da Soberania Alimentar e da Segurança

Alimentar e Nutricional. Trata-se de um projeto de contraposição ao modelo hegemônico modernizador e homogeneizador do mundo rural formulado e subsidiado para o agronegócio. Este projeto reafirma a importância do protagonismo dos agricultores e agricultoras na busca por autonomia, por meio da ampliação do domínio geral sobre as atividades, produção para o autoconsumo e comercialização em circuitos curtos com pouca ou nenhuma dependência de insumos externos, e por meio da valorização e priorização das relações de troca e reciprocidade (de saberes, fazeres, sementes e comida) mediante o diálogo de saberes. A mulher, em especial a mulher camponesa, tem sido protagonista na construção deste projeto de sociedade ao reivindicar e construir a si mesma à luz da busca pela sua liberdade e reconhecimento de si e do outro como sujeito político. Nesse sentido, atua em resistência à dominação do projeto hegemônico de produção e consumo de alimentos, à exploração do ser humano e da natureza e à sociedade regida pelos princípios patriarcais que não respeita os desejos, projetos e as formas genuínas de se viver e saber fazer. Diversos estudos mostram que as mulheres camponesas possuem importantes papéis como guardiãs dos sistemas culinários, da cultura alimentar, dos recursos naturais e das relações sociais necessárias à manutenção do tecido social. Possuem também um papel ativo na reprodução socioeconômica e nos movimentos políticos e estão mais presentes nas discussões sobre as questões de alimentação, saúde, biodiversidade e segurança alimentar e nutricional, temas historicamente atribuídos a elas. São mulheres camponesas que projetam um futuro melhor para todos e todas. Do mesmo lado, o projeto de sociedade agroecológico contribui para a emancipação da mulher por meio da obtenção de direitos, da garantia de maior igualdade e oportunidade e da libertação das opressões, pelo menos em parte, sofridas pelas mulheres camponesas. Essas ações vão ao encontro da defesa da autodeterminação dos povos em produzir e consumir aquilo que desejam e resistir à dominação das formas hegemônicas e da garantia da qualidade e quantidade de alimentos saudáveis, sustentáveis e culturalmente referenciados



que são temas de luta no qual a mulher camponesa tem desempenhado papel fundamental. Este trabalho, portanto, se propõe a analisar as distintas dimensões pautadas no tema da luta das mulheres e de como tal projeto vem conduzindo processos transformadores no plantar, colher e comer.

Palavras-chaves: Mulheres; Soberania Alimentar;
Segurança Alimentar e Nutricional; Projeto ecológico.

Fonte(s) de financiamento: Não se aplica

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

GRUPO TEMÁTICO 2

Produção sustentável e processamento de alimentos

O GT 2 tratará de debater os seguintes temas: Produção de alimentos; transição agroecológica para a construção das escolhas alimentares saudáveis; impactos/ efeitos do uso de agrotóxicos e transgênicos sobre a vida; impactos de grandes obras sobre recursos naturais, perda da sociobiodiversidade; meio ambiente, mudanças climáticas e a questão alimentar; acesso à água e a interface com a produção e processamento de alimentos; processamento de alimentos: potencialidades e impactos para a Soberania e segurança alimentar e nutricional; normas sanitárias e seu impacto na produção, na cultura alimentar tradicional e religiosa e processamento de alimentos; etnodesenvolvimento e inclusão produtiva com um olhar diferenciado para a população negra e povos e comunidades tradicionais (PCTs); biodiversidade e SAN; e políticas públicas relevantes para o tema.





DIA 01

05 DE OUTUBRO

16h15min até 18h15min

**1a sessão dos Grupos temáticos: modalidade comunicação oral
(15 min/trabalho)**

Moderador (a):

Islândia Bezerra (UFPR)

Abordagem de Alimentos Transgênicos na Formação do Nutricionista.

Autores/as: Célia Maria Patriarca Lisboa; Alexandre Brasil Fonseca; Ana Lúcia Almeida; Fernanda Roberta Daniel da Silva Portronieri; Juan Francisco Bacigalupo Araya; Natália Coelho; Olívia Schneider; Rute Costa; Vanessa Louzada Ribeiro. (Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde - NUTES/UFRJ).

Resumo:

O acesso à alimentação adequada é direito humano garantido pela Constituição e relaciona-se aos aspectos de disponibilidade, adequação e acessibilidade ao alimento. O conceito de alimentação saudável, segundo o Ministério da Saúde, deve incluir a variedade de todos os grupos alimentares, ser harmoniosa em relação à quantidade e à qualidade dos alimentos; respeitar as porções recomendadas para cada grupo de alimento; e ser segura contra a contaminação físico-química e biológica dos alimentos. Nesse sentido, a produção de alimentos transgênicos (AGMs) está intimamente relacionada ao enfoque food safety da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que diz respeito ao consumo de alimentos livres de riscos para a saúde. Assunto que está na pauta do dia,

especialmente em relação às questões acerca dos efeitos dos AGMs sobre a saúde dos seres humanos e a biodiversidade. Considerando que o nutricionista é um dos principais profissionais que contribuem para a promoção da saúde de indivíduos e coletividades, com base na qualidade dos alimentos e em suas implicações para a saúde humana e ambiental, espera-se que tenha formação crítica e seja capaz de atuar visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Deste modo, questiona-se como o tema “Transgênicos” tem sido abordado nos cursos de Nutrição, quais as implicações dessa abordagem para a formação dos nutricionistas e que contribuições traz para a sociedade? Buscando responder a essas questões, o objetivo desta pesquisa é analisar a formação e o perfil do profissional nutricionista graduado em instituições públicas do Rio de Janeiro, suas contribuições para a sociedade, considerando os aspectos que envolvem o consumo de AGMs e conteúdos de SAN". Os marcos teóricos de referência são: os conceitos centrais da educação freiriana e do enfoque CTS; a concepção dialógica-dialética do currículo, de Moacir Gadotti; os usos sociais da ciência, segundo Bourdieu; e a ideia de precaução e controvérsia, segundo Latour. Realizamos análise documental das ementas e programas das disciplinas dos cursos de Nutrição das universidades públicas do Rio de Janeiro que abordam os AGMs, buscando apreender e compreender os esquemas conceituais que subjazem ao modo como o tema é abordado, os argumentos e refutações utilizados por seus autores e a forma como o conteúdo é organizado. Realizamos entrevistas semiestruturadas junto aos docentes das respectivas disciplinas para conhecer e analisar as experiências, trajetórias, perfis profissionais, expectativas em relação à formação e as percepções sobre AGMs e SAN. A pesquisa visa contribuir para o debate sobre o consumo de AGMs, promovendo uma reflexão acerca da formação do nutricionista, sob a perspectiva de uma prática cidadã comprometida com as questões sociais.



Palavras-chaves: transgênicos, segurança alimentar e nutricional, formação do nutricionista

Fonte(s) de financiamento: Não há

Conflito de interesses: Não há

Os Agrotóxicos com Potencial Risco de Ingestão Crônica por meio da Dieta da População Brasileira

Autores/as: Jacqueline M Gerage; Ana Paula Gasques Meira (Mestranda em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade de São Paulo - ESALQ/USP, Piracicaba); Dr^a Marina Vieira da Silva (Professora do Departamento de Agroindústria, Alimentos e Nutrição, Universidade de São Paulo - ESALQ/USP, Piracicaba).

Resumo:

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional evoluiu, e, nos últimos anos englobou a sustentabilidade, visando, entre outros avanços, o estreitamento entre a produção agrícola com a nutrição e soberania alimentar.

No Brasil, a produção agrícola se caracteriza pela concentração de terras, reforçando a degradação do meio ambiente e biodiversidade por meio da dependência do uso de agrotóxicos, fertilizantes e maquinários. O país tem sido desde 2008 o maior mercado de agrotóxicos, com consequências negativas para a saúde de trabalhadores rurais, consumidores e reconhecidos impactos sobre o ambiente.

O objetivo do trabalho foi estimar a Ingestão Diária Máxima Teórica (IDMT) dos agrotóxicos potencialmente consumidos pela população brasileira por meio da dieta.

Para o cálculo da IDMT, foram utilizados dados de consumo de alimentos disponíveis para uma amostra de 33.613 indivíduos que integram o Bloco de Consumo Pessoal da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Procedeu-se a classificação dos alimentos em três grupos (in natura, processados e preparados), e a adoção dos valores de Limite de Resíduos Máximo, registrados nas monografias dos agrotóxicos (n=283) com uso autorizado no país, e para produtos de origem animal, os valores do Codex Alimentarius.

Os resultados passaram por comparação com os valores de Ingestão Diária Aceitável (IDA), também publicados nas monografias dos agrotóxicos pela ANVISA, e quando inexistentes, foram utilizados os valores de agências internacionais Environmental Protection Agency (EPA), Codex Alimentarius e Departamento de saúde do governo australiano.

Com base nos valores da mediana do consumo, 68 compostos extrapolaram os valores IDA, sendo os maiores valores obtidos: Brometo de Metila, Fosfina, Fipronil, Acefato, Diazinona, Fentina, Terbufós, Diquate, Diurom e Propanil. Destes produtos, seis são inseticidas, três herbicidas e um fungicida.

O brometo de metila e a fosfina se destacaram como os produtos com maior potencial de exposição, pois extrapolaram os valores da IDA, sendo ambos compostos pertencentes à classe toxicológica I (extremamente tóxico), sendo sua aplicação em formas voláteis no armazenamento de aproximadamente 28 itens alimentares.

Os compostos que ultrapassaram os valores IDA se apresentam como potenciais causadores de intoxicações de ordem crônica, com exposição a doses baixas de produto por um longo período, por meio da alimentação.



Palavras-chaves: Agrotóxicos, Consumo alimentar, Limite máximo de resíduos
Fonte(s) de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar

DIA 01

05 DE OUTUBRO

**18h15min até 19h -1a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)**

Moderador (a):

Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ), Islandia Bezerra (UFPR)
e Mauro Del Grossi (UnB)

Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Município de Pelotas-RS - Qualidade Microbiológica de Produtos de Origem Animal Encaminhados para Alimentação Escolar

Autores/as: Natacha Deboni Cereser; Débora Rodrigues Silveira; Helenice Gonzalez de Lima; Fernanda de Rezende Pinto; Cláudio Dias Timm; Rita de Cássia dos Santos da Conceição; Eduarda Hallal Duval; Samanta Winck Madruga; Jozi Fagundes de Mello; Kelly Lameiro Rodrigues (Universidade Federal de Pelotas - UFPel)

Resumo:

Pouco são os estudos para avaliar a qualidade higiênicossanitária dos alimentos oriundos da agricultura familiar e fornecidos à merenda escolar. Em se tratando de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos DTA, alimentos fornecidos em escolas públicas são apontados como um problema de saúde pública. Sendo assim, é necessário o fornecimento de informações relacionadas à qualidade dos alimentos, para fomentar a inclusão de políticas públicas específicas, buscando a melhoria da qualidade dos alimentos fornecidos. Baseado nestes fatores, idealizou-se o projeto intitulado Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no município de Pelotas-RS, pela mobilização dos serviços de saúde, educação e agricultura familiar. Neste resumo serão apresentados os resultados relativos a uma das ações prevista no projeto, cujo objetivo específico foi avaliar as condições higienicossanitárias dos alimentos oriundos da agricultura familiar, fornecidos na alimentação escolar do município de Pelotas-RS. Foram analisadas quanto à qualidade microbiológica, de maneira representativa, 100% dos produtos de origem animal (leite UHT, bebida láctea fermentada e filés de frango), oriundo da agricultura familiar, encaminhados para alimentação escolar no município de Pelotas-RS, no período de abril de 2015 e fevereiro de 2016, totalizando 55 amostras. As amostras foram obtidas diretamente no centro de distribuição da Secretaria Municipal de Educação, onde também foram verificadas as condições de armazenamento, conforme previsto pela Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 216/04, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que estabelece normas específicas de boas práticas para serviços de alimentação. Como resultado um lote dos files de frango apresentou *Salmonella* spp. em quatro das cinco amostras. Os demais produtos encontravam-se de acordo com os padrões regulamentados pela ANVISA, quanto à contagem de micro-organismos mesófilos e Número Mais Provável de Coliformes Termotolerantes. As condições de armazenagem foram consideradas ruins, e destacam-se as temperaturas inapropriadas de arma-



zenagem de alguns lotes de produto, o que poderá permitir a multiplicação dos agentes indicadores e patogênicos antes da distribuição às escolas. Os resultados não garantem a inocuidade do produto final que será ofertado aos alunos e apontam para um importante risco de contaminação cruzada durante a preparação destes alimentos, indicando para melhoria das condições de Boas Práticas de Armazenagem. Como próximas ações do projeto estão previstas a avaliação das condições de manipulação dos alimentos em 50% das escolas do município, e realização de treinamentos com as merendeiras.

Palavras-chaves: Salmonella spp., Boas Práticas, Filés de Frango

Fonte(s) de financiamento: Edital PROEXT 2015 - Programa de Extensão Universitária MEC/Sesu

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

O Acesso à Água e Seus Significados no Semiárido a Partir do P1mc E Do P1+2

Autores/as: Elza Maria Franco Braga (Professora da Universidade Federal do Ceará e Conselheira do Consea Nacional); Francisca Malvinier Macedo (Presidenta do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará).

Resumo:

Pretende-se abordar o acesso à água no semiárido brasileiro como um dos recursos básicos para garantir o Direito Humano à Alimentação e a sustentabilidade da agricultura familiar. A água é um tema presente na história do semiárido. Historicamente, o olhar do Estado era, sobretudo, voltado para as grandes obras hídricas, dando ênfase ao abastecimento de grandes propriedades rurais, ignorando o agricultor familiar. Quando as ações estatais eram dirigidas a este segmento, tinham conotação assistencialista, com viés clientelista e sem preo-

cupação em resolver os problemas da região. As organizações sociais ao lançar o paradigma da convivência com o semiárido, no final do século XX, passam a reivindicar e propor um novo tratamento pelo estado brasileiro. Ao ser criada a rede Articulação no Semiárido - ASA, um dos protagonistas desta causa, a água para o consumo humano e para a produção começa a ter um enfoque diferenciado. As iniciativas apoiadas no seu nascedouro pelo governo Fernando Henrique, nos governos Lula e Dilma, ganham amplitude intencional de universalização. As tecnologias sociais propostas, dão origem às políticas de acesso à água, iniciando com o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e posteriormente agregando-se o Programa Uma Terra e Duas Águas (P2+2). Neste cenário será analisado o que isso significou, vendo os programas financiados pelo governo federal, via Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e executados pela Associação Programa Um Milhão de Cisternas AP1MC- OSCIP vinculada à ASA. A consulta à literatura dará subsídios para respaldar as dinâmicas e alcances dessas políticas, através das falas dos sujeitos sociais envolvidos. Serão consultadas duas fontes de informações secundárias para atribuir fundamento empírico. Para a primeira, serão selecionados e utilizados artigos da Série Brasil-Espanha (3 volumes) de sujeitos sociais que veiculam os discursos de gestores federais, de dirigentes da ASA e de organizações sociais, numa abordagem mais geral sobre os Programas no contexto do semiárido. Para a segunda fonte, o universo analítico enfocará o Estado do Ceará e serão analisados os depoimentos e relatos de agricultores familiares sobre os Programas, constantes nos boletins Candeeiro e nos Cadernos de Sistematização elaborados pelas organizações cearenses, vinculadas à ASA. Esta opção metodológica ao combinar um recorte mais amplo e outro mais específico possibilitará descobertas e trilhas para cotejar olhares dos e entre os sujeitos, a partir de seus lugares sociais e, assim, apreender os múltiplos significados atribuídos ao P1MC e P1+2.



Palavras-chaves: Semiárido, Água, ASA

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflitos de interesse a declarar

Políticas de Apoio à Produção Sustentável de Alimentos no Cerrado

Autores/as: Sandra Regina Afonso (Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília, Pesquisadora do Serviço Florestal Brasileiro - afon-sandra@gmail.com); Cibele Cristina Bueno de Oliveira (Mestre em Ciências Agronômicas pela FCA/UNESP e Pesquisadora em Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Rural, Bolsista Técnica da INCUBA/UFRB. ccbolive@hotmail.com)

Resumo:

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, vem sendo operado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social. O PAA, através de suas diversas modalidades vem apoiando o beneficiamento e a comercialização de produtos florestais não madeireiros do Cerrado.

A modalidade Doação Simultânea executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), funciona a partir da aquisição dos produtos da agricultura familiar, cuja doação é realizada e simultaneamente às instituições e órgãos públicos cadastrados na Rede SUAS de Assistência Social, tais como: escolas; restaurantes populares; abrigos; e hospitais públicos. A modalidade de Formação de Estoques, também operacionalizada pela CONAB, viabiliza a venda partir de empréstimo financeiro às organizações econômicas da agricultura familiar, con-

tribuinando para o beneficiamento e processamento dos produtos, sendo assim, uma alternativa de apoio que permite a agregaão de valor aos produtos extrativistas e da agricultura familiar.

No âmbito do PAA, em 2013, mais de 20 produtos do cerrado, incluindo o mel produzido por abelhas nativas, foram comercializados pelos agricultores familiares. Polpas, doces, farinhas, pães, entre outros alimentos, foram desenvolvidos a partir dos frutos do cerrado: umbu; baru; guariroba; cagaita; cajá, babaçu, bacuri; buriti, murici e pequi. O produtos foram comercializados em 8 estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Piauí. O valor total comercializado atingiu cerca de 1 milhão de reais e adicionalmente garantiu o consumo dos produtos em diversas instituições, valorizando a produção e a cultura alimentar local.

Os dados mostram o potencial produtivo e de oferta dos agricultores familiares e dos povos e comunidades tradicionais, a partir do uso sustentável do Cerrado. Cabe ao governo federal, estadual e municipal o aprimoramento do conjunto de políticas públicas relacionadas ao tema da produção e da comercialização de produtos extrativistas e da agricultura familiar, considerando suas especificidades. Destaca-se assim a importância de se buscar adequações na execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), no Programa Mais Gestão e nos demais programas e iniciativas relativas às compras públicas. Para tanto, recomenda-se uma estratégia de atuação descentralizada que seja capaz de alavancar investimentos no que tange: a gestão; a logística; a formalização de CNPJs; o atendimento aos normativos sanitários; entre outros.



Palavras-chaves:

Políticas públicas, Produção sustentável, cerrado

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

Práticas e Percepções Relacionadas à Produção de Alimentos e a Conservação dos Recursos Naturais de Famílias Agricultoras do Município de Coto Brus, Costa Rica.

Autores/as: Shirley Rodríguez González (Professora da Universidade de Costa Rica. Estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Pesquisadora de NESAN – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional/UFRGS. Endereço: Av. João Pessoa, 31. CEP 90040-000. Porto Alegre, Brasil. E-mail: shirley.rodriguez@ucr.ac.cr); Wagner Chaves Acuña (Biólogo de la Universidad de Costa Rica. Asistente del Proyecto “Agricultura Familiar y Seguridad Alimentaria y Nutricional”. Endereço: 2060. Escuela de Nutrición, UCR. Sede Universitaria Rodrigo Facio, San Pedro de Montes de Oca, Costa Rica. E-mail: wchaves@veraguarainforest.com); Xinia Elena Fernández Rojas (Professora e pesquisadora da Universidade de Costa Rica. Endereço: 2060. Escuela de Nutrición, UCR. Sede Universitaria Rodrigo Facio, San Pedro de Montes de Oca, Costa Rica. E-mail: xinia.fernandezrojas@ucr.ac.cr); Gabriela Coelho-de-Souza (Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Coordenadora do NESAN – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional/UFRGS. Endereço: Av. João Pessoa, 31. CEP 90040-000. Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: gabriela.coelho@cnpq.br)

Resumo:

Este estudo utilizou uma abordagem teórica e metodológica sistêmica da segurança alimentar e nutricional, que considera uma articulação das dimensões ambiental, sociocultural, política, económica e nutricional. Supõe-se que a sustentabilidade do uso dos recursos naturais depende da interação da dimensão entre as dimensões, com ênfase na conservação da água, ecossistemas nativos e solos.

Neste trabalho, procura-se determinar as práticas agrícolas de famílias agricultoras do Município de Coto Brus de Costa Rica e se elas podem contribuir na conservação dos recursos naturais. A coleta dos dados foi realizada no ano 2015 em 34 famílias, utilizando três técnicas: a entrevista semiestruturada, a observação participante e a caminhada junto aos agricultores pela propriedade. Em relação às práticas produtivas foram identificados os tipos de alimentos produzidos e suas estratégias de cultivo, assim como as percepções dos agricultores sobre estas. Como indicador da conservação ambiental foi medida a agrobiodiversidade presente na propriedade (espécies vegetais comestíveis e animais avisados). A informação quantitativa foi analisada com ajuda do programa SPSS e a informação qualitativa foi organizada e apresentada a partir das categorias predefinidas.

As famílias visitadas produzem uma media de 23 alimentos, 6 são alimentos utilizados tanto para venda quanto para o autoconsumo e 16 são produzidos só para o autoconsumo. As estratégias de produção utilizadas dependem do tipo de cultivo, no caso do café, principal cultivo nas famílias visitadas (25 famílias), são utilizados fertilizantes e praguicidas em todos os casos, mas algumas manifestaram a incorporação de algumas práticas que reduzem o uso destes insumos.



O outro tipo de produção frequente nas famílias são as hortaliças (24 famílias). Destas 22 produzem em ambientes protegidos e 2 em ambientes abertos. A maioria destas famílias está utilizando técnicas de produção orgânica e só utilizam alguns químicos pouco agressivos no caso que fosse necessário.

Em relação à agrobiodiversidade foram identificadas 126 espécies de plantas comestíveis, com uma média de 23 por família e 55 espécies de animais com uma média de 14 espécies de animais silvestres, inclusive mamíferos maiores como o jaguar, o que indica que este território oferece boas condições de habitat para a vida silvestre.

Na maioria das famílias há uma preocupação em realizar práticas agrícolas mais amigáveis com o ambiente, ao considerar que o uso excessivo de químicos foi deteriorando os recursos naturais que são necessários para a produção de alimentos e da vida em geral. Além disso, a grande agrobiodiversidade evidenciam que as práticas agrícolas dos agricultores deste município contribuem para a conservação dos recursos naturais.

Palavras-chaves: Agricultura familiar, práticas agrícolas, conservação de recursos naturais.

Fonte(s) de financiamento: Os recursos financeiros com que contou a pesquisa foram outorgados tanto pela Universidade de Costa Rica quanto pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Segurança Alimentar e Nutricional e sua Interface com a Agricultura Familiar de Base Agroecológica em São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil.

Autores/as: Tatiane Leocádio Temóteo. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Nutricionista. E-mail: tatiane.leocadio@ifpi.edu.br

Resumo:

Introdução:

A segurança alimentar e nutricional é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Objetivo: Fomentar a agricultura familiar do município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, Brasil, com estratégias de base agroecológicas para promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional. Casuística e Métodos: Projeto de extensão foi desenvolvido entre setembro de 2014 e dezembro de 2015, a partir da inclusão de agricultores familiares do município de São Raimundo Nonato em discussões e práticas intersetoriais, subsidiando-os com informações e técnicas de produção, manejo e coleta sustentáveis de alimentos. Resultados: Houve o fortalecimento das discussões de apoio à agricultura familiar de 3 pólos agroecológicos da região do Município: Tanque Bom, Castanheiro dos Macários e Lagoa do Cipó, nos quais estão incluídos 15 unidades de produção familiar. Cumpru-se a proposta "2014 - Ano internacional da Agricultura Familiar" e "2015 - Ano Internacional do Solo", da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), de incentivo e valorização do solo e das iniciativas agrícolas de base familiares locais. Além disso, a partir de estratégias de monitoramento e avaliação, a iniciativa foi incluída na rede vir-



tual de compartilhamento de experiências de Educação Alimentar e Nutricional "Ideias na mesa". Considerações finais: A promoção de estratégias de base agroecológica é fundamental para a proteção da saúde e garantia da segurança alimentar e nutricional da população. O projeto serviu de gatilho para o fomento da agricultura familiar do município de São Raimundo Nonato com estratégias de base agroecológicas, mantendo o compromisso futuro, considerando que as práticas educativas devem ser permanentes, de desenvolvimento spots informativos, a serem divulgados a partir das rádios comunitárias locais, ampliando o conhecimento da população da região sobre agroecologia e alimentos orgânicos e tornando-a potencial consumidora dos alimentos cultivados.

Palavras-chaves: Agroecologia, agricultura orgânica, segurança alimentar e nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Programa de apoio à extensão – PIBEX/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

DIA 02
06 DE OUTUBRO
10H45MIN ATÉ 13H

2a sessão dos Grupos temáticos: modalidade comunicação oral
(15 min/trabalho)

Moderador (a):

Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ)

A Segurança Alimentar no Âmbito da Educação Escolar Indígena: Uma Experiência em Escolas do Norte da Bahia

Autores/as: Sandra Simone Morais Pacheco (Universidade do Estado da Bahia – UNEB); José Augusto Laranjeiras Sampaio (Universidade do Estado da Bahia - UNEB)

Resumo:

A questão da Segurança Alimentar e Nutricional nas áreas indígenas é ainda um tema a ser melhor contextualizado nas políticas de alimentação e nutrição no Brasil. Isso se deve, principalmente, à diversidade de formas de organização e condições de existência dos diferentes povos que se espalham pelas regiões do país. No caso dos indígenas do Norte da Bahia, que ocupam uma área de semiárido e sertão, o contato com os não índios é intenso e de longa data. Essa experiência aqui relatada, se reporta ao desenvolvimento de um projeto de gestão ambiental e educação, desenvolvido no âmbito do programa PIBID DIVERSIDADE da Universidade do Estado da Bahia em 6 aldeias indígenas do Norte do Estado, que envolve 21 estudantes/bolsistas atuando de forma a problematizar as condições de sustentabilidade ambiental e alimentar na esfera dos territórios contíguos às escolas. Até o momento, foi realizado um levantamento sócio ambiental, abrangendo a produção de alimentos das comunidades e suas formas de armazenamento, consumo e comercialização, buscando articular esses dados com os atuais recursos disponíveis para as famílias promoverem sua auto sustentação alimentar (recursos hídricos, terra disponível para a família, sementes, casa de farinha, etc). Esses dados indicam a escassa condição dos grupos indígenas participantes do projeto de provê essa auto sustentabilidade alimentar, em função da degradação ambiental dos seus territórios, do esgotamento de seus recursos hídricos e da dificuldade do provimento de elementos básicos para o plantio, como equipamentos e sementes. Nesse sentido, grande parte da ali-



mentação consumida pelas comunidades, inclusive na alimentação escolar, são compostas por um repertório limitado de alimentos, com introdução de alguns industrializados, de baixo custo e valor nutricional reduzido ou inexistente, configurando um padrão alimentar empobrecido, monótono, inseguro nutricionalmente e que traz inúmeros malefícios à saúde de crianças e adultos. Durante o desenvolvimento do Projeto têm-se trabalhado nas Escolas participantes com a problematização com a gestão escolar de incorporar alimentos locais à alimentação das crianças, assim como, têm-se realizado atividades educativas visando alertar para a disseminação do uso de alimentos açucarados (balas, pipocas, biscoitos, etc), de baixa qualidade nutricional, em detrimento de outros que em determinadas épocas são de fácil acesso e pouco valorizados (frutas como caju, goiaba, umbu, melancia, pinha, seriguela). Considera-se que esse projeto tem trazido uma resposta positiva ao levar à escola uma temática reflexiva e com potencial de transformação de hábitos e práticas coletivas e individuais.

Palavras-chaves: gestão ambiental/áreas indígenas/auto sustentabilidade

Fonte(s) de financiamento: FNDE/CAPES

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses.

Território e Recursos Naturais: Impacto na Produção de Alimentos nas Comunidades Indígenas de Roraima

Autores/as: Ariane dos Santos da Silva – Povo Wapichana (estudante do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena – Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR); Elen Pereira da Silva – Povo Macuxi (estudante do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena – Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR. Email: elen_pereira_@hotmail.com); Esterfeson da Silva Malheiro - Povo Macuxi (estudante do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena – Instituto Insikiran de Formação

Superior Indígena – UFRR); Joziel de Oliveira Moraes- Povo Macuxi (estudante do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena – Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR); Inara do Nascimento Tavares (Antropóloga, docente do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR).

Resumo:

O relato de experiência descrito neste texto é resultado da pesquisa de campo realizado em janeiro de 2016, no tema contextual Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Gestão em Saúde Indígena, Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena–Universidade Federal de Roraima. O relato de experiência foi realizado nas comunidades Indígenas: 1) Anta I - Terra Indígena Anta, município de Alto Alegre, 2) Lage – Terra Indígena Taba Lascada, Município do Cantá, 3) Napoleão - Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Município de Normandia e 4) Três Corações, Terra Indígena Três Corações, Município de Amajari. A pesquisa de campo objetivou compreender a situação de segurança alimentar dos povos indígenas Macuxi e Wapichana, abordando as seguintes questões: novos meios de produções, mudanças de hábitos alimentares, mudanças climáticas e território. As informações foram obtidas por meio de entrevistas e aplicação de questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas direcionadas a interlocutores indígenas. Por metodologia, os dados foram interpretados como um diagnóstico situacional na perspectiva de GIL (2002) “não se dispõe previamente de um modelo teórico de análise, costuma-se verificar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride”. As entrevistas e questionários foram realizadas com 06 profissionais da saúde (03 enfermeiras, 02 odontólogos e 01 Agente Indígena de Saúde – AIS), e em 31 casas (que compõe núcleos familiares extensos), no total de 18 homens e 15 mulheres. Como resultados obtemos as seguintes informações: Na comunidade Anta I os entrevistados atribuem a demarcação da terra indígena em ilhas como



um dos problemas territoriais que teve grande impacto, resultado na falta de matas nativas para abertura de roças para a produção alimentar. Também as fontes de água – igarapés – não são contempladas no território, dificultando a pesca. Na comunidade Lage, a transição alimentar acarretou novos hábitos alimentares. A escassez de recursos naturais e os efeitos das mudanças climáticas – grandes períodos de seca – resultam em dificuldades de produção. O acesso facilitado a alimentos industrializados é possível pela proximidade com a sede do município. A comunidade Três Corações sofreu grandes mudanças em suas formas de produção e cultura alimentar pelo fato de estar localizado na beira da BR 174. As famílias já substituíram a produção de roça pela compra de alimentos industrializados, devido ao poder aquisitivo oriundo dos benefícios sociais. Por fim, na comunidade Napoleão, atribui-se as mudanças climáticas – grandes secas nos lagos e igarapés próximos a comunidade – a dificuldade de produção de alimento e as diminuições dos recursos naturais estão associadas ao crescimento populacional.

Palavras-chaves: Escassez de Recursos Naturais; Território;

Povos Indígenas em Roraima.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

DIA 02
06 DE OUTUBRO
14H30MIN ATÉ 16H15MIN

3a sessão dos Grupos temáticos: modalidade comunicação oral
(15 min/trabalho)

Moderador (a):

Mauro Del Grossi (UnB)

O Debate da Heterogeneidade da Agricultura Familiar
à Luz do Enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional

Autores/as: Mariana Oliveira Ramos^{1,2,3}; Fabiana Thomé da Cruz¹; Gabriela Coelho-de-Souza^{1,3}

1-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2-ONG ANAMA; 3- Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional – NESAN marianaoliveiramos@gmail.com

Resumo:

A trajetória de consolidação conceitual e institucional da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil contribuiu para o reconhecimento crescente do papel da Agricultura Familiar (AF) na promoção desta, seja pela produção de alimentos destinados ao consumo interno, seja pela predominância na ocupação da mão-de-obra no campo. Com isso, atores do campo da SAN, incluindo profissionais da saúde e nutrição, passaram a também incidir por políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar nos anos 2000. Todavia, estudos de avaliação de algumas dessas políticas têm apontado favorecimento de segmentos mais



capitalizados da AF, altamente especializados e integrantes das mesmas cadeias de commodities do agronegócio. Nesse contexto, o objetivo deste ensaio é refletir sobre a heterogeneidade que compõe a ampla categoria sociopolítica Agricultura Familiar, posicionando o papel da AF de base ecológica - incluindo extrativistas, comunidades e populações tradicionais -, na produção de alimentos sob o enfoque da SAN no Brasil. Para tanto, apresenta-se o debate acerca da heterogeneidade da AF tecido pelo campo dos estudos rurais, e analisa-se o tratamento dado ao tema pelas segundas versões dos Planos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLANSAN) e da Agroecologia e Produção Orgânica (II PLANAPO), elaborados para o período de 2016 a 2019. A AF vem sendo debatida pelos estudos rurais fundamentalmente a partir de variáveis socioeconômicas como renda, valor de produção, tamanho de terra, mão-de-obra empregada e incorporação de atualizações do pacote agroquímico convencional. A partir da análise dessas variáveis, são comumente identificados três segmentos da AF: consolidada, em transição e de subsistência, sendo que a participação dos atores da AF de base ecológica está presente, principalmente, no terceiro e segundo segmentos, que correspondem à maioria do universo de agricultores familiares. Nos planos analisados não há distinção dos três segmentos da AF, porém há destaque para agriculturas sustentáveis e extrativistas. Como conclusão, considera-se que: a) ao se reconhecer a centralidade da AF de base ecológica na promoção da SAN, principalmente pela qualidade e sustentabilidade de sua produção alimentar, ela deve ser incluída no debate da heterogeneidade da AF que incorporaria como variáveis os sistemas produtivos e os modelos tecnológicos adotados; b) é necessário maior compreensão a respeito da heterogeneidade da AF e de quais segmentos devem ser fortalecidos na perspectiva da SAN, o que é fundamental para avanços na formulação e gestão de políticas públicas de SAN, especialmente considerando atores do setor saúde responsáveis por tais políticas, os quais, de modo geral, têm maior distanciamento desse debate e da realidade do mundo rural.

Palavras-chaves: heterogeneidade da agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, produção sustentável de alimentos
Fonte(s) de financiamento: CAPES; CNPq/MDA
Conflito de interesses: Não há.

Participação Social e Democrática: Um Olhar às Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional

Autores/as: Priscila Reis Diniz (prihbas@gmail.com; Engenheira de Alimentos. Mestre em Alimentação e Nutrição pelo Programa de Pós Graduação em Alimentação e Nutrição/PPGAN - Universidade Federal do Paraná/UFPR)
Natália Ferreira de Paula (nataliafesr13@gmail.com; Nutricionista. Mestre em Alimentação e Nutrição pelo Programa de Pós Graduação em Alimentação e Nutrição/PPGAN - Universidade Federal do Paraná/UFPR)
Islândia Bezerra (islandia@ufpr.br; Professora Adjunta do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição/PPGAN - Universidade Federal do Paraná/UFPR)

Resumo:

A participação democrática no controle social no âmbito das instâncias da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - como por exemplo conselhos municipais, estaduais e nacionais - possui um caráter pedagógico e que merece melhor ser analisado. Assim, este trabalho busca ampliar (e ao mesmo tempo, focar) o olhar sobre duas ações consideradas estratégicas inseridas no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A ideia aqui é refletir sobre como tais ações - e, a partir da participação social materializada nos Conselhos -, podem incitar processos pedagógicos e com significativa dialogicidade de reflexão crítica, democrática e cidadã no escopo de seus regu-



lamentos, podem suscitar em mudanças no âmbito da sua execução. Entende-se que a existência destes Conselhos conecta em alguma medida, governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para outras ações - igualmente estratégicas - na SAN, e, por essa razão este diálogo deve ser incentivado e estimulado, para que resulte na crescente indução de processos que não apenas conquistem novos direitos sociais, mas que especialmente, garantam a permanência daqueles que já são consolidados. Sabe-se que as atribuições definidas na atuação dos referidos Conselhos, tanto no PAA (abordamos aqui os Conselhos de SAN - CONSEAs) como no PNAE (mais especificamente os Conselhos de Alimentação Escolar – CAEs) são fundamentais para a eficiência da sua execução, já que é em tais instâncias que melhorias são propostas. No caso, do PAA, Porto (2014) refere que o controle social tem sido uma lacuna e ressalta que existe indefinições nos processos de sistematização e estruturação desse controle. Já no caso do PNAE, é possível constatar que a ausência de uma articulação em rede entre os níveis municipais e estaduais, impõe ao CAE uma atuação limitada diante de um cenário complexo tal qual o do abastecimento alimentar. É possível inferir que atualmente ambas instâncias tem sido trabalhadas de forma isolada da Política Nacional de Participação Social e de demais Conselhos. Que, por sua vez, propõe uma participação cidadã como processos contínuo de reflexão crítica. Esse isolamento restringe o debate acerca do controle social a um mero mecanismo de participação, reduzindo - significativamente - a capacidade representativa dos atores envolvidos. Desta forma, consideram-se para a reflexão, o número de Conselhos atuantes no país e a composição destes e o conhecimento por parte dos conselheiros e conselheiras em relação às normativas das respectivas ações, consideradas estratégicas no campo da SAN.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional; Controle Social; Participação Democrática.

Fonte(s) de financiamento: não se aplica.

Conflito de interesses: “Não há conflito de interesse a declarar.”

Entre a Conservação da Biodiversidade e a Segurança Alimentar e Nutricional: O Protagonismo dos Povos e Comunidades Tradicionais

Autores/as: COELHO-DE-SOUZA, G. (Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Coordenadora do Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional. gabriela.coelho@pq.cnpq.br).

Resumo:

Recentemente as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar foram categorizadas em três gerações, sendo a terceira orientada pela construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade. A segurança alimentar e nutricional passou a articular diferentes demandas da sociedade, entre elas o combate à insegurança alimentar, a alimentação saudável, a diversidade cultural e a conservação da biodiversidade. Neste contexto, este trabalho objetiva analisar o reposicionamento do debate da conservação da biodiversidade convergindo para o debate da Segurança Alimentar e Nutricional, o qual vem adquirindo grande abrangência. Desde os anos 2000, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), tornou-se espaço de referência para as demandas de povos e comunidades tradicionais, o qual passou a dialogar fortemente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Ao mesmo tempo, a Segurança Alimentar e Nutricional, passou a influenciar as políticas



públicas voltadas para a produção de alimentos saudáveis, havendo uma valorização dos alimentos regionais e dos produtos da sociobiodiversidade, os quais estão intimamente relacionados ao manejo sustentável praticado por povos e comunidades tradicionais. Por outro lado, o debate da conservação da biodiversidade passou a reconhecer a importância dos povos e comunidades tradicionais, deslocando o debate dos espaços relacionados unicamente à gestão das unidades de conservação para os espaços de valorização da diversidade étnica e das práticas tradicionais relacionadas à sustentabilidade dos ecossistemas. Estes movimentos tiveram a atuação tanto da sociedade civil, quanto dos espaços governamentais que foram abertos desde a Constituição de 1988. Inicialmente a atuação do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), em paralelo às iniciativas dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Justiça, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, e o antigo Ministério da Pesca e Aquicultura. Um dos grandes pontos de intersecção foi a junção da categoria povos indígenas e povos e comunidades tradicionais à categoria agricultor familiar, segundo os critérios do PRONAF, em 2006. Considera-se que o fortalecimento do espaço destinado aos povos e comunidades tradicionais pela SAN, foi a grande mola propulsora para reposicionar o debate da conservação da biodiversidade, tanto pelo protagonismo destes atores no manejo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade, quanto pelo viés do alimento saudável o qual conecta o consumidor ao produtor, prescindindo de práticas de conservação da biodiversidade.

Palavras-chaves: Segurança alimentar e nutricional; Povos e comunidades tradicionais; produtos da sociobiodiversidade.

Fonte(s) de financiamento: CNPq Processo 464106/2014-1

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses a declarar.

DIA 02
06 DE OUTUBRO
18H ATÉ 19H

2a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ), Islandia Bezerra (UFPR)
e Mauro Del Grossi (UnB)

Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional
e Agroecologia: Uma União Necessária para Pensar
Outros Paradgmas no Processamento de Alimentos.

Autores/as: Gabriela dos Santos Schneider; Camila Ramos Pinto Sampaio;
Ana Simone Richter.

Resumo:

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vem sendo pautada na agenda pública - mediante políticas e programas - como uma forma de tornar possível o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Nesta perspectiva se insere a agroecologia, que por sua vez, vem contribuindo para saúde, equilíbrio corporal e conquista de autonomia. Este trabalho tem como objetivo projetar o desenvolvimento de ideias e ações que visam valorizar, viabilizar e ainda fortalecer a agroecologia no âmbito do curso da Nutrição. A proposta está delineada sob duas perspectivas de pesquisa: 1) realização de análise sensorial, que se trata do ramo da ciência que procura medir e interpretar reações percebidas pelos órgãos da visão, olfato, paladar, tato e audição, a partir do contato com alimentos



e materiais. Nesse sentido, serão empregados testes comparativos entre alimentos agroecológicos (a serem definidos, de acordo com a sazonalidade) e alimentos convencionais. Com isso, pretende-se expor as diferenças existentes entre alimentos da mesma espécie e variedade produzidos de forma agroecológica e convencional (com o uso de defensivos agrícolas); 2) análise cromatográfica em papel, empregando cromatografia de Pfeiffer. Esta técnica, quando aplicada para análise de solos, permite detectar o metabolismo dos mesmos, através de padrões de cores e desenhos revelados em cromatogramas, com a possibilidade de acompanhar, atividade orgânica, transformação de minerais, atividade enzimática e proteica de seus componentes. Com o emprego da cromatografia de Pfeiffer para alimentos de mesma espécie, mas de modelos produtivos diferentes (convencional e agroecológico), pretende-se comparar os padrões de cores e espera-se aperfeiçoar esta técnica, cuja aplicabilidade é simples, para qualificar os alimentos/produtos agroecológicos. Almeja-se, também, por meio de projetos de extensão universitária, socializar os resultados obtidos e a técnica da cromatografia de Pfeiffer entre agricultores, para que possam utilizá-la na divulgação/comercialização de seus produtos, gerando uma maior valorização dos alimentos agroecológicos.

Palavras-chaves: Agroecologia; Análise sensorial; Cromatografia de Pfeiffer.

Fonte(s) de financiamento: CNPq

Conflito de interesses: Não há.

Que Qualidade é Essa? E Para Quem?

Autores/as: Veridiane Guimarães Ribas Sirota (Nutricionista residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família - Universidade Federal do Paraná - veridianesirota@yahoo.com.br); Mônica De Caldas Rosa Dos Anjos (Nutricionista, professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná).

Resumo:

Dados da FAO indicam que entre um quarto a um terço dos alimentos produzidos para o consumo humano, o equivalente a 1,3 bilhão de toneladas, são perdidos, ou desperdiçados, anualmente, em um momento histórico onde 795 milhões de pessoas encontram-se em situação de insegurança alimentar e nutricional. Cabe destacar que estudos têm indicado relação entre desperdício de alimentos e perdas derivadas do descarte de alimentos, que não se adequam às normas referentes à qualidade, e entre os serviços de venda de refeições. A partir disso, esse trabalho pretende alertar para o modelo de qualidade dos alimentos vigente no Brasil, a fim de ampliar o seu conceito, no sentido da visão referente aos desdobramentos do sistema de produção dominante. O Programa Brasileiro para a Modernização da Horticultura, que divulga normas de classificação de diversos alimentos in natura, considera qualidade como a ausência de defeitos, sendo que, de um modo geral, classifica como defeitos graves casos de deformação estética do vegetal. Para superação dessa situação limite onde a qualidade dos alimentos é determinada, entre outras, pela sua aparência, experts no assunto têm proposto a inclusão de aspectos ecológicos, sociais, culturais e éticos, ao conceito de “qualidade ótima”, de modo a compor a “qualidade ampla”, contemplando de forma complexa fatores diversos que interferem na produção de alimentos. Dessa forma a qualificação é tida como multifatorial e



vai sendo construída, ao invés de ser estipulada, com base em um conjunto de informações apresentadas aos consumidores. Essa visão ampliada de qualidade aproxima-se mais dos conceitos de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que considera outros determinantes sociais que podem intervir na escolha dos alimentos. Recentemente, o Ministério da Agricultura e Pecuária, propôs-se a incentivar a venda e o consumo de hortifrutis considerados "imperfeitos" em espaços populares com preços acessíveis. Tal medida, pode ter como consequência, a exclusão, mais uma vez, desses alimentos dos mercados convencionais, reproduzindo a concepção do padrão estético como sendo uma característica que deve ser valorizada, destinando aqueles considerados "perfeitos" a um segmento social mais abastado, restando às pessoas que detêm menor poder de compra, os alimentos ditos "feios" ou inadequados ao consumo humano. Esta ação, discriminatória, inclusive, viola a equidade, igualdade e o direito humano da população. É necessário, portanto, superar o estigma que vem configurando esses alimentos, a respeito de feio-bonito, para alcançar desvinculação do marco padronização-natureza e, assim, minorar o desperdício de alimentos.

Palavras-chaves: Direito Humano à Alimentação Adequada; Qualidade ampla; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Não há.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Alimento Seguro no Contexto Brasileiro e a Promoção Da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: A Pequena Produção em Foco

Autores/as: Lo Wai Yee Winnie, Universidade de São Paulo, parawinnie@gmail.com; Manuela Silva Silveira, Universidade de São Paulo, manuela.silveira@usp.br

Resumo:

Diante da desigualdade socioeconômica no Brasil, persiste como desafio a superação da insegurança alimentar (IA). O presente trabalho traz reflexões sobre os conceitos de Alimento Seguro (ou food safety) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e suas repercussões na agricultura familiar. Enfocam-se as relações entre a legislação vigente, norteadas pelas noções de SAN e alimento seguro, e a produção da agricultura familiar ou de base comunitária, expressa em grande medida na forma de pequenas agroindústrias.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006 concebe a realização da SAN como o acesso a “alimentos de qualidade, em quantidade suficiente”, com base em práticas que sejam “ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. Porém, a polissemia em torno da noção de SAN a torna objeto de disputa entre modelos distintos de produção, consumo e distribuição de alimentos. As medidas sanitárias são parâmetros de qualidade para o comércio internacional de alimentos. Contudo, nem todos os produtores de alimentos se beneficiam igualmente do processo de produção.

A vinculação entre a SAN e a noção de soberania alimentar ganha importância, pois esta enfoca o direito dos povos a produzir os seus alimentos segundo políticas e estratégias sustentáveis, com destaque para a pequena e média produção. Os dados sobre IA rural demonstram que somente a capacidade de produzir alimentos não é o bastante para garantir a SAN das populações rurais. Apesar de sustentar a oferta de alimentos para o meio urbano, o meio rural a IA ainda persiste e prevalece: em 13,9% dos domicílios rurais e 6,8% dos urbanos havia moradores em situação de IA moderada ou grave. O crescimento econômico logrado no período recente não se converteu necessariamente em fomento do setor de alimentos à pequena produção.



As exigências para a padronização de produtos alimentares têm resultado no aumento da burocracia e no incremento dos custos, com maiores vantagens para a grande indústria alimentícia. Além disso, as ações da Vigilância Sanitária (VS) têm priorizado a fiscalização e o controle em detrimento da educação e comunicação em saúde, carecendo maior entrosamento entre as esferas de governo e também com a sociedade civil envolvida na cadeia produtiva de alimentos. Nesse contexto, a agricultura familiar tem enfrentado limites para a conciliação entre a produção de alimentos seguros para comercialização e o autoconsumo da família rural.

Diante de modelos tecnológicos excludentes, pode ser insuficiente esperar que os produtores se moldem à legislação atual. Assim, propõe-se a adequação dos padrões sanitários, a partir de experiências locais desenvolvidos com participação comunitária, como potencial mecanismo promotor de SAN entre as populações do campo.

Palavras-chaves: agricultura familiar, legislação sanitária, desenvolvimento econômico

Fonte(s) de financiamento: Não há fonte de financiamento.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses a declarar.

Produção e Abastecimento de Hortaliças na Microrregião de São José Dos Campos, Brasil: Implicações Para a Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável no Contexto das Mudanças Globais

Autores/as: Camille Lanza­rotti Nolasco (amille.nolasco@inpe.br); Myanna Lahsen; Jean Pierre Henry Balbaud Ometto (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais -INPE)

Resumo:

O alimento é a principal conexão entre as pessoas e o planeta, e seu ciclo, da produção até o consumo, pode ser o caminho para o desenvolvimento inclusivo e sustentável. O crescimento do consumo global, a inadequação alimentar, as mudanças climáticas e a contaminação e depleção de recursos naturais que ameaçam a produção agrícola, reforçam a necessidade de analisar se o Brasil é capaz de produzir alimentos frescos na quantidade e qualidade suficiente para promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) atendendo às recomendações da Organização Mundial de Saúde para uma vida saudável. Realizado através de análise interdisciplinar e sistêmica, este trabalho, parte de tese defendida no CCST/INPE, teve como objetivo investigar a configuração do sistema alimentar na escala da Microrregião de São José dos Campos (MRSJC) - parte do Complexo Metropolitano Expandido de São Paulo, a região mais populosa da América do Sul. Investigou-se a demanda, a comercialização, o status da produção local de hortaliças, e o potencial biofísico e humano necessários ao desenvolvimento da olericultura e à promoção da SAN da população local através da maior disponibilidade de legumes e verduras frescos. A pesquisa englobou: a consulta de 386 atores do setor e dados secundários; a investigação da produção através de visitas a campo para caracterizar e georreferenciar as áreas produtivas e entrevistas semi-estruturadas com 74 produtores (buscando características pessoais, de manejo, do negócio, principais obstáculos enfrentados, bem como sua percepção sobre mudanças ambientais e sociais relevantes à sua atividade); além da construção de um mapa de aptidão para olericultura na MRSJC (identificando o potencial biofísico e infraestrutural das áreas ainda não urbanizadas e as limitações através do cruzamento com os dados obtidos nas entrevistas com produtores). O resultado demonstra que há potencial biofísico para a produção (77.868,1 hectares em aptidão boa). Entretanto, os resultados das entrevistas quando especializados apontam que as melhores áreas disponíveis para a produção na MRSJC estão ameaçadas pela urbanização, pelo abuso



de agroquímicos, e por problemas sociais típicos da cidade. As experiências dos produtores trazem também o alerta para problemas, como a falta de adaptação dos horticultores às mudanças ambientais e sociais em curso (maior ocorrência de eventos climáticos extremos, restrição hídrica, roubo, furto e violência; queda de produtividade no modelo convencional de produção; dificuldade de acesso a crédito e de inserção nos programas do governo voltados à agricultura familiar; falta de mão-de-obra e baixa aderência dos filhos à atividade), que interferem negativamente na oferta de hortaliças frescas e em pilares da SAN, como disponibilidade e estabilidade.

Palavras-chaves: segurança alimentar e nutricional, sistemas alimentares, mudanças globais

Fonte(s) de financiamento: CAPES

Conflito de interesses:

A Contribuição das Boas Práticas Agropecuárias para a Mudança de Hábitos Alimentares na População Brasileira.

Autores/as: Francisca Veronilde Santiago dos Santos/Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS/ CONSEA Ceará e CONSEA Fortaleza/ Rede de Pesquisadores em SAN; Shandra Carmen Sales de Aguiar/Universidade Federal do Ceará- UFC/CONSEA Ceará /CONSEA Fortaleza/ Rede de Pesquisadores em SAN; Ivone da Silva Souza/Universidade Estadual do Ceará-UECE; Roberto Sérgio Barbosa dos Santos/Universidade Estadual do Ceará- Projeto CONSOLIDASISAN e CONSEA Fortaleza.

Resumo:

A carne suína é a proteína animal mais consumido no mundo. O Brasil é o quarto maior produtor mundial de carne suína. No Brasil encontramos um grande preconceito contra a carne suína, fruto de fatos culturais, sobretudo da falta de informação qualificada da realidade do manejo, tecnificação e boas práticas da suinocultura brasileira atual. Enquanto a Europa consome 45 kg per capita/ano e a Austrália 73 kg per capita/ano, o Brasil sendo o quarto maior produtor e exportador mundial está estabilizado em cerca de 10 kg per capita/ano, dos quais 9 kg são referentes a produtos industrializados. O Brasil conta com mais de 60 mil granjas produtoras de suínos, desta forma podemos afirmar que nenhum outro produto do mercado de alimentação registra tão significativa diferença entre o que é produzido e a forma com que é percebido pela sociedade. O objetivo do estudo foi mostrar a evolução do processo produtivo da carne suína através da implantação de novas técnicas de manejo, a fim de quebrar preconceitos que cercam o consumo da carne suína. Entendemos que é necessário disponibilizar e levar ao conhecimento da população informação científica de qualidade para que a carne suína brasileira seja reconhecida como um produto de qualidade, nutritivo e, sobretudo seguro. Esta pesquisa foi realizada por meio de estudos bibliográficos em fontes diretas e indiretas, a bancos de dados da Associação de Suinocultores do Estado do Ceará e do Manual Brasileiro de Boas Práticas Agropecuárias na Produção de Suínos. A suinocultura brasileira atual é uma atividade que passa por processos de adaptações às exigências do mercado consumidor interno e externo, focado na segurança alimentar, proteção e bem estar animal e na qualidade alimentar do consumidor. As normas internacionais de boas práticas agropecuárias garantem ao suinocultor a criação de um animal saudável e uma produção rentável. Ao consumidor estas normas garantem uma proteína nutritiva, saudável, saborosa e acima de tudo segura para o consumo. Hoje a suinocultura brasileira não produz porcos como antigamente, em chiqueiros, onde os animais eram criados de forma desordenada sem cuidados



com a biossegurança, sanidade do animal e sem preocupação com o produto final. Os chiqueiros foram abolidos dando lugar às granjas tecnificadas com alto rigor de controle. A população brasileira precisa ter o conhecimento de que a carne suína é uma carne saudável, nutritiva, produzida com extremo rigor de sanidade, inspecionada pelos órgãos federais, estaduais e municipais, seguindo normas de manejo internacionais, e que contrariando a lenda popular, não faz mal à saúde. Desta forma será possível desmistificar a carne suína esclarecendo as dúvidas, derrubando os mitos e reforçando as verdades.

Palavras-chaves: carne suína, boas práticas agropecuárias, hábitos alimentares

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar

Saúde e Agroecologia: Caminhos Para a Criação de Políticas Públicas

Autores/as: Soraia Martins de Carvalho (soraiamartins@hotmail.com); Islândia Bezerra (islandiabc@gmail.com). (Ambas da Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Paraná)

Resumo:

Esta proposta nasce do desejo de contribuir para uma maior aproximação entre duas dimensões da área de Saúde, que mesmo que tenha uma relação intrínseca é pouco visualizada: produção e consumo de alimentos agroecológicos. O acesso aos alimentos agroecológicos como uma estratégia para a promoção da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional, portanto se configura como sendo o foco desta proposta. Muitos estudos mostram que as dimensões que

permeiam a produção de alimentos de base agroecológica possuem estreita ligação com o conceito ampliado de saúde. Agroecologia caracteriza-se por ser um modelo de produção capaz de efetivar o Direito à Alimentação Adequada (DHAA) e saudável, principalmente, por garantir uma produção sem um uso de agrotóxicos e, sobretudo, por respeitar a natureza, gerando assim saúde e bem estar tanto para quem produz, como para quem consome. Considerando que uma das diretrizes para a construção de políticas municipais de SAN é a de melhorar e ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade e regular à população, torna-se necessário estruturar políticas públicas de abastecimento alimentar nas cidades. Nesse sentido, o município de Curitiba/PR foi escolhido como cenário de análise para a realização desta pesquisa por possuir uma política municipal de abastecimento alimentar, que entre suas estratégias inclui quatorze Feiras Orgânicas e/ou Agroecológicas (FOA) localizadas, em sua maioria, em praças e ruas de bairros do município. Institucionalizadas em 2005, as atividades das Feiras são regulamentadas pela Secretaria Municipal de Abastecimento do município (SMAB). Assim, esta pesquisa propõe um Estudo de Caso para analisar quais os fatores que potencializaram (e potencializam) e/ou limitaram (ou limitam) o acesso aos alimentos agroecológicos? A metodologia será pautada na abordagem qualitativa e serão utilizadas duas técnicas de pesquisa de campo: análise de documentos (normas, regulamentos, marcos jurídicos), bem como entrevistas a serem realizadas com informantes-chaves. Para verificação do papel de atores sociais na construção de sistemas agroalimentares de abastecimento diferenciados - considerando aqui a agroecologia, já foram identificados potenciais participantes do estudo tais como: agricultores/as que produzem alimentos de base agroecológicas inseridos/as nas feiras e gestores/as do município de Curitiba responsáveis pelo setor de abastecimento alimentar no nível local. Pretende-se com os resultados dessa pesquisa contribuir com informações, estratégias e fluxos que possibilitem subsidiar a criação e implementação de ações e programas de abastecimento e comercialização de



alimentos de base agroecológica, com vista à ampliação do acesso aos alimentos agroecológicos e a promoção da saúde da população.

Palavras-chaves: Agroecologia, Saúde, Abastecimento Alimentar

Fonte(s) de financiamento: Não existe fonte de financiamento.

Esta é pesquisa é projeto de dissertação de mestrado.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse.

GRUPO TEMÁTICO 3

Abastecimento e consumo alimentar saudável

O GT 3 Abastecimento e consumo alimentar saudável será pautado nos debates dos distintos temas que o aportam tais quais: Efeitos dos atuais padrões de abastecimento de alimentos; O ordenamento territorial marcado pela lógica de mercado, excludente e gerador de desigualdade sócio raciais; Formas alternativas de abastecimento alimentar; Comercialização e mercados de alimentos; Articulações rural-urbano; Redesenho dos sistemas agroalimentares; Circuitos curtos e de proximidade; SAN em situações emergenciais e de catástrofes; Consumo alimentar enquanto ato político; Propaganda de alimentos, seus efeitos e regulação; Ações de proteção aos consumidores; Alimento saudável sob a perspectiva da indústria, mercados locais e institucionais, e consumidores; Desperdício de alimento pensando no consumo institucional, familiar e individual; Mercados institucionais; O papel das mulheres para garantir a SAN; SAN e Agroecologia diálogos necessários para o abastecimento e o consumo saudáveis; Políticas públicas relevantes para o tema.





DIA 01
05 DE OUTUBRO
16H15MIN ATÉ 18H15MIN

1a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral
(15 min/trabalho)

Moderador (a):
Julian Perez-Cassarino

A Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar Favorece a Qualidade Nutricional da Alimentação Escolar: Estudo de Caso em um Município de Santa Catarina.

Autores/as: Suzi Barletto Cavalli - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Suellen Secchi Martinelli - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Rafaela Karen Fabri - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Vitória Uliana Bianchini - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Panmela Soares – Universidade do Alicante (Espanha)

Resumo:

A qualidade da alimentação servida no ambiente escolar é importante para a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. A legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estabeleceu critérios para a aquisição de alimentos destinados às refeições dos escolares, restringindo a aquisição de alimentos com alto teor de sódio, gordura e açúcar, além de proibir a aquisição de bebidas de baixo valor nutricional, como refrigerantes e refrescos. Ainda,

tornou obrigatória a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Este estudo analisou a qualidade nutricional dos alimentos adquiridos para a alimentação escolar em um município catarinense em relação a via de fornecimento do mesmo e origem do recurso. Foi realizada análise documental das autorizações de fornecimento dos alimentos a serem adquiridos durante o ano de 2012. Os alimentos foram classificados segundo a qualidade nutricional em Recomendados, Restritos e Outros, por meio do Método de Avaliação da Aquisição de Gêneros Alimentícios (AGA), de acordo com a via de fornecimento (mercado e agricultura familiar). Observou-se que 21,2% do investimento financeiro foi destinado para aquisição de alimentos classificados como controlados, com alto teor de sódio, gordura e açúcares. Entre os alimentos controlados destaca-se a elevada quantidade de alimentos com alto teor de açúcar como cereal matinal adoçado e biscoitos doces. Do total investido, 73,4% foi em alimentos Recomendados e 5,3% em Outros. Entre os recomendados, destaca-se a grande variedade de frutas e hortaliças adquiridas e os alimentos integrais. Ressalta-se que a agricultura familiar forneceu somente alimentos recomendados e a maioria das variedades de frutas e hortaliças. Já os alimentos controlados foram fornecidos somente por mercados. Em relação a origem dos recursos para a aquisição de alimentos, 48,8% foi proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dos quais 71,9% foi em alimentos recomendados e 21,2% em alimentos controlados, não ultrapassando o máximo exigido pela legislação. Ainda, 15,8% foram destinados a aquisição de alimentos da agricultura familiar, inadequado em relação a legislação. Já considerando o investimento total em alimentos (FNDE e contrapartida município), 21,5% foi realizado na compra de alimentos da agricultura familiar. A análise dos dados demonstrou a necessidade de um maior incentivo à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar no município, que foram todos classificados como recomendados, com recursos provenientes do FNDE e também da contrapartida. Apesar de representar um percentual adequado pela legislação, os alimentos controlados estiveram pre-

sentes em grande quantidade, o que pode comprometer a qualidade da alimentação escolar no município.

Palavras-chaves: Qualidade Nutricional, Segurança Alimentar, Programa de Alimentação Escolar.

Fonte(s) de financiamento: EDITAL UNIVERSAL MCTI/CNPq No 14/2012.

Conflito de interesses: Sem conflito de interesse.

Insegurança Alimentar e Padrão de Gastos com Alimentação e Consumo Alimentar Familiar em Campinas/Sp

Autores/as: Bruna Fernanda do Nascimento Jacinto de Souza (FANUT/ Universidade Federal de Alfenas - brunafnjs@hotmail.com); Daniele Flaviane Mendes Camargo; Ana Maria Segall-Corrêa; Leticia Marin-Leon (DSC/FCM/ Universidade Estadual de Campinas)

Resumo:

Introdução: Os inquéritos de despesas familiares avaliam quanto dinheiro as famílias gastam com alimentos e outras necessidades, num determinado período. **Objetivo:** Descrever a associação da insegurança alimentar com o padrão de gasto com alimentação e consumo alimentar familiar. **Métodos:** Foi realizado estudo transversal com moradores de 628 domicílios permanentes da população urbana dos Distritos de Saúde Sul, Sudoeste e Noroeste, denominada Região Sul, do município de Campinas, em 2011-2012. Não foram incluídos os domicílios sem renda declarada. A variável dependente foi a condição de segurança alimentar categorizada em segurança alimentar (SA), insegurança leve (IL) e insegurança moderada/grave (IMG). As variáveis independentes foram Total de gastos com alimentos (em reais); Total de gastos com não alimentos (em reais); Gasto mensal per capita com alimentos; Consumo familiar mensal de açúcar (em

quilos); Consumo familiar mensal de óleo (em litros); Consumo familiar mensal de manteiga/ margarina (em gramas); Consumo familiar mensal de refrigerantes (em litros); Renda familiar mensal per capita (em reais); e porcentagem do gasto familiar mensal com alimentos sobre a renda familiar mensal per capita. Foi realizada análise descritiva, calculando-se a mediana de cada variável independente segundo condição de segurança alimentar. Resultados: A frequência de SA foi de 65,4%, enquanto que IL e IMG foram 27,6% e 7%, respectivamente. Quanto maior o nível de insegurança alimentar, menor foi a renda familiar per capita (em reais) (medianas de R\$874,00 para SA, R\$625,00 para IL, e R\$610,16 para IMG), o total de gastos com alimentos (em reais) (medianas de R\$524,00 para SA, R\$515,00 para IL, e R\$408,50 para IMG), e total de gastos com não alimentos (medianas de R\$819,01 para SA, R\$660,00 para IL, e R\$471,45 para IMG). O consumo familiar mensal de açúcar e óleo foi maior nas famílias em IL e IMG. O consumo familiar mensal de manteiga/margarina foi o dobro nas famílias em IMG (1000g vs 500g). Em contrapartida, o consumo familiar mensal de refrigerantes foi menor nas famílias em IMG (4,5L vs 8L em SA). Por fim, quanto maior o nível de insegurança alimentar, maior foi a porcentagem de gasto mensal familiar com alimentos sobre a renda familiar mensal (medianas de 20,64% para SA, 25,83% para IL, e 32,71% para IMG). Considerações finais: Quanto maior o nível de insegurança alimentar, menor a renda e maior a proporção de gastos com alimentação. Assim, essas famílias além do comprometimento do direito humano à alimentação adequada, têm prejuízo importante no acesso a não alimentos.

Palavras-chaves: Consumo alimentar; Segurança alimentar e nutricional; Estudo transversal

Fonte(s) de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo Nº 09/53975-3).

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar



“Aperte e Mão de Quem o Alimenta”: Circuito Curto de Comercialização na Feira Agroecológica de Mossoró-Rn.

Autores/as: Zildenice Matias Guedes Maia (Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - zildenice@hotmail.com); Cimone Rozendo de Sousa (Professora Adjunta II na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - cimone.rozendo@gmail.com)

Resumo:

Na contemporaneidade é possível identificar a dinamicidade da agricultura familiar através da atuação de diferentes grupos sociais que promovem mudanças significativas nos sistemas de produção e consumo alimentar, e a agroecologia constitui-se como um amplo conjunto de iniciativas que fortalecem e promovem a ressignificação de práticas agrícolas sustentáveis (NIERDELE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013). De acordo com Batista e Campos (2014) na Região Nordeste, no Semiárido brasileiro há dois milhões de agricultores e agriculturas familiares que de diferentes formas, evidenciam a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional, ao mesmo em que essas iniciativas têm dado claros sinais da sua capacidade de se propor para a sociedade outro significado do alimento, distinto do que o modelo convencional propõe. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é compreender em que medida a Feira Agroecológica de Mossoró-RN, vem se configurando como um espaço social de defesa da comida, uma vez que o que se torna constitutivo das feiras agroecológicas é a revalorização dos conhecimentos tradicionais e territoriais através dos alimentos, ao mesmo tempo em que se estruturam novas formas de produção e relação entre produtores e consumidores. Os dados foram obtidos juntos aos agricultores e agricultores nos locais de produção e na feira, mediante entrevistas dialogadas, registros fotográficos e aplicação de questionários junto aos consumidores. Tem-se evidenciado que o acesso a esse alimento produzido de

forma diferenciada dos mercados alimentares convencionais representa para os produtores e consumidores a possibilidade de resgatarem a culinária e os hábitos alimentares regionais, imprimindo a valorização de tais experiências, e assim estabelecerem laços de confiança que comumente não se fazem presentes no modo de alimentação e agricultura convencional. Nesse sentido, Darolt (2013) afirma que a comercialização possibilita aos agricultores reinventarem os mercados locais aproximando-se dos consumidores, o que por sua vez estimula a compra de alimentos de base ecológica e cria-se o desafio de construir um modelo de consumo alimentar ecologicamente correto. Logo, as motivações para o consumo desses produtos são diversas, desde preocupações com a saúde, até preocupações com as questões ambientais, com a agricultura familiar, além da possibilidade de terem acesso a produtos locais da época. Assim, a importância das Feiras Agroecológicas está relacionada a uma tessitura complexa, pois, em se tratando de mudanças na forma de produzir alimentos, em todo o mundo, percebe-se a relação das crises alimentar, econômica e ambiental que tem preocupado as populações humanas, sobretudo, sobre as condições de garantia de segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chaves: Feiras Agroecológicas.

Segurança Alimentar Nutricional. Consumo Alimentar.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse.



Segurança Alimentar e Nutricional: Análise da Construção do Cenário Político Local em um Município do Nordeste Brasileiro Entre 2011 e 2014

Autores/as: Poliana de Araújo Palmeira (Apresentadora - Professora Assistente da Universidade Federal de Campina Grande; Discente do curso de doutorado em Ciências da Nutrição –Programa de Pós-Graduação, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro); Ruben Araújo de Mattos(Professor Associado–Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Rosana Salles-Costa (Professora Associada do Instituto de Nutrição Josué de Castro,Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Resumo:

O governo brasileiro assumiu o compromisso público de reduzir a fome e a miséria, e assim desde 2004 tem lançado estratégias de intervenção e construído marcos regulatórios para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e superação da pobreza. Este estudo objetivou analisar a construção do cenário político de SAN em nível local, a partir do estudo de caso de um município do nordeste brasileiro. A coleta de dados foi realizada nos anos de 2011 e 2014, através de observação participante, pesquisa documental, mapeamento de equipamentos, programas e ações que convergem com a política de SAN e entrevistas com gestores. Nos dois períodos avaliados considerou-se a natureza ampla e intersetorial da política de SAN, abarcando na pesquisa iniciativas no campo da agricultura, assistência social, educação e saúde. No tocante à institucionalização do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) verificou-se a existência de um Conselho Municipal de SAN incipiente e a realização de duas Conferências Municipais de SAN. Por outro lado, a inexistência da Lei Orgânica (LOSAN) e da Câmara Intersectorial de SAN caracteriza a ausência de um SISAN local nos dois períodos analisados, 2011 e 2014. Foram registra-

dos debates no âmbito da secretaria de Assistência Social sobre a formulação da LOSAN municipal, sendo esse processo marcado por descontinuidades. O debate sobre a LOSAN ocorreu quando esta demanda foi colocada pelo governo federal, como requisito obrigatório para implementação de novos programas ou recursos. Verificou-se um aumento de iniciativas que dialogavam com a SAN entre 2011 e 2014, sendo grande parte destas propostas (co)financiadas pelo governo federal e impulsionadas pela implementação da estratégia Brasil sem Miséria no município, bem como dos programas voltados à qualificação da Atenção Básica em Saúde. Dentre as dificuldades observadas para a estruturação de uma política local de SAN, especialmente na perspectiva de um sistema, mantiveram-se os entraves da intersectorialidade, que caracterizam um espaço institucional de disputas da política de SAN com demandas próprias de outros sistemas, situação também agravada, pelas relações de poder político-partidárias enraizadas no município. Verificou-se ainda na secretaria de Assistência Social dois pontos importantes: a descontinuidade do processo de adesão do município ao SISAN versus a organização de um sistema de proteção social e de violação de direitos estruturado em torno do Programa Bolsa Família, por sua vez fomentado pelo Brasil Sem Miséria. Com isso, observou-se que a evolução da quantidade de programas em cada setor ampliou a capacidade de intervenção local, porém no tocante à SAN estas mudanças não acarretaram na evolução enquanto política local.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional,
Políticas públicas de Alimentação e Nutrição

Fonte(s) de financiamento: Ministério do Desenvolvimento Social/ CNPq
por meio dos editais MCT/CNPq/MDS – SAGI nº 36/2010
e Nº 24/2013 MCTI-CNPq/MDS-SAGI / Chamada – Mestrado

Conflito de interesses: Os autores declaram não ter ocorrido conflito
de interesse no desenvolvimento deste projeto.



Ambiente Alimentar: Percepção de Moradores Sobre Possíveis Ações Governamentais no Nível Local

Autores/as: Mariana Tarricone Garcia (Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Jessica Vaz Franco (Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Cláudia Maria Bógus (Professora Associada do Departamento de Prática de Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo).

Resumo:

Introdução: Este trabalho teve o objetivo de descrever as sugestões dos moradores ao governo municipal para a melhoria da alimentação na região em onde vivem sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Promoção da Saúde (PS). **Método:** Estudo transversal realizado em regiões adstritas de quatro Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo. Através de seleção aleatória, foram realizadas entrevistas domiciliares semiestruturadas com indivíduos residentes nas regiões. A análise do material decorrente das transcrições foi feita inicialmente pela leitura em profundidade e posteriormente pela análise de conteúdo temático norteada por temas relacionados à SAN e PS. **Resultados:** Foram entrevistados indivíduos residentes em 47 dos 52 setores censitários existentes nas regiões. Da análise das entrevistas semiestruturadas emergiram três categorias temáticas principais: Preço dos alimentos, variedade de estabelecimentos e programas/intervenções. O preço dos alimentos foi um tema recorrente e alguns moradores relataram que muitas vezes deixam de comprar alimentos como frutas e hortaliças (F&H), pescados, laticínios, leguminosas e carnes devido ao custo elevado. Muitos entrevistados citaram que a falta de “concorrência” no comércio alimentício levou à prática de preços altos. Um deles sugeriu que o poder públi-

co implemente medidas para controlar a grande variação dos preços na região. Sugestões como maior variedade de estabelecimentos – supermercados, feiras livres e sacolões municipais – foram frequentes pela maioria dos entrevistados que buscavam maior disponibilidade e acesso aos alimentos, principalmente F&H. As demais apontaram a importância da existência de programas ou intervenções que incentivem o consumo de alimentos saudáveis pela população; desde melhorar as condições de trabalho dos feirantes e estabelecer parcerias com os pequenos mercados para o abastecimento de alimentos até maiores investimentos em programas que orientem sobre os benefícios do consumo de F&H. Conclusões: Pode-se notar a necessidade de considerar, no planejamento de intervenções públicas, as demandas levantadas pela população frente ao ambiente alimentar onde vivem porque ele influencia as escolhas alimentares e, conseqüentemente, a saúde dos indivíduos. É imprescindível a existência de ações que regulem a oferta de alimentos não saudáveis e facilitem a aquisição de alimentos saudáveis e assim incentivem seu consumo pela população.

Palavras-chaves: Alimentação saudável;

Segurança Alimentar e Nutricional; Promoção da saúde.

Fonte(s) de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Avaliação da Qualidade Nutricional de Cardápios Escolares a Partir da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

Autores/as: Rozane Marcia Triches (Universidade Federal da Fronteira Sul - rozane.triches@gmail.com); Aline Luiza Führr

Resumo:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal brasileira, devendo o poder público adotar políticas e ações para seu cumprimento. Neste âmbito, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desponta como uma das principais políticas brasileiras de SAN, no intuito do consumo saudável de alimentos e a inserção de agricultores familiares nos mercados institucionais. A partir do Artigo 14 da Lei 11.947/2009, o Estado passa a rever suas compras públicas visando melhorar a qualidade das refeições e buscando novas formas de abastecimento que beneficiem agricultores familiares. No entanto, poucas pesquisas têm verificado até que ponto a compra de produtos destes agricultores impacta na qualidade nutricional dos cardápios escolares. Sendo assim, esta pesquisa objetivou avaliar a repercussão da aquisição de alimentos da agricultura familiar na qualidade nutricional das refeições oferecidas pela alimentação escolar, em dois municípios do estado do Paraná. O estudo tem caráter transversal, quantitativo e descritivo. Foram selecionados dois municípios (Sulina e Capitão Leônidas Marques) a partir de critérios de paridades e distinções, e utilizadas chamadas públicas, editais de licitação, prestações de contas e cardápios escolares propostos pelo responsável técnico, referentes ao ano de 2013. Os cardápios foram avaliados quantitativamente, pelo período de uma semana, de acordo o método proposto por Belik e Domene (2012), com auxílio do programa Avanutri® e de estatística descritiva pelo SPSS versão 18.0, bem como o Microsoft Excel® Versão

2010. Os resultados foram comparados aos valores médios recomendados pela Resolução 26/2013 para as faixas etárias de 6 a 15 anos. Também se realizou a análise qualitativa dos cardápios de acordo com método proposto por Belik e Domene (2012) para o período de um mês, bem como, dos mecanismos de compras, segundo Martinelli et al (2016). Capitão Leônidas Marques apresentou maior aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar, em especial de frutas e vegetais e cardápios mais adequados em macronutrientes, micronutrientes, fibras e energia. As chamadas públicas garantiram a oferta de maior percentual de alimentos recomendados em relação às licitações. Em ambos os municípios não houve adequação dos valores de cálcio, magnésio e zinco. Os resultados apresentados exprimem que a gestão eficiente do PNAE na competente utilização de recursos e maior aquisição de alimentos da agricultura familiar permitem o planejamento de um cardápio mais adequado, influenciando positivamente no consumo dos escolares.

Palavras-chaves: Alimentação escolar, agricultura familiar, Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte(s) de financiamento: CNPq - Edital Nº 82/2013

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



DIA 01
05 DE OUTUBRO
18H15MIN ATÉ 19H

1a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Julian Perez-Cassarino, Rozane Marcia Triches, Cimone Rozendo.

Micro-Organismos Multirresistentes do Leite Produzido na Região Sul do Rio Grande do Sul

Autores/as: H. L. Gonzalez; J. Dal Vesco; J. C. Siebel; J.f.rosa; F.R.Pinto; R.E.F. Nardes; N. D. Cereser

Resumo:

A resistência bacteriana aos antibióticos tem sido descrita para muitos produtos, dificultando o controle das enfermidades. Na cadeia leiteira não tem sido diferente, muitos medicamentos utilizados para o tratamento dos animais, utilizados de forma equivocada, passaram a desenvolver situações de resistência nos micro-organismos envolvidos. Diante disso, esse trabalho objetivou determinar o perfil de resistência aos antimicrobianos frente aos micro-organismos isolados de mastite bovina. De maio de 2010 a dezembro de 2015 foram feitas análises microbiológicas no leite dos quartos reativos ao teste do CMT (California Test Mastit) em vinte e oito propriedades da região Sul do Rio Grande do Sul. As amostras após colhidas foram enviadas para isolamento e identificação no Laboratório de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Universidade

Federal de Pelotas. Após identificação eram realizados teste de suscetibilidade a antimicrobianos através da técnica de disco de difusão de Bauer. Os antimicrobianos testados foram: Bacitracina (10 µg/disco), Tetraciclina (30 µg/disco), Gentamicina (10 µg/disco), Ampicilina (10 µg/disco), Neomicina (30 µg/disco), Norfloxacin (10 µg/disco), Penicilina G (10 µg/disco), Cefalexina (30 µg/disco), e Trimetoprima (5 µg/disco). Foram coletadas 3120 amostras, destas foram isolados 75 % de *Staphylococcus* sp e 9 % de *Streptococcus* sp, 10 % eram outros micro-organismos e em 6 % não houve crescimento. Os *Staphylococcus* sp apresentaram em 90 a 70 % dos testes, resistência a Penicilina e Gentamicina, e aproximadamente 50 % resistentes a Tetraciclina e Neomicina; Em todos os princípios testados houveram micro-organismos resistentes. Nos *Streptococcus* sp verificou-se 70 e 50 % dos isolados resistentes a Penicilina e Cefalexina, e 35 % a Gentamicina. Mesmo os princípios com maior sensibilidade apresentaram-se resistentes a pelo menos 5% dos isolados testados. Conclui-se assim que as observadas demonstram que esses micro-organismos oferecem risco a saúde não só dos animais, mas também dos manipuladores e possíveis consumidores, comprometendo a saúde e seguridade alimentar destes.

Palavras-chaves: antibióticos, qualidade do leite, seguridade alimentar.

Fonte(s) de financiamento: PROEXT 2015 – MEC/SESu

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse



As Relações Sociais de Sexo na Construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: Nada Deve Parecer Natural

Autores/as: Lo Wai Yee Winnie (Universidade de São Paulo - parawinnie@gmail.com); Júlia Garcia de Souza da Silva (Universidade Federal da Bahia).

Resumo:

Mais do que uma percepção subjetiva, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) está ligada à prática social de grupos humanos. Adota-se a perspectiva das relações sociais de sexo para compreender a realização da SSAN. As relações sociais de sexo constituem uma estrutura de poder em que as mulheres, coletivamente, ocupam posição subordinada aos homens na dinâmica social. Essa relação se concretiza e se reproduz por meio da divisão sexual do trabalho, com a separação entre o público (produção) e o privado (reprodução), o que resulta na hierarquização entre os papéis sociais masculino e feminino.

Órgãos internacionais e políticas públicas brasileiras têm destinado às mulheres papel de destaque na garantia da SSAN. A FAO, em seu Marco Estratégico Revisado, adota o gênero com um dos temas transversais aos seus objetivos estratégicos. Apesar de serem mais da metade da população brasileira, as mulheres perfaziam 45,3% da população economicamente ativa (PEA) em 2010. Enfrentam maior vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar, remuneração abaixo da qualificação, e sub-representação nos espaços de decisão pública. Entre os grupamentos de atividades profissionais, as trabalhadoras se concentram na administração pública (64,1%) e nos serviços domésticos (94,8%). Para fazer frente à sua condição social, a titularidade feminina do

Programa Bolsa Família, ao garantir o direito humano à alimentação, tem sido apontada como incentivo à autonomia das mulheres.

Desde o aleitamento, a produção/aquisição e preparo de alimentos ao combate de carências alimentares, o trabalho doméstico e de cuidados possui função indispensável à sustentabilidade da vida humana. Por ser realizado em grande parte por mulheres, a naturalização deste trabalho como vocação de mães e esposas impede a sua efetiva socialização, gerando sobrecarga física e mental. No campo, a histórica invisibilidade das mulheres dificulta o seu reconhecimento como sujeito político. Ainda assim, há exemplos de organização coletiva de mulheres camponesas e feministas. O trabalho feminino, em geral voltado à manutenção do ambiente doméstico, é subvalorizado por não gerar renda. Algumas propostas de intervenção para as políticas rurais apontam para o acesso das mulheres aos bens naturais, ao capital físico e financeiro, à formação profissional e educação, aos serviços de saúde, ao trabalho e à participação social. A relação entre a SSAN e as mulheres urbanas e as negras são dois temas que requerem aprofundamento teórico.

A ainda incipiente vinculação entre os estudos das relações sociais de sexo e os estudos de SSAN pode ser fortalecida com abordagens interdisciplinares capazes de identificar as desigualdades de classe, raça e gênero.

Palavras-chaves: Direitos humanos; gênero; feminismo.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e a Contribuição da Equipe de Nutrição Para a Promoção de Formas de Abastecimento e Consumo Alimentar Saudável.

Autores/as: Cyntia Vieira Arão da Silva (Graduada em Nutrição/UFPA e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimento Agroalimentares-IFPA-Campus Castanhal - cyntiavads@yahoo.com.br); Naíza Nayla Bandeira de Sá (Prof. Dra. da Faculdade de Nutrição- Universidade Federal do Pará); Carolina Vieira Bezerra (Prof. Dra. da Faculdade de Nutrição- Universidade Federal do Pará); Armando Lírio de Souza (Prof. Dr. da Faculdade de Economia- Universidade Federal do Pará).

Resumo:

O presente trabalho expõe a experiência da equipe de nutrição no processo de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no estado do Pará. Ainda são escassos estudos que sistematizem experiências da ciência da nutrição no processo de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários. No entanto, diversos são os estudos que evidenciam a relação direta entre Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional numa perspectiva de promoção de comércios justos, geração de renda, produção de alimentos de forma sustentável e promoção do acesso a alimentos saudáveis, sendo, portanto de grande relevância a aproximação de profissionais nutricionistas a temática economia solidária. O projeto de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado do Pará proporcionou a experiência de uma extensão universitária inovadora através do desenvolvimento da metodologia de incubação no âmbito da gestão dos empreendimentos e pela participação da equipe multidisciplinar, incluindo a Nutrição, além de Economia, Contabilidade e Engenharia de Alimentos, visando promover a organização e contribuir para a formação dos atores sociais integrados as unidades sócio produtivas, estímulo a contribuição

para práticas de abastecimento e consumo alimentar saudável. Assim, o presente trabalho sistematiza a experiência da inclusão da equipe de nutrição no processo de Incubação e como a mesma se inseriu nas discussões sobre território, cultura local, organização social e comunitária buscou contribuir para promover inclusão sócia produtiva e promoção da saúde, ao incentivar o consumo e valorização de seus produtos, como frutas, legumes e verduras produzidos em âmbito local, resgatar hábitos alimentares saudáveis e minimizar a inclusão de alimentos industrializados no cotidiano da alimentação da população, e assim contribuir para a reversão do atual quadro onde nos últimos anos as doenças crônicas tem aumentado e entre seus fatores está o estilo de vida e práticas alimentares inadequadas com alto consumo de alimentos ultraprocessados. Dessa maneira foram realizadas oficinas com os temas segurança alimentar e nutricional, rotulagem nutricional dos alimentos, elaboração de fichas técnicas de preparação e Mercados Institucionais. As atividades se deram nos empreendimentos, de forma participativa, com dinâmicas de construções de painéis e debates onde se buscou instigar reflexões dentro das temáticas abordadas em cada oficina e a importância da valorização dos produtos locais. Estas oficinas foram subsidiadas pela metodologia da pesquisa-ação que conjuga em um mesmo processo duas práticas sociais tradicionalmente separadas: a prática científica de produção de conhecimento e a prática pedagógica, visando não só a transformação da consciência, representações e visões de mundo, mas a própria transformação da realidade concreta, mediante o processo coletivo de produção de conhecimento e de organização dos sujeitos participantes. Ao todo, a equipe de nutrição atuou em quatro Empreendimentos Econômicos Solidários, sendo um grupo de mulheres que integra uma associação de moradores agroextrativista de uma comunidade rural no município de Cametá-PA, uma associação de mulheres agricultoras no município do Acará-PA, uma associação de agricultores e uma cooperativa no município de Barcarena-PA. Assim, a atuação da equipe de nutrição foi pautada no estímulo ao reconhecimento do papel social



da agricultura familiar enquanto produtora de gêneros alimentícios saudáveis e no reconhecimento de que uma alimentação saudável deve ser baseada em práticas alimentares que assumam a significação social e cultural dos alimentos e no estímulo a produção e o consumo de alimentos saudáveis regionais, como legumes, verduras e frutas.

Palavras-chaves: Nutrição, Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte(s) de financiamento: CNPQ/SENAES

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses a declarar.

DIA 02
06 DE OUTUBRO
10H45MIN ATÉ 13H

2a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral
(15 min/trabalho)

Moderador (a):

Rozane Marcia Triches (UFFS)

Insegurança Alimentar e Perfil de Consumo Alimentar:
Estudo Transversal com Moradores da Região Sul de Campinas/Sp

Autores/as: Bruna Fernanda do Nascimento Jacinto de Souza (FANUT/ Universidade Federal de Alfenas); Daniele Flaviane Mendes Camargo, Ana Maria Segall-Corrêa e Leticia Marin-Leon (DSC/FCM/Universidade Estadual de Campinas)

Resumo:

Objetivo: Descrever o perfil de consumo individual de alimentos nutricionalmente adequados e inadequados e sua associação com os níveis de insegurança alimentar. **Métodos:** Foi realizado estudo transversal com moradores de 559 domicílios permanentes da população urbana dos Distritos de Saúde Sul, Sudoeste e Noroeste, denominada Região Sul, do município de Campinas, em 2011-2012. A análise estatística foi realizada mediante o programa Stata versão 9.1. A variável dependente foi a condição de segurança alimentar categorizada em segurança alimentar (SA), insegurança leve (IL) e insegurança moderada/grave (IMG). As variáveis independentes foram os alimentos classificados em nutricionalmente adequados (leite, carnes, feijão, frutas, legumes, e hortaliças folhosas) e nutricionalmente inadequados (embutidos, frituras, lanches, doces, refrigerantes, suco em pó e bebida alcoólicas). Os alimentos foram categorizados segundo frequência de adequação de consumo em “diário” e “não diário” para os nutricionalmente adequados (com exceção da carne que foi categorizada em ≥ 3 a 6 vezes/semana e < 3 vezes/semana), “ < 1 a 2/semana” e “ ≥ 1 a 2/semana” para os nutricionalmente inadequados. **Resultados:** A frequência de consumo de carnes em menos que três vezes por semana foi maior entre os indivíduos de famílias em IMG (SA=12,9%; IL=17,0%; IMG=34,9%; $p=0,001$). Da mesma forma, a frequência de consumo não diário de feijão (SA=17,1%; IL=11,9%; IMG=30,2%; $p=0,016$); frutas (SA=59,1%; IL=74,8%; IMG=95,3%; $p<0,001$), legumes (SA=65%; IL=75,5%; IMG=88,4%; $p=0,001$), e hortaliças folhosas (SA=56%; IL=68,6%; IMG=81,4%; $p=0,001$) foi maior nesse grupo. Não houve diferença estatisticamente significativa quanto ao consumo de leite. Houve maior frequência de consumo de frituras em uma ou mais vezes por semana entre indivíduos de famílias em IL (SA=66,4%; IL=78%; IMG=65,1%; $p<0,024$). A frequência de consumo de lanches em uma ou mais vezes por semana foi maior entre os indivíduos em segurança alimentar (SA=28,9%; IL=17,6%; IMG=9,3%; $p=0,001$). O consumo de suco em pó em menos de uma vez por semana foi maior entre os



indivíduos em segurança alimentar (SA=35%; IL=22,6%; IMG=25,6%; $p<0,014$). Não houve diferenças estatisticamente significativas no consumo individual de embutidos, doces, refrigerantes e bebidas alcoólicas. Considerações finais: O consumo de alimentos nutricionalmente adequados diminui com o aumento da IA. Assim para cumprir com os requisitos do direito humano à alimentação adequada, devem ser realizadas ações de educação alimentar especialmente entre as famílias em insegurança alimentar, além de medidas para assegurar o acesso a alimentos de qualidade a preços acessíveis.

Palavras-chaves: Consumo alimentar;

Segurança Alimentar e Nutricional; Estudo transversal

Fonte(s) de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo Nº 09/53975-3).

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Educação, Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional em Rede: Desafios e Perspectivas Dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Autores/as: Jussara Maysa Silva. Campos(jussara.maysa2@gmail.com - Secretária de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/Ministério da Educação MEC); Islândia Bezerra (islandia@ufpr.br - Professora Adjunta do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição/PPGAN - Universidade Federal do Paraná/UFPR)

Resumo:

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), vinculada ao Ministério da Educação foi instituída em 2008. A composição da Rede é de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, a Universidade

Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, dois Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET (um no Estado do Rio de Janeiro e um em Minas Gerais), 24 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II. A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos IFs, além das declarações contidas na missão dessas instituições, representam o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões mediante a identificação de problemas e, posterior criação de soluções (técnicas e tecnológicas) para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. É neste cenário que em 2012 com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, firma-se o compromisso do governo federal em “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.” A materialização desta política é desenhada no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. No tocante à educação profissionalizante no país, deve-se superar o predomínio do ensino a partir de concepções e organizações pedagógicas tradicionais vinculadas aos sistemas de produção agropecuária convencional. Diante da relevância da intersetorialidade na abordagem da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), bem como do aprimoramento dos padrões sustentáveis de produção e consumo de alimentos, o presente trabalho propõe a reflexão sobre como a Rede Federal de EPCT pode vir a ser um elemento capaz potencializar da SSAN especialmente, considerando: 1) a realização de extensão rural (e/ou apoio técnico) visando a preparação técnica dos produtores e produtoras agroecológicas para a inserção em programas e políticas tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e 2) a formação (inicial e continuada, técnica e superior) nas diferentes áreas de conhecimento ligadas a estruturação da agricultura familiar e fortalecimento de sistemas de



produção de base agroecológica desenvolvendo produtos e tecnologias. Neste sentido, reflete-se sobre como a educação profissional e tecnológica assumiria um caráter inovador e inclusivo para que se possa avançar na integração de políticas e programas públicos, fortalecendo sistemas sustentáveis de produção e consumo de alimentos.

Palavras-chaves: Educação Profissional e Tecnológica, Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Aquisições da Agricultura Familiar para Restaurantes Universitários (Ru's): Análise Comparativa de Dois Formatos de Gestão na Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs)

Autores/as: Julian Perez Cassarino (Professor adjunto na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Laranjeiras do Sul - julian.cassarino@uffs.edu.br); Andrea Pires (Acadêmica do curso de Agronomia na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Laranjeiras do Sul - andrea.pires.8@hotmail.com)

Resumo:

A promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional demanda a busca por formas de abastecimento alimentar que favoreçam uma inserção autônoma da agricultura familiar (AF) nos mercados. No Brasil, a abertura dos mercados institucionais para a AF tem se mostrado como um instrumento potencial para esta inserção. A criação da modalidade Compra Institucional dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) abriu as possibilidades para que órgãos da gestão pública possam fazer esta aquisição sem a necessidade de licitações. A UFFS possui seis campi, cinco contam com RU's em funcionamento ou em vias de. Ao ser

uma universidade nova, a instituição deve terceirizar parte ou todo o processo de gestão dos RU's. Ao longo de dois anos de discussões, a UFFS debateu duas possibilidades de gestão, a terceirização total ou parcial (somente dos serviços) dos RU's. No momento, quatro dos cinco restaurantes são geridos por meio da terceirização total e um pela parcial. A opção por um ou outro modelo de gestão possui implicações diretas no formato burocrático das aquisições e na relação institucional com as organizações da AF. Realizou-se mapeamento de processos de cada modelo de gestão, por meio do software BizagiProcessModeler, realizando uma análise comparativa entre os dois modelos, tendo como base estudos técnicos e sociais na execução de políticas como o PAA e PNAE, por meio da análise de bibliografia e experiência acumulada à campo pelo(a)s autore(a)s. A análise indica que a terceirização total apresenta facilidades a curto prazo para a instituição, mas pode trazer limites nas aquisições da agricultura familiar, por exigir a apresentação prévia de projeção de produção pelo período de um ano sem que haja garantia de compra. Este modelo pode fragilizar a relação entre a UFFS e as organizações da AF, e burocratizar a execução, por envolver a negociação entre três entes nas compras (UFFS, organizações da AF e empresa privada). A terceirização parcial pode apresentar limites de curto prazo à instituição, pela dificuldade em encontrar empresas prestadoras do serviço necessário, mas torna mais claro o processo de aquisições, por estabelecer uma relação direta entre a UFFS e as organizações, por estruturar-se a partir da demanda e não da oferta e por basear-se em mecanismos já conhecidos pelas organizações da AF. Apesar de ainda se encontrarem em fase de implantação, a análise realizada indica que a terceirização parcial tem potencial para garantir uma maior participação da AF no fornecimento de alimentos aos RU's da UFFS e para uma relação institucional mais qualificada entre a UFFS e as organizações da agricultura familiar em seu entorno.



Palavras-chaves: compras institucionais, restaurantes universitários, agricultura familiar.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: não há conflitos de interesses a declarar.

Aquisição da Agricultura Familiar por Restaurantes Populares Segundo Tipo de Gestão

Autores/as: Suzi Barletto Cavalli, Yasmin Monteiro, Suellen Secchi Martinelli, Rafaela Karen Fabri, Vitória Uliana Bianchini (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC).

Resumo:

Os Restaurantes Populares são equipamentos públicos considerados estratégicos na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Esse potencial se reforça com a possibilidade de articulação com a agricultura familiar via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O objetivo do estudo foi caracterizar os Restaurantes Populares brasileiros com foco na identificação do tipo de gestão e da via de aquisição de alimentos. Trata-se de um estudo transversal e descritivo realizado em restaurantes populares com financiamento do governo federal, identificados a partir dos dados cadastrais divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A coleta de dados foi realizada por meio de questionário aplicado por contato telefônico entre dezembro de 2014 e dezembro de 2015, com questões relacionadas a: modalidade de gestão; via de aquisição de alimentos; aquisição de alimentos da agricultura familiar. A pesquisa foi submetida e aceita pelo comitê de ética sob o parecer nº 1.240.666. Foram identificados 100 restaurantes populares, dos quais 81 foram contatados com êxito. Dos restaurantes analisados, 65% possuíam gestão indireta, 26% direta e 9% semidireta. Como grande parte dos restaurantes possuía gestão

indireta, as compras eram realizadas diretamente com o fornecedor, geralmente distribuidores e centros de distribuição. Os alimentos eram provenientes de distribuidoras, centros de distribuição, atacadistas e agricultores familiares. No que se refere à agricultura familiar, 38% afirmaram participar do PAA via Doação Simultânea e 12% utilizavam o método de Compra Institucional, sendo três no Nordeste, cinco no Sudeste e dois no Sul. Todos os restaurantes que compravam via PAA Compra Institucional também já receberam ou ainda recebem do PAA Doação Simultânea. Dos Restaurantes que compravam na modalidade Compra Institucional (n=10), cinco eram de gestão direta, um com gestão semidireta e quatro indireta. Desses restaurantes com gestão indireta que compravam pelo PAA, todos eram administrados por Organizações Não Governamentais (ONGs) sem fins lucrativos. A forma de gestão e o recebimento pela modalidade Doação Simultânea do PAA podem ter auxiliado na compra dos alimentos via Compra Institucional.

Palavras-chaves: Agricultura familiar; Compra Institucional; Restaurantes Populares.

Fonte(s) de financiamento: Chamada MCTI/Ação Transversal–LEI/CNPq Nº 82/2013 - Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA.

Conflito de interesses: Potencial conflito de interesse relacionado à fonte de financiamento para a elaboração da pesquisa.

DIA 02
06 DE OUTUBRO
14H30MIN ATÉ 16H15MIN

3a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral
(15 min/trabalho)

Moderador (a):
Cimone Rozendo (UFRN)

Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Análise Sobre o Percentual de Aquisição no Estado do Paraná, Entre 2011-2014.

Autores/as: Vanessa Daufenback; Adriella Camila Gabriela Fedyna da Silveira Furtado da Silva (Universidade Federal do Paraná); Natalia Pais Nunes de Carvalho; Arthur Negrão; Rodrigo Santos Mendonça (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)

Resumo:

A Lei 11.947/2009, da Alimentação Escolar estabeleceu a obrigatoriedade da aquisição mínima de 30% de alimentos da agricultura familiar, como uma forma de garantir alimentação saudável e adequada para escolares da educação pública básica, além da evolução social e econômica de agricultores familiares, de forma a garantir as diretrizes do desenvolvimento local e sustentável e da segurança alimentar e nutricional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Neste contexto, este ensaio crítico tem por objetivo expor uma análise deste



percentual mínimo e discutir alguns dos entraves para o cumprimento desta obrigatoriedade. Trata-se de um trabalho realizado com base em revisão da literatura e dados oficiais, relativos ao estado do Paraná, fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Ministério da Educação/ PNAE, referentes às prestações de contas dos órgãos gestores municipais, pertinentes ao exercício de 2011 a 2014 e informações sobre distribuição de área rural e produção agrícola, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento/ Departamento de Economia Rural/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De acordo com a análise realizada, houve uma evolução crescente entre 2011 a 2014, na média total de porcentagem de aquisição da agricultura familiar, das 397 Entidades Executoras (EEx.). Contudo, a média de porcentagem de aquisição das EEx. que não atingiram o mínimo de 30%, pelo menos uma vez durante os 4 anos, aumentou e o número das que não atingiram este percentual variou de 2011 a 2014. Desta maneira, das EEx. 61 (15,36%) não conseguiu atingir os 30% durante os 4 anos e 69 (17,38%) conseguiu atingir os 30%, apenas 1 vez durante os 4 anos. A partir destes resultados, evidenciaram-se alguns pontos pertinentes, presentes na literatura, que podem estar relacionados à dificuldade de inserção dos alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar, como, falta de interesse da gestão em executar o percentual mínimo; falta de mapeamento produtivo local e assistência técnica aos produtores, assim como falta de quadro técnico completo de nutricionistas; dificuldade na logística de transporte; burocracia exacerbada; má distribuição de terras do estado, devido à predominância de áreas destinadas a monoculturas, em grande parte da extensão rural de vários municípios paranaenses, que por vezes até mesmo ultrapassam estas áreas chegando a invadir áreas urbanas. Por fim, a dificuldade destes municípios em cumprir a porcentagem mínima de aquisição, traz a imperativa necessidade de discutir o atual modelo de produção agrícola convencional e a atuação da gestão, buscando ações alternativas para que seja possível a garantia desta obrigatoriedade como estratégia de soberania e segurança alimentar e nutricional.



Palavras-chaves: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Familiar.
Fonte(s) de financiamento: Não houve financiamento
Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Disponibilidade e Práticas de Aquisição de Frutas e Hortaliças na Região Metropolitana de São Paulo

Autores/as: Jessica Vaz Franco (Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Mariana Tarricone Garcia (Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Cláudia Maria Bógus (Professora Associada do Departamento de Prática de Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo).

Resumo:

Introdução: Este trabalho teve como objetivo descrever a disponibilidade de frutas e hortaliças (F&H) em bairros de baixa renda e as práticas de aquisição destes alimentos pelos moradores. Método: Estudo transversal realizado em regiões adstritas de quatro Unidades Básicas de Saúde do município de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo. Foi realizada análise descritiva do ambiente alimentar em relação à frequência e tipos de estabelecimentos nas regiões e disponibilidade de alimentos oferecidos em estabelecimentos que comercializavam alimentos para preparo e consumo no domicílio. Foi entrevistada uma amostra por conveniência de 47 moradores das regiões. Resultados: No total, foram encontrados 420 estabelecimentos que comercializavam alimentos e bebidas. Destes, 98 (23,3%) foram auditados (EA) por comercializarem alimen-

tos para preparo e consumo no domicílio e 322 (76,7%) não foram auditados por comercializarem alimentos preparados para o consumo no próprio local, por não estarem em horário de funcionamento ou por não terem consentido a realização do estudo. De todos os EA, a maioria comercializava alimentos não saudáveis, como refrigerantes, biscoitos recheados e salgadinhos (91,83%, n=90), e apenas 34,69% (n=34) comercializavam F&H, entre eles mercados, supermercados, sacolões, feiras livres e ambulantes. A região avaliada era composta por poucos estabelecimentos típicos em venda de F&H, como sacolões (1,67%, n=7) e feiras livres (1,19%, n= 5) e, apesar disso, a maioria dos moradores entrevistados ainda consideravam estes locais como os dois principais para aquisição de F&H (74,2% & 70,9%, respectivamente). A maior parte dos entrevistados realizava a compra de F&H semanalmente (75,8%), e o meio de deslocamento mais utilizado era a caminhada (78,7%), seguido de veículo motorizado próprio (13,1%) e transporte coletivo (8,2%). Já a distância média da residência até o local de compra era maior para aqueles que compravam em sacolões ou feiras livres (Frutas: 0,63km/Hortaliças: 0,53km) em relação aos que compravam em outros estabelecimentos (Frutas: 0,35km/Hortaliças: 0,34km). Conclusões: A alta concentração de estabelecimentos que não comercializam F&H e priorizam os alimentos não saudáveis é um fator preocupante. Embora os sacolões e as feiras livres sejam os principais locais para aquisição de F&H, a pouca quantidade e a distância destes podem dificultar o acesso à alimentação adequada e saudável, fazendo com que muitos realizem suas compras em estabelecimentos mais próximos com poucas opções de alimentos saudáveis. Estes dados podem justificar a proposição de intervenções e políticas públicas, já que o ambiente alimentar impacta na disponibilidade de F&H para a população.



Palavras-chaves: Abastecimento de alimentos; Alimentação saudável; Segurança alimentar e nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Sistemas Alimentares Descentralizados: O Abastecimento Alimentar na Perspectiva da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Autores/as: Lidiane Fernandes da Luz (doutoranda CPDA/UFRRJ - lidianefernandesdaluz@gmail.com); Renato S. Maluf (professor CPDA/UFRRJ - rsmaluf@gmail.com)

Resumo:

Esta pesquisa é parte do esforço de desenvolver uma abordagem de Sistemas Alimentares Descentralizados (SAD) e suas implicações para se pensar estratégias de abastecimento alimentar que atendam aos preceitos da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN). Os sistemas descentralizados englobam circuitos curtos agroalimentares e sistemas alimentares locais, porém, passados por dinâmicas nacionais e até globais de produção, distribuição e consumo de alimentos. Dito de outra forma, trata-se da interação entre diferentes sistemas alimentares, em suas diversas escalas (local, nacional, global) e expressos na diversidade de cadeias e circuitos agroalimentares (industrial, artesanal, agroecológica) com reflexos importantes na promoção da SSAN. Acrescenta-se a adoção de uma visão ampla de abastecimento alimentar, que envolve da produção ao consumo de alimentos, com especial atenção a sua qualidade e origem, mas também à disponibilidade e ao acesso a esses alimentos. Neste contexto, é apresentada uma proposta de metodologia para caracterização das dinâmicas e fluxos do abastecimento alimentar de um território no estado da

Bahia, a fim de apontar quais características e interações entre diferentes sistemas alimentares coexistentes podem contribuir na construção de estratégias de abastecimento local que atendam aos preceitos da SSAN. Essa metodologia tem por objetivo, também, conhecer o lugar ocupado pela agricultura familiar no abastecimento alimentar de uma localidade e refletir sobre a possível relação das mudanças recentes em relação à oferta de alimentos e aos hábitos alimentares da sua população com a situação de (in)segurança alimentar no território. Sabe-se que apesar do Brasil ter saído do Mapa Mundial da Fome em 2014 e reduzido significativamente os índices de pobreza, devido a um conjunto de políticas públicas, casos de insegurança alimentar persistem em vários estados brasileiros. Essa situação engloba não só as carências nutricionais, como também o excesso de peso, ressaltando a importância de tratarmos conjuntamente da questão do acesso e da qualidade dos alimentos nas dinâmicas e fluxos do abastecimento alimentar de uma determinada localidade. Considerando que dinâmicas mais globais de abastecimento podem ser importantes para democratizar o acesso ao alimento, e que as mesmas fontes que tendencialmente promoveriam a homogeneização dos processos produtivos alimentares, podem fortalecer iniciativas que promovam sua diversidade, propõem-se a proliferação de estratégias híbridas e descentralizadas de abastecimento, que favoreçam o acesso e a qualidade dos alimentos.

Palavras-chaves: abastecimento alimentar; sistemas alimentares

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar



Construcción Social de Mercados Institucionales Como Estrategia de Desarrollo Rural Sustentable: Estudio de Caso del Programa de Alimentación Escolar (PAE) en el Municipio de Granada- Antioquia

Autores/as: Nathalia Valderrama Bohórquez, José Aníbal Quintero, Claudia Zuluaga (Estudiantes de Postgrado Desarrollo Rural de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - nvalderramabo@unal.edu.co) , Sérgio Schneider (Profesor de los departamentos de Sociología e Desarrollo Rural de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)).

Resumo:

El programa de alimentación escolar (PAE) es un campo donde se disputan recursos y significados y donde se construyen cuadros interpretativos entre los diferentes actores. Al mismo tiempo, el PAE permite la integración de acciones para la promoción de la alimentación y la nutrición de niños y adolescentes y la integración de los productores locales como proveedores de estos mercados institucionales, siendo que la participación social de los actores es fundamental para alcanzar resultados exitosos.

El objetivo del artículo es analizar la experiencia de adquisición de alimentos locales para el abastecimiento del Programa de Alimentación Escolar (PAE) en el Municipio de Granada en el departamento de Antioquia en Colombia a partir del estudio de las actuales políticas públicas y la discusión en torno de la construcción del mercado institucional que permitió la aproximación de productor-consumidor como estrategia exitosa de desarrollo rural sustentable en un panorama.

La investigación abordó el seguimiento a la evolución del PAE en el período comprendido entre 2012-2015 en el municipio de Granada a partir de datos

bibliográficos y entrevistas semiestructuradas a actores estratégicos. El análisis se realizó empleando la Teoría de los Campos de Acción Estratégicos (CAE) enfocando especialmente en la disputa de los CAE a través de la formación de coaliciones y jerarquías entre los actores colectivos y su capacidad para dar lugar a cambios estructurales dentro de las instituciones y la reconstrucción de los cuadros interpretativos (FLIGSTEIN, 2002, FLIGSTEIN & DOUG, 2012).

A pesar que los actuales cuadros interpretativos que regulan las relaciones dentro del mercado institucional son restrictivos, la construcción social de mercado dentro del Programa de Alimentación Escolar en el municipio de Granada (Antioquia) demuestra que procesos de alianzas entre actores desafidores junto con actores estatales y no estatales posibilitó la efectividad y eficiencia de la vinculación de los productores locales de alimentos al mercado institucional, el mejoramiento de la forma de ejecución del programa y la mejoría en la alimentación de la población escolar. Las políticas alimentarias son importantes al respaldar la gestión coordinada de los recursos materiales e existenciales públicos y privados, al mismo tiempo que permite la resolución de los conflictos, la manutención de la estabilidad del campo y la reproducción de las organizaciones sociales y de su propia reproducción. Finalmente, la transformación del mercado institucional como campo necesita vincular el trabajo de los actores desafidores estatales y no estatales de diferentes campos para permitir la superación de los desafíos que acarrea el abastecimiento de mercados institucionales con alimentos producidos localmente para el desarrollo rural sustentable.

Palavras-chaves: Teoría de los campos de acción estratégicos, mercados institucionales, seguridad alimentaria y nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Bolsa de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses a declarar.



DIA 02
06 DE OUTUBRO
18H ATÉ 19H

2a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Julian Perez-Cassarino, Rozane Marcia Triches, Cimone Rozendo.

**A Agricultura Familiar na Alimentação Escolar na Bahia,
Brasil na Perspectiva do Nutricionista.**

Autores/as: Juçara Ana Bastos da Costa Accioly; Sandra Maria Chaves-Dos-Santos; Tânia Mara Buranelli-Soares; Joelma Cláudia Silveira Ribeiro (Núcleo de Pesquisa em Nutrição e Políticas Públicas, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia).

Resumo:

Com objetivos voltados para SAN e DHAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) propõe atender as necessidades nutricionais dos alunos de instituições públicas e filantrópicas durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Nesta direção foi estabelecida a exigência de aplicação de pelo menos 30% dos recursos do programa para aquisição de alimentos da agricultura familiar - AF, contemplando também a garantia de renda e a SAN para os produtores. A pesquisa objetivou analisar os fatores que influenciam a implementação da aquisição de alimentos da AF para a alimentação escolar em municípios do Estado da Bahia,

considerando a perspectiva dos nutricionistas responsáveis técnicos atuantes nestes municípios. O trabalho de campo contemplou entrevistas online com RTs, aplicando-se um questionário com 32 itens. Participaram da pesquisa 108 RTs (36,7%) e 89 dos 417 municípios que formam o estado foram representados, inseridos em 26 Territórios de Identidade (TIs). Dos RTs participantes, 66 respostas (61,1%) foram consideradas completas para responder sobre o percentual do orçamento para compra de alimentos da agricultura familiar. Do total de TIs, em 22 destes houve ocorrência de resposta positiva de algum município para a compra de produtos da agricultura familiar. O percentual de 30% do orçamento aplicado para a compra destes produtos foi referido em 71,6% dos municípios; a aplicação de valores iguais ou superiores a 45% do orçamento foi relatada por 18,8% dos participantes, e um percentual inferior a 15% foi indicado em 9,4% dos municípios. As razões apontadas pelos RTs para adquirir os produtos da agricultura familiar para o PNAE foram os aspectos legais, nutricionais, cultura e fortalecimento da economia local, disponibilidade de alimentos. A maioria dos produtos pertence ao município ou região, oriundos de agricultores individuais e de grupos formais. Frutas, legumes e verduras foram os itens mais comprados. Para a maioria dos RTs questionados, a implementação da exigência legal foi positiva (77,3%) e 74,2% disseram que deve haver aperfeiçoamento desta relação. Quanto aos obstáculos: falta de DAP, pouca diversificação dos produtos, omissão do gestor em procurar organizações produtivas de outros municípios, fornecimento irregular e atraso da entrega de produtos e a não articulação com outras secretarias e organizações. Concluiu-se que a compra de alimentos da AF para o PNAE na Bahia, após sete anos de implantação da norma, está avançando, mas ainda enfrenta problemas de gestão e de disponibilidade de alimentos para alcance de todos os objetivos.



Palavras-chaves: Agricultura Familiar. Alimentação Escolar.

Fonte(s) de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Curso de Gestão de Cooperativas: Uma Experiência Como Facilitadora Junto às Cooperativas de Agricultores Familiares em Santa Catarina

Autores/as: Maria Leticia Barbosa Xavier (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná - mleticiabx@gmail.com); Nilson Maciel de Paula (Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná - nilson@ufpr.br).

Resumo:

A insegurança alimentar no Brasil decorre, sobretudo, da falta de renda para a aquisição de alimentos. No entanto a maioria dos produtos alimentares básicos é produzida por agricultores familiares, os quais possuem receita média anual inferior a R\$14.0000 por propriedade. Há, portanto, uma diferença exorbitante entre o valor pago pelas famílias urbanas pelos alimentos e o valor recebido pelos produtores desses alimentos. Estudos apontam que a organização de agricultores em cooperativas é um meio para a superação do desafio de comercialização a um preço justo para quem recebe e quem produz, pois envolve a aproximação entre fornecedores e consumidores e a criação de circuitos mais curtos de abastecimento. Apesar de ser um desejo de muitos agricultores familiares, constituir e gerir uma cooperativa, não é uma atividade simples, demanda conhecimentos específicos, recursos, infraestrutura e pessoas capacitadas. Frente a essa necessidade o Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o Banco do Brasil e com a Universidade do Estado de Santa Catarina

(UDESC) organizou o “Curso de Formação de Gestores de Cooperativas”. O curso ministrou aulas de administração, como gestão de pessoas, financeira, logística, marketing e contou com professores da UDESC. Os alunos eram membros de 26 cooperativas de agricultores familiares, pescadores artesanais e assentados catarinenses, os quais também eram beneficiários de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, fundamentais na promoção de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil hoje. O curso foi desenvolvido ao longo de um ano, em que os gestores das diversas regiões do estado se deslocavam até a capital, uma vez ao mês e ali permaneciam durante um final de semana, dedicados exclusivamente às aulas. Este curso contou também com 05 facilitadores recrutados na mesma região em que foram responsáveis pelo acompanhamento das cooperativas. Esses profissionais mediarão o processo de ensino-aprendizagem, acompanharam o desenvolvimento das cooperativas e auxiliaram os cooperados na compreensão da aplicabilidade dos conteúdos nas atividades das cooperativas. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, realizado pelas cooperativas em parceria com seus facilitadores, planejou as atividades da cooperativa em busca de um modelo de abastecimento centrado em circuitos curtos, valorização de produtos sazonais e aproximação com os consumidores, foi o principal resultado do curso. Além disso, foram verificadas melhorias internas nas cooperativas em relação à comunicação, gestão de pessoas e registros financeiros, assim como o estabelecimento de laços de confiança e novas redes de troca e comercialização, atingindo aproximadamente 3700 cooperados.

Palavras-chaves: Cooperativas, Agricultura Familiar, Abastecimento.

Fonte(s) de financiamento: Banco do Brasil, MDA, UDESC e CAPES.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Horta Comunitária e Segurança Alimentar em Interface com Ações de Educação Alimentar e Nutricional Realizadas com Pré-Escolares do Município de Alfenas-MG.

Autores/as: Naiara Franco Baroni(Docente da Faculdade de Nutrição (FANUT) da Universidade Federal de Alfenas-MG - UNIFAL-MG), Virgínia Meira, Julia Araújo, Julieuza Alves, Isabela Oliveira, Bárbara de Lima (Discentes da FANUT-UNIFAL.); Nathan Pereira Dourado (Discente do Instituto de Ciências da Natureza (ICN) - Curso de Geografia - da UNIFAL-MG); Verônica Gronau Luz (Docente da Faculdade de Ciências da Saúde - Curso de Nutrição da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. veronicagronauluz@gmail.com).

Resumo:

Diversos programas e políticas tem viabilizado o cumprimento de um modelo de produção de alimentos sustentável e, da garantia ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes, considerando um ambiente saudável e tentando assegurar a biodiversidade. As Hortas Comunitárias são espaços produtivos que agregam conhecimento, convivência e integração entre a comunidade, além de recriar a paisagem, gerando novas funções sociais para o espaço. Ao mesmo tempo, auxiliam na prática da educação ambiental e alimentação saudável da comunidade ao seu entorno, garantindo o acesso aos alimentos de qualidade e a valorização da saúde em inter-relação com a definição e promoção de Segurança Alimentar e Nutricional. Dentre as ações propostas pelo Projeto de Extensão universitária intitulado “Horta Comunitária para a Promoção da Educação Ambiental e Segurança Alimentar e Nutricional”, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL-MG, foi construída uma horta comunitária dentro do ambiente escolar, para atender tanto a escola quanto a comunidade de pais e vizinhança local. Foram atendidas as crianças da pré-escola de um Centro Municipal Infantil em Alfenas-MG, locali-

zada em um bairro socialmente vulnerável. As atividades lúdico-pedagógicas desenvolvidas a fim de promover educação alimentar e nutricional foram as seguintes:

1 - "Reconhecendo hortaliças e frutas"

As crianças foram orientadas a colorirem desenhos referentes a frutas e vegetais de acordo com as características dos alimentos que elas conheciam e gostavam de ingerir.

Após a atividade de colorir, foi oferecida uma salada de frutas, relacionando os benefícios da sua ingestão para a saúde e, contextualizando a ingestão de alimentos in natura com a produção da horta;

2 - O que eu devo comer mais, e o que eu devo comer menos?":

A dinâmica foi baseada no capítulo intitulado "A escolha dos alimentos" do Novo Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde.

Foi confeccionado um cartaz apresentando alimentos e, as crianças foram orientadas a escolher àqueles que mais consumiam, enquanto as estudantes de Nutrição contextualizavam cada grupo de alimentos e suas propriedades.

Ambas as atividades permitiram dar início ao diagnóstico de comportamento alimentar dos pré-escolares, concluindo que as crianças nesta faixa etária são capazes de identificar os alimentos mais saudáveis, bem como, suas preferências e aversões, além de promover interação entre acadêmicos e crianças. A partir da aplicação dos conceitos de Educação Ambiental, Agroecologia e Educação Alimentar e Nutricional entende-se a Horta Comunitária como um espaço edu-



cador sustentável, e uma estratégia eficaz, pautada na interação dialógica, capaz de aproximar comunidade e universidade.

Palavras-chaves: horta comunitária, segurança alimentar e nutricional, educação alimentar e nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Edital PROEX – SUSTENTABILIDADE/UNIFAL-MG.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Avaliação dos Parâmetros de Comercialização de Alimentos em Comércio de Varejo.

Autores/as: Lucas Daniel Sanches¹²; Renata Fagundes Lopes¹²; Maria Aparecida de Oliveira²; Paula Andrea Martins¹².

Resumo:

Introdução: Intervenções realizadas em pequenos comércios de alimentos têm se mostrado efetivas na promoção de alimentação saudável, a fim de prevenir e combater a obesidade. Para a realização de uma intervenção apropriada é necessário ter um bom diagnóstico dos comércios, identificando características que podem facilitar ou dificultar a implementação da intervenção. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo avaliar os parâmetros de comercialização de alimentos em comércios de varejo localizados em uma região de baixo nível socioeconômico de Santos-SP. Métodos: O estudo tem delineamento transversal em que foram avaliados 9 comércios de varejo de alimentos em regi-

.....

1 Programa de Pós Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde – Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista

2 Laboratório de Epidemiologia Nutricional - Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista

ões de baixo nível socioeconômico e com inequidade ao acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis do município de Santos-SP (Martins et al., 2010). Para a realização da avaliação dos comércios foi desenvolvido e validado um instrumento denominado Questionário de Impacto – Comércios (QIP) (Sanches et al. 2016). O instrumento é composto por 48 questões entre questões dissertativas e de múltipla escolha. Resultados e Discussão: Nenhum dos comércios apresentou mais que 2 caixas registradoras, caracterizando comércios de pequeno porte. Em relação à tomada de decisão do proprietário para a inclusão de um novo alimento, o fator mais importante foi “solicitações de clientes” (88,9%) e o fator “preferência alimentar pessoal” foi classificado por 66,7% dos proprietários como pouco importante. Frutas e hortaliças tiveram como mecanismo de aquisição mais frequente a auto aquisição e para alimentos integrais aquisição via distribuidoras de alimentos. Encontrou-se maior frequência de aquisição para frutas (1-3x/semana) em 55,6% dos comércios e menor frequência de aquisição (1-2x/mês) em 66,6% dos comércios, podendo ser explicado pela perecibilidade dos grupos de alimentos. Foi relatada facilidade no pagamento de alimentos integrais com pagamento a prazo (44,4%) quando comparado às frutas e hortaliças, que são feitos em sua maioria a vista (66,7%). Em relação ao grau de rentabilidade, as frutas e hortaliças tiveram menor escore quando comparado aos alimentos integrais. Considerando que o escore de rentabilidade varia de 1 a 5, destaca-se a aveia com maior escore (4,12) e a berinjela com o menor escore de rentabilidade (3,07). Conclusão: Foi possível avaliar os parâmetros de comercialização e características dos comércios de varejo de alimentos por meio do instrumento QIP. Tal avaliação é útil tanto para o desenvolvimento de intervenções quanto no fomento de políticas públicas a fim de fortalecer este segmento importante tanto para a economia quanto para os hábitos de aquisição e consumo de alimentos no país.

Palavras-chaves): Ambiente alimentar;
Comercialização de alimentos; Alimentação saudável
Fonte(s) de financiamento: CNPq (Processo n.479885/2013-3)
Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Ambiente Alimentar: Uma Avaliação do Município do Rio de Janeiro

Autores/as: Paulo Cesar P. de Castro Junior¹; Inês Rugani Ribeiro de Castro²; Aline Araújo Nobre¹ Letícia Oliveira Cardoso¹.

Resumo:

O fato de que o ambiente alimentar é o cenário onde as escolhas alimentares são proporcionadas e efetivadas o caracteriza como um fator determinante na composição do comportamento alimentar. O ambiente alimentar pode ser definido como o conjunto de meios físicos, econômicos, políticos e socioculturais bem como de oportunidades e de condições que influenciam as escolhas alimentares. Neste sentido, entender o ambiente alimentar comunitário, caracterizado pela disponibilidade e pelo acesso aos alimentos, se faz importante para ajudar entender qual o cenário de segurança alimentar e nutricional as populações estão expostas. O presente estudo tem por objetivo apresentar a descrição do ambiente alimentar no município do Rio de Janeiro segundo proposta de classificação aqui detalhada. Foram coletados e georreferenciados os endereços das feiras convencionais e orgânicas do município do Rio de Janeiro, além dos estabelecimentos que comercializam alimentos e de refeições que estavam cadastrados no Sistema de Informação da Vigilância Sanitária sobre Segurança

.....

1 Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz

2 Instituto de Nutrição/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Alimentar e Nutricional (VISAN), que contém informações sobre todos os estabelecimentos licenciados para funcionamento no município. O VISAN organiza os estabelecimentos em 21 tipos diferentes de acordo com sua atividade principal e suas características físicas. Nesse estudo, classificamos os estabelecimentos em nove categorias, levando-se em conta os tipos de alimento comercializados, e tendo como referência a proposta de classificação dos alimentos adotada no Guia Alimentar para a População Brasileira publicado em 2014. São elas: 1) feira e hortifrutigranjeiro; 2) açougue e peixaria; 3) supermercado; 4) mercado e mercearia; 5) bomboniere, lojas de departamento, loja de conveniência, sorveteria; 6) lanchonete, cantina, pizzaria, confeitaria, café; 7) restaurante, churrascaria e restaurante popular; 8) bar; 9) padaria. Para ajudar a discriminar o ambiente alimentar do município propomos a utilização de indicadores que fornecem a estimativa de acessibilidade e de densidade, a saber: 1) presença de estabelecimentos por grupo; 2) densidade de estabelecimentos por grupo; 3) razão de estabelecimentos saudáveis e não saudáveis. Será apresentada análise exploratória espacial, com construção de mapas, por meio de utilização de Sistema de Informação Geográfica e de módulos de análise espacial, empregando-se a classificação proposta. Os indicadores serão aplicados em unidades geográficas como bairros e vizinhanças. Por meio dessa descrição busca-se entender padrões de dispersão da localização dos estabelecimentos, além de identificar as desigualdades territoriais referentes à distribuição de alimentos no município do Rio de Janeiro, associando-a com as desigualdades socioespaciais.

Palavras-chaves: Ambiente alimentar, SIG, desigualdades territoriais

Fonte(s) de financiamento: CAPES – bolsa de doutorado

Conflito de interesses: Declaramos que não há conflito de interesse nesse projeto



O Programa Nacional de Alimentação Escolar Enquanto Estratégia para o Fortalecimento da Agricultura Familiar e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

Autores/as: SOARES, Jéssika Dayane Pereira¹; BALTAZAR, Felizardo Maurício¹; DE ALMEIDA Gécica Mercia², GOMES, Nair Augusta de Araújo Almeida³; DE CARVALHO, Nágila Araújo³; Gécica Mercia de Almeida (gessicamercia@gmail.com)

Resumo:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa social do governo federal, que visa garantir a formação de hábitos alimentares saudáveis, a sustentabilidade, a promoção da saúde e o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Com a publicação da Lei 11.947/2009, o PNAE tornou-se um marco para as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), reconhecendo a inclusão dos produtos da Agricultura Familiar (AF) na alimentação escolar, tornando obrigatória a compra de no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Objetivo: Relatar a experiência de visita realizada à uma cooperativa de agricultores familiares de Morrinhos (GO), que é fornecedora de gêneros alimentícios da Gerência da Alimentação Escolar de Goiânia (GO), a (GERPAE/GO). Metodologia: Para orientar a visita, foi construído um roteiro de acompanhamento do processo de produção dos alimentos da AF. Para isso, fez-se uma revisão da literatura (busca de artigos e documentos técnicos-científicos relacionados às condições higiênicossanitárias, organização e regularização da AF). Resultados: Ao visitar a cooperativa, foi possível conhecer a realidade dos

.....

- 1 Discente em Nutrição na Universidade Federal de Goiás
- 2 Docente de Nutrição da Universidade Federal de Goiás
- 3 Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação/ Goiânia (GO)

agricultores, suas potencialidades e dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares. Entre as potencialidades, destacou-se o empoderamento da cooperativa ao prestar assistência aos cooperados, o interesse dos agricultores em se adequarem e se regularizarem para fornecer os produtos, a preocupação e o compromisso em garantir o fornecimento de alimentos com qualidade e em quantidade suficiente, a articulação com demais setores da sociedade e a valorização da produção local. Em relação às dificuldades, pode-se citar: estrutura física da cooperativa, que ainda não possui um espaço próprio e amplo para a realização de eventos, falhas na assistência da elaboração do projeto estrutural, falta de recursos financeiros e inviabilidade de fornecimento de uma maior variedade de gêneros alimentícios, devido a custos e logística de transporte até Goiânia. Conclusão: Percebeu-se a importância da articulação dos gestores do PNAE e a AF, considerando que a participação dos agricultores familiares no programa representa o resgate do patrimônio alimentar, promove a integração da produção e do consumo alimentar, que são baseados em hábitos alimentares saudáveis, de modo a assegurar a SAN, gerando renda para os AF e o ampliando o desenvolvimento local.

Palavras-chaves: Alimentação Escolar;

Segurança Alimentar e Nutricional; Desenvolvimento Sustentável.

Fonte (s) de financiamento: Não há fontes de financiamento a declarar.

Conflito de interesses: Não há conflitos de interesse a declarar.



GRUPO TEMÁTICO 4

Efeitos da Insegurança Alimentar e Nutricional

Os efeitos potenciais da insegurança alimentar e nutricional são nefastos, ora óbvios e fáceis de identificar, ora obscuros e ocultos. Há consequências para crianças, adultos, famílias, povos e comunidades, regiões e nações. Para uma criança – mesmo antes de nascer – as consequências são devastadoras para o crescimento físico, mental e emocional. Interfere sobremaneira no comportamento e na aprendizagem na idade escolar. A insegurança alimentar e nutricional não se traduz somente na sensação física e insuportável da fome, que ainda assola um quinto da humanidade, mas apresenta outra face que se traduz na alimentação inadequada assolando quase metade da população mundial e contribuindo com as mortes por doenças crônicas não transmissíveis e por sobrepeso/obesidade. Povos e comunidades tradicionais afetados pela fome, frequentemente aliada à degradação ambiental, sofrem deslocamentos de suas origens e mudanças nos seus hábitos alimentares, com aumento de vulnerabilidades social e econômica. O Grupo Temático 4 procura desenvolver trabalhos sobre os diversos efeitos potenciais da insegurança alimentar e nutricional para os indivíduos, as famílias e as comunidades, temas relacionados aos direitos territoriais e patrimoniais, cultura alimentar e práticas alimentares tradicionais, políticas públicas e racismo institucional, além de estudos sobre as políticas públicas relacionadas ao tema.

DIA 01
05 DE OUTUBRO
16H15MIN ATÉ 18H15MIN

1a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)

Moderador (a):

Anne Kepple (UNICAMP)

Insegurança Alimentar e Nutricional e Perfil Socioeconômico no Estado do Piauí.

Autores/as: Elyudienne Andressa Silva Alves (Universidade Federal do Piauí - andressaalves_nutri@hotmail.com); Marize Melo Dos Santos; Ivonete Moura Campelo; Norma Sueli Marques da Costa Alberto; Rosângela Maria Sobrinho Sousa; Lídia Raquel de Sousa Rocha, Jairo Galvão de Araújo.

Resumo:

Introdução: A segurança alimentar e nutricional é caracterizada como um processo multidimensional que envolve toda a cadeia alimentar. Dados de prevalência de insegurança alimentar norteiam as políticas públicas na área e visam garantir a consecução do direito humano à alimentação adequada. Dentre os fatores que podem estar associados à ocorrência de insegurança alimentar, destacam-se principalmente a pobreza e a desigualdade social. Neste contexto, programas socioassistenciais de transferência de recursos, vinculados ao cumprimento de condicionantes, buscam garantir a segurança alimentar da população assistida. Objetivo: Analisar a prevalência de insegurança e segurança alimentar e nutricional da população piauiense e o perfil socioeconômico no perí-



odo de 2004 a 2013. Métodos: Realizou-se um estudo retrospectivo com análise descritiva dos dados baseado no relatório gerado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com as seguintes variáveis: prevalência de domicílios em situação de segurança e insegurança (leve, moderada e grave) alimentar e nutricional e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Para esta última utilizou-se também o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2013. Para o acesso às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, foi utilizado o relatório emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Resultados: A prevalência de segurança alimentar e nutricional nos domicílios piauienses aumentou progressivamente ao longo dos anos, passando de 36,5% em 2004, para 44,36% em 2013. Neste mesmo período a prevalência de insegurança alimentar e nutricional grave reduziu quase a metade, diminuindo de 12,1% em 2004 para 6,31% em 2013. Ressalta-se, a concomitante expansão de transferência de renda à população, com destaque para o Programa Bolsa Família, que quase duplicou o número de famílias beneficiadas no período, com evolução de 222.034 famílias assistidas em 2004 para 449.310 famílias em 2013. Importante destacar ainda que a redução da insegurança alimentar e nutricional foi acompanhada da redução das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Em 2004, 20,6% das famílias piauienses viviam em extrema pobreza e 48,33% em situação de pobreza. Já em 2013, 9,13% e 27,40% encontravam-se em extrema pobreza e pobreza, respectivamente. Assim, pode-se afirmar que a extrema pobreza reduziu mais da metade neste período. Conclusão: Os resultados do estudo evidenciam que a redução das iniquidades sociais, através, dentre outras ações, da transferência de renda, é acompanhada pela redução da insegurança alimentar e nutricional da população.

Palavras-chaves: segurança alimentar e nutricional;
pobreza; transferência de renda

Fonte(s) de financiamento: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não há conflitos de interesse a declarar.

Avaliação da Insegurança da Avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional em um Consórcio de Segurança Alimentar no Vale do Jiquiriçá, Bahia, Brasil

Autores/as: Joelma Cláudia Silveira Ribeiro (Núcleo de Pesquisa em Nutrição e Políticas Públicas/ Universidade Federal da Bahia; Sandra Maria Chaves-Dos-Santos (Núcleo de Pesquisa em Nutrição e Políticas Públicas/ Universidade Federal da Bahia); Juçara Ana Bastos da Costa Acioly (Núcleo de Pesquisa em Nutrição e Políticas Públicas/ Universidade Federal da Bahia).

Apresentadora: Joelma Cláudia Silveira Ribeiro (Núcleo de Pesquisa em Nutrição e Políticas Públicas/ Universidade Federal da Bahia - caunuti@hotmail.com).

Resumo:

O objetivo da SAN engloba e qualifica a erradicação da Fome, da desnutrição e manifestações mais graves de insegurança alimentar. O desafio de construir um sistema de SAN municipal envolve informações e conhecimento sobre a situação a ser enfrentada e seus determinantes, geralmente deficientes ou inexistentes em municípios menores. O Brasil vem investindo no tratamento de problemas sociais na perspectiva territorial, entendendo-se ser esta uma forma de promover maior impacto na alteração das condições de vida das pessoas. Assim, foram criados em 2008 os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs. CONSADs e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN pressupõem a formação de novas arenas públicas e de novas institucio-



nalidades em torno de objetivos de alta relevância para a sociedade brasileira. O SISAN, a exemplo de outros sistemas, se organiza desde o nível da União, dos estados e tem base nos municípios. Portanto, torna-se oportuno desenvolver estudos que possam produzir informações sobre a situação de SAN e assim mobilizar para a construção do sistema local. Este estudo teve como objetivo avaliar a situação de segurança alimentar e seus determinantes em municípios baianos integrantes de um CONSAD, contemplando uma metodologia direta, pela aplicação em amostra de domicílios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar- EBIA, e uma metodologia indireta pela aplicação de um Protocolo de Indicadores desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas da UFBA, contemplando as 4 dimensões da SAN: disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, consumo de alimentos e utilização biológica de nutrientes. A amostra constituiu-se de 2.003 domicílios, em oito dos nove municípios pertencentes ao CONSAD. Nos domicílios estudados, via EBIA, detectou-se prevalência de 70,3% de insegurança alimentar, com predomínio da insegurança grave e moderada (36%). Em âmbito municipal, pela aplicação do protocolo, identificou-se insegurança alimentar leve nas dimensões de acesso, consumo e utilização biológica de nutrientes, sendo possível indicar quais variáveis estão definindo a situação. Conclui-se que com as avaliações realizadas compôs-se um quadro capaz de orientar a ação pública na direção da SAN de uma forma geral, para todo o município, e considerando as condições de vida nos domicílios particulares, conformando também uma base para o desenho do SISAN e possibilitando o acompanhamento e avaliação do realizado.

Palavras-chaves: Insegurança alimentar, indicadores para avaliação, CONSAD

Fonte(s) de financiamento: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Conflito de interesses: Não há conflito

Segurança Alimentar e Nutricional e o Consumo de Frutas e Hortaliças

Autores/as: Melissa Luciana de Araújo (Universidade Federal de Minas Gerais); Raquel de Deus Mendonça (Universidade Federal de Minas Gerais); José Divino Lopes Filho (Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais); Aline Cristine Souza Lopes (Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais).

Apresentadora: Melissa Luciana de Araújo (Universidade Federal de Minas Gerais - melissaluciana20@gmail.com).

Resumo:

Introdução: O consumo adequado de alimentos saudáveis, como as frutas e hortaliças (FH), é influenciado por distintos e complexos fatores, entre eles a situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias. Entretanto, há poucos estudos sobre a influência da SAN sobre o consumo de FH, em particular, em grandes grupos populacionais, como usuários de serviços de saúde. **Objetivos:** Verificar as prevalências de insegurança alimentar e nutricional entre as famílias de usuários do Programa Academia da Saúde (PAS) e a sua influência sobre o consumo de FH. **Métodos:** Estudo transversal, realizado com todos os usuários com 20 anos ou mais de uma amostra representativa de polos do PAS (n=18) de Belo Horizonte/MG, no período de fevereiro de 2013 a junho de 2014. Utilizou-se questionário pré-testado, incluindo dados socioeconômicos, de saúde, consumo alimentar e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Realizou-se regressão linear múltipla, ajustada por sexo e idade, para verificar a influência da insegurança alimentar (IA) sobre o consumo de FH. **Resultados e Discussão:** Foram avaliados 2.817 representantes de seus domicílios, que relataram uma média diária de consumo de FH de $374,9 \pm 183,7$ gramas. Das famílias com indivíduos menores de 18 anos, 59,0% estavam em situação de segurança



alimentar, 34,6% em IA leve, 4,9% em IA moderada e 1,5% em IA grave, enquanto que nas demais famílias este valor foi de 73,6%, 23,5%, 2,4% e 0,5%, respectivamente. A regressão linear múltipla, após ajustes, revelou a influência negativa da situação de IA sobre o consumo de FH, tanto em domicílios com menores de 18 anos (-51,18; 95% IC: -74,45; -27,91) quanto nos demais (-61,16; 95% IC: -79,96; -42,37). Famílias com maiores proporções de IA, geralmente, são aquelas que apresentam menor renda, piores ocupações de trabalho e condições de moradia, chefe da família do sexo feminino e com menor escolaridade, fatores que possivelmente contribuem para o pior acesso e disponibilidade de alimentos, sobretudo os saudáveis, que apresentam custos comparativamente mais elevados. Conclusão: Verificou-se elevados níveis de IA entre os participantes, com influência negativa sobre o consumo de FH. Estes resultados corroboram a importância de investigar a SAN em distintos grupos populacionais, inclusive em serviços de saúde dada a sua capacidade de intervir, bem como a sua influência em diferentes situações devido à complexidade e singularidades de seu constructo. Ações intersetoriais são essenciais para reverter este quadro por contribuir para a concretização de políticas públicas e ações de promoção da alimentação saudável efetivas que favoreçam a superação de iniquidades visando à saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

Palavras-chaves: Segurança alimentar e nutricional.

Atenção primária à saúde. Alimentos saudáveis.

Fonte(s) de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ).

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar

Protocolo de Assistência Nutricional para o Tratamento de Obesidade Infantojuvenil

Autores/as: Romênia Vidal de Freitas Estrela; Prof^a. M.Sc. Ana Paula do Nascimento Pereira; Prof^a. M.Sc. Rosilene Reis Della Noce.

Resumo:

O excesso de peso na população mundial tem se tornado alarmante e a grande preocupação são com as crianças e adolescentes, pois a chance dessa condição permanecer na vida adulta é de 25% e 80%, respectivamente. No mundo, mais de 40 milhões de crianças menores de cinco anos estavam acima do peso em 2011. O Brasil, já em 2009, tinha uma em cada três crianças de 5 a 9 anos acima do peso, totalizando 33,5%. Com o propósito de modificar os determinantes da saúde, promover um tratamento adequado e efetivo ao público infantojuvenil, este trabalho teve como objetivo propor um protocolo de assistência nutricional para o tratamento da obesidade infantojuvenil numa perspectiva de prevenção da obesidade na vida adulta e garantia da segurança alimentar e nutricional desse público. Trata-se de um estudo descritivo de levantamento bibliográfico/documental por meio de pesquisa em literatura impressa e virtual (livros, documentos oficiais, registros e periódicos científicos) sobre protocolos e experiências direcionadas à prevenção e tratamento da obesidade infantojuvenil. Segundo a literatura, na admissão ao tratamento, o paciente precisa ser avaliado (peso e estatura) para a determinação do escore-Z do IMC, que deverá estar acima 2DP ou 1DP quando apresentar comorbidades associadas ou ainda insucesso no tratamento de perda de peso no período de 1 ano. Para acompanhamento e complementação do diagnóstico nutricional a PCT, PCSE e CC devem ser avaliadas. A BIA deve ser realizada para acompanhar a massa muscular e de gordura. Deverá ser realizada uma anamnese detalhada e o hábito alimentar através do Recordatório 24 horas, utilizando álbuns fotográficos com exemplo



de porções de alimentos e medidas caseiras. Para o diagnóstico da antropometria, BIA e Alimentação devem ser usados softwares específicos para este fim. O estágio pubertário deve ser identificado com auxílio de álbum fotográfico. O rastreamento da Compulsão Alimentar e Imagem Corporal deve ser realizado por instrumentos padronizados, além da utilização de exames laboratoriais como colesterol, triglicerídeos, glicemia, hemograma, hormonais e outros que ficam a cargo da pediatria e/ou endocrinologia. Para a recomendação da atividade física, o fisioterapeuta após avaliação deverá tratar e/ou encaminhar o paciente ao educador físico para o plano de atividade física, o levantamento socioeconômico realizado pela assistente social e o acolhimento pela equipe multiprofissional. Este protocolo de assistência nutricional em complemento com outras áreas de assistência ao paciente obeso infantojuvenil, está sendo aplicado e ajustado, mostrando-se um instrumento eficaz na conduta adequada, podendo ser referenciado como modelo de redução de peso de forma saudável e melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes.

Palavras-chaves: Obesidade Infantojuvenil; Protocolo Nutricional; Políticas de Obesidade.

Fonte(s) de financiamento: Financiamento próprio.

Conflito de interesses: A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, parecer 825.074/2014 conforme resolução 466/12 Conselho Nacional de Saúde e não apresenta nenhum conflito de interesse.

Medida de Segurança Alimentar e Nutricional em Adolescentes: Perspectivas e Direcionamentos.

Autores/as: Marjorie Rafaela Lima do Vale (Universidade Estadual do Ceará/ Grupo de Estudos em Política de Segurança Alimentar e Nutricional - GPSAN); Leticia de Albuquerque Araújo (Universidade Estadual do Ceará/GPSAN); Maria Marlene Marques Ávila (Universidade Estadual do Ceará/GPSAN).

Resumo:

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é um fenômeno complexo que pode se expressar de maneira distinta em diferentes grupos. Entre os adolescentes, uma maior propensão à insegurança alimentar (InSAN) é observada devido à adoção de práticas e comportamentos de risco em relação à saúde, e à dinâmica familiar onde os adolescentes estão inseridos. A ocorrência de InSAN durante a adolescência é associada a sintomas de angústia e tristeza diante da situação vivenciada, menor funcionamento psicossocial e sobrepeso e obesidade. O uso de indicadores que possibilitem avaliar a prevalência de InSAN entre esses indivíduos é fundamental para que o planejamento, execução e acompanhamento de ações que objetivam aliviar a InSAN sejam realizadas. Como parte de um estudo de construção e validação de uma medida de SAN para adolescentes, foi realizada uma revisão de literatura tradicional, consultando-se a biblioteca virtual BIREME, incluindo as bases de dados LILACS, IBECs, MEDLINE, Biblioteca Cochrane e SciELO; e o Portal de Teses da CAPES. Foram analisados 110 trabalhos, sendo 1 tese, 7 dissertações, 19 publicações oficiais e 83 artigos científicos. Como parte dos resultados encontrados, ressalta-se que apesar da sua extensa utilização, as escalas de percepção da InSAN possuem uma série de limitações. De modo geral, a operacionalização do conceito de SAN contemplado pelos itens é considerada menos abrangente do que o conceito comumente apresentado. Também tem sido relatado que o modo como o adolescente vivencia a

insegurança é conceitualmente diferente do adulto, e que, portanto, medir a percepção de insegurança de adolescentes a partir de experiências e itens elaborados para adultos (e.g. foco na capacidade financeira de adquirir alimentos), pode comprometer a validade da medida proposta. Desta forma, questiona-se a factibilidade de captar com acurácia o real estado de SAN do adolescente utilizando um instrumento centrado no acesso financeiro, tendo em vista que a participação de fatores biopsicossociais atuam de maneira complexa e particular na determinação do consumo alimentar, necessário para o desenvolvimento de uma vida ativa e saudável desses indivíduos. Adicionalmente, sugere-se que em estudos futuros busque-se incorporar a multidimensionalidade do conceito de SAN, uma vez que a inter-relação das dimensões alimentar e nutricional contribuem para a articulação de políticas intersetoriais e integradas.

Palavras-chaves: Segurança alimentar e nutricional, Adolescente, Revisão.

Fonte(s) de financiamento: Capes

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesse.



DIA 01
05 DE OUTUBRO
18H15MIN ATÉ 19H

1a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Maria Consolación Udry (EMBRAPA)

Efeitos da Insegurança Alimentar e Nutricional nos Pacientes com Câncer

Autores/as: Carone Alves Lima (CONSEA Fortaleza e Universidade Estadual do Ceará - GPSAN);

Apresentador: Carone Alves Lima (CONSEA Fortaleza e Universidade Estadual do Ceará - GPSAN - carone.al@hotmail.com)

Resumo:

O tratamento anticâncer, pode provocar inúmeros efeitos adversos, como náuseas, vômitos e falta de apetite. Mais de 70% dos pacientes apresentam esses sintomas, que levam a redução da ingestão alimentar, fraqueza, desequilíbrio eletrolítico, perda de peso corporal, que compromete o estado nutricional (EN) do paciente e a eficácia do tratamento.

De acordo com levantamento da Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral (BRASPEN), a desnutrição atinge entre 30% e 80% dos pacientes com câncer, no mundo. Desse total, 20% vão a óbito por falta de suporte nutricional



(SN), ou seja, um a cada cinco pacientes morre por desnutrição.

A alta prevalência de desnutrição e suas repercussões negativas justificam a necessidade de instituir a terapia nutricional como estratégia para preveni-la e tratá-la, melhorando a resposta imunológica e a tolerância ao tratamento oncológico.

Deficiências no EN estão associadas a um maior tempo de hospitalização e menor resposta ao tratamento antineoplásico, além do aumento do risco de complicações para o paciente. Dessa forma, o SN melhora o EN e, consequentemente, auxilia na resposta imunológica e na qualidade de vida, influenciando positivamente o tratamento, podendo ser considerado parte essencial do tratamento contra o câncer.

Segundo as diretrizes firmadas pelo Consenso Nacional de Nutrição Oncológica do INCA (Instituto Nacional do Câncer), faz-se necessário políticas públicas que possam garantir o acesso a tais suplementos, em tempo e quantidade adequados.

Atualmente, o acesso a tais suplementos ocorre por via judicial, através de processos lentos. Em muitos casos, em virtude dos efeitos da desnutrição, o paciente vai a óbito antes da liberação dessas dietas especializadas ou suplementos nutricionais. Muitas modalidades de tratamento oncológico, como a quimioterapia, são interrompidas em função da desnutrição. Porém, se tratando de câncer, o tempo é fator para o sucesso ou insucesso do tratamento.

A suplementação nutricional melhora a ingestão dietética, uma vez que os mesmos oferecem energia, proteína e outros nutrientes em dosagens farmacológicas, que são capazes de modular a resposta imune e inflamatória. Dentre esses nutrientes, o ácido eicosapentaenóico (EPA) pode inibir a carcinogênese, retar-

dar o crescimento de tumores, aumentar a eficácia da radioterapia e de várias drogas quimioterápicas e, assim, reduzir a anorexia (falta de apetite)/caquexia.

Com o suporte nutricional adequado, resposta terapêutica torna-se eficaz, aumentando o sucesso do tratamento, e as chances de cura. Para isso faz-se necessário a criação de políticas públicas que retirem esses pacientes das condições de ISAN, além de programas emergenciais, desburocratização dos processos existentes, entre outros.

Palavras-chaves: Insegurança Alimentar; Câncer; Suporte Nutricional

Fonte(s) de financiamento: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

(In) Segurança Alimentar e Nutricional de Gestantes Atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um Município do Estado de Santa Catarina – Sc

Autores/as: Rita Suselaine Vieira Ribeiro - rsv@unesc.net¹² Paula Rosane Vieira Guimarães¹²; Luana Moraes Nicolini³; Marco Antônio da Silva¹; Tamy Colonetti⁴; Grasiela Cristina Tereza de Oliveira⁵; Fabiane Maciel Fabris¹

Apresentadora do Trabalho: Rita Suselaine Vieira Ribeiro

.....

- 1 Docentes, UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC)
- 2 Secretaria Municipal de Saúde, Criciúma, SC
- 3 Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família/Atenção Básica, UNESC
- 4 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, UNESC
- 5 Acadêmica Curso de Nutrição UNESC



Resumo:

Após o fim da segunda guerra mundial, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das populações era vista como um limite da disponibilidade de alimentos e uma ameaça aos países. É considerado que há SAN na população quando todas as pessoas têm, frequentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida equilibrada e saudável. Alguns dos grupos mais susceptíveis ao risco social são as mulheres em período gestacional. O objetivo deste trabalho foi avaliar a (in) SAN de gestantes assistidas pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de um município do estado de Santa Catarina. Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa denominado “Chamada Nutricional de Usuários dos CRAS como Instrumento de Diagnostico para o Desenvolvimento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional e para a Saúde em um Município do Extremo Sul Catarinense, SC”, aprovado pelo comitê de ética em pesquisa, sendo projeto número 770.508/2014 e certificado de apresentação para a precessão ética: 35044314.8.0000.0119. Neste estudo participaram as gestantes que frequentam os CRAS de um município do sul do estado de Santa Catarina, no qual se totalizou 34 pessoas. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) mostra que 47,05% (n=16) das gestantes estão em SAN, 29,41% (n=10) estão em insegurança alimentar e nutricional leve, 11,76% (n=4) estão em insegurança alimentar e nutricional moderada e 11,76% (n=4) estão em insegurança alimentar e nutricional grave. Mesmo com os avanços observados na diminuição das desigualdades sociais no Brasil, ainda é grande o contingente de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional. Apesar de um número pequeno de entrevistadas estarem em segurança alimentar e nutricional, mais da metade das gestantes apresentam algum tipo de insegurança alimentar e nutricional. Para esta população se torna indispensável a articulação intersetorial para garantir a atenção adequada, promovendo a qualidade de vida destas pessoas.

Palavras-chaves: Gestantes; Segurança Alimentar e Nutricional; EBIA
Fonte(s) de financiamento: Trabalho parcialmente financiado
pelo FUNDES (Fundo de Apoio à Manutenção
e ao Desenvolvimento da Educação Superior, SC)
Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Segurança Alimentar e Nutricional no Início da Vida: Aleitamento e Alimentação Complementar de Crianças Assistidas na Atenção Básica do Recife-PE.

Autores/as: Luana Sales da Silva¹; Letícia Dinegri²; Eryka Maria dos Santos¹; Thalita Milena Araújo Xavier de Amorim³; Jailma Santos Monteiro⁴; Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares⁴

Resumo:

Objetivo: O presente estudo avaliou a alimentação de crianças menores de 2 anos atendidas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Recife-PE. Métodos: Estudo descritivo, do tipo transversal, realizado em 4 UBS no período de Novembro/2014 a Fevereiro/2015. A população em estudo foi composta por crianças menores de 2 anos e as variáveis estudadas foram: sexo; idade; aleitamento materno (AM), consumo alimentar e período de introdução de alimentos. Foi utilizado o Protocolo do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

.....

- 1 Residente de Nutrição da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Recife/PE/Brasil.
- 2 Discente do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife/PE/Brasil.
- 3 Discente do curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife/PE/Brasil.
- 4 Professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife/PE/Brasil.



como base para a investigação de frequência alimentar. Foram realizadas análises descritivas dos dados. Este estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa, sob número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 29078814.7.0000.5208. Os dados foram digitados em dupla entrada no software Epi Info 2000 versão 3.51 e analisados no Statistical Package for Social Science (SPSS) versão 12. Resultados: Foram avaliadas 141 crianças, sendo 54,6% do sexo feminino, 22% tinham menos de 6 meses, 21,3% tinham entre 7 a 12 meses e a maioria, 56,7%, tinham entre 13 a 24 meses de idade. A mediana de AM total foi de 182,52 dias e de AM exclusivo de 60,84 dias. A mediana de introdução de alimentos foi de 60 dias para água; 60 dias para chá; 120 dias para verdura batida, 180 dias para amassada e 255 dias para inteira; 150 dias para fruta batida, 180 dias para amassada e 300 dias inteira; a mediana de sopa foi de 180 dias; 180 dias para purê; 180 para cereal amassado e 240 para inteiro; 210 para raízes amassadas e 365 para inteira; 180 dias para legumes caldo, 210 para amassados e 365 para inteiro; 240 para carne triturada e 365 para carne em pedaços. Ao se analisar os alimentos consumidos nas últimas 24 horas, verificou-se a frequência de 58,9% para verduras; 14,2% para tubérculos; 59,6% para fruta; 58,2% para carne e 59,6% para feijão. Quando investigado o consumo de alimentos ultraprocessados 30 dias anteriores, identificou-se que o alimento mais consumido foi o biscoito sem recheio (82,2%), seguido por pipoca (65,2%), biscoito recheado (52,5%), doce (51,1%), refrigerante (50,4%), suco industrializado (47,5%), macarrão instantâneo (47,5%) e tempero pronto (45,4%). Conclusão: A alimentação das crianças não ocorre de modo adequado, destacando-se a mediana baixa de AM exclusivo e total, o baixo consumo de frutas, verduras e o alto consumo de alimentos ultraprocessados em idade precoce. Desta forma, verifica-se a importância de ampliar e aprofundar estratégias de Educação Alimentar e Nutricional, empoderando e responsabilizando profissionais e familiares, não limitando apenas às mães o compromisso e incentivo ao AM e a oferta adequada dos alimentos, a fim promover a Segurança Alimentar e Nutricional desde o início da vida.

Palavras-chaves: Aleitamento Materno; Alimentação Complementar;
Atenção Primária à Saúde.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.





DIA 02
06 DE OUTUBRO
10H45MIN ATÉ 13H

2a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)

Moderador (a):

Anne Kepple (UNICAMP)

Padrões de Insegurança Alimentar e Fatores Associados em Populações Vulneráveis do Interior da Bahia

Autores (as): Camila Silveira Silva Teixeira¹; Danielle Souto de Medeiros²; Carlos Henrique Alencar¹; Alberto Ramos Novaes Júnior¹; Jorg Heukelbach¹

Resumo:

Introdução: A medida direta de insegurança alimentar (IA) é considerada uma importante estratégia para monitoramento da iniquidade e coopera na identificação de grupos vulneráveis. Doenças negligenciadas como a hanseníase, realimentam o ciclo vicioso da pobreza. Incidem sob a força e tempo de trabalho e reduzindo as chances de desenvolvimento humano, corroborando à vulnerabilidade alimentar de pessoas afetadas. Objetivo: Caracterizar os padrões de insegurança alimentar e fatores associados em pessoas acometidas pela hanseníase, em municípios do interior da Bahia, 2001 a 2014. Materiais e Métodos: Foi

.....
1 Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Departamento de Saúde Comunitária, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará

2 Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira, Universidade Federal da Bahia.

realizado um estudo transversal, de população censitária, em que foram entrevistados 278 indivíduos, notificados com hanseníase no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, entre os anos de 2001 e 2014, nos municípios de Vitória da Conquista e Tremedal. A prevalência de IA foi estimada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Variáveis sociodemográficas, econômicas, psicossociais e clínicas também foram avaliadas. A associação entre o desfecho e as variáveis explicativas de interesse foi estimada por regressão logística múltipla. Resultados: 95 (39,3%) famílias em Vitória da Conquista e 19 (52,8%) em Tremedal, conviviam com a IA. Respectivamente, 66 (27,3%) e 11 (30,6%) de nível leve, 22 (9,1%) e 7 (19,4%) IA moderada e 7 (2,9%) e 1 (2,8%) IA grave. Em análise de regressão logística, a maior chance de IA foi associada a algum efeito dermatológico sob a qualidade de vida (OR=2,34; IC95%=1,23 – 4,59), alguma restrição à participação social (OR=2,33; IC95%=1,11 – 4,90) e desenvolvimento de episódio reacional (OR=2,07; IC95%=1,06 – 4,04). Conclusões: A prevalência de IA foi expressiva na população de estudo, sobretudo em Tremedal, semelhante aos resultados encontrados na região Nordeste do Brasil e no estado da Bahia. O quadro observado representa um fator de risco adicional à esta população, uma vez que as más condições psicossociais e de saúde enfrentadas, em função do estigma e incapacitações vivenciadas por pessoas com hanseníase, podem comprometer o acesso a uma alimentação saudável em quantidade e qualidade. Há uma teia de inter-relações entre a IA e a hanseníase e, portanto, são necessários estudos longitudinais para monitoramento dessa população. Recomenda-se estratégias de enfrentamento, que contemplem populações mais vulneráveis, que favoreçam a redução de iniquidades e promovam os direitos dos cidadãos, por meio das políticas públicas de segurança alimentar.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional,
Populações Vulneráveis, Hanseníase.

Fonte(s) de financiamento: CNPq, edital MCTI/CNPq/MS-SCTIE –

Decit No 40/2012 – Pesquisas em Doenças Negligenciadas. Netherlands Leprosy Relief/ Netherlands Hanseniasis Relief – Brasil (NLR/NHR).

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Insegurança Alimentar e Nutricional e sua Relação com A Microcefalia por Zika Virus

Autores/as: Letícia Dinegri¹; Evane Moises da Silva¹; Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares²; Leopoldina Augusta Souza Sequeira de Andrade²; Raquel Canuto³; Pedro Israel Cabral de Lira⁴.

Resumo:

O aumento de casos suspeitos de microcefalia em recém-nascidos vivos vem sendo estudado, bem como sua possível associação com a epidemia de Zika, a qual tem sido evidenciada em estudos clínicos e epidemiológicos.

Levantamento realizado em fevereiro de 2016, em Pernambuco, pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, demonstrou que: “mais da metade das famílias que têm bebês com suspeita de microcefalia no estado são de baixa renda”, ou seja, 53% das mães estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), e, dentre essas, 77% encontram-se em extrema pobreza. A renda é considerada como um dos determinantes locais e

.....

1 Discente do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife/PE/Brasil.

2 Professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife/PE/Brasil.

3 Professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS/Brasil.

4 4Professor titular do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife/PE/Brasil.

domiciliares da Segurança Alimentar e Nutricional e, se estiver comprometida com os gastos na assistência à saúde, crescimento e desenvolvimento da criança, haverá uma redução na proporção do orçamento total gasto com alimentos e uma maior vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional.

A nutrição da mulher, antes ou durante o período gestacional, tem influência sobre a formação fetal. Nesse contexto, destaca-se o acesso restrito a alimentos fontes de determinados nutrientes, como o ferro, ácido fólico, vitamina A, niacina e tiamina como fator associado à má formação do sistema nervoso.

A água é um alimento, sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada, e, como tal, é um direito humano inalienável. Portanto, para se ter uma alimentação adequada, se faz necessário o acesso contínuo à água por toda a população, o que não ocorre nos locais com altos índices de Zika. A dificuldade de acesso à água adiciona vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, bem como a maior morbimortalidade infantil e materna.

Várias questões acerca da vulnerabilidade social, alimentar e nutricional das famílias que têm bebês com microcefalia ainda não foram respondidas, como: o binômio mãe-filho passou por situação de insegurança alimentar antes ou durante a gestação? A microcefalia agrava a situação de segurança alimentar e nutricional das famílias atingidas? Qual o grau de insegurança alimentar das famílias afetadas? A microcefalia promove o desmame precoce? O acesso a recursos e meios para adquirir os alimentos seguros e saudáveis por sua própria conta ou por programas sociais é suficiente para realizar uma alimentação adequada? Bebês sem microcefalia ou tamanho desproporcional da cabeça nascidos de mães com suspeita ou infecção confirmada de Zika gestacional tem dificuldades na alimentação?



A partir destes questionamentos, ainda sem resposta, verifica-se a necessidade de estudos que analisem a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias e dos bebês com microcefalia associada à epidemia do Zika vírus.

Palavras-chaves: Insegurança alimentar e nutricional, Zika vírus e microcefalia

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Necessidades Alimentares Especiais e SAN: Subjetividades Sobre Alimentação, Nutrição e Auto-Cuidado em Escolares Diabéticos na Região Metropolitana De Curitiba

Autores/as: Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas¹; Letícia Jocoski²; Cilene Ribeiro da Silva¹; Flavia Auler¹; Silvia do Amaral Rigon³

Resumo:

Necessidades Alimentares Especiais (NAE) envolvem restrição ou suplementação de determinados nutrientes em indivíduos que apresentam algum tipo de alteração metabólica ou fisiológica. Recentemente, a identificação destes casos tem gerado indicadores de vigilância alimentar e nutricional, sistematizados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O cenário eleito para a pesquisa envolveu estudantes adolescentes da rede pública estadual que

.....

1 Escola de Ciências da Vida – Curso de Nutrição – PUCPR

Grupo de Estudos e Pesquisa em Ciências da Nutrição – GEPECIN - PUCPR

2 Bolsista CNPq – Curso de Nutrição – PUCPR

3 Departamento de Nutrição - UFPR

vivem com NAE, em municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Seu objetivo foi investigar subjetividades relacionadas à alimentação, nutrição, saúde e autocuidado entre escolares diabéticos, na perspectiva da SAN. Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, empregando entrevista semiestruturada, com roteiro abrangendo quatro dimensões: o significado da doença; experiência cotidiana da doença, a vivência da doença no ambiente escolar e a alimentação escolar. Os relatos obtidos foram gravados, transcritos integralmente e armazenados em arquivos eletrônicos de texto, como base para a categorização e posterior análise temática de conteúdo, produzindo-se inferências relativas às mensagens comunicadas pelos sujeitos da pesquisa. Quanto às dimensões estruturadas a partir dos núcleos de sentido dos discursos dos participantes, foi identificada na experiência da doença em âmbito domiciliar, uma dualidade entre responsabilidade e risco na rotina do tratamento, ainda não tendo sido conquistada segurança plena quanto ao manejo da insulinoterapia e sua articulação com a nova rotina alimentar e atividade física. A mãe é percebida pelos adolescentes como o principal sujeito sentinela quando se trata do cuidado em casa. No âmbito da escola, o agente administrativo, o “melhor amigo” ou um “professor mais próximo” são as referências de apoio nas intercorrências da doença. O cuidado assistencial específico no ambiente escolar tem lacunas de sistematização de rotinas (“informalidade” e “ação pontual”), sendo uma barreira ao autocuidado e tendo potencial de ampliar a insegurança alimentar e risco à saúde. Neste contexto, evidenciou-se que percepções relacionadas ao auto cuidado em alimentação e nutrição têm relevância na experiência vivida da doença entre os escolares, podendo subsidiar a promoção em saúde pela compreensão de sua repercussão na segurança alimentar e nutricional (SAN), tanto no plano biológico quanto social. Considera-se esse um tema emergente no cenário das políticas públicas com enfoque no direito humano à alimentação adequada. Assim, é recomendada a continuidade dessa abordagem de pesquisa na direção de ampliar e consolidar achados qualitativos que corroborem para



a análise da promoção de saúde e SAN, focalizada na perspectiva própria da experiência dos sujeitos que vivem com NAE.

Palavras-chaves: Diabetes Mellitus Tipo 1; Segurança Alimentar e Nutricional; Alimentação Escolar.

Fonte(s) de financiamento: CNPq (Projeto _CNPq82_2013_5628853776592942_01: “Necessidades alimentares especiais no ambiente escolar: uma discussão do binômio Nutrição e Bioética”.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Alimentação Macuxi e Wapichana: (In) Segurança Alimentar Indígena no Estado de Roraima

Autores/as: Joeli Pinho Moreira (Povo Wapichana – Acadêmica do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR. joelimoreira@hotmail.com); Dejaïne Taís Viriato Mandulão (Povo Macuxi- Acadêmica do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR); Niety da Silva (Povo Macuxi - Acadêmica do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR); Lucirene Bento Barbosa (Acadêmica do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR); Tatiane da Silva Rocha (Acadêmica do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR); Inara do Nascimento Tavares (Antropóloga, docente do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR).

Resumo:

Este relato de experiência apresenta os dados do trabalho de campo realizado na disciplina Segurança Alimentar e Nutricional I, pelas acadêmicas do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Tendo como objetivo a análise de dados referente aos hábitos alimentares dos povos indígenas Macuxi e Wapichana, a partir de entrevistas realizadas com moradores de quatro Comunidades Indígenas: Pium, Barata, Tabalascada e Raposa, na qual estão localizadas nas regiões da Serra da Lua, Tabaio e Raposa, todas essas regiões estão situadas no perímetro do Estado de Roraima. A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar que a maioria dos moradores das comunidades indígenas estudadas possuem participação na produção dos alimentos consumidos. Identificou-se o crescimento da produção agrícola, agropecuária, piscicultura, suinocultura e avicultura e a inserção de novas tecnologias de produção. As comunidades produzem para sua própria subsistência, através da agricultura familiar, dessa forma se garante alimentos que compõem a culinária da cultura indígena dos povos Macuxi e Wapichana. Através das entrevistas realizadas constatou-se que na alimentação dos povos estudados, a mandioca e seus derivados continuam sendo a base da alimentação indígena. Percebe-se que na contemporaneidade tem ocorrido diversas mudanças nos costumes e na alimentação indígenas, por conta do contato cada vez frequente com a sociedade envolvente e a inserção de alimentos industrializados, pois o que não falta na alimentação indígena, são alimentos como arroz, feijão, macarrão e carnes. Segundo antigos moradores, o peixe, as caças e as bebidas tradicionais (caxiri, aluá, pajuaru) prevaleciam na alimentação indígena, mas atualmente percebe-se uma certa escassez desses alimentos. Porém, na nossa culinária indígena, a damurida ainda é um alimento primordial das famílias indígenas e de eventos nas comunidades, seguido pelo pajuarú de mandioca e milho. Os antigos seguem essa tradição, repassando para as futuras gerações, o ensino se dá des-



de criança, a alimentação se torna um fator de socialização entre as comunidades. Portanto, nos dados apresentados sobre as quatro comunidades, este estudo demonstrou que não há diferença na alimentação do indígena dos povos Macuxi e Wapichana, as formas de produção não são muito diferentes, porém o acesso as políticas públicas no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional da populações tradicionais, ainda estão muito limitadas, as comunidades envolvidas nessa análise demonstrarão grandes potenciais, mas que necessitam de incentivos governamentais devido as diversos fatores como que atingem as comunidades indígenas, como a escassez de recursos naturais, as demarcações de terras indígenas em ilhas, entre outros.

Palavras-chaves: Alimentação Indígena; Insegurança Alimentar; Povos Indígenas de Roraima.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

Os Impactos de Insegurança Alimentar nas Comunidades Indígenas de Roraima.

Autores/as: Maria Gorete Lourenço Thomás (povo Pauxiana , estudante do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de formação superior Indígena da /UFRR - marialougorete@gmail.com); Glaucirleide Almeida de Castro (Povo Macuxi, estudante do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de formação superior Indígena da /UFRR); Neila Souza da Silva (Povo Macuxi , estudante do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de formação superior Indígena da /UFRR); Renata Oliveira Rodrigues (Povo Macuxi, estudante do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de formação superior Indígena da /UFRR); Tercinara da Silva

Aguiar (Povo Macuxi, estudante do 6º período do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de formação superior Indígena da / UFRR); Inara do Nascimento Tavares (Antropóloga, docente do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena / UFRR).

Resumo:

Este relato de experiência foi produzido pelas estudantes indígenas dos povos Macuxi, Wapixana e Pauxiana do curso Gestão em Saúde Coletiva Indígena nas comunidades: Raimundão-I / Terra Indígena Raimundão-Região Taiano, comunidade Anta-I /Terra Indígena Pium-Região Taiano-comunidade Campo Alegre/ Terra Indígena São Marcos / Região Baixo São Marcos, estado de Roraima. O levantamento de dados exposto sobre as condições de Insegurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas das comunidades citadas, foi realizado no período de dezembro 2015/ janeiro 2016, no contexto Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com o 1º Inquérito Nacional de Saúde dos Povos Indígenas do Brasil (maio/2010), os povos indígenas apresentam um alto índice de doenças crônicas degenerativas incidentes e prevalentes mostradas nos dados epidemiológicos da investigação, os fatores de riscos estão à transição dos hábitos alimentares e o principal impacto é a insegurança alimentar e nutricional. Este cenário é preocupante para os profissionais que trabalham com a atenção básica nas comunidades com ações de prevenção, promoção e cuidados, nas comunidades visitadas. A estimativa de insegurança alimentar (ausência/ presença) das famílias entrevistadas, as faixas etárias vulneráveis são as crianças, idosos e grávidas e destes, 100%, recorrem aos alimentos industrializados como parte fundamental nas cestas básicas. Entre os principais itens estão os biscoitos doce, refrigerante, carne, galetos, salsicha, salgadinho, óleo, açúcar, bombons, sal, tabaco e arroz. Além desses itens, 40% das famílias entrevistadas diz inserir nas cestas básicas a cachaça e álcool para o ajuri (trabalho comunitário). Isso ocorre devido à falta de tubérculos (batata, macaxeira, mandioca, abóbora) para



a produção de caxiri e pajuaru (bebidas tradicionais). A cachaça e o álcool também são utilizados em rituais e tratamentos tradicionais. A insegurança alimentar nestas comunidades está ligado diretamente a transição de novos costumes alimentares, desencadeando doenças e agravos como as diabetes, hipertensão, desnutrição, desidratação, obesidade, carência nutricional, uso abusivo de álcool e cortes/ferimentos. Durante as entrevistas, foi citado que na década de 1970, muitas crianças tiveram o primeiro contato com os alimentos industrializados nas escolas, com o exército e garimpeiros e se intensificou na década de 2000 com os benefícios sociais como bolsa escola, vale alimentação, aposentadorias e auxílio maternidades etc. Os benefícios sociais são um indicador relacionado à insegurança alimentar, pois o poder aquisitivo para a compra de alimentos interfere na transição alimentar dos povos indígenas dentro do contexto histórico das comunidades. Também, considerados fatores geradores de insegurança alimentar nas comunidades está às terras demarcadas em ilhas, a escassez das fontes naturais, a inserção da merenda escolar, o aumento populacional, conflitos Interétnicos entre povos e organizações indígenas, as constantes queimadas, os desmatamentos das matas ciliares, o enfraquecimento nutricional do solo, o uso indiscriminado dos timbós nos rios. Gradativamente, esses elementos geram insegurança alimentar e em consequência a busca de alimentos industrializados pela necessidade, praticidade, acesso e oferta dos produtos.

Palavras-chaves: Transição; Necessidade; Povos Indígenas de Roraima.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

Da Política da Doença e Miséria à Política de Saúde e (In)Segurança Alimentar: 100 Anos De Ação Colonial

Autores/as: Fernanda Casagrande¹, Marcos Homero Ferreira Lima², Verônica Gronau Luz³

Resumo:

A política voltada para as populações indígenas no Brasil tem origem em 1910 com a criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio, órgão guiado por princípios e objetivos que visavam integrar e assimilar os indígenas brasileiros à comunhão nacional. Principal e único órgão federal responsável da política indigenista, o SPI, esteve de mãos dadas com o processo colonial que, ao longo dos anos, foi responsável pelo processo de territorialidade dos povos indígenas, caracterizado pela criação de pequenas reservas, pela retirada e despossessão das suas terras de ocupação tradicional, motivos da paulatina perda da auto-sustentabilidade e da progressiva insegurança alimentar e nutricional, ações estas que, a partir de 1967, passaram a ser exercidas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI. O presente estudo pretende, a partir de fontes documentais e bibliográficas, analisar a trajetória das políticas de saúde indígena, verificando continuidades e descontinuidades, com enfoque na área de alimentação e nutrição, principalmente na segurança alimentar e nutricional, tendo em perspectiva o contexto econômico, político e social do país, nos momentos históricos em que foram implantadas tais políticas. Embora a política indigenista tenha tido início em 1910, o recorte específico da saúde indígena no Brasil é recente, vindo a ocorrer

.....
1 Nutricionista Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da UFGD – Área de Concentração: Atenção a Saúde Indígena.

2 Antropólogo Perito do Ministério Público da União-MPU/MPF

3 Docente da Faculdade de Ciências da Saúde – Curso de Nutrição da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS (Email: veronicagronauluz@gmail.com)



a partir da década de 1990, em continuidade das possibilidades de mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988 e da Convenção 169/89 da OIT, época em que a atenção indígena passou a ser disputada por outros órgãos do Estado, além de organizações não governamentais. O final dos anos 1980, com a nova Constituição, marca o florescer de uma nova forma de olhar essas populações atentando para os indígenas como seres com direitos específicos, sendo-lhes reconhecidos as suas formas de organização social, costumes, línguas e acesso às terras de ocupação tradicional, bem como os direitos à autonomia, a consulta prévia, protagonismo e participação nas políticas que lhes afetam. Foi no bojo destas transformações que a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde – assume a saúde indígena, descentralizando os atendimentos de baixa complexidade em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIs, espalhados pelo país. Hoje, a saúde indígena é de responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, órgão ligado ao Ministério da Saúde, por meio do Subsistema de Saúde Indígena do SUS. O presente estudo demonstra que as políticas públicas indígenas anteriores à CF/88 e a Convenção 169 da OIT têm como pano de fundo as práticas colonialistas e civilizadoras engendradoras da fome e miséria entre os índios. Ademais, pretende mostrar como, mesmo sob essa nova perspectiva, a saúde indígena persiste com reproduções de práticas e ideais colonizadoras.

Palavras-chaves: Saúde Indígena; Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas

Fonte(s) de financiamento: Não se aplica

Conflito de interesses: Nenhum

DIA 02
06 DE OUTUBRO
14H30MIN ATÉ 16H15MIN

3a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral
(15 min/trabalho)

Moderador (a):

Renato Carvalheira do Nascimento (CAPES)

Alimentados por Obligation, o Alimentación con Dignidad.
Programa de Alimentacion Escolar (PAE) Venezuela / Alimentados
por Obrigação ou Alimentação com Dignidade.

Autores/as: Ailide Maria Molina Rondón

Resumo:

La educación es un derecho humano y un deber social, obligatoria y gratuita y constituye la raíz esencial de la democracia. Está orientada al desarrollo pleno de la personalidad para el disfrute de una existencia digna, que transcurra como una valoración ética del trabajo y con una conciencia de participación ciudadana en la toma de decisiones (Ministerio de Educación y Deporte, 2004).

Asimismo, en el Pacto del Comité Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (CESCR), en la observación general 12, sobre el Derecho a una Alimentación adecuada Artículo 11, se reconoce:

" el derecho de toda persona a un nivel de vida adecuado para sí y su familia, incluso alimentación...y a una mejora continua de las condiciones de existencia, también se reconocen que posiblemente deban adoptarse medidas más inmediatas y urgentes para garantizar el derecho fundamental de toda persona



a estar protegida contra el hambre y la malnutrición" (CESCR, 1999, p18).

En términos generales, el derecho a una alimentación adecuada se ejerce cuando todo hombre, mujer, o niño(a), ya sea solo en común con otros, tiene acceso físico y económico, en todo momento, a la alimentación adecuada o a medios para obtenerla. El derecho a la alimentación adecuada no debe interpretarse, a una forma restrictiva a un conjunto de calorías, proteínas y otros elementos nutritivos concretos. El derecho de la alimentación adecuada tendrá que alcanzarse progresivamente, y por tanto los estados tienen la obligación básica de adoptar las medidas necesarias para mitigar y aliviar el hambre, en caso de desastre natural o de otra índole (CESCR, 1999).

A partir de esto en Venezuela se comienzan a implementar estrategias y políticas públicas que respondan a las necesidades de la población en relación a áreas de educación y alimentación con la finalidad de lograr una disminución en los índices de pobreza, desnutrición, y deserción escolar (Ministerio de la Alimentación, 2008).

El estado Venezolano, en conjunto con el Ministerio de Educación, el Instituto Nacional de Nutrición y el Ministerio de Deporte, lograron la intensificación de programas en Venezuela, para minimizar el impacto de las variables sociales y familiares que influyen en la deserción, la repetición y la baja prosecución de la educación básica, entre ellos se encuentra, el Programa de Alimentación Escolar (PAE).

El PAE, es una política pública de inclusión social y desarrollo humano integral, permite el acceso, la permanencia, la prosecución y el rendimiento en el sistema escolar a los niños, niñas y adolescentes, como una continuidad de la política pública de inclusión social y desarrollo humano integral (Manual de Normas y

Procedimientos para la Gestión del PAE, 2012).

El ministerio de Educación, Cultura y Deporte de Venezuela (2003), establecieron a su vez, unos lineamientos por el cual debería estar apoyado todas las estrategias de políticas públicas en materia de educación, esta es: Superar la inequidad social con la atención integral de niños, niñas, adolescentes, y jóvenes, dentro de ella se encuentra el PAE, el cual de acuerdo al Estado venezolano es un programa complementario destinado a mejorar el nivel nutricional de niños, niñas, y adolescentes mediante el suministro de una alimentación diaria, variada y adecuada a los requerimientos nutricionales y a los patrones culturales.

Como componente pedagógico contribuye a elevar las deficiencias proteico-calóricas que inciden en el rendimiento académico. Atiende a alumnos inscritos en planteles oficiales, de educación inicial, básica I-II y III etapa, media diversificada, y profesional, así como a los de áreas indígenas, rurales y de extrema pobreza, además de estudiantes con deficiencias.

Ahora bien, así como están constituidas ciertas leyes referente al funcionamiento del PAE, y del sistema educativo en Venezuela, también existe una ley Orgánica de seguridad y Soberanía alimentaria de la Republica Bolivariana de Venezuela (2008), mostrando como eje principal el derecho a una alimentación adecuada, en ella se expone lo siguiente:

Artículo 8. Todas la ciudadanas y ciudadanos en todo el territorio de la República Bolivariana de Venezuela tiene el derecho a la disponibilidad y acceso oportuno y suficiente de alimentos de calidad (Ley orgánica de seguridad y soberanía alimentaria, 2008).

A pesar de todas estas referencias mencionadas, la situación actual en Venezuela y el desarrollo del país como nación se encuentra en un periodo crítico. No solo



porque el sistema político y económico se encuentre en una declive agudo sino también porque a nivel social la población está llegando a uno de los índices más significativos en deserción escolar, y no solo eso sino también a un incremento de los índices de desnutrición y deficiencias de micronutrientes como nunca antes reflejados (Landaeta, 2014).

El deterioro acelerado de la crisis política, surge como una de las consecuencias más notorias de la dependencia de una economía basada en el petróleo, lo que ha generado como consecuencia colapso de los ingresos reales, en términos de salario, un aumento constante de la escasez de alimentos básicos, medicamentos y otros productos básicos, además de una caída significativa de los servicios sanitarios en el país, lo que ha generado una situación aguda, crítica y preocupante en la población Venezolana (Federación de Centros Universitarios, UCV, 2015).

Por tanto, la principal fuente de ingreso proviene de la renta petrolera, que de acuerdo con lo expuesto en el Informe Anual de Seguimiento de la Aplicación del Plan de Acción de la Cumbre Mundial Sobre la Alimentación (2008) "la utilización de la renta petrolera para la inversión productiva y social, es un factor primordial en el favorable desempeño de la economía" (p,15).

Esta situación no es nueva, sino más bien, es el resultado de políticas de desarrollo económico deficientes que viene implementando el Estado actual y cuerpos de gobiernos antiguos.

Es decir, Venezuela desde hace mucho tiempo es un país que depende exclusivamente del petróleo, y como explica (International Crisis Group, 2015) es un país que no hace mucho tiempo aprovecho una de las alzas en el precio del petróleo más sostenidas en la historia, por tanto, esta situación sugiere que el

país podría estar en una situación política y económica y por ende social, bien establecida, pero no es así, porque cuando se produce el colapso de los precios del petróleo, la economía del país se ve afectada gravemente, ya que no hubo un desarrollo de otros rubros de producción y por tanto se produce un colapso económico, y por ende social (International Crisis Group, 2015).

Aunado a esta situación en Venezuela se produce un Golpe de estado hacia el presidente Hugo Chávez, donde el sector empresarial comienza la interrupción parcial de la distribución de alimentos o cual ocasiona que a partir de esta situación el gobierno comience a establecer una serie de estrategias y políticas de expropiación de servicios vinculados al área de alimentos, de petróleo, telecomunicaciones, electricidad, bancos etc (Ley del Plan de la Patria, 2013).

En la ley Orgánica de Seguridad y Soberanía Alimentaria (2008), el Estado Venezolano establece en el art.5 que:

La seguridad agroalimentaria es la capacidad efectiva que tiene el Estado, en corresponsabilidad con el sector agroalimentario nacional, para garantizar a toda la población, la disponibilidad, acceso, intercambio, y distribución equitativa de los alimentos de manera estable, que aseguren las condiciones físicas y emocionales adecuadas para el desarrollo humano integral y sustentable, considerando el intercambio, la complementariedad y la integración económica entre los pueblos y naciones como elemento esencial que garantiza el derecho a la alimentación (p,48).

Mientras que en el art. 4, se establece que:

Es el derecho inalienable de una nación a definir y desarrollar políticas agrarias y alimentarias apropiadas a sus circunstancias específicas, a partir de la producción local y nacional, respetando la conservación de la biodiversidad produc-



tiva y cultural, así como la capacidad de autoabastecimiento priorizado, garantizando el acceso oportuno y suficiente de alimentos a toda la población (p 46) Por ende, si se realiza una comparación entre lo que está establecido en la ley y las acciones que ha desarrollado el estado en relación a SAN de la población Venezolana, se puede decir que hay discrepancia totalmente entre las acciones y las políticas establecidas, ya que el Gobierno ha generado una dependencia significativa en relación a las importaciones de alimentos sustituyendo la producción doméstica, por tanto, la idea de soberanía alimentaria se traduce en generar controles de precios, distorsiones del tipo de cambio, nacionalizaciones de industrias privadas, expropiaciones de tierras entre otro tipo de políticas que realmente no responde a las necesidades de producción y desarrollo agrícola del país, y menos nutricionales (Navas, 2014).

En relación a lo expuesto anteriormente, durante el alza del precio del crudo el (petróleo) se comienza acentuar un aspecto negativo en relación a la soberanía alimentaria del país, ya que se genera una dependencia económica de importación de alimentos que va aumentando drásticamente debido a la demanda generada por el crecimiento de la población, y el aumento de los ingresos reales (Venezuela: International Energy data and analysis, US Administración de Información de Recursos Energéticos (EIA), 20 de junio de 2014), sin embargo, en el Informe Nacional de Seguimiento de la Aplicación del Plan de Acción de la Cumbre Mundial sobre Alimentación, (2008) señalaron que, el aumento de los precios internacionales de los productos básicos así como las políticas de reserva alimentarias aplicadas por los países exportadores se traducirían en un incremento de los costos de insumos y materia prima importada en Venezuela, y que esta situación podría incidir sobre una baja de la producción interna de alimentos, desabastecimiento y un mayor incremento de los precios en los rubros de importancia para la nutrición y alimentación del venezolano, lo que podría afectar la oferta de alimentos.

A pesar de esta situación, y del conocimiento que el estado venezolano tenía con respecto al aumento de los precios internacionales de los alimentos, no se lograron desarrollar medidas o estrategias de prevención a una crisis que ya estaba anunciada, "la República Bolivariana de Venezuela alerta que, el incremento de los precios internacionales de los alimentos afectaría negativamente el acceso de la población a estos productos, así como también significaría un aumento en los índices de subnutrición, específicamente de los sectores vulnerables." (Informe Nacional de Seguimiento de la Aplicación del Plan de Nación de la Cumbre Mundial sobre Alimentación, 2008)

De allí, surge uno de los grandes problemas que ha consolidado aún más la crisis económica, política y social en Venezuela, que está relacionada con los índices de (in)seguridad alimentaria de la población venezolana, y todos sus condicionantes como la desnutrición, deficiencias de micronutrientes, y deserción escolar en aumento. Para la primera mitad de 2015 el desabastecimiento de alimentos había alcanzado un estado de "crisis aguda" acentuada por la incapacidad del sistema de seguridad estatal de disminuir los efectos de la (in)seguridad alimentaria en la población vulnerable (población pobre, niños y niñas) (Gutiérrez y Ordoñez, 2011).

Sin embargo, la Deserción escolar en Venezuela, no es un hecho desconocido para el Estado venezolano, ya que cada uno de los gobiernos instaurados ha luchado para evitar esta situación, obviamente unos más interesados que otros (Ministerio de Educación Cultura y Deporte, 2003)

Para 1982, ya se señalaban que la deserción se debía a causas económicas, y se indicaba que los hijos se veían obligados a abandonar sus estudios para ayudar económicamente a sus padres (Oviedo y Díaz, 1982).



Asimismo, el Instituto Nacional de Estadísticas (INE) venezolano, señalo que para el año 2001 el catorce punto dos por ciento (14,2 %), es decir, más de cuatro millones (4.000.000) de personas (Barreiro, 2002). de los hogares vivían en pobreza extrema, sin embargo esta cifra actualmente ha aumentado, de acuerdo con la Encuesta de Condiciones de Vida en Venezuela, (ENCOVI 2015) los hogares en situación de pobreza aumentaron un 53% en un año, pero a pesar de estas cifras, todavía no se tienen datos oficiales de la situación de pobreza actual en Venezuela. Del mismo modo, INE señala que la población que se encuentra en pobreza extrema sus ingresos per cápita son inferiores al de la canasta alimentaria.

En ese sentido los integrantes de esos hogares tienen que decidir “comer” o estudiar, indudablemente se decidirán por el primero. Y, por consecuencia habrá un alto índice de deserción al sistema educativo (ENCOVI, 2014). Actualmente, en Venezuela, de acuerdo con el Encuesta Nacional de las Condiciones de Vida (ENCOVI, 2015) para el 2015, la compra de alimentos básicos disminuyó a niveles críticos;

De este modo, para el 2016 y en lo que va de año se han producido una serie de hechos relevante en relación al Programa de Alimentación Escolar (PAE) en Venezuela, donde lo más alarmante y uno de los aspectos más críticos de este programa actualmente es que hay un aumento progresivo y rápido del número de deserción de estudiantes en las escuelas, "el ausentismo escolar es debido a la necesidad de hacer colas para la adquisición de alimentos" "desvanecimientos (desmayos) en clases por debilidad debido a que los estudiantes pasan noches sin comer a raíz de la falta de alimentos en casa" (El Universal, septiembre 2016) esta condición se ha generado como consecuencia a la poca efectividad del PAE para poder responder a las demandas de alimentación en las escuelas.

Considerando esta situación, una de las principales limitantes del PAE en Venezuela, es que el Estado conociendo la crisis alimentaria que se acercaba nunca desarrolló un plan de prevención o de acción con respecto a esta situación de (in)seguridad alimentaria, que hoy por hoy es de un 95% según datos originados por investigaciones (ENCOVI 2016), lo que ha ocasionado como consecuencia "una gran deserción escolar ya que los estudiantes van al colegio solo cuando saben que tendrán PAE" (El Carabobeño, marzo 2016).

Inclusive, la gestión del PAE en las diferentes instituciones del país debido a la crisis actual cada vez es más deficiente, se dificulta realmente el suministro de alimentos a los estudiantes por falta de alimentos, incluso, el Ministerio de Educación en conjunto con el Instituto Nacional de Nutrición han tenido que reformular el número de comidas aportadas en las instituciones educativas, lo que ha generado grandes problemas en el desarrollo educacional de los estudiantes en los colegios (Gutiérrez, 2016).

Por ende lo que se quiere proponer es que, el tema de seguridad alimentaria, no es solo un aspecto que los gobiernos deben desarrollar a través de políticas públicas en materia de alimentación y nutrición, sino que es, uno de los aspectos más importantes que tiene el derecho a una alimentación adecuada (DHAA) y nutricional, donde no solo es tener derecho a ser alimentado, sino al derecho de una alimentación con dignidad, y que la misma no debe ser interpretado en un sentido estricto o restricto, que se le condicione o lo considere como recomendaciones mínimas de energía y nutrientes (Burity, 2010).

El estado Venezolano, tiene la Obligación de facilitar, es decir, debe crear las condiciones que permitan la realización efectiva del DHAA y Responsabilidad de asegurar el cumplimiento del Derecho Humano a la Alimentación (FAO, 2010).



Palavras-chaves: PAE Venezuela, Crises alimentaria em Venezuela,

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional em Moçambique: O Caso da Província de Maputo.

Autores/as: Janete Ismael Mabuie Gove (jgmabuie@gmail.com - Nutricionista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição/PPGAN - Universidade Federal do Paraná); Rubia Carla F.Giordani (rubia@urpr.br - Professora Adjunta do Dnut/UFPR); Islandia Bezerra (islandia@ufpr.br - Professora Adjunta do Dnut/UFPR); Arune João Estavela (aruneestavela@gmail.com)

Resumo:

Moçambique faz parte dos países da zona subsaariana, onde, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2013), os problemas de saúde relacionados com a desnutrição atingiram, em 2011 cerca de 30% das crianças menores de cinco anos. O dado corresponde a 314 milhões de crianças vítimas de desnutrição. Atualmente Moçambique registra taxas de cerca de 43% de crianças menores de 5 anos que apresentam altura baixa para a sua idade, e, por isso, classificadas como sendo crianças com desnutrição crónica e 6% sofrem de desnutrição aguda, dos quais 2% sofrem de DAG, o que significa que apresentam baixo peso para a altura que apresentam. (IDS, 2011). De acordo com os dados de em Moçambique, estima-se que 39 por cento dos agregados familiares continuam a ser altamente vulneráveis à insegurança alimentar. Assim, a presente proposta de pesquisa, visa entre outros, identificar os determinantes socioculturais e económicos que concorrem para o uso da suplementação nutricional, mistura alimentícia enriquecida e ou alimento terapêutico pronto para o uso

no tratamento da desnutrição aguda moderada, pelos responsáveis no cuidado das crianças menores de 5 anos nas comunidades da Província de Maputo, bem como avaliar a percepção sobre a suplementação nutricional visando fortalecer a capacidade coordenativa para advogar e gerir a implementação do plano de ação multisectorial para redução da desnutrição aguda e crónica em Moçambique. Pretende-se, com o estudo, despertar a atenção para a criação de sinergias de modo a tornar eficaz a ação sobre combate à desnutrição e insegurança alimentar e nutricional em Moçambique. Torna-se um dos fatores concorrentes na motivação para a realização desta pesquisa, sentido o desafio de levar a cabo um estudo desta natureza, o facto de que os determinantes sociais do consumo insuficiente de alimentos não ser percebido pela comunidade como um dos problemas que ocorrem para o desencadeamento da desnutrição e, por conseguinte a fraca adesão ao tratamento segundo os protocolos definidos pelo Programa de Reabilitação Nutricional (PRN). Para além das elevadas taxas de desnutrição, aliadas a Problemática da pobreza; A Questão da Insegurança Alimentar, cujas Cifras superam cerca de 39% dos agregados familiares em Moçambique. A influência das Epidemias como HIV, Cólera, Malária e Tuberculose, que concorrem para a desnutrição. A necessidade de contribuir no desenho de estruturas de coordenação para superar os desafios na área de Segurança Alimentar em Moçambique. Apoio ao Ministério da Saúde (MISAU) no desenho e implementação de Políticas para a sustentabilidade e redução da desnutrição crónica em Moçambique.

Palavras-chaves: Desnutrição, Insegurança Alimentar e Nutricional, Suplementação nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Ministério da Saúde (MISAU) de Moçambique/ Ministério de ciência tecnologia ensino superior e técnico profissional(MCT).



O Desperdício que Alimenta a Insegurança Alimentar no Brasil

Autores/as: Rodrigo Santos Mendonça (rodrigo.santos.mendonca@gmail.com Acadêmico de Engenharia de Alimentos/Universidade Tecnológica Federal do Paraná/UTFPR); Islandia Bezerra (islandia@ufpr.br - Professora Adjunta do Departamento de Nutrição/Universidade Federal do Paraná/UFPR)

Resumo:

Periodicamente, o tema do desperdício de alimentos entra na agenda pública internacional como uma possibilidade real de dirimir o problema da fome mundial. Se entende como “perdas e desperdício de alimentos” a diminuição da massa de alimentos destinados ao consumo humano em qualquer ponto da cadeia de abastecimento. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 2014, cerca de um bilhão de toneladas de alimentos produzidos no mundo foram desperdiçados. É neste mesmo cenário de perdas e desperdícios que dispomos na outra ponta do sistema de um número expressivo de pessoas famintas, pelo não acesso aos alimentos. De fato, o Brasil vem reduzindo significativamente o estado de insegurança alimentar sendo que nos anos de 1990 até 2012, a população que vivia em extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%. Em 2014, o país sai do mapa da fome mundial e assume, no continente latinoamericano, o papel de protagonista diante do tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). No entanto, ainda em 2013, 7,2 milhões de pessoas ainda enfrentavam a situação de fome ou alguma privação de acesso a uma alimentação balanceada. A quantidade de alimentos perdidos ou desperdiçados, principalmente grãos, frutas e hortaliças, seria suficiente para alcançar a segurança alimentar no país. Eliminar os desperdícios de alimentos a nível de produção, distribuição, comercialização e de consumo, certamente deve estar no centro das ações de SAN. Este trabalho, portanto, visa analisar as distintas perspectivas - desperdício e insegurança alimentar - e contrastar os dados sobre a ótica da produção, do consumo e do acesso aos alimentos.

Palavras-chaves: Insegurança Alimentar; Desperdício; Políticas Públicas.

Fonte(s) de financiamento: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.





DIA 02
06 DE OUTUBRO
18H ATÉ 19H

2a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Norma Sueli Marques da Costa Alberto (Centro Universitário Uninovafapi)

**A Contaminação da Primeira Infância por Agrotóxicos:
Proteção Socioambiental, Justiça Ambiental
e Insegurança Alimentar e Nutricional.**

Autores/as: LIMA, Roberta Oliveira (Discente do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal Fluminense -PPGSD-UF - em Niterói, Rio de Janeiro. Advogada - roberta_lima@id.uff.br); RODRIGUES, Wagner Oliveira (Professor Assistente do Curso de Direito da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, em Ilhéus, Bahia, Discente do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal Fluminense - PPGSD-UFF em Niterói, Rio de Janeiro - worodrigues@uesc.br); MADEIRA FILHO, Wilson (Professor titular da faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Docente do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal Fluminense - PPGSD-UFF em Niterói, Rio de Janeiro - wilsonmadeirafilho@hotmail.com)

Resumo:

Em um contexto de uma realidade complexa, verifica-se que a temática socioambiental recebe atenções paulatinamente maiores das mais diversas áreas

do conhecimento humano, assim como nas discussões entre os indivíduos. Em especial os problemas resultantes do desequilíbrio do meio ambiente, os quais impõem a realização de questionamentos e reflexões a respeito das teorias e práticas predominantes na atualidade – seja em áreas como filosofia, ética, ciência, política, economia, sociologia e direito, dentre outras.

Nesse cenário, um aspecto chama a atenção: quais os efeitos da insegurança alimentar e nutricional sobre as crianças no período denominado de primeira infância? (Lei 13.257/2016). E ainda de forma mais específica: como se dá o tratamento na legislação pertinente e nas instâncias operativas da contaminação por agrotóxicos da primeira infância dada a sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento?

A temática do presente ensaio busca refletir sobre os efeitos da insegurança alimentar e nutricional e sua relação com a proteção de crianças na primeira infância em contextos eivados por riscos e tensionados por temas pertencentes ao Movimento por Justiça Ambiental em seu escopo mais amplo (ACSERALD, BULLARD, HERCULANO, PACHECO, PORTO et. al.), abordando-se, de forma mais específica, o tratamento na legislação pertinente e nas instâncias operativas da contaminação por agrotóxicos de crianças durante o período denominado de primeira infância, ou seja, os primeiros 06 anos completos ou 72 meses de vida da criança. Referida divisão em primeira infância é baseada no recorte legal trazido pela lei 13.257/2016 que dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância e altera a lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

A necessidade de um maior diálogo entre o Direito da Criança e do Adolescente, o Direito Ambiental e Teorias como a Sociedade de Risco e Justiça Ambiental, bem como a investigação da forma como a temática da contaminação por agrotóxicos de crianças em sua primeira infância emerge na legislação pertinente e



nas políticas públicas relacionadas ao tema no Brasil revela um desafio de pesquisa que provoca reflexões e demonstra urgência de abordagem e discussão. Uma das discussões a serem levantadas para o presente ensaio relaciona-se ao Direito da Criança e do Adolescente, o qual pode ser considerado um direito de novíssima geração, fruto do período de redemocratização do país na década de 80 e da consequente promulgação da Constituição Federal de 1988. Através do Estatuto da Criança e do Adolescente buscou-se alterar o cenário que envolvia a situação dessas pessoas no país, uma vez que são considerados legalmente como seres em desenvolvimento, protagonistas de direitos e deveres e portadores de absoluta prioridade e proteção integral.

Para uma melhor compreensão do que pode ser referenciado na proposta do presente ensaio e do que pode ser entendido como proteção socioambiental da criança em sua primeira infância, é preciso compreender que crianças e adolescentes fazem parte de uma parcela da população que tem peculiaridades intrínsecas, assim como mulheres e negros, por exemplo. Segundo ROSEMBERG; MARIANO (2010, p. 703), a revisão bibliográfica permitiu que se apreendesse, também, uma certa evocação e referência mútua entre os movimentos de liberação das mulheres, dos negros (nos EUA) e das crianças.

Desta feita, percebe-se que mencionar a proteção socioambiental de crianças na primeira infância é também agregar à discussão a questão da vulnerabilidade socioambiental desta parcela da população que já é naturalmente vulnerável e que para tanto merece tratamento diferenciado nas mais diversas esferas, sendo incluído no presente ensaio a vulnerabilidade provocada pela insegurança alimentar vivida por uma considerável parcela de crianças na primeira infância no Brasil.

Um importante ponto a ser observado neste momento está ligado aos desafios na democratização dos riscos no uso de agrotóxicos, pois como é possível avaliar-se os desdobramentos da exposição de crianças a tais produtos muitas vezes desde o período da lactação? E, por fim, como órgãos operativos e setores do Judiciário percebem e se manifestam em relação a tal realidade já posta e exposta por inúmeras pesquisas?

Nesse momento, vale lembrar o exposto por ACSELRAD, MELLO E BEZERRA (2008, p.47), estudiosos do Movimento de Justiça Ambiental no Brasil, que observam que a ideia de que todos são igualmente afetados pelos efeitos da crise ambiental, ou, em outras palavras, a compreensão de que o risco ambiental é democrático é de uma percepção problemática visto que, semelhantemente às consequências relacionadas para a perspectiva antropocêntrica, ela viabiliza o isolamento da dimensão ambiental em relação às demais dimensões, excluindo do debate os cenários em que se produzem e nos quais são sentidos os problemas ambientais. (LIMA, 2012, p. 82)

Além disso, segundo ACSELRAD (2010, p. 95), ao identificar a todos como igualmente afetados, também induz-se à compreensão de que todos se apresentam homogeneamente como responsáveis pela produção dessa realidade. Disso resulta que o problema assim apresentado direciona a solução nos exatos limites em que foi definido, de modo a excluir as demais dimensões, em especial a social. Tal limitação conduz, portanto, à elaboração de instrumentos e políticas públicas ambientais de amplitude reduzida. (LIMA, 2012, p. 82).

É importante observar que a noção de justiça ambiental implica em um direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para toda a comunidade, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, o que inclui as dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. O que



se percebe, de fato, é a forte relação existente entre a degradação ambiental e a injustiça social (ACSELRAD, BEZERRA E MELLO, 2009, p. 16).

Podemos considerar crianças em sua primeira infância como pertencentes a um destes grupos sociais que já possuem intrinsecamente condições particulares de vulnerabilidade, e que, não obstante tal condição, ao serem expostas à situações de degradação ou desestabilização ambiental são afetadas de modo desigual, haja vista a sua situação peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Como estímulo à reflexão, vale a leitura da citação direta de ACSELRAD (1999) em seu artigo *Justiça Ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia*, reproduzida abaixo :

“A morte de uma criança de um ano de idade, ocorrida em maio de 2000 na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, por intoxicação com produtos tóxicos com que brincava em um terreno baldio situado ao lado de sua casa, chamou a atenção para o descalabro do lançamento descontrolado de resíduos industriais perigosos nos espaços públicos, notadamente nos bairros habitados por populações de baixa renda. Apenas diante de ocorrências como esta, tem-se aberto espaço para a discussão mais geral sobre a desigualdade social na exposição da população aos riscos ambientais em nosso país. Este debate parece ainda ter sido pouco aprofundado, inclusive pelas próprias forças democráticas. Cabe a pergunta: como os movimentos sociais no Brasil poderiam melhor articular a questão dos riscos ambientais com o debate sobre as condições de existência da população e com o processo de construção de direitos no país? Como evidenciar a dimensão ambiental do projeto de construção democrática da sociedade brasileira? Como fazer entender que os incêndios florestais em Roraima, a seca no Nordeste, a desigual exposição dos grupos sociais aos riscos da poluição são a expressão do mesmo processo de produção da desigualdade ambiental

que distancia ricos e pobres, brancos e negros em nosso país?”

Apenas acrescentar-se-ia aos exemplos acima citados, a contaminação por agrotóxicos e sua consequente insegurança alimentar e nutricional, haja vista a notável posição brasileira como maior consumidor de agrotóxicos do planeta (ABRASCO, 2015)

SARCINELLI (2003) apud DOURSON, CHARNLEY & SCHEUPLEIN, (2002) menciona que diferenças nas taxas de crescimento têm implicações toxicológicas, principalmente com respeito às ‘janelas de vulnerabilidade’ – que podem ser conceituadas como períodos do desenvolvimento nos quais os sistemas endócrino, reprodutivo, imune, visual e nervoso são particularmente sensíveis à ação de determinados agentes químicos. A pesquisadora defende a ideia de que referido problema requer a integração da informação sobre o perigo, exposição e avaliação dos procedimentos adotados pelas agências de regulamentação, para o estabelecimento dos limites de exposição a químicos.

Outro caso preocupante divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou para o fato de que os fetos, bebês e crianças são mais suscetíveis aos pesticidas do que os adultos porque seus corpos ainda estão em desenvolvimento e porque sua dieta e seus padrões de comportamento especiais muitas vezes resultam em uma maior exposição a esses produtos (FERREIRA, 2014, p. 29).

Constata-se no presente ensaio que existe uma quantidade preocupante de bebês que já nascem “pré-poluídos”, pois a exposição a produtos químicos tóxicos durante a gravidez e lactação tem se tornado onipresente. (MULLER, 2016). Além disso, quais serão os efeitos da insegurança alimentar que fatalmente atinge essas gerações que estão a se desenvolver?



Nesse momento é importante mencionar a vastidão de dados que tratam da contaminação de leite humano por agrotóxicos e em especial a recente pesquisa de DANIELLY PALMA (2011) sobre Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT.

Segundo PALMA (2011, p.52), ao observar-se a realidade não apenas do Estado de Mato Grosso, local específico de sua pesquisa, mas de todas as áreas que fazem uso intensivo de agrotóxicos, surge o seguinte questionamento:

A exposição da população a esses agrotóxicos pode levar a contaminação do leite humano? Sim, a contaminação do leite humano é ampla e é consequência de décadas de poluição descontrolada do ambiente por produtos tóxicos (LANDRIGAN et al., 2002). [sem destaque no original]

PALMA (2011, p. 52) prossegue sua pesquisa explicando que estudos realizados em várias partes do mundo indicam contaminação do leite humano por organoclorados.

O uso indiscriminado dessa classe de substâncias ao longo do tempo, explica PALMA (2011, p. 53), fez com que houvesse bioacumulação ao longo da cadeia alimentar e inclusive em humanos. A pesquisadora acrescenta dados mostrando que diversos estudos realizados no Brasil evidenciam a contaminação de leite humano em diferentes regiões do país.

Válido lembrar, nessa altura da discussão ora esposada, a obra de Rachel Carsom, Primavera Silenciosa, datada da década de 60 e considerada um dos marcos iniciais sobre a temática de contaminação humana por substâncias tóxicas e/ou letais.

A obra de Carson denunciou no ano de 1962 a realidade do acúmulo de resíduos de inseticidas organoclorados em humanos e seus efeitos nefastos. A pesquisa de Carson denunciou na época que quase todos os tipos de alimentos, inclusive o leite materno, estava contaminado e foi além, informando que existia a real possibilidade de correlação entre resíduos de agrotóxicos em alimentos e muitas doenças crônicas da população, inclusive o câncer (CARSON, 1962).

SARCINELLI (2003, p. 48) aponta uma vasta revisão de estudos envolvendo a relação entre câncer e exposição de crianças a agrotóxicos e embora a pesquisadora utilizando-se do argumento de ZAHM & WARD (1998) considere que deva avaliar-se as limitações de alguns estudos em aspectos como a quantidade insuficiente de informações sobre a exposição, número pequeno de indivíduos expostos e o potencial para viés de resposta, menciona o fato de que muitos estudos mencionados revelaram riscos aumentados, em maior magnitude do que os observados em estudos de adultos expostos a agrotóxicos, o que pode sugerir que as crianças sejam particularmente mais sensíveis à ação carcinogênica desses agentes químicos.

Em relação à exposição da primeira infância à agrotóxicos, é preciso destacar-se o fato que a contaminação pode ocorrer de duas formas distintas e/ou simultâneas. A contaminação por vias ambientais ocorre em suas casas, escolas, gramados e jardins, bem como pela alimentação e água contaminadas. Por via ocupacional, a contaminação pode ocorrer durante a sua participação em atividades laborais da família, através do contato com os pais, quando estes lidaram com algum destes agroquímicos durante o trabalho. O mais grave é que a própria poeira domiciliar de um ambiente doméstico no entorno de uma área rural pode conter um grau mais elevado de concentração de agrotóxicos do que o próprio ar, solo e alimentos SARCINELLI (2003, p. 43-44).



Em relação à exposição materna, SARCINELLI (2003, p. 44) aduz que as exposições infantis iniciam-se na vida intrauterina, através da passagem desses componentes na forma de “alimentos” compartilhados pela placenta e, após o nascimento, pelo leite materno durante a amamentação.

Segundo SARCINELLI (2003, p. 44) a excreção de organoclorados no leite é um meio importante de redução da carga corpórea da mãe, e, durante o processo de amamentação, a transferência desses compostos tóxicos é passada para a criança.

SARCINELLI, 2003 apud TORRES-ARREOLA ET AL., 1999; O’LEARY, 1971 ;ILSON, 1998 afirma que a contaminação do leite é merecedora de especial atenção, principalmente pelo fato de ser o leite materno a única fonte de alimento para o recém-nascido, que o consome em quantidades proporcionalmente elevadas. A amamentação é considerada a principal via de transferência desses resíduos para a criança junto com a passagem transplacentária, desta forma, a exposição a agrotóxicos merece uma atenção especial, visto que a maioria dos agrotóxicos pode produzir efeitos neurotóxicos em organismos vivos, o que não exclui os seres humanos. Pesa, nesse momento, o fato de que as crianças são particularmente sensíveis e frequentemente mais suscetíveis as toxinas químicas que alteram a estrutura ou o funcionamento do cérebro, ainda que essa susceptibilidade seja variável de acordo com o agente neurotóxico a que se expõe o feto ou a criança, o fato é que exposições precoces à neurotoxinas, segundo os pesquisadores acima referenciados, têm sido associadas a doenças neurológicas e retardo mental. Nesse momento, fatalmente, lança-se um olhar para a existência intrínseca de resultados danosos ligados a insegurança alimentar e nutricional de crianças expostas a tais condições de alimentação.

Percebe-se que as pesquisas de SARCINELLI (2003) e PALMA (2011) apesar de apresentarem cerca de 08 anos de diferença e dos galopantes avanços nas mais diversas técnicas de investigação científica, parecem demonstrar semelhanças em muitos pontos e, ainda mais, parecem confirmar, aquilo que CARSON (1962) gritou em sua “Primavera Silenciosa”.

Outra coleta de dados importante de ser mencionada, feita pelo doutor em Geologia ambiental, Roberto Naime afirma que os efeitos dos agrotóxicos são mais nocivos em crianças. NAIME (2015) inicia seu artigo informando que a pesquisadora Sônia Stertz da Universidade Federal do Paraná (UFPR), registrou que as crianças apresentam níveis duas vezes mais elevados de pesticidas no sangue e seus efeitos são até 10 vezes mais intensos do que em adultos.

NAIME (2015) assevera, citando investigação feita pela Universidade de Berkeley, na Califórnia que:

Até a idade de dois anos, crianças produzem pouco de uma enzima chamada Paraoxonase-1, que auxilia na detoxificação ou eliminação de pesticidas organofosforados. Algumas crianças só atingem níveis normais dessas enzimas aos 7 anos”.

NAIME (2015) defende o consumo dos alimentos orgânicos por considerar que são alimentos que estão isentos da contaminação por agrotóxicos e resíduos de forma geral.

Percebe-se, tristemente, que os efeitos dos agrotóxicos sobre crianças na primeira infância são das mais variadas ordens, chegando a sua saúde através de inúmeros tipos de doenças, entre elas o câncer. O que se observa para efeitos do presente ensaio é que o contato com os agrotóxicos e demais substâncias



tóxicas é gerador de insegurança alimentar e nutricional, que por sua vez capitaliza-se em uma série de complicações das mais diversas ordens sobre o corpo ainda em desenvolvimento do infante.

Por fim, fica o desafio para que a produção de políticas públicas ligadas a segurança alimentar e nutricional se torne cada vez mais interdisciplinar, intersetorial e inclusiva. Visando a consecução da justiça ambiental e a não violação dos Direitos da Criança e do Adolescente, Direitos Socioambientais, Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como uma mais profícua proteção socioambiental de crianças, especialmente em sua primeira infância.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar; Infância; Justiça Ambiental

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

Capacitação Para Merendeiras e Manipuladores de Alimentos do Município De Trindade

Autores/as: Wellington Vinicius dos Santos (Instituto Federal Goiano- Campus Trindade - wellington.santos@ifgoiano.edu.br)

Resumo:

A discussão de uma alimentação saudável vem sendo considerada um eixo prioritário de ação para promoção da saúde e, neste contexto, o ambiente escolar é apontado como espaço fundamental. Pensando nesse contexto as merendeiras e os manipuladores de alimentos, têm um papel fundamental na qualidade da alimentação oferecida a comunidade, seja no âmbito escolar ou não. Além de ter o compromisso de ofertar refeições bem preparadas, eles assumem a responsabilidade de produzir refeições sem riscos para a saúde, o manipulador de

alimentos de um modo geral, quando qualificado pode exercer o papel de educador alimentar, junto com outros agentes da sociedade. Ao preparar e servir as refeições, esses profissionais podem contribuir e orientar as pessoas na formação de hábitos alimentares mais saudáveis e seguro.

Conforme BRASIL (2015), em se tratando de unidades produtoras de refeições em escolas, o foco não se concentra apenas na saúde do educando, possui a mesma importância a saúde do professor, funcionários, profissionais de saúde, administradores, pais e comunidade externa.

Em vista da necessidade de incentivar a qualificação profissional é de promover interação com a sociedade, o Instituto Federal Goiano – Campus Trindade por meio do projeto de extensão, vinculado a linha de pesquisa, Segurança Alimentar, visou proporcionar a transferência do conhecimento integrado ao ensino e à pesquisa, pois, acredita-se que sociedade deve se beneficiar com os programas de extensão, provenientes do Campus Trindade. É através da “ Capacitação destinada aos manipuladores de alimentos”, que a instituição poderá contribuir para a consolidação do seu papel educativo e fortalecer a participação das pessoas na construção de uma condição saudável de vida.

Justificou se a oferta do curso de extensão aos manipuladores de alimentos, visto que as práticas inadequadas de higiene e processamento realizado por manipuladores de alimentos, podem provocar a contaminação dos alimentos. Tendo em vista que a maioria dos manipuladores carecem de informações relativas aos cuidados higiênico-sanitários, que devem ser adotados durante a produção dos alimentos. De acordo com a OMS, a utilização correta de técnicas de manipulação de alimentos pode reduzir substancialmente o número de pessoas acometidas por doenças vinculadas a alimentação.



Dessa maneira a capacitação e a orientação de quais medidas preventivas e de que maneira se pode fazer o controle da insegurança alimentar, incluindo as boas práticas de higiene, que devem ser adotadas no processo da cadeia produtiva, nos serviços de alimentação, nas unidades de comercialização de alimentos e nos domicílios, visou oportunizar melhorias das condições sanitárias em seus vários ciclos: Aquisição de matéria prima, transporte, armazenamento, produção e distribuição.

Palavras-chaves: Segurança alimentar; Alimentação escolar;

Capacitação de manipuladores de alimentos.

Fonte (s) de financiamento: Instituto Federal Goiano – Campus Trindade

Conflito de interesses: “não há conflito de interesse a declarar.”

GRUPO TEMÁTICO 5

Comida e cultura: Os múltiplos olhares sobre a alimentação

O ato de comer nunca é ação neutra e tampouco é restrito a sua dimensão biológica, revestindo-se de sentidos e valores, expressos em escolhas e práticas alimentares. Com o objetivo de contribuir para compor um quadro das pesquisas que, no Brasil, a partir da perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional, tem se debruçado sobre as injunções entre comida e cultura, este Grupo de Trabalho pretende acolher trabalhos que iluminem as percepções sobre a alimentação a partir da diversidade cultural, abordando temas como as distintas concepções de alimentação adequada e saudável; percepções de (in)segurança alimentar e fome como experienciadas por diferentes grupos sociais; saberes e práticas da alimentação enquanto manifestação de patrimônio cultural.





DIA 01
05 DE OUTUBRO
16H15MIN ATÉ 18H15MIN

1a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)

Moderador (a):
Denise Oliveira (FIOCRUZ)

**Notas Sobre a Definição de ‘Comida’
em Contexto de Precariedade:
Um Relato de Campo na Cidade de São Paulo**

Autores/as: Lis Furlani Blanco (Doutoranda no PPGAS – Universidade Estadual de Campinas - lisfblanco@gmail.com)

Resumo:

O “bom para comer” é tema central na antropologia da alimentação desde a sua origem e traz consigo discussões que podem ser consideradas muito ‘boas para pensar’. Classificar um alimento como comestível perpassa relações de poder, higiene, saúde, status e classe. Assim, é objetivo deste trabalho discutir acerca da categoria do comestível e não comestível, em um contexto de precariedade, desde sua significação em um espaço de consumo e mercado até seu descarte e possível aproveitamento. Para que essa discussão sobre o comestível faça sentido no contexto específico apresentado acima, a categoria de ‘podre’ foi escolhida como uma categoria analítica, ou ainda, como um ponto virtual, o qual busca expor o lado sensível da classificação dos alimentos. Isso, pois, o alimento

podre é classificado de diversas maneiras, mediante as esferas por qual transita, criando assim, discursos que se tornam normas e práticas sociais.

Mas como marcar o limite da vida de um alimento? Como e quando ele se torna 'podre'? Como pensar a ideia de comestibilidade em um contexto de sobrevivência, precariedade e vulnerabilidade? Foi a partir destes questionamentos que comecei a pensar sobre a importância da categoria de vida, tanto dos alimentos como das pessoas. Pois, se a ênfase dos meus estudos estava na comida que havia sido classificada como lixo por algumas pessoas, mas posteriormente foi classificada como comestível por outras, como deveria então abordar a temática da classificação e suas implicações, tendo como base a vida das pessoas e a necessidade de comer, sem assim, criar uma clivagem entre representação e realidade?

Com uma inspiração da antropologia clássica que já discutia sobre o podre como um objeto nebuloso em íntima relação com a ciência e a cultura, essa comunicação propõe mostrar o que foi observado em minha pesquisa de campo realizada na cidade de São Paulo, durante todo o ano de 2013, para construção de minha dissertação de mestrado, defendida no ano de 2015.

Através do questionamento de categorias dadas da antropologia da alimentação, pretendo trazer um debate muitas vezes esquecido, sobre uma maneira alternativa de se pensar os estudos na interface entre o biológico e o social. Para tanto desenvolvi uma etnografia da vida de alguns alimentos em alguns campos pré-estabelecidos na cidade de São Paulo, em feiras livres nas favelas de Paraisópolis e Sapopemba e no programa Mesa Brasil do SESC, buscando compreender a crueza da máxima "você é o que você come".



Palavras-chaves: Comestibilidade, alimentação, podre.

Fonte(s) de financiamento: Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse

As Representações do Alimento em Espaços de Comércio Urbano: Uma Análise Comparativa Entre Feiras

Autores/as: Profa. Dra. Janine Helfst Leicht Collaço (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás FCS/UFG - janinecollaco@gmail.com); Osmar Lúcio Custódio (Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás FCS/UFG - osmarcustodioimoveis@gmail.com).

Resumo:

Esta proposta se insere no âmbito do projeto Consumo e cidades: o acesso ao alimento considerado saudável no contexto urbano, desenvolvido na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG) e aborda diferentes representações do alimento oferecidas em um tipo particular de comércio presente na cidade: as feiras. O eixo condutor deste trabalho é analisar, de forma ainda preliminar, a forma pela qual esses espaços permitem o acesso ao alimento considerado saudável, revelando particularidades nas relações ali conduzidas e permitindo pensar de forma comparativa.

Para tanto serão abordados três tipos de feiras a princípio identificadas na cidade de Goiânia (GO): a feira livre de caráter tradicional e a mais recorrente, a feira de produtos orgânicos que vem aumentando sua presença há alguns anos e a feira do produtor que consiste em um espaço de comércio direto entre o agricultor e o consumidor final. Desta perspectiva, o eixo condutor será tentar

compreender o acesso e escolhas alimentares no contexto urbano por meio de diferentes espaços de comércio e suas representações.

A ideia de elaborar essa comparação surgiu ao notar diferentes dinâmicas nas feiras, uma classificação à primeira vista homogênea, mas que revelou profundas diferenças. Primeiramente no tipo de produto oferecido ao consumidor, adquirido de grandes distribuidores, de origem orgânica ou vendido diretamente pelo produtor; a distribuição dessas feiras pela cidade, expondo diferenças de gosto; a forma pela qual os produtos são expostos; bem como quanto à origem do produto, estabelecendo diferentes percepções de risco e confiança. Diante dessas constatações surgiram uma série de inquietações, para pensar o meio urbano e a questão da diferença que impacta noções de saúde e comer saudável, apontando para a necessidade de pensar a variedade de modelos culturais presentes nos grupos urbanos e suas diferentes interpretações sobre corpo, alimentação e saúde. Nesse caso, não basta oferecer alimentos considerados saudáveis pelos especialistas, mas discutir as bases dos sistemas alimentares e avaliar os meios pelos quais seria possível alterar o acesso desigual a diferentes tipos de alimentos.

Assim, este texto irá explorar um aspecto dentre tantos do acesso ao alimento considerado saudável na cidade de Goiânia e tentar contribuir para aprofundar a discussão dessa questão tão complexa.

Palavras-chaves: consumo, cidades, feiras.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:



Acepções Sobre o Gosto Alimentar em uma Feira Livre da Cidade de Salvador, Bahia

Autores/as: Ianua Coeli Santos Ribeiro de Brito (Mestranda em Alimentos, Nutrição e Saúde na UFBA - ianuacoelisrb@yahoo.com.br); Juliede de Andrade Alves (Professora Mestre na Universidade Maurício de Nassau); Ligia Amparo da Silva Santos (Professora Doutora da UFBA).

Resumo:

O presente estudo objetivou compreender os sentidos atribuídos ao gosto alimentar em feirantes e frequentadores de uma Feira livre na cidade de Salvador, Bahia. Este estudo foi baseado em uma abordagem qualitativa de cunho etnográfico, sendo o locus escolhido foi uma feira livre em um bairro popular da cidade de Salvador-Bahia, tendo como universo empírico homens e mulheres, frequentadores e feirantes, com idades entre 21 e 52 anos. Como resultado pode-se observar que o valor simbólico do gosto e sua relação com o alimento no espaço estudado gerou discursos em defesa do saber fazer comida e suas particularidades como a comodidade e modéstia do saber fazer comida, a atribuição dada aos temperos para “recheiar”, o uso de elementos ácidos na preparação; a construção de um novo universo gustativo em busca do ser saudável; as lembranças e o valor afetivo das comidas feitas no lar pela cuidadora; e aceitação da alimentação preparada na feira e os laços familiares estabelecidos pelos feirantes e frequentadores. Destacou-se ainda que o aprendizado para o gosto alimentar também se exprime nas escolhas que são feitas no cotidiano – tipos de alimentos consumidos e comercializados, os lugares de compra desses alimentos, como se dá a escolha, bem como as relações interpessoais e os modos de fazer comida.

Palavras-chaves: Gosto. Alimento. Hábito Alimentar.

Fonte(s) de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses a declarar.

“Sabores de Foz: Do Produtor à Sua Mesa” Um Estudo Sobre a Alimentação entre Agricultores Familiares em Foz Do Iguaçu

Autores/as: João Ernesto Pelissari Candido¹; Silvia Aparecida Zimmermann²

Resumo:

A partir de um estudo com famílias de agricultores da Associação dos Produtores Rurais Familiares de Foz do Iguaçu (Aproffoz), o trabalho discute os produtos que representam uma característica identitária da agricultura familiar de Foz do Iguaçu e verifica a existência de um produto (ou prato) que se caracteriza como receita típica. É válido destacar que em panfletos turísticos do município é mencionado que o prato típico de Foz do Iguaçu é o chamado “Pirá de Foz” (prato feito à base de peixe). O estudo foi realizado em 2015 através da técnica etnográfica, que permitiu observar o modo de produção, processamento e consumo dos alimentos em quatro famílias associadas à Aproffoz, hábitos e cotidiano alimentar. O estudo resgata a história de Foz do Iguaçu, a produção e consumo local, bem como a história da Aproffoz. A partir de reflexões da antropologia

.....

1 Mestrando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) - joao.drsa@gmail.com;

2 Professora Adjunta Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar/UNILA - silvia.zimmermann@unila.edu.br



da alimentação, o estudo aborda o tema da identidade cultural, com destaque para a Festa do Agricultor do município, evento organizado pelos agricultores em uma comunidade local. Na opinião dos agricultores entrevistados, a Festa do Agricultor serve para dar visibilidade as famílias de agricultores e seus produtos. Em 2015 a Festa do Agricultor completou 5 anos. Durante este período o cardápio servido no dia do evento teve que ser modificado devido a problemas na produção, basicamente a falta de matéria prima. O primeiro prato do evento foi o “Carneiro na Cerveja”, contudo a dificuldade de produzir este prato em dias frios fez com que os agricultores mudassem o cardápio para “Porco no Tacho” e “Frango Caipira com Polenta”. Os agricultores alegaram que a matéria prima para estes pratos é da produção da Aproffoz. O estudo mostrou que o “Pirá de Foz” não é um prato popular entre os agricultores, sendo, também, difícil de afirmar que corresponde a um prato representativo do município de Foz do Iguaçu, devido à multiculturalidade que caracteriza a população local. Entende-se que a Festa do Agricultor, o “Porco no Tacho” e o “Frango Caipira com Polenta” contribuem para a valorização dos agricultores familiares do município bem como fortalece os agricultores da Aproffoz.

Palavras-chaves: Identidade Cultural Alimentar, Agricultura Familiar, Aproffoz

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: “não há conflito de interesse a declarar.”

DIA 01
05 DE OUTUBRO
18H15MIN ATÉ 19H

1a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Daniela S Frozi (FIOCRUZ)

Insegurança Alimentar em Terreiros de Candomblé Causada pela Alimentação Moderna

Autores/as: Vilson Caetano de Sousa Júnior ENUFBA - vilsonjr@uol.com.br);
Sandra Maria Chaves dos Santos (ENUFBA - sandra.mchaves@gmail.com).

Resumo:

Os terreiros são espaços de realização das práticas das religiões de matriz africana e indígena, os quais se conformaram em comunidades na medida em que, localizando-se em geral em regiões periféricas dos centros urbanos, passaram a exercer papéis importantes, não só pela atuação como conselheiro espiritual da liderança religiosa, mas pelo desenvolvimento de ações no campo da saúde, da cultura e da educação, com forte componente de solidariedade forjado na própria resistência. Considerando os terreiros de candomblé, estes se caracterizam por possuírem formas culturais próprias de relacionarem-se com o alimento. Nos candomblés, distinguem-se as comidas provindas dos sacrifícios votivos daquelas originadas do mundo vegetal, denominadas comidas secas. O sistema classificatório alimentar destas religiões é amplo, ao mesmo tempo particular,



variando de cada comunidade, complexo e dinâmico, no sentido de estar aberto a diálogos com sistemas alimentares contemporâneos. O inventário socioeconômico e cultural dos povos e comunidades tradicionais realizado em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em parceria com a UNESCO e a Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial, representou um marco na procura de entender as formas culturais, visões de mundo e hábitos alimentares dos terreiros, entendendo estes espaços como possíveis facilitadores para as ações públicas no campo da SAN. Se a comida é imanente aos fundamentos da religião em foco, destaca-se que tradicionalmente a sustentabilidade ambiental e a qualidade do alimento fazem parte das escolhas alimentares nestas comunidades. Assim, o alimento industrializado, desprovido de axé (energia vital) e com qualidade desconhecida, porque não se pode reconhecer a condição dos que se envolveram em todas as etapas da cadeia alimentar, não seria a base da alimentação a ser compartilhada. Além disso, a preservação das matas, com biodiversidade e o manejo sustentável seriam importantes para o preparo do alimento sagrado. No entanto, como para o conjunto da sociedade brasileira, que experimentou a redução do consumo do tradicional e nutritivo arroz com feijão em favor de alimentos ultraprocessados, também as comunidades de terreiro experimentam um processo de transição da tradição à modernidade alimentar, pela incorporação da comida industrializada. Fatores políticos associados ao prestígio da liderança religiosa e à situação econômica e social frágil dos seus membros devido a maioria das vezes à sua precariedade ocupacional, têm contribuído para a modificação do sistema alimentar dos terreiros. Mesmo estando amparado pelas suas tradições, a adoção de certas comidas não deixa de representar risco à qualidade e ao acesso à alimentação adequada dentro destas comunidades.

Palavras-chaves: Insegurança alimentar;
comunidades de terreiro; modernidade alimentar
Fonte(s) de financiamento: Nada a declarar
Conflito de interesses: Nada a declarar

A Experiência do Projeto “San’arte (Guisado/Unifal-Mg): Dando Voz à Juventude por meio da Linguagem Artística na Abordagem e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (San)”

Autores/as: Anselmo Cássio Cesário (Grupo Mundo Teatro); Ana Kelley de Rezende (Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL - MG); Junia Cristina Moreira Gomes (Grupo Mundo Teatro e UNIFAL-MG); Patricia Silva (Grupo Mundo Teatro); Valéria Cristina Ribeiro Vieira (UNIFAL-MG. Apresentadora do trabalho - valeria.vieira@unifal-mg.edu.br).

Resumo:

O Grupo Universitário Interdisciplinar e Itinerante pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em parceria com Adolescentes, o Guisado, é uma ação de Extensão da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). O grupo vem atuando, desde 2008, no âmbito de diferentes projetos e/ou atividades que valorizam a interatividade, a ludicidade e a dimensão artístico-cultural, em parceria com o Grupo Mundo Teatro, composto por jovens artistas da comunidade alfenense. Em 2014 e 2015, o Guisado executou, com apoio financeiro do Programa de Apoio à Extensão Universitária do Ministério da Educação (PROEXT/MEC), o Projeto “SAN’Arte dando voz à juventude por meio da linguagem artística na abordagem e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)”. Objetivou-se contribuir na formação de “Agentes Jovens de SAN”, promovendo pensamento crítico acerca dessa temática – sob a ótica do Direito Humano à Alimentação



Adequada e das Políticas Públicas correlatas - e utilizando estratégias lúdico-artísticas. Desenvolvidas em 2 ou 3 dias - conforme a disponibilidade do local – as “Oficinas SAN’Arte” buscaram estimular debates, de maneira dinâmica e interativa, a partir de “perguntas-geradoras”, as quais contemplavam diversos aspectos do tema SAN, primando pela ludicidade na linguagem (versos, jogos de palavras, músicas) e dispostas em um folder-tangram. Os participantes foram, então, incentivados às criações literária, musical e teatral, finalizando com a produção/apresentação coletiva de esquetes. Foram realizadas oficinas em sete diferentes locais, abrangendo adolescentes vinculados ao Programa Trilhas Educativas, da Secretaria Municipal de Educação e aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Foram obtidos registros audiovisuais (incluindo depoimentos dos adolescentes) para edição de vídeo-documentário sobre o projeto. Embora o roteiro programado tenha sido o mesmo para os sete locais visitados, os resultados foram diversificados, pois a receptividade dos adolescentes e suas necessidades eram distintas. As discussões embasadas nas perguntas-geradores foram bem recebidas, pois eles eram convidados a reconhecer e problematizar situações cotidianas envolvendo o tema. A realização dos esquetes permitiu observar resultados interessantes das estratégias adotadas, destacando-se o despertar do Protagonismo Juvenil. Além de contribuir para a formação cidadã de jovens universitários, o projeto conseguiu atrair o interesse do público adolescente, gerando reflexões acerca do papel do cidadão perante as condições de alimentação/nutrição da sociedade. Notou-se um envolvimento efetivo - e afetivo - com as questões relacionadas à SAN (enquanto um direito humano e social), constituindo-se, assim, sujeitos ativos (e muito criativos!) no processo educacional empreendido.

Palavras-chaves: linguagens artísticas, protagonismo juvenil, segurança alimentar e nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Programa de Apoio

à Extensão Universitária (PROEXT)/ Ministério da Educação (MEC)

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Coco Indaiá e a Superação da Fome em Comunidades Quilombolas Kalunga.

Autores/as: Regina Coelly Fernandes Saraiva (Professora Adjunta – Universidade de Brasília); Larissa Cristina de Oliveira (Estudante de iniciação científica – Universidade de Brasília).

Resumo:

Esta comunicação pretende apresentar um relato de pesquisa sobre os usos do coco indaiá (*Attalea dubia*) entre comunidades quilombolas kalunga, localizadas na região de Cavalcante, Goiás. A pesquisa é parte do projeto “Inovações sociotécnicas para boas práticas no extrativismo de espécies vegetais nativas do Cerrado”. A metodologia prevê entrevistas com representantes dessas comunidades que têm como parte de suas histórias de vida a insegurança alimentar e nutricional. Nos relatos, o coco indaiá aparece como alimento do Cerrado extraído para a superar a fome. Diante do contexto de miséria que estas comunidades estavam submetidas, o coco foi alimento imprescindível. Colher, quebrar o coco, fazer o mingau, o óleo ou outros usos é parte dos registros que a pesquisa tem coletado. A pesquisa tem servido ainda como instrumento de resgate de saberes e fazeres sobre o coco indaiá, espécie de Cerrado cujo extrativismo tem uma historicidade a ser registrada e (re)construída.



Palavras-chaves: Coco indaiá, Cerrado, kalungas

Fonte(s) de financiamento: Edital CNPq 40/2014

Conflito de interesses:

SABERES E SABORES DE QUILOMBOLAS DE GOIÁS / KNOWLEDGE AND FLAVORS OF QUILOMBOLA COMMUNITIES OF GOIÁS

Autores/as: Estelamaris Tronco Monego (Universidade Federal de Goiás, Brasil); Raquel Andrade Cardoso Santiago (Universidade Federal de Goiás, Brasil); Priscila Olin Silva (Programa de Pós-graduação em Nutrição e Saúde – UFG); Thaís Cristina Borges (Acadêmica de Nutrição – UFG)

Resumo:

Acerca do tema e de sua relevância:

A origem deste estudo é o projeto “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano” (Biodiversity for Food and Nutrition - BFN Project), em desenvolvimento em quatro países, dentre eles o Brasil. Seu objetivo é promover o uso sustentável da agrobiodiversidade para a alimentação e nutrição por meio da ampliação de conhecimentos sobre os benefícios nutricionais de espécies vegetais, registro de preparações e conhecimentos de comunidades tradicionais, com fortalecimento do processo produtivo, além da produção de materiais para divulgação.

O Brasil é um país de dimensões continentais que abriga uma biodiversidade exuberante em biomas, neste incluindo o Cerrado. O Cerrado é considerado a maior Savana do mundo, possuindo mais de 11 mil espécies de plantas nativas já catalogadas, ao mesmo tempo em que desempenha significativo papel social e econômico junto às comunidades que nele estão inseridas. A diversi-

dade sociocultural é representada por povos e comunidades tradicionais, dentre eles as comunidades quilombolas, detentoras de inestimável conhecimento tradicional acerca desta biodiversidade. Para um melhor aproveitamento destas espécies, é necessária uma ampliação do conhecimento acerca de seu potencial, tanto alimentar e nutricional, quanto socioeconômico, representando um passo essencial para o desenvolvimento de estratégias, especialmente no âmbito das políticas públicas, para a garantia da segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A agricultura brasileira baseia-se em recursos genéticos provenientes de outros países, configurando uma dependência a poucas espécies para obtenção de alimentos de origem vegetal. Cultivares nativas, adaptadas às condições ambientais locais, desempenham papel relevante para diminuir esta dependência e consequentemente, a insegurança alimentar e nutricional.

O papel da biodiversidade na vida das populações está fundamentalmente relacionado à produção de alimentos; segurança alimentar e nutricional; obtenção de medicamentos; produção de bens e serviços que garantem a sobrevivência, além de estar ligada à proteção da identidade e cultura destas comunidades.

O projeto BFN foi aprovado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, sob o parecer 977.809. Os dados obtidos no levantamento foram analisados utilizando-se o método descritivo. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a pesquisa na comunidade foi autorizada por termo de anuência assinado pela liderança. E inclui o estudo e divulgação de 16 frutos do Cerrado: caju do Cerrado, mangaba, araticum, pequi, cagaita, baru, jatobá, buriti, gabirola, jenipapo, maracujá do cerrado, araçá, murici, coquinho, guariroba e a pera do Cerrado.



Fazendo uma interlocução, descobrindo novas possibilidades:

As comunidades remanescentes de quilombo são designadas como grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria e relações específicas com o território, além da presunção de ancestralidade negra relacionada a resistência à opressão histórica sofrida. Goiás conta com 30 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e apenas um território titulado. As comunidades quilombolas são consideradas patrimônio histórico e cultural brasileiro por serem detentoras de um vasto conhecimento tradicional, que deve ser preservado e valorizado.

Apesar da importância no processo de construção da identidade e história brasileira, os remanescentes de quilombo sofrem com a exclusão social e a não efetivação de direitos básicos. O cotidiano da maioria destas comunidades inclui o acesso precário à saúde, moradia, educação, alimentação, trabalho e saneamento básico.

Nesta perspectiva, é importante que se leve em consideração os conhecimentos dos povos tradicionais, especialmente das comunidades quilombolas. Identificar saberes e sabores de populações nativas deste bioma é essencial para a sobrevivência do Cerrado.

Por esta razão, uma proposta construída ao longo de sua execução foram as estratégias de educação alimentar e nutricional, com vistas à inclusão na alimentação em escolas localizadas nas comunidades quilombolas, de frutos do Cerrado com maior qualidade nutricional, incluindo capacitação de merendeiras, nutricionistas e a comunidade, com a finalidade de melhorar a percepção das comunidades sobre os alimentos regionais.

O campo de estudo tem sido a Comunidade de Remanescentes do Quilombo do Pombal, da zona rural do município de Santa Rita do Novo Destino, a cerca de 270 Km de Goiânia, capital do estado de Goiás, Brasil. A comunidade foi certificada pela FCP em 2005 e ainda não possui o título de posse coletiva da terra. A titulação dos territórios quilombolas influencia positivamente na situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e no acesso a políticas e serviços sociais. A seleção da comunidade quilombola foi realizada por meio da interlocução com o Centro de Referência da Igualdade Racial, instituição vinculada à Secretaria Cidadã do Governo do Estado de Goiás. De um total de 100 famílias, vivem no território da comunidade apenas 70.

Sua organização em busca de direitos está fortemente vinculada à Associação dos Remanescentes do Quilombo Pombal, fundada em 2002, importante articuladora da maior parte das questões políticas e econômicas que envolvem a comunidade. A Associação possui projetos em parceria com empresas, com destaque para ações de sustentabilidade ambiental por meio de recuperação e preservação de nascentes, reflorestamento e educação ambiental. A organização em associações tem um importante papel de interlocução entre as comunidades e o poder público e outros órgãos para a luta em prol dos interesses das comunidades. Por meio do associativismo, as comunidades avançam na construção do desenvolvimento local, na garantia de direitos sociais, reivindicação do respeito, valorização da sua cultura e modos de vida.

Dentre as ações da Associação destaca-se o apoio à produção agrícola e a comercialização dos produtos pelos moradores. Os impulsionadores da economia da comunidade são a mandioca, a pimenta, o maracujá e o abacaxi, cuja comercialização envolve produtos in natura e processados, como farinha, polvilho de mandioca, conservas de pimenta e polpas de frutas. Tendo a produção e comercialização de alimentos papel fundamental no desenvolvimento local e na gera-



ção de renda, ações de capacitação em práticas agrícolas, agroindustrialização de produtos e conservação dos recursos naturais são necessárias para garantir a sustentabilidade socioeconômica e ecológica das comunidades.

O consumo alimentar é qualitativamente restrito, com destaque para o arroz, feijão, carnes, alguns tipos de hortaliças, mandioca, milho com seus derivados e rapadura. A cana de açúcar, o milho e a mandioca são alimentos presentes na cultura alimentar goiana desde o início de sua formação, com a chegada dos bandeirantes, assim como o arroz e o feijão. Um perfil alimentar semelhante foi encontrado em estudo com comunidade quilombola paranaense, que mostrou que a maioria dos alimentos consumidos pelos moradores era produzida na própria comunidade.

A comunidade de Pombal não possui equipamentos públicos de saúde em seu território, exigindo que os moradores procurem atendimento em municípios próximos. Não há serviço de saneamento básico e o abastecimento de água é feito por meio de poços e cisternas. Os estudantes da comunidade são atendidos em estabelecimentos da rede pública de ensino estadual e municipal fora da comunidade, por não haver nenhuma escola em seu território. Grande parte dos jovens busca empregos nas zonas urbanas dos municípios a fim de conseguir melhores condições de vida, sendo os principais atores do êxodo rural. A infraestrutura social identificada é realidade em diversas comunidades quilombolas brasileiras e demonstra a falta de apoio e a incapacidade das políticas públicas de atenderem às necessidades dessas populações e garantirem direitos básicos, como, saúde e educação, dificultando o desenvolvimento social das comunidades.

Os aspectos culturais estudados evidenciam que as festividades da comunidade estão bastante ligadas à religião, com destaque para as festas de Nossa Senhora

da Conceição e Santo Antônio, as “Folias”, o “terço cantado”, a catira e a dança do tambor, muito característica da cultura africana. As festividades religiosas ocupam posição central na cultura goiana e tem influências africanas e europeias, persistindo principalmente em pequenas cidades do interior, sendo elementos de resistência cultural e autoafirmação das comunidades quilombolas.

Saberes e sabores de frutos do Cerrado em comunidades quilombolas

A cozinha quilombola é um espaço de sociabilidade, em sintonia com um saber que específica ser a alimentação um ato social cujo poder simbólico permite a compreensão da construção da cultura de um grupo.

Dentre as atividades, foi proposta a realização de um levantamento de dados sobre alimentos e sua forma de preparo (sabores), bem como aos saberes tradicionais relacionados a este tema. Esta atividade ocorreu na comunidade parceira do estudo e expandiu-se para outros grupos quilombolas. O produto deste levantamento será a construção de um livro de receitas de preparações tradicionais nas comunidade quilombolas.

A investigação envolveu pessoas da comunidade do Pombal, por meio de uma entrevista orientada por um roteiro semiestruturado contendo questões abertas e fechadas sobre produção, utilização, consumo e aspectos culturais de frutos do Cerrado na região. Todos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no início das entrevista. Foram identificados vinte e oito frutos da região, sendo 14 incluídos no elenco de frutos do Projeto BFN. A maioria dos frutos tem sua época de frutificação entre setembro e dezembro, com exceção do maracujá do Cerrado e do baru (1º semestre). Todos os frutos são obtidos por meio de extrativismo, dentro da comunidade e são utilizados somente para consumo familiar.



Quando questionados se houve uma mudança quanto ao consumo destes alimentos ao longo do tempo, a maioria disse que sim, sendo apontadas como razão para isso a devastação do Cerrado; a existência e disponibilidade de outros tipos de alimentos e a menor aceitação por parte de pessoas mais velhas. Ressaltaram que os maiores consumidores destes frutos são as crianças. A maioria dos entrevistados considera importante a produção destes frutos na comunidade, por serem alimentos locais, que fazem parte da alimentação desde a infância; e principalmente por serem alimentos saudáveis, que fazem bem à saúde.

Em outra atividade, ainda com os moradores do Quilombo Pombal, foi realizada uma roda de conversa com moradores da comunidade, em que foram abordados pontos relacionados produção e consumo dos alimentos predominantes da alimentação da comunidade; mudança no consumo desses alimentos ao longo do tempo, formas de preparo dos alimentos; preparações culinárias que tem o costume de consumir desde a infância, além de preparações com frutos do cerrado.

Os participantes relataram como “alimentos de todos os dias” o arroz, feijão, carne e uma mistura (normalmente uma hortaliça ou raiz/tubérculo). No caso da mistura, são produzidos pelos próprios moradores nos quintais das casas. Também citaram a existência de vários frutos do Cerrado na região, porém tendo abandonado seu consumo desde crianças, sendo rara sua utilização em preparações culinárias atualmente. Relataram que houve mudança no consumo de alguns alimentos, como por exemplo a diminuição do uso das hortaliças produzidas nos quintais, devido ao avanço da tecnologia que leva ao surgimento de novos alimentos.

Agenda para uma continuidade da parceria

O estudo têm evidenciado o quão importante é a realização de novas pesquisas com produção de trabalhos que englobem os aspectos principalmente relacionados a alimentação quilombola, conferindo retorno dos achados tanto para comunidade quilombola quanto para sociedade, promovendo assim uma valorização da alimentação destes povos. É necessário buscar uma discussão participativa que inclua o sistema alimentar relacionado aos hábitos e costumes dos negros, em especial das comunidades quilombolas. Isso inclui a implementação de medidas capazes de resgatar a cultura alimentar quilombola; bem como de produzir estudos e publicações cujo foco sejam a cultura alimentar quilombola, considerando seus saberes (o que sabem?) e sabores (como fazem o que comem?).

Palavras-chaves: Segurança alimentar e nutricional; quilombolas; Cerrado

Fonte(s) de financiamento: FUNBIO / MMA - Brasil

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar

Comida de Hospital: Percepções Yanomami Sobre a Alimentação no Hospital Infantil Santo Antônio/ Boa Vista – Roraima.

Autores/as: Angélica Barbosa Napoleão (Etnia Macuxi Estudante do 6º período Curso Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena/UFRR, email: barbosaangelica349@gmail.com); Alessandra Silva dos Santos (Etnia Macuxi Estudante do 6º período Curso Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena/UFRR); Inara do Nascimento Tavares (Antropóloga Docente do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena/ UFRR).



Resumo:

Este relato de experiência foi realizado no tema contextual Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena, pelas acadêmicas indígenas do Instituto Insikiran (UFRR). O objetivo foi levantar dados sobre a alimentação indígena do povo Yanomami com os acompanhantes de crianças internadas no Hospital Infantil Santo Antônio (Boa Vista), no estado de Roraima. Segundo a cultura do povo indígena Yanomami, a fonte básica de sobrevivência é a alimentação, e os alimentos extraídos diretamente da natureza. A alimentação Yanomami é saudável e rica em vitaminas, sais minerais e outros nutrientes como: verduras, legumes, raízes, carne de animais caçados na floresta (capivara, porco-do-mato, macaco, etc), peixes, cereais, castanhas, tapioca (espécie de pão fino feito com fécula de mandioca), pirão (caldo grosso feito de farinha de mandioca e caldo de peixe). Nas entrevistas realizadas, as crianças Yanomami que estão hospitalizadas encontram dificuldades em alimentar-se com a comida oferecida no hospital, pelo fato da alimentação não ser apropriada e baseada nos costumes. Há um esforço do hospital para atendê-los baseados de acordo com a sua especificidade, porém, não é satisfatório conforme o relato dos acompanhantes indígenas. A principal questão em relação a comida do hospital para os Yanomami é a origem do alimento e modo de preparação, que não é o mesmo da comunidade. Nas comunidades, os alimentos são adquiridos direto da roça, da floresta, caça e pesca. Os Yanomami não sabem de onde vem e como é feito a comida do hospital. Portanto quando se fala em comida na concepção dos povos Yanomami é um fator importante para sua recuperação.

Palavras-chaves: Alimentação Yanomami; percepção alimentar;

Povos Indígenas em Roraima.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:

DIA 02
06 DE OUTUBRO
10H45MIN ATÉ 13H

2a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)

Moderador (a):

Renata Menasche (UFPeI)

Grupo Universitário Interdisciplinar e Itinerante pela Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Parceria com Adolescentes - Guisado: 9 Anos Promovendo Educação em SAN Intra e Extramuros.

Autores/as: Anselmo Cássio Cesário (Grupo Mundo Teatro); Ana Kelley de Rezende (Universidade Federal de Alfenas / UNIFAL-MG); Junia Cristina Moreira Gomes (Grupo Mundo Teatro e UNIFAL-MG); Patricia Silva (Grupo Mundo Teatro);

Apresentadora do trabalho: Valéria Cristina Ribeiro Vieira (UNIFAL-MG - valeria.vieira@unifal-mg.edu.br).

Resumo:

Institucionalizado enquanto ação de Extensão da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) desde 2008, o Grupo Universitário Interdisciplinar e Itinerante pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em parceria com Adolescentes - o Guisado é uma iniciativa que, como evidencia seu próprio nome, possibilita a interação entre universitários e adolescentes, com vistas à formação de Agentes Jovens de SAN. Fundamentando-se em conceitos como



a Educação Popular e o Protagonismo Juvenil, propõe trabalhar a temática da SAN numa abordagem formadora e emancipadora, por meio da problematização de questões a ela relacionadas. Além do caráter interativo, as atividades propostas valorizam as dimensões lúdica, simbólica e artístico-cultural, incorporando elementos como a música, a poesia e o teatro. O Guisado vem trabalhando intensamente na temática da SAN, tendo já atuado em diversos espaços sociais (escolas, associações, organizações religiosas, comunidades rurais e urbanas de Alfenas e região), bem como contribuído na formação acadêmica e cidadã de vários egressos da UNIFAL-MG. Para além do escopo da SAN e suas respectivas políticas públicas e transcendendo às atividades educativas inicialmente previstas, tem-se também contribuído para o desenvolvimento artístico-cultural de comunidades parceiras, bem como para enriquecer o cenário cultural da UNIFAL-MG, por meio da promoção do Sarau do Guisado (aberto a manifestações artístico-culturais de pessoas pertencentes ou não à comunidade acadêmica e já realizado em 15 edições). Além das manifestações artísticas, acrescenta-se o sentido simbólico-cultural da comensalidade (comer e beber comunitariamente), por meio da degustação do guisado-comida durante o evento, num clima de conagração. Desde sua criação, o Guisado tem envolvido um grupo heterogêneo de integrantes (de vários cursos/campos do saber) - reforçando a proposta de atuação interdisciplinar - e tem sido contemplado no programa de bolsas de extensão da UNIFAL-MG. Também é digna de destaque a consolidação da parceria de 9 anos com o Grupo Mundo Teatro (ou Centro de Pesquisa Teatral Mundo – CEPETEM enquanto Pessoa Jurídica), composto por jovens artistas da comunidade alfenense. Nessa trajetória, o grupo já desenvolveu projeto financiado pelo Programa de Apoio a Extensão em Interface com a Cultura (PROEXT Cultura 2009), sob o título "Cidadania no papel: SAN em Cordel" (que gerou livro homônimo, publicado em 2014) e o Projeto "SAN'Arte: dando voz à juventude por meio da linguagem artística na abordagem e promoção da SAN", apoiado pelo PROEXT/MEC em 2014, a partir do qual foi produzido vídeo-documentário

lançado em 2015 e no âmbito do qual o Guisado mantém, desde então, realização periódica das “Oficinas SAN’Arte” com diversos grupos de adolescentes.

Palavras-chaves: linguagens artísticas, protagonismo juvenil, segurança alimentar e nutricional.

Fonte(s) de financiamento: Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT)/ Ministério da Educação (MEC). Programa de Bolsas de Extensão (PROBEXT) / Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

O Lugar da Educação Alimentar e Nutricional no Âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Autores/as: Flávia Pascoal Ramos (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Alimentação e Cultura/Universidade Federal da Bahia); Iane Carine Freitas da Silva (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Alimentação e Cultura/Universidade Federal da Bahia); Amélia Borba Costa Reis (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Alimentação e Cultura/Universidade Federal da Bahia); Ligia Amparo da Silva Santos (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Alimentação e Cultura/Universidade Federal da Bahia).

Apresentadora: Flávia Pascoal Ramos (ramospflavia@gmail.com)

Resumo:

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é reconhecida como uma importante estratégia para promoção de hábitos alimentares saudáveis com relevância considerada nas Políticas Públicas em Alimentação e Nutrição no Brasil. Embora destacada sua importância, identifica-se que há poucas referências sobre o seu arcabouço teórico, metodológico e operacional. Nesse contexto, algumas iniciativas vêm sendo adotadas para orientar a prática em ações de EAN, a exem-



plo do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, lançado no final de 2012, onde constam algumas diretrizes para a realização destas ações. Dentre estas políticas no campo destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que prevê entre suas diretrizes a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem tendo o nutricionista enquanto responsável técnico do Programa e pela realização dessas ações. Ressalta-se ainda que a escola é tida como um lugar propício para o desenvolvimento de atividades educativas em alimentação e nutrição. O presente estudo teve como objetivo discutir o lugar da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada entre maio e setembro de 2014, com os nutricionistas atuantes no PNAE em um município brasileiro. Utilizou-se, como técnica de produção de dados, entrevista semiestruturada. Destaca-se que as ações de EAN estão presentes no PNAE do município estudado, todavia, observa-se a ausência de articulação com o setor pedagógico para planejamento das atividades e sua inserção no currículo escolar, bem como a inexistência de parcerias efetivas para planejá-las e executá-las. De modo geral, nota-se a predominância do conceito de prevenção de doenças e não da promoção da saúde – promoção da alimentação saudável na medida em que as atividades são desenvolvidas como via para prevenção de males relacionados à alimentação, ressalta-se também a presença marcante da abordagem tradicional da educação. Conclui-se, portanto, a importância da intersetorialidade para o desenvolvimento das ações educativas e reforça-se a importância dos professores e coordenadores pedagógicos como agente promotores da EAN que, junto aos nutricionistas, podem ampliar as possibilidades de concretização destas ações com vistas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A perspectiva educativa pautada na prevenção de doenças e na abordagem tradicional da educação indica que a compreensão de prática educativa em alimentação e nutrição precisa ser ampliada e, para tanto, a formação permanente

em EAN, envolvendo toda comunidade escolar, pode contribuir para o aprimoramento destas práticas no âmbito do Programa.

Palavras-chaves: Educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, nutricionistas.

Fonte(s) de financiamento: O projeto fez interface com um projeto maior financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

Conflito de interesses: “Não há conflitos de interesse a declarar”

Produção e Consumo de Alimentos Halal no Brasil: Reflexões a Partir de uma Perspectiva Socioantropológica

Autores/as: André Gondim do Rego (Instituto Federal de Brasília – andre.rego@ifb.edu.br); Sônia Cristina Hamid (Instituto Federal de Brasília – sonia.hamid@ifb.edu.br).

Resumo:

Nos últimos anos o Brasil se tornou o maior exportador de frango halal do mundo e tem procurado atingir o mesmo patamar em relação à produção de carne bovina, além de contar, embora de forma ainda pouco expressiva, com investimentos na produção de alimentos processados de mesmo tipo. O termo halal provém do árabe e significa lícito, puro ou permitido. No que diz respeito aos alimentos, descreve aqueles autorizados aos muçulmanos tendo em vista a observância de certos preceitos islâmicos relativos à sua natureza e/ou forma de produção/preparação. A despeito desta proeminência produtiva no marco internacional, tal mercado segue pouco conhecido no país, mesmo entre seguidores desta religião. Com base em entrevistas realizadas, entre 2014 e 2015, junto a distribuidores e consumidores situados no Distrito Federal, bem como a



representantes das três principais certificadoras deste tipo de produto no país, sediadas na cidade de São Paulo; este trabalho tem como objetivo apontar algumas das características socioculturais que marcam a produção e o consumo de alimentos halal no Brasil. Ao envolver diferentes fluxos migratórios; dinâmicas do mercado interno e do comércio exterior; disputas em torno da identidade religiosa; divergências sobre a sacralidade de procedimentos técnicos; articulações entre posições de classe e estilos de vida; fatores estes que, em conjunto, mobilizam diversas estratégias e interpretações relativas à produção e ao consumo, entre as quais práticas alimentares orientadas por noções de adequação e qualidade, bem como por disponibilidade e/ou possibilidade de acesso; a alimentação halal constitui não só um fenômeno exemplar da globalização alimentar contemporânea, mas também um tema profícuo para pensar a relação entre comida e cultura no âmbito da discussão sobre segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chaves: Alimento halal. Islã. Antropologia da alimentação.

Fonte(s) de financiamento: CNPq (Bolsas de Iniciação Científica).

Conflito de interesses: Não há conflitos de interesse a declarar

Comida: Esse Diálogo sem Palavras

Autores/as: Juliana Casemiro, Nutricionista, Professora Adjunta do Departamento de Nutrição Social do Instituto de Nutrição UERJ; Juliana Dias, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ); Mônica Chiffolleau, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ); Vanessa Schottz, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e professora do curso de nutrição da UFRJ Macaé.

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar a Campanha Comida é Patrimônio enfocando seu potencial para troca e a construção de novos de saberes. Descreveremos esta experiência, pensada para trazer para o cotidiano, os debates que, quase sempre, têm ficado restritos aos ambientes acadêmicos e de controle social. O uso irracional e ganancioso dos recursos naturais, como a água e terra, tem nos colocado diante não de uma, mas de um conjunto de crises. A reconexão de conhecimentos é essencial para o enfrentamento de nossos complexos problemas. O diálogo de saberes pode ser revolucionário para pensar um sistema alimentar mais justo e sustentável.

A campanha se apresenta como uma plataforma de comunicação para difusão e mobilização de modelos alimentares mais justos, equitativos, sustentável e saudável. A ideia surgiu a partir do VII Encontro Nacional do FBSSAN, que teve como tema: “Que alimentos (não) estamos comendo? “. Neste evento, observou-se que a defesa da comida como um patrimônio é um caminho para aproximar a dimensão cultural da Segurança Alimentar e Nutricional. Isto porque a forma como o sistema alimentar industrial está estruturado, coloca em alto risco esse patrimônio.

O escritor mineiro Rubem Alves quem inspirou a linguagem artística deste processo comunicativo, que associa o peso das palavras e o impacto das imagens para provocar a reflexão e iluminar os sentimentos e a ação. Alves comparou as ideias com as pimentas, alegando que ambas têm a capacidade de provocar um incêndio, basta uma brasa, um único pensamento-pimenta. Assim, foram garimpados pensamentos-pimentas de poetas, literários, militantes, cozinheiros, agricultores, antropólogos, gastrônomos para colocar brasas na comunicação sobre alimentação. As frases selecionadas foram agrupadas em quatro eixos: comida é bem material e imaterial, comida é afeto, memória, identidade, comida é diá-



logo de saberes e modos de produzir, viver e comer. Também foram produzidos artigos sobre os eixos. Essa primeira parte foi realizada pela internet de janeiro a outubro.

A segunda ganhou oficinas deixando fluir o pensamento colaborativo e com o intuito de co-criar novos pensamentos- pimentas; e uma exposição itinerante, onde o visitante é estimulado a contribuir com seus pensamentos. A intenção da Campanha Comida é Patrimônio tem sido dialogar saberes e reconhecer que nossos problemas complexos não poderão ser resolvidos ou tratados a partir de um único ponto de vista. A comida é presença, linguagem e patrimônio, um bem comum. Nesta afirmativa residem diversos desafios, mas também infinitas possibilidades, e é disso que tratamos. Devolver o debate sobre a comida para a terra, para cozinha e para mesa é uma atitude importante, capaz de contribuir com a construção de autonomias e ampliação do poder popular.

Palavras-chaves: patrimônio, comunicação, comida

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses a declarar

Ludicidade em Educação Alimentar e Nutricional Estimulando ao Consumo de Frutas e Verduras por Escolares

Autores/as: Sônia Teresinha DeNegri e Letícia Ribeiro (Universidade Federal de Pelotas- UFPel)

Resumo:

Nosso país continental apresenta grande diversidade na produção em hortifruticultura e, mesmo ocorrendo disponibilidade regional e sazonal, esses alimen-

tos necessitam ser estimulados ao consumo pela grande maioria da população. Deve-se valorizar o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, como base à alimentação saudável. A Organização Mundial da Saúde indica cota mínima de 400g de frutas e verduras por dia, na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e, o “Programa 5 ao dia”, estimula às escolhas diversas e coloridas destes alimentos de origem vegetal. Entidades públicas recomendam que nas escolas haja ações promotoras ao aumento no consumo de frutas e verduras, pelas crianças. Este relato visa expor uma experiência em atividade educativa em alimentação e nutrição, desenvolvida em uma escola pública de bairro de periferia em uma cidade do sul do Brasil. Associou-se aos festejos juninos organizados pela escola, em dia não letivo, uma ação lúdica sobre frutas e verduras frescas, com o objetivo de estimular o consumo, demonstrando sua importância em ambiente repleto de guloseimas típicas da festa. O recurso utilizado foi um Box encapado por tecido vermelho com figuras geométricas, com uma fenda sutil na parte dos fundos, onde os educadores introduziam um alimento por vez. Em duas laterais havia recortes que possibilitavam ao escolar introduzir suas mãos dentro do Box, a fim de decifrar o alimento, por meio do tato. Cada escolar deveria deduzir qual a fruta ou verdura havida dentro da caixa. A cada novo escolar ocorria troca do alimento, de modo reservado. Ao ser identificado o alimento, passava-se a sua visualização e a percepção pelo olfato. Após, o escolar recebia informações sobre o valor nutricional e modos para consumo. Utilizou-se de maçã, laranja, pera, limão e kiwi; vagem, cenoura, berinjela, chuchu e beterraba, alternando aleatoriamente sua colocação no Box. Em meio à festa junina de várias atrações, os escolares se integraram na proposta lúdica, demonstrando interesse e repetiram a experiência, contatando com a diversidade das frutas e verduras. Foram atentos às informações nutricionais repassadas. Mesmo sendo alimentos disponíveis no mercado local, alguns eram desconhecidos pelos escolares ou, segundo eles, não faziam parte da alimentação doméstica. Conclui-se sobre o aspecto positivo do recurso educativo escolhido para



disseminação ao consumo de frutas e verduras à população escolar, valorizando a prática de alimentação saudável.

Palavras-chaves: Alimentação saudável; Frutas e Verduras;

Educação alimentar e nutricional; Escolares.

Fonte(s) de financiamento: Não há.

Conflito de interesses: “Não há conflito de interesse a declarar.”

DIA 02
06 DE OUTUBRO
14H30MIN ATÉ 16H15MIN

3a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)

Moderador (a):

Daniela S Frozi (FIOCRUZ)

A Mesa Quilombola:
Cultura e Segurança Alimentar no Vale do Ribeira-Sp

Autores/as: Katia Maria Pacheco dos Santos, Universidade de Brasília, pachecoka-
tia@unb.br; Heloísa Santos Molina Lopes, Instituto Federal de São Paulo, heloisa.
molina@ifsp.edu.br; Frederico Viegas de Freitas Silva, Instituto Socioambiental,
frederico@socioambiental.org

Resumo:

Os alimentos representam a ligação mais primitiva entre natureza e cultura, fazendo parte da raiz que liga uma comunidade à sua terra e a sua história. Por meio da pesquisa de doutorado intitulada “Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar”, 2015, foi possível investigar a relação entre modos de vida e segurança alimentar em comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, SP. Este estudo se baseou fundamentalmente na investigação sobre os hábitos alimentares em quatro comunidades quilombolas na referida região, bem como os aspectos relativos a manutenção da tradição alimentar a partir da estreita relação das famílias com a Mata Atlântica e a disponibilidade de alimento que este meio oferece. Foram utilizados para obtenção de dados primários, questionário estruturado e recordatório alimentar 24 horas. A pesquisa evidenciou que tais famílias apresentam uma produção agroalimentar pouco expressiva em escala, porém relevante quanto a diversidade da dieta, contribuindo para a garantia da segurança alimentar e manutenção dos hábitos que compõe a cultura alimentar quilombola. Observou-se outros fatores que influenciam e geram transformações nos hábitos alimentares, como por exemplo, a influência crescente da ideologia do mundo ocidental e o processo de globalização, dos quais esses grupos não estão excluídos. Assim como, o aumento no consumo de alimentos industrializados, resultante de um processo de melhoria de renda. O sistema alimentar nas comunidades pesquisadas está relacionado com o amplo conhecimento que os indivíduos têm sobre o meio ambiente local, a conservação e propagação de sementes e mudas crioulas e a preparação de certos tipos de alimentos, como é o caso do bolo de arroz, do arroz pilado e outros. Alimentos que ao contrário da mandioca, da batata-doce, do cará, da banana e do inhame, não fazem parte da dieta cotidiana, sendo preparados somente em ocasiões especiais, ou quando há festas religiosas, pois são considerados alimentos que têm maior valor cultural do que propriamente alimentar, por ser fruto da socialização alimentar do



grupo. Evidenciou-se a existência do vínculo entre saberes, práticas de produção e consumo de alimentos e relações sociais nas comunidades pesquisadas. Vale destacar que a referida pesquisa possibilitou verificar que a alimentação dessas famílias quilombolas é composta, em diferentes proporções, pelo que estas adquirem (produzem, trocam ou compram), o que gostam de comer, e o que categorizam como benéfico à saúde, e que foi constatado inexistência de insegurança alimentar.

Palavras-chaves: Quilombola; Segurança alimentar; Vale do Ribeira

Fonte(s) de financiamento: Bolsa CAPES concluída.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Comida de Orixá Como Fast-Food: Alimentação Ritual e Segurança Alimentar e Nutricional em Terreiros de Candomblé.

Autores/as: Indira Ramos Gomes (UFBA); Vilson Caetano de Souza Junior (UFBA)

Resumo:

A comida configura-se como uma das bases teológicas do candomblé. No universo das comunidades-terreiro, na chamada “cozinha de santo”, local no qual se constitui o sagrado, é elaborada a comida ritual. Outras iguarias têm sido notadas ao lado das comidas rituais, seja no cotidiano destas comunidades, ou em alguns momentos litúrgicos. Fato este, que suscita questionamentos em torno de temáticas associadas aos hábitos alimentares e comensalidade e outros temas vinculados à saúde. Neste sentido, esta pesquisa propôs-se a observar como acontece a transformação de algumas comidas votivas em fast-food, e demonstrar como algumas pessoas utilizam de serviços, a exemplo de buffet, como comida de santo. Este estudo foi realizado no período de agosto de 2013 a julho de 2014 na cidade de Salvador, Bahia. O universo empírico consistiu em

quatro terreiros de candomblé. Como técnica de produção de dados, foram realizadas observação participante e entrevistas semiestruturadas em três comunidades-terreiro. Todo o percurso ocorreu amparado por uma revisão bibliográfica, através de leituras e reflexões a cerca dos fenômenos que envolvem o comer e a comida - e especialmente a comida ritual - sob a luz das ciências sociais e humanas. Como resultado, foi possível observar uma variação na forma como estas comunidades se relacionam com a comida, o comer e os “de comer” oferecidos pela indústria de alimentos e pelos serviços de Buffet contratados pelos terreiros. Identificou-se ainda, que as comidas rituais aparecem ao lado de outras preparações e modos de fazer, trazendo à tona reflexões em torno das questões relacionadas à saúde e à “modernização dos costumes” nas práticas alimentares dos terreiros. Em muitas situações, o discurso sobre “alimentação saudável” vem sendo, gradativamente, emparelhado com o discurso em torno dos saberes tradicionais relacionados à comida e o comer, e as compreensões dos sujeitos sobre o corpo, saúde e ancestralidade.

Palavras-chaves: Alimentação. Cultura. Religiões afro-brasileiras.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Resgate Cultural das Práticas e Saberes da Alimentação a Partir da Agricultura Urbana Agroecológica

Autores/as: Silvana Maria Ribeiro (Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Cláudia Maria Bógus (Professora Associada do Departamento de Prática de Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Mariana Tarricone Garcia (Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Jessica



Vaz Franco (Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Christiane Gasparini Araújo Costa (Doutora no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Helena Akemi Wada Watanabe (Professora Doutora do Departamento de Prática de Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo).

Resumo:

Este trabalho apresenta a experiência de agricultura urbana agroecológica, vivenciada entre 2008 e 2011 no município de Embu das Artes/SP, através do Projeto Colhendo Sustentabilidade: práticas comunitárias de segurança alimentar e agricultura urbana (PCS), uma parceria entre poder público e sociedade civil. A análise qualitativa, sob a ótica da Promoção da Saúde (PS) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), contou com análise documental, oficinas de sistematização de experiências e entrevista. Os participantes foram convidados a realizar o resgate de memória, voltados à construção da imagem de suas vidas antes e depois do PCS através da reflexão “O que mudou em minha saúde e na forma como me alimento?”. Os técnicos priorizaram o resgate dos saberes dos participantes a partir da união entre saberes tradicionais, provenientes da comunidade e saberes científicos, se tecendo um novo conhecimento, mais rico e reconhecido pelos participantes. O resgate cultural foi reforçado no coletivo, por ser algo que já existia no plano individual; as práticas vivenciadas no passado por pessoas que nasceram ou cresceram no meio rural que estavam guardadas no interior de suas lembranças, foram acessadas através deste processo: “Isso vem realmente, resgatar aquilo que os nossos antepassados já praticavam, nossos avós, nossos pais, antigamente não se ouvia falar em agrotóxico, como que era plantado?”. A dimensão da SAN, ainda que inconscientemente, se destacou nos depoimentos: “a obesidade que acontece hoje no nosso país, antigamente a gente não via, a alimentação era uma alimentação mais saudável”.

Outro participante comentou que após o envolvimento com o PCS, dobraram seus conhecimentos, passando a ter uma alimentação mais saudável. A mudança de hábitos alimentares ocorreu gradativamente a partir da ingestão de mais frutas e hortaliças, além da descoberta de novas espécies comestíveis como: capiçoba, cariru, serralha, taioba. O fato das pessoas levarem os alimentos colhidos para suas residências contribuiu para esta mudança, auxiliando também na diminuição de gastos com a compra de alimentos e ainda, na redução do consumo de alimentos industrializados. A relação alimentação-saúde também foi identificada “A gente fica com vontade de comer aquilo que a gente planta porque vê a planta crescer, sabe que é um alimento e isso muda a vontade do que você quer comer, dá vontade de cuidar mais da saúde, de comer coisas mais saudáveis”. As trocas de receitas culinárias saudáveis eram frequentes. Esta investigação permitiu compreender a dinâmica, o alcance e os resultados do trabalho desenvolvido, como conhecer os papéis desempenhados pelos atores sociais; verificar como ocorreu o processo de empoderamento, resgate cultural, aquisição e multiplicação dos conhecimentos.

Palavras-chaves: Agricultura Urbana; Promoção da Saúde;

Segurança Alimentar e Nutricional

Fonte(s) de financiamento: FAPESP e CNPq.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



DIA 02
06 DE OUTUBRO
18H ATÉ 19H

2a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Denise Oliveira (FIOCRUZ)

Cozinha no Feminino – Jornal das Moças (1914-1965)

Autores/as: Prof. Dr.a Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla – PUCPR (autora principal); Vanessa Iansen Rodrigues – PUCPR (co-autora)

Resumo:

Comida é memória, é prazer, é saudade. Comida é identidade, é economia, é poder. É assim que devemos olhar para os diversos registros culinários, como portadores de expressão histórica e cultural. Esses são pressupostos que instigam a reflexão norteadora da pesquisa que se tem desenvolvido, em conjunto com discentes da Graduação em História, por meio do Programa de Iniciação Científica, tendo como fontes o levantamento e sistematização de conteúdos que façam menção ao universo da alimentação da revista feminina *Jornal das Moças* que circulou no Brasil entre os anos de 1914-1965. O presente trabalho quer apresentar alguns dos resultados alcançados, especialmente no que diz respeito aos primeiros anos da década de 1930, período marcado pela chegada de Vargas ao poder. Buscou-se possíveis menções na revista em relação a questões alimentares nesse período de reconstrução econômica do país após o “crash” da Bolsa de Nova York e da chegada de Getúlio Vargas ao poder. Bem

como, as relações que podemos estabelecer entre a produção e consumo dos alimentos na sociedade brasileira no período, principalmente no que se relaciona às questões como segurança e patrimônio alimentar e o papel feminino no lar.

Palavras-chaves: Jornal das Moças; cultura da alimentação;

patrimônio alimentar

Fonte(s) de financiamento: a co-autora é bolsista PUCPR de Iniciação Científica

Conflito de interesses: não há conflito de interesses

A Ancestralidade nas Tradições Alimentares dos Quilombolas no Estado do Rio de Janeiro

Autores/as: Olivia Maria Ferreira Schneider (Professor associado do Instituto de Nutrição da UERJ); Vanessa Louzada Ribeiro Cabral(NUTES/UFRJ); Ana Lúcia dos Santos Albuquerque de Almeida(NUTES/UFRJ); Alexandre Brasil Fonseca (NUTES/UFRJ); Célia Maria Patriarca Lisboa (NUTES/UFRJ); Juan Francisco Bacigalupo Araya(NUTES/UFRJ); Natália Coelho(NUTES/UFRJ); Rute Costa(NUTES/UFRJ)

Resumo:

Falar de quilombos e quilombolas é falar de luta, de resistência, de direito à permanência, de espaço conquistado, de cultura, de ancestralidade. A constituição de 1988 reconhece que as terras ocupadas por “remanescentes das comunidades dos quilombos” passariam à qualidade de propriedade definitiva e a obrigação do Estado seria a de emitir-lhes os títulos e traz o termo quilombola. Este estudo investiga o que traz de essencial as tradições alimentares incluindo seus modos de fazer, práticas cotidianas da culinária e artefatos, e que não deveria se perder enquanto ancestralidade dos povos quilombolas, tendo como referência as narrativas orais reveladas por seus griôs ou representantes reconhecidos



destes. Escolhemos para a pesquisa três comunidades distintas e cada uma com sua especificidade. A comunidade quilombola da Marambaia que se localiza em uma área de proteção ambiental da Marinha do Brasil que significou um desafio de convivência e manutenção das tradições e que tem o peixe como tradição culinária; a comunidade quilombola do Sacopã localizada em uma área nobre da cidade do Rio de Janeiro, além de pertencer a um contexto ecológico por conta da localização e que tinha a feijoada como tradição, junto com o samba em um encontro musical; e a comunidade quilombola de São Pedro da Serra por ser a mais antiga do Estado do Rio de Janeiro e por manter várias práticas ancestrais nas festas da Abolição da Escravatura e no Dia de Zumbi dos Palmares, com feijoada no fogão a lenha, batatas e milho assado, além de jongo e capoeira. As reflexões teórico-metodológicas da pesquisa seguem os das pesquisas nos/dos/com os cotidianos, entendendo a construção do conhecimento se dá em rede e é tecida pelos praticantes da vida cotidiana, principalmente daqueles invisibilizados ou subalternizados pelo cientificismo da modernidade. A pesquisa está na fase de trabalho de campo, procurando mergulhar com todos os sentidos, olhando além do que se vê, rompendo com o pensamento já estruturado dentro de nós, e conta com ajuda de autores como Nilda Alves, Michel de Certeau, Boaventura de Sousa Santos, Lucy Giard, Roland Barthes, Inês Barbosa de Oliveira, e outros que dialoguem entre si e conosco em busca de outras formas de expressão e de valorizar a beleza das diferenças.

Palavras-chaves: cultura alimentar quilombola; ancestralidade; estudo das narrativas

Fonte(s) de financiamento: não

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses

GRUPO TEMÁTICO 6

A Construção da Pesquisa em SAN: avaliações, métodos e indicadores.

O GT6 pretende estimular a reflexão sobre a pesquisa em SAN para resolução dos desafios na área e das situações-problema locais, a partir da discussão da pluralidade de métodos, conceitos e questões epistemológicas. O aprofundamento teórico pretende identificar limites e incompletudes dos saberes a fim de superar visões parciais e fragmentadas, na busca por construir continuidades entre quantitativo e qualitativo, sujeito e objeto, individual e coletivo, ciências naturais e sociais. A discussão busca valorizar experiências e práticas e saberes alimentares, além de identificar caminhos para a participação, a intersetorialidade e a interação com políticas públicas. As abordagens utilizadas para apreensão da SAN pelos sujeitos passam pela diversidade de atores, ideias, interesses e perspectivas. Assim, o levantamento de práticas populares; a socialização de tecnologias sociais; o monitoramento da SAN em nível nacional, estadual e municipal; sistemas integrados de informação, são alguns trabalhos que podem contribuir com a construção de um saber teórico e prático em SAN.



DIA 01
05 DE OUTUBRO
16H15MIN ATÉ 18H15MIN

1a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)

Moderador (a):

Ana Maria Segall Corrêa (UNICAMP)

A Implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição em Esfera Municipal com Base na Intersectorialidade: Um Estudo De Caso

Autores/as: Mayara Ferreira Santos (Universidade Federal da Bahia - mayfsantos@outlook.com); Sandra M^a Chaves dos Santos (Universidade Federal da Bahia)

Resumo:

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), integrante do SUS e comprometida com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), está organizada em nove diretrizes e articula-se ao Plano Nacional de Saúde e ao Plano Nacional de SAN. As diretrizes englobam um conjunto de ações e programas os quais extrapolam os limites do setor saúde; nesse sentido há a demanda pela ação intersectorial para que a implementação seja capaz de promover o alcance dos objetivos da política. O objetivo da pesquisa foi analisar a intersectorialidade na implementação da PNAN em nível municipal. A metodologia adotada partiu de um conceito de intersectorialidade reelaborado pela autora a partir de pesquisa bibliográfica, considerando a polissemia conceitual identificada. Este conceito orientou o trabalho de campo em um município baiano de grande porte, envol-

vendo entrevistas semi-estruturadas com gestores municipais, membros do Conselho Municipal de Saúde e também a análise dos resultados. Observou-se no município estudado que o princípio da intersetorialidade não se apresentava incorporado ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações. Aspectos ligados a intersetorialidade foram identificados na fase de execução das ações específicas de alimentação e nutrição como a produção de eventos por exemplo. Alguns fatores se apresentaram como desafios à intersetorialidade, tais como dificuldade no compartilhamento de recursos financeiros, os entraves políticos existentes e número reduzido de técnicos nas equipes. No início do trabalho de campo, tinha-se a hipótese que as ações de alimentação e nutrição no município estudado tivessem caráter intersetorial, pois existe naquela realidade três equipes técnicas, formadas por nutricionistas, que estão alocadas em três secretarias diferentes - saúde, educação e desenvolvimento social. Entretanto esta configuração não se mostrou suficiente para que houvesse o diálogo necessário à implementação das ações em conjunto. Os resultados desta pesquisa foram similares a outros resultados sobre a implementação de políticas públicas de caráter intersetorial, o que significa que implementar ações ou programas baseados no princípio da intersetorialidade ainda não é tarefa simples. Observa-se que o diálogo e as relações entre os setores na condução de uma política pública podem não ser tarefas fáceis, pelo contrário, a tentativa de implementar uma política com caráter intersetorial nos moldes atuais pode gerar muitos conflitos. Nesse sentido considera-se que a intersetorialidade é uma estratégia complexa e sua implementação implica em enfrentar contradições, restrições e resistências. Mesmo complexa, ainda é apreciada como possibilidade de superação da fragmentação das políticas sociais, que objetiva a melhoria das condições de vida da população.



Palavras-chaves: Intersectorialidade. Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação. Município.
Fonte(s) de financiamento: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e CAPES
Conflito de interesses: Nada a declarar

Necessidades Alimentares Especiais: A Perspectiva da SAN e a Ética do Cuidado

Autores/as: Cilene Ribeiro da Silva¹; Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas¹; Carla Corradi Perini¹; Flavia Auler¹, Silvia do Amaral Rigon², Islândia Bezerra²

Resumo:

Este ensaio busca uma reflexão sobre estratégias de políticas públicas para o atendimento das necessidades alimentares especiais no ambiente escolar, à luz da interdisciplinaridade entre as ciências da Nutrição e da Bioética, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Tem como referência as demandas advindas do Projeto de Pesquisa Necessidades Alimentares Especiais (NAE) no ambiente escolar: uma discussão do binômio Nutrição e Bioética, aprovado em 2014 (MCTI/Ação Transversal–LEI/CNPq Nº 82/2013), ainda em desenvolvimento, e que envolve uma rede de parcerias institucionais, proposta pelo Curso de Nutrição da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com a Universidade Federal do Paraná, PUC Chile e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Nesse contexto, o interesse na produção do conhecimento tem relevância pela abordagem

.....
1 Escola de Ciências da Vida – Curso de Nutrição – PUCPR; Grupo de Estudos e Pesquisa em Ciências da Nutrição – GEPECIN – PUCPR

2 Departamento de Nutrição – UFPR

teórica, complementaridade entre metodologia quali e quantitativa, bem como pela construção participativa inerentes ao desenvolvimento desta pesquisa, sendo reflexo da demanda social de compreensão da experiência vivida no cotidiano de escolares com NAE; avaliação das estratégias de assistência alimentar e de saúde vigentes e proposições para monitoramento das violações do DHAA destes sujeitos. A partir desta experiência, na produção de conhecimento científico em Nutrição, são levantadas importantes dimensões de análise da questão das NAE em ambiente escolar. A qualidade nos processos de produção e oferta alimentar, o desfecho clínico nutricional assim como o acesso e as práticas alimentares nos sujeitos vivendo com essas necessidades especiais, as subjetividades relativas à alimentação e nutrição no contexto da vivência das patologias que requerem restrições alimentares no ambiente escolar, a institucionalidade do direito humano à alimentação adequada e a relação entre alimentação escolar e soberania alimentar são elementos que remetem à qualificação de políticas públicas com interface na alimentação escolar. Ainda no campo da Bioética, as NAE apontam à exigência de uma perspectiva inclusiva, com abordagem do escolar associada aos seus vínculos comunitários, em um contexto social, econômico e cultural. Mediante o diálogo destas ciências, reflete-se que a denegação ou violação dos direitos destes sujeitos, mais particularmente, o direito humano à alimentação adequada, traz implicações que repercutem em todas as esferas de suas vidas. Por fim, considera-se estratégica a visibilidade das NAE no âmbito das práticas de saúde e educação, para o desenvolvimento de tecnologias sociais de gestão intersetorial, com significância para a Política Nacional de SAN.

Palavras-chaves: Necessidades Alimentares Especiais;
Segurança Alimentar e Nutricional; Bioética

Fonte(s) de financiamento: CNPq (Projeto _CNPq82_2013_5628853776592942
_01: "Necessidades alimentares especiais no ambiente escolar: uma discussão
do binômio Nutrição e Bioética"

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutricional e sua Integração nas Cadeias Curtas Agroalimentares: Das Ideias às Ações

Autores/as: ZUÑIGA-ESCOBAR, Marianela¹; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela²

Resumo:

O objetivo deste ensaio é discutir sobre as noções teóricas e a aplicação da Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no contexto de cadeias curtas agroalimentares. O texto inclui uma reflexão sobre a integração dessas abordagens e sua contribuição para o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), partindo da valorização das ações geradas pela interação dos atores envolvidos desde o local. O enfoque principal é direcionado aos aportes gerados pelos referenciais teóricos, como uma maneira de facilitar a compreen-

.....

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora da Escuela de Nutrición Universidad de Costa Rica (UCR), Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional - marianelaze@gmail.com

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Coordenadora do Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional - gabriela.coelho@pq.cnpq.br.

são e comunicação das ideias para desenvolver ações em contextos reais, neste caso as cadeias agroalimentares curtas. Para elaborar este ensaio, foi realizada uma análise e revisão da literatura sobre os principais argumentos teóricos da Agroecologia e da SAN, além disso se tecem reflexões sobre as relações que existem entre essas abordagens, a partir da construção de noções e perspectivas aportadas por estes argumentos teóricos. O texto mostra como se integra a noção da Agroecologia para desenvolver estratégias de melhoramento da SAN no nível local, incluindo o propósito da sustentabilidade em uma cadeia curta agroalimentar e a inserção dos pilares de disponibilidade, acesso, consumo e utilização biológica dos alimentos. Se inclui discussões considerando as características da SAN como enfoque integrado, integrador, participativo e multinível, mas focando no nível local e na forma em que interagem os pilares da SAN com a Agroecologia e como elas têm uma contribuição final para o DHAA. Como considerações finais se apresenta a importância das questões conceituais como complemento dos eventos na realidade e se inclui uma reflexão dos aportes das referências teóricas, que podem ser uma importante contribuição e uma ferramenta necessária para os atores, mas se essas ideias não se conseguem materializar em ações concretas, não faz sentido a promoção das abordagens.

Palavras-chaves: Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional,
Cadeias curtas agroalimentares

Fonte(s) de financiamento: CAPES; CNPq Processo 464106/2014-1

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar



Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional: Acesso aos Alimentos e Fatores Associados.

Autores/as: Marlus Henrique Queiroz Pereira (Centro das Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB); Sandra Maria Chaves dos Santos (Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia - UFBA - sandra.mchaves@gmail.com).

Resumo:

Introdução: O acesso aos alimentos é uma das dimensões para a avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Esta perspectiva está relacionada à aquisição física do alimento qualiquantativamente e de forma socialmente aceitável. Esta dimensão apresenta indicadores importantes para refletir os diferentes estados da SAN e os impactos das políticas públicas. **Objetivo:** Avaliar a SAN na perspectiva da dimensão do acesso aos alimentos e fatores associados, em um conjunto de municípios do Estado da Bahia. **Metodologia:** Os municípios foram escolhidos aleatoriamente em todos 27 territórios de identidade do Estado, obedecendo ao critério de porte populacional (pequeno, médio e grande). Foi aplicado um protocolo com 23 indicadores, sendo que 11 destes pertenciam à dimensão de acesso aos alimentos, compreendendo aspectos relacionados à renda, escolaridade, programas sociais, emprego, desigualdade social e equipamentos públicos de SAN. O protocolo utiliza dados secundários de bases de acesso público. A partir do cálculo dos indicadores, o protocolo permite classificar cada município em quatro estados: SAN e IA leve, IA moderada e IA grave. A análise dos dados envolveu estatísticas descritivas e o teste de Pearson para verificar a correlação entre a variável desfecho (estado de SAN) e as variáveis independentes. **Resultados:** Foram avaliados 57 municípios, 11 de grande porte, 19 de médio e 27 de pequeno porte. Nenhum município foi considerado em situação de SAN, 12,3% em IA leve, 75,4% em IA Moderada e 12,3% em IA Grave).

Observou-se que houve uma correlação moderada ($r=0,490$) entre situação de SAN e o porte populacional ($p<0,00$). Entre os fatores associados destacamos aqueles que mostraram correlação forte com a variável desfecho: taxa de analfabetismo ($r=-0,849$, $p<0,000$), proporção de pessoas com baixa renda ($r=-0,812$, $p<0,000$), percentual da população com < 4 anos de estudo ($r=-0,811$, $p<0,000$) e média da renda domiciliar per capita ($r=0,749$, $p<0,000$). Outros indicadores apresentaram uma correlação moderada: número médio de moradores por domicílio ($r=-0,499$, $p<0,000$) e quantidade de equipamentos públicos de SAN ($r=0,450$, $p<0,000$). Para alguns fatores a correlação foi fraca: índice Gini da renda domiciliar ($r=0,359$, $p<0,007$), percentual de desemprego ($r=0,286$, $p<0,031$) e percentual de famílias chefiadas por mulheres ($r=0,271$, $p<0,041$). Conclusão: O estudo mostrou a necessidade da existência de uma rede de políticas públicas sociais, principalmente em municípios de pequeno porte, que promovam educação, geração de emprego e renda, possibilitando condições favoráveis para o alcance do estado de SAN.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional; Avaliação; Indicadores.

Fonte (s) de financiamento: Fundação de Amparo ao Pesquisador Científica do Estado da Bahia – FAPESB.

Conflito de interesses: Informo que não há conflito de interesse a declarar.

Insegurança Alimentar e Violência entre Parceiros Íntimos: Uma Análise usando Modelagem de Caminhos

Autores/as: Emanuele Souza Marques¹; Tatiana Henriques Leite¹; Claudia Leite de Moraes^{1 2}; Michael Eduardo Reichenheim¹; Rosana Salles da Costa³

Resumo:

Introdução: As pesquisas que avaliam as relações entre a violência entre parceiros íntimos (VPI) e a insegurança alimentar domiciliar (IAD) são recentes, escassas, não discutem o efeito específico de cada tipo de violência, nem tampouco suas vias de concretização. Considerando a relevância da IAD em função de sua elevada magnitude e sérias consequências, a insuficiência dos modelos teóricos que abordam apenas aspectos socioeconômicos para dar conta da complexidade de seus determinantes, e o reduzido número de pesquisas que incorporam outros aspectos da vida dos indivíduos em seus modelos explicativos, parece bastante interessante que se amplie o número de estudos sobre o tema. Por outro lado, a grande prevalência de VPI em todo o mundo justifica o interesse em se testar a possibilidade de agregar esta dimensão aos modelos explicativos da IAD. **Objetivo:** Investigar o efeito direto e indireto da violência psicológica e física entre parceiros íntimos na ocorrência de insegurança alimentar domiciliar. **Métodos:** Trata-se de estudo transversal, de base populacional, realizado com 849 mulheres que possuíam algum relacionamento amoroso nos 12 meses anteriores à entrevista. A VPI foi avaliada por meio da Revised Conflict Tactics Scale (CTS2) e a IAD através da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA). O modelo analítico propositivo se baseou na revisão da literatura específica e foi

.....

1 Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

2 Programa Saúde da Família, Universidade Estácio de Sá

3 Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro

testado por meio da análise de caminhos (“Path analysis”). Resultados: Nota-se que a IAD está associada tanto à violência psicológica, quanto à violência física. Observa-se que há um caminho direto entre a violência psicológica e a IAD, indicando que uma parte do efeito é mediada por outros fatores não mapeados no sistema. Além deste efeito direto, o efeito da violência psicológica também se dá através da mediação pela violência física e transtornos mentais comuns (TMC). Além das violências e do TMC, as dimensões concernentes à posição socioeconômica, às características demográficas e ao apoio social da mulher, influenciaram direta ou indiretamente a probabilidade de ocorrência de IAD. CONCLUSÃO: Os resultados reforçam a importância de se considerar a violência doméstica e outros aspectos psicossociais da vida de famílias vulneráveis à insegurança alimentar. Este estudo oferece ao profissional que presta atendimento a este grupo e aos gestores responsáveis pela criação de políticas públicas que visem à redução do problema um escopo maior de intervenções para além do repasse de recursos financeiros.

Palavras-chaves: Insegurança Alimentar;

Violência entre parceiros íntimos; Análise de caminhos.

Fonte(s) de financiamento: Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Processo no. E-26/210.199/2016.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) como Instrumento de Ensino e Sensibilização de Discentes do Curso De Nutrição

Autora: Karine de Oliveira Gomes. (Professora do curso de Nutrição da Universidade Federal de Viçosa, Campus Rio Paranaíba - UFV/CRP. - kogomes@yahoo.com.br)

Resumo:

Este relato apresenta uma experiência prática da disciplina Nutrição Social, realizada no dia da Campanha Nacional de Multivacinação contra a Gripe (30/04/16), em Rio Paranaíba, MG. Foram desenvolvidas as seguintes atividades: 1) entrevista, que incluiu a aplicação da EBIA; 2) avaliação antropométrica; 3) apresentação do diagnóstico do estado nutricional e 4) orientação nutricional. Embora os resultados tenham revelado uma alta prevalência de insegurança alimentar e de excesso de peso na população de Rio Paranaíba, este trabalho pretende refletir sobre a importância da experiência prática na formação profissional em saúde. Isto porque não basta conhecer a magnitude dos problemas que afligem pessoas ou grupos, é preciso se colocar no lugar de quem sofre para ativar a capacidade transformadora necessária para enfrentar as condições que causam o sofrimento. Rubem Alves defendia a divisão da educação em duas partes: “a educação das habilidades” e “a educação das sensibilidades”, já que sem a sensibilidade, todas as habilidades são tolas e sem sentido! Esta experiência permitiu aos discentes transitarem da dimensão do “pensar” para o “sentir”, pois, mesmo que a discussão sobre os fatores associados aos problemas identificados e suas prováveis soluções esteja sempre presente nas aulas teóricas da disciplina – o que amplia a capacidade crítica-reflexiva dos discentes sobre o tema –, ao presenciarem esta realidade “ao vivo e a cores”, foi possível iniciar um processo de sensibilização, que é indispensável à prática profissional em saúde, sobretudo,

na área de saúde coletiva. E, se o conhecimento, por si só, é insuficiente para provocar mudanças no comportamento, talvez o contato com a realidade seja capaz de impulsionar uma atuação solidária, respeitosa, responsável e resolutiva... E, por mais que esta tenha sido uma experiência isolada e pontual, os relatos a seguir demonstram que um aprendizado diferenciado foi obtido: “Aplicar a EBIA foi uma lição de vida para mim!” (discente 1); “Hoje pude ver o quanto ainda preciso melhorar para ser capaz de atuar de acordo com a realidade!” (discente 2); “As condições de vida das pessoas são muito mais desafiadoras do que eu imaginava!” (discente 3); “Elaborar uma dieta balanceada é fácil, mas orientar as pessoas a se alimentarem de forma saudável com essa condição de vida é um grande desafio!” (discente 4). Almejo que os discentes tenham desenvolvido a sensibilidade necessária para adotar uma prática profissional coerente com as necessidades da população, pois, assim como para Rubem Alves, “estou semeando as sementes da minha mais alta esperança. Não busco discípulos para comunicar-lhes saberes. Os saberes estão soltos por aí, para quem quiser. Busco discípulos para neles plantar minhas esperanças”.

Palavras-chaves: Segurança alimentar e nutricional;

capacitação de recursos humanos em saúde; educação em saúde.

Fonte(s) de financiamento: Este trabalho não contou com nenhum financiamento de órgão de pesquisa.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Uma Análise da Tendência Secular da Insegurança Alimentar Grave nos Municípios Brasileiros

Autores: Muriel Bauermann Gubert; Sandra Maria Chaves dos Santos; Leonor Maria Pacheco Santos; Rafael Pérez-Escamilla

Resumo:

No Brasil as pesquisas nacionais sobre Insegurança Alimentar, realizadas desde 2004 pelo IBGE, mostram que a Insegurança Alimentar Grave (IAG) se distribui de forma desigual entre as Regiões e as Unidades da Federação. Em 2013 dados apontavam que, enquanto 1,9% da população da Região Sul era acometida por IAG, na Região Norte este percentual chegava a 6,7%. No Acre 11,2% da população vivia em condições de IAG, contra apenas 1,7% em Santa Catarina e 1,5% no Distrito Federal. A hipótese é que tal fenômeno ocorra também entre os municípios numa mesma Unidade da Federação. Considerando que há um segmento da população brasileira que vive em agregados familiares em situação de IAG justifica-se analisar melhor a Tendência Secular de IAG nos municípios brasileiros. Para o presente estudo foram consideradas as prevalências estimadas de IAG para os municípios nos anos de 2004 e 2013, calculadas a partir de metodologia que prevê a utilização de uma Pesquisa de representatividade nacional com o desfecho de interesse (neste caso IAG) e do Censo Demográfico Nacional (Censo), para geração de dados municipais. Foi estudada a IAG, por ser a proxy de existência de fome no domicílio. A metodologia prevê a construção de modelo preditivo de IAG utilizando a PNAD, posteriormente aplicado à amostra do Censo para a geração das estimativas municipais de IAG. As análises focam os anos de 2004 e 2013 e foram desenvolvidos dois modelos independentes para cada um dos anos da pesquisa; em 2004 a amostra foi de 111.922 e em 2013 de 115.761 domicílios. Em todas as Unidades da Federação houve redução da prevalência de IAG durante este período, com taxas de redução que variaram

de -2,5% (Santa Catarina) a -75,2% (Paraíba) e apenas um estado mostrou crescimento positivo na IAG de 9,6% (Sergipe). A distribuição inter e intra-regional/estadual heterogênea da IAG encontrada em 2004 manteve-se em 2013, embora tenha sido menos acentuada. Houve melhoria importante nas prevalências de IAG nos municípios brasileiros, a maioria deles com expressiva redução no período entre 2004 e 2013. Observou-se que a situação de IAG dos municípios das Regiões Norte e Nordeste permanece ainda pior que a das demais regiões. Alguns municípios brasileiros, ainda, tiveram aumento da prevalência de IAG no período. O Brasil está experimentando atualmente crises econômicas e políticas importantes, estas alertam para a necessidade de continuar o monitoramento da IAG, visando garantir a correta focalização e sucesso das políticas de combate à fome implantadas no país. Assim, os mais vulneráveis podem ser protegidos durante este período de crise, passível de durar vários anos.

Palavras-chaves: Insegurança Alimentar Grave, Políticas Públicas, Monitoramento

Fonte(s) de financiamento: CNPQ Processo 232569/2014-2

Conflito de interesses: Nenhum.



DIA 01
05 DE OUTUBRO
18H15MIN ATÉ 19H

1a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Maria Angélica Tavares de Medeiros (UNIFESP)

O Dhaa na Percepção dos Gestores Municipais do PBF de Santos-SP

Autores/as: Gisele Campos de Almeida (Curso de Nutrição, Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista - UNIFESP-BS); Lia Thieme Oikawa Zangirolani (Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva - DPPSC/ UNIFESP-BS)

Resumo:

O impacto de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, no estado nutricional, no acesso aos alimentos e na Segurança Alimentar e Nutricional-SAN dos beneficiários, tem sido demonstrado na literatura científica, no entanto, ainda são escassos estudos que avaliam o potencial desses programas em induzir ações promotoras de SAN. O presente estudo se propõe a ouvir os gestores municipais do Programa Bolsa Família - PBF, em Santos-SP, sobre o que é a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA, e sobre como o PBF se volta ou não, no município, a desenvolver ações promotoras de SAN e do DHAA. Trata-se de um estudo transversal, de abordagem qualitativa, que tem como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturada e como métodos de análise dos resultados, a análise descritiva das questões objetivas e a

análise temática de conteúdo das entrevistas. Foram entrevistados três gestores municipais do PBF de Santos, dos setores Assistência Social, Educação e Saúde, no período de março e abril de 2016. Apenas um gestor referiu ter alguma capacitação sobre o programa, os demais referiram investimento pessoal, com busca por documentos eletrônicos e, de acordo com a necessidade, por busca de informações nas experiências do cotidiano, como meio para entender o seu funcionamento. Dois gestores revelaram ter tido alguma aproximação com o conceito de DHAA e um relatou o mesmo sobre o conceito de SAN. Com relação à compreensão dos gestores sobre os conceitos, observou-se uma percepção reducionista, relacionando o DHAA com a quantidade diária mínima necessária para suprir necessidades nutricionais de um indivíduo ou população, e uma percepção do conceito de SAN vaga, que a aponta hora como sinônimo do DHAA, hora como uma política para garantir o DHAA, ou ainda, como um complemento do DHAA. Sobre o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da SAN ou à garantia do DHAA, observou-se que são escassas, e que quando realizadas, se voltam à população como um todo, não havendo priorização de ações para os beneficiários do PBF. Os resultados reafirmam o paradoxo existente no sistema de proteção social brasileiro, onde à luz das diretrizes de universalidade instituídas, são propostos programas focalizados nos mais vulneráveis, com vistas à garantir equidade, mas estes, seguem ocorrendo sem planejamento de ações específicas para este fim. O desconhecimento dos gestores sobre os conceitos de SAN e de DHAA somado à escassez de ações específicas realizadas, se tornam obstáculos no enfrentamento da condição de vulnerabilidade das famílias, evidenciando a necessidade de maior atenção aos municípios e seus gestores, com recursos de apoio técnico, para que estes tenham subsídio para planejar ações mais efetivas em promover a SAN e o DHAA dos beneficiários.

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Programa Bolsa Família, DHAA.

Fonte(s) de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Conflito de interesses: não há conflito de interesse a declarar

Intoxicação do(a) Trabalhador(a) Rural Por Agrotóxicos: (Sub)Notificação e (In)Visibilidade nas Políticas Públicas.

Autores/as: Vanessa Fracaro Menck¹; Julicristie Machado de Oliveira²; Milena Pavan Serafim³

Resumo:

O(a) trabalhador(a) rural está exposto(a) de forma ocupacional aos agrotóxicos por ser o(a) manipulador(a) dos produtos e por normalmente residir próximo(a) aos locais de pulverização. Assim, é possível identificar os efeitos nocivos na saúde desta população de forma mais evidente. Os agrotóxicos têm efeitos nocivos a curto, médio e longo prazos na saúde, associando-se a câncer, infertilidade e outras doenças crônicas não transmissíveis. Ao considerar a representatividade no agronegócio na economia brasileira, que emprega o uso massivo destas substâncias, além da contundente ação das indústrias que os produzem mundialmente, o debate ultrapassa as ações em saúde. Envolvem também as

.....

1 Nutricionista, Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E-mail: vanessa.menck@gmail.com

2 Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, FCA/Unicamp. E-mail: julicristie.oliveira@fca.unicamp.br

3 3 Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, FCA/Unicamp. E-mail: milena.serafim@fca.unicamp.br

intersecções relacionadas à economia, agronomia, educação, reforma agrária, trabalho, dentre outras. O objetivo desta dissertação, portanto, é entender como a questão das intoxicações por agrotóxicos em trabalhadores(as) rurais é reconhecida pelos diferentes atores governamentais, tais como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio de suas legislações e políticas públicas, e atores não-governamentais, como os movimentos sociais envolvidos com a discussão da reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia. Ademais, há o intuito de entender o fluxo de informação dos registros das intoxicações, ou seja, se estes fomentaram/embasaram as políticas públicas como dados epidemiológicos ou se o aumento na qualidade/quantidade dos registros ocorre pela maior visibilidade pelas próprias políticas públicas entre os anos 2001 e 2015. A partir da análise dos documentos, foi possível identificar que a ênfase principal das ações, relacionadas tanto aos agentes governamentais como aos não governamentais, quanto ao uso dos agrotóxicos permeia as questões dos alimentos contaminados, dos direitos do consumidor e da importância econômica destes produtos, além de sua necessidade para ações de combate à fome. Os(as) trabalhadores(as) rurais aparecem pela primeira vez em documentos de maior visibilidade e em ações de movimentos sociais advindas de pesquisadores ativistas, como no filme “O veneno está na mesa” e, posteriormente, no Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Nas políticas públicas, há uma discrepância de interesses e visões quanto ao tema, visto que o MAPA tende a defender o uso dos agrotóxicos e negligenciar o(a) trabalhador(a) rural. Já o MS e o MDA tenderam a privilegiar ações a partir de 2011 com atenção a saúde dos(as) trabalhadores(as), com aprimoramento dos sistemas de notificação e com políticas de incentivo a saúde e dignidade no campo. Foi possível observar que as ações advindas dos pesquisadores considerados ativistas se fez importante para o aumento da visibilidade e fomento as ações direcionadas ao(a) tra-



balhador(a) rural nas políticas públicas.

Palavras-chaves: agrotóxicos, intoxicação, trabalhador(a) rural

Fonte(s) de financiamento: Capes

Conflito de interesses: nada a declarar.

O Programa Cisternas e as Capacidades Político-Relacionais do Estado

Autores/as: Anna Funaro Mortara (Mestranda em Administração Pública e Governo na Fundação Getulio Vargas - FGV/SP e Coordenadora-Adjunta da Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo - anna.funaro.mortara@gmail.com)

Resumo:

O Programa Cisternas, ação capitaneada pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por meio de sua Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio de implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Seu público alvo são famílias rurais de baixa renda atingidas por estiagens e tem o semiárido brasileiro como região prioritária (região que, embora represente apenas 11,5% do território nacional, concentra mais da metade de sua população pobre, 58%). O Programa conta com interação direta com a população beneficiada por meio de mobilizações, capacitações e construção.

As origens do Programa remetem à ação da sociedade civil organizada e seu modelo de implementação passou por crescentes aperfeiçoamentos e mudanças desde quando foi adotada no início dos anos 2000 até hoje, fazendo com que a sua institucionalização crescente culminasse ao instituir-se como Lei Federal.

Sua implementação é capitaneada no território por organizações da sociedade civil e outros entes federativos e, bem como os aperfeiçoamentos incrementais verificados, depende diretamente da capacidade de articulação e trânsito da burocracia federal, viabilizada por instituições como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA e a Articulação do Semiárido – ASA.

Tal capacidade de articulação e trânsito pode ser traduzida em termos teóricos como capacidade político-relacional da burocracia estatal, conceito difundido no campo da Administração Pública que pode servir aqui como lente teórica e método para se estudar uma das principais políticas de Segurança Alimentar e Nutricional do país. O conceito busca analisar a ação de estados em sociedades complexas no fomento ao desenvolvimento, em especial no que diz respeito a políticas que, para sua implementação, dependem de mútua ação do Estado e da sociedade civil. Contudo, em que pese seu frequente uso, atualmente falta consenso na literatura sobre o significado exato do conceito.

Assim, o presente pretende traçar brevemente o desenvolvimento do conceito de capacidades político-relacionais da burocracia estatal, compreendendo como os elementos presentes na sua conceituação se concretizam (por meio de critérios e indicadores), e fundamentalmente analisar como eles se revelam e operam no contexto do Programa Cisternas do Governo Federal.

Palavras-chaves: Acesso à água, semiárido; capacidade estatal político-relacional

Fonte(s) de financiamento: CAPES/CNPQ e Fundação Getulio Vargas

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Segurança Alimentar e Nutricional: Uma Breve Análise Sobre Conceitos e Indicadores Utilizados no Brasil

Autores/as: Patrícia Barros Braga (Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA-UFRRJ); Georges Gerard Flexor; Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima.

Resumo:

O acesso à alimentação é um dos condicionantes da saúde, além de ser um direito inerente a todos os cidadãos, assim como o direito à vida. O atual conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) faz uso desta e de outras dimensões como, por exemplo, econômica, cultural e social para formar sua matriz conceitual multidisciplinar. Porém, devido ao caráter multifacetado e dinâmico do conceito de SAN, ao longo do tempo novos fatores, necessidades, hábitos, entre outros componentes foram incorporados à compreensão do tema.

Devido à evolução deste conceito, é relevante observar se o atual entendimento sobre segurança alimentar e nutricional consegue ser retratado pelos indicadores do tema, ou seja, é preciso debater sobre o alinhamento entre os indicadores utilizados e o conceito difundido, a fim de melhorar a capacidade de tais indicadores em captar a realidade das dimensões do conceito em consonância com as mudanças do sistema.

Assim, este trabalho apresenta um debate sobre qual a relação entre o sistema de monitoramento de SAN utilizado no Brasil e o entendimento de segurança alimentar e nutricional em níveis nacional e internacional. Para tanto objetivou de maneira central sistematizar o conceito de segurança alimentar e nutricional em dimensões, e relacioná-las com os indicadores utilizados pelo Sistema

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no intuito de analisar a condição de adequação dos mesmos.

Para tanto foi elaborada uma síntese descritiva dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional através de um quadro conceitual, elaborado sob o prisma de diversos autores, o qual permitiu a identificação de diversas e relevantes dimensões sobre o tema. Em seguida, foi realizada uma análise da adequação dos atuais indicadores, de segurança alimentar e nutricional, utilizados pelo SISAN as dimensões e conceitos identificados.

Resultados mostraram a necessidade aparente de observância no sistema indicadores utilizado no país, quanto à sua capacidade de monitoramento e resposta diante de dimensões como, acesso ou estabilidade, devido as constantes mudanças ocorridas no Brasil nos últimos anos. Por fim, foi possível concluir que é prudente dedicarmos mais atenção à atualização do sistema de indicadores avaliado, de modo a torná-lo um instrumento mais útil e fiel ao processo de análise e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil nas suas diferentes escalas e dimensões.

Palavras-chaves: Indicadores, Segurança Alimentar e Nutricional,

Sistema de Monitoramento

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses:



Reflexões Sobre a Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da Saúde Coletiva

Autores/as: Gabriele Carvalho de Freitas¹; Camila Maranhã Paes de Carvalho¹ (apresentadora); Caroline Niquini¹; Kelly Poliany de Souza Alves¹; Manuelle Maria Marques Matias¹; Ruben Araujo de Mattos¹

Resumo:

O campo de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um campo em construção e em constante aperfeiçoamento. Se no início o termo segurança alimentar surgiu com o caráter de segurança nacional no período entre guerras em que eram feitos “estoques de alimentos” para garantir sobrevivência e autossuficiência dos países, com o passar do tempo, outros significados passaram a compor o rol de sentidos atribuídos à este termo, tais como a noção de vigilância sanitária, abastecimento, escolha, preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde. A partir disso tem-se o termo nutricional agregado ao conceito. No Brasil, este vem sendo debatido há pelo menos 30 anos, podendo ser citado como um marco inicial a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, ocorrida em 1986. No decorrer dos anos, uma série de acontecimentos (realização de cúpulas de alimentação e nutrição com debates sobre SAN, congressos, conferências, fóruns e conselhos) marcaram o desenvolvimento dessa temática no país, criando um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas na área. O propósito deste trabalho é apontar algumas contribuições da produção acadêmica dentro da área de Saúde Coletiva para a pesquisa em SAN. Em relação a estudos nessa área notamos que há relativamente pouca discussão dos aspectos políticos, econômicos e sociais em âmbitos nacional e regional sobre SAN. Um recente levantamento de dados feito através do Diretório dos Grupos

.....

1 Instituto de Medicina Social / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico apontou que, embora o número de grupos de pesquisa que abordam o tema SAN venha aumentando nas últimas décadas, há uma predominância de grupos voltados para o estudo do domínio do alimento, focando em questões no âmbito sanitário, de inocuidade e qualidade do alimento. Nas ciências da saúde, os estudos sobre SAN inserem-se predominantemente nas áreas de Nutrição e Saúde Coletiva, onde ganham destaque os aspectos nutricionais da SAN. Tal levantamento identificou a necessidade de se investir na integração dos componentes alimentar e nutricional da pesquisa sobre SAN. Além disso é preciso problematizar questões que extrapolam as análises convencionais no que diz respeito a esse tema e que vão desde os aspectos subjetivos, hábitos alimentares, acesso aos alimentos de forma geral e mesmo as questões agroecológicas, entre outras coisas. Na perspectiva da efetivação de uma política pública, a SAN deve ser abordada com toda a amplitude e complexidade que lhe é própria e para sua consolidação é necessário um caminho que conduza a articulação e participação de diferentes setores, dentre eles o setor saúde.

Palavras-chaves: Saúde coletiva; pesquisa; segurança alimentar e nutricional

Fonte(s) de financiamento: Quatro autoras são doutorandas bolsistas (três do CNPq e uma da CAPES).

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Articulación de la Docencia, la Investigación y la Acción Social Para la Promoción de la Seguridad Alimentaria e Nutricional en las Ferias del Agricultor en Costa Rica.

Autores/as: ZUÑIGA-ESCOBAR, Marianela¹; ALVARADO-MOLINA, Nadia ²; JENSEN- MADRIGAL, Melissa².

Resumo:

El objetivo de esta presentación es proporcionar información sobre la experiencia de articulación entre la docencia, la investigación y acción social, desde el proyecto “Fortalecimiento de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en las ferias del agricultor en Costa Rica” (2011-2016), considerando la participación de los principales actores relacionados con el proceso desde la Escuela de Nutrición de la Universidad de Costa Rica y la integración del trabajo con actores de las instituciones gubernamentales y desde el Programa Nacional de Ferias del Agricultor. La metodología de trabajo se basa en la Investigación Acción Participativa para la elaboración de un proyecto que se centra en los componentes de participación, organización e intercambio de saberes. El mismo, es implementado bajo una metodología basada en el constructivismo a partir del trabajo colaborativo entre los diferentes actores. Desarrollando un proyecto de investigación que por medio de sus resultados, se transforman en un proyecto de acción social que integra las necesidades sentidas por los agricultores participantes de las ferias del agricultor; así como las disposiciones políticas que se realizan a partir

.....
1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Docente e pesquisadora na Escuela de Nutrición Universidad de Costa Rica (UCR), Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional - marianelaze@gmail.com.

2 Docente e pesquisadora na Escuela de Nutrición de la Universidad de Costa Rica.
nadia.alvaradomolina@gmail.com / meljenma@gmail.com

del Plan Sectorial de Agricultura Familiar y de la Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional en el país. La experiencia pretende dar a conocer no solo la metodología de trabajo articulada, sino que también algunos de los resultados principales del proceso, identificando aquellos relacionados con la población objetiva del mismo, así como aquellos resultados que representaron un aprendizaje para los participantes de los proyectos, y principalmente para estudiantes y docentes de la Escuela de Nutrición de la Universidad de Costa Rica. Finalmente se incluye una reflexión que hace referencia a la importancia de la articulación, participación, intercambio de saberes y construcción activa de proyectos de fortalecimiento de la SAN en el nivel local, que pueden tener repercusiones importantes en otros niveles más macro de la sociedad.

Palavras-chaves: Seguridad Alimentaria y Nutricional,
ferias del agricultor, Investigación Acción Participativa.

Fonte(s) de financiamento: Vicerrectoria de Acción Social
de la Universidad de Costa Rica; Vicerrectoria de Investigación
de la Universidad de Costa Rica

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar



DIA 02
06 DE OUTUBRO
10H45MIN ATÉ 13H

2a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)

Moderador (a):
Elaine Martins Pasquim

**Segurança Alimentar e Nutricional e a Importância
do Conhecimento Ecológico Local para Entendimento
de suas Dimensões: Um Estudo de Caso em São Marcos, RS.**

Autores/as: Carla Redin (carla.redin@gmail.com)¹; Gabriela Coelho-de-Souza²;
Tatiana Mota Miranda³

Resumo:

A promoção e manutenção da agrobiodiversidade pela agricultura familiar são entendidas como essenciais à Segurança Alimentar e Nutricional, seja pela sobrevivência dos agricultores, a partir da disponibilidade e da variabilidade de recursos para o consumo alimentar, pela importância da saúde do sistema agroecológico como um todo, ou ainda, por seu papel na produção e promoção da qualidade dos alimentos. O próprio conceito de SAN, embora em construção, está diretamente relacionado a um modelo de agricultura que garanta não ape-

-
- 1 PGDR; NESAN/UFRGS;
 - 2 PGDR; NESAN; DESMA/UFRGS
 - 3 PGDR; NESAN; DESMA/UFRGS

nas a produção de alimentos e o seu acesso por parte da população em situação de vulnerabilidade, mas também à qualidade dos mesmos. O seu entendimento abrange, portanto, além dos fatores ambientais e da saúde, dimensões econômicas, políticas, socioculturais e éticas, onde o conhecimento ecológico local deve ser considerado. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é tecer reflexões sobre a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares, residentes em São Marcos, RS, através do levantamento do conhecimento ecológico local sobre agrobiodiversidade, considerando as dimensões acima mencionadas. Observou-se que as práticas de manejo empregadas nas espécies destinadas ao autoconsumo são, predominantemente, tradicionais, ou ditas “caseiras”, em oposição à produção em maior escala, com destino comercial, manejada por meio da utilização de insumos químicos. Maior diversidade de cultivos é encontrada na produção destinada ao autoconsumo, situação oposta à encontrada na produção em maior escala, destinada à venda, que contribui expressivamente com a renda das famílias. Exceções são registradas entre os agricultores que têm como canal de comercialização as feiras livres ou os mercados institucionais, destacando-se o Programa Nacional da Agricultura Familiar. Verificou-se, ainda, que diversos produtos da sociobiodiversidade estão inseridos na alimentação e na cultura das famílias da região como o radicci-de-mato e o dente-de-leão, denominado localmente como “pissacane”. Esta planta apresenta importância cultural tão expressiva que a mesma é reconhecida a partir de uma nomenclatura específica, vinculada à origem italiana da população, fato que reafirma a ligação da sua identidade cultural à agrobiodiversidade manejada localmente. Os resultados apontam que a agrobiodiversidade manejada em São Marcos está intimamente associada à cultura local e ao modo de vida dos agricultores. Além disso, permitem concluir que o entendimento da SAN através de suas esferas, por meio do levantamento do conhecimento ecológico local mostra-se fundamental para sua promoção em nível local, bem como para o avanço dessa temática, na perspectiva acadêmica.



Palavras-chaves: Agrobiodiversidade; Conhecimento Local; Segurança Alimentar e Nutricional
Fonte(s) de financiamento: CAPES, concessão das bolsas de mestrado e pós-doutorado (PNPD Institucional 2011); MDA/CNPq, Processo 464106/2014-1, e CAPES, pelo auxílio financeiro.
Conflito de interesses: Não há conflito de interesses a declarar.

Etnoecologia e Segurança Alimentar e Nutricional: Reflexões Sobre Interfaces de Campos de Conhecimento

Autores/as: MIRANDA, T.¹; COELHO-DE-SOUZA, G.²

Resumo:

O uso dos recursos alimentares por diversos grupos humanos têm sido foco de estudos desenvolvidos na área da Etnoecologia, campo do conhecimento que surge entre as décadas de 1950 e 1960, como uma crítica tecida por pesquisadores que apontavam para a necessidade de captar a perspectiva local sobre a realidade estudada, reconhecendo, assim, a importância da biodiversidade, dos saberes e práticas tradicionais para o uso sustentável dos recursos. Em contrapartida, as discussões tangenciais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional começam a tomar forma em meados da década de 1940, mas apenas de 1990

.....
1 Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional - tmotam@yahoo.com.br

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Coordenadora do Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional - gabriela.coelho@pq.cnpq.br.

em diante, passam a ser elaboradas no contexto acadêmico, juntamente com a ideia de Soberania Alimentar e de Direito Humano à Alimentação Adequada. Nesse contexto, inicia-se a construção do conceito de SAN com base não apenas na acessibilidade e disponibilidade do alimento, mas também à sua adequação às condições sociais, econômicas, culturais, climáticas e ecológicas de cada grupo humano, à sustentabilidade de produção, bem como à sua adequação cultural, perspectivas que dialogam com preceitos da Etnoecologia. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio foi realizar um resgate histórico de ambos os campos científicos e promover reflexões sobre as interfaces entre a Etnoecologia e a Segurança Alimentar e Nutricional, a partir dos contextos e construções em que as pesquisas vêm sendo desenvolvidas. A Etnoecologia é um campo científico na interface, principalmente, entre as Ciências Biológicas e Antropologia, sendo que no Brasil ela é bastante desenvolvida no âmbito da Biologia e Ecologia. A Segurança Alimentar e Nutricional parte de um movimento da sociedade civil que vem se consolidando como um espaço de pesquisa interdisciplinar a partir da década de 2000, se constituindo em um campo científico entre a Nutrição, Agronomia, Sociologia, Economia e Biologia. Ambos os campos científicos vem aportando contribuições para o Desenvolvimento Rural. Tendo em vista a atualidade das discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional no contexto brasileiro, acredita-se que tais reflexões possam vir a contribuir para o aprofundamento teórico sobre esses campos científicos, bem como com o desenvolvimento e avanço de linhas de pesquisa que passem a integrá-los. Estima-se, da mesma forma, que o entendimento das distintas realidades locais, sob a perspectiva da Etnoecologia, tem muito a contribuir para a elaboração de estratégias locais de promoção de SAN e com a proposição de políticas públicas adequadas às necessidades da diversidade cultural do país.



Palavras-chaves: Etnoecologia; Segurança alimentar e nutricional;
Interfaces; Campo de conhecimento
Fonte(s) de financiamento: CAPES, Programa Nacional de Pós-Doutorado;
CNPq Processo 464106/2014-1
Conflito de interesses: Não há conflito de interesses a declarar.

Diferenças nas Associações entre Perfil Socioeconômico e Insegurança Alimentar em dois Inquéritos de Base Populacional do Rio de Janeiro

Autores/as: Poliana de Araújo Palmeira^{1,2}; Viviane dos Anjos Maresi¹; Ruben Araujo de Mattos³; Rosana Salles-Costa⁴.

Apresentadora: Juliana de Bem Lignani¹ - jublig@yahoo.com.br

Resumo:

Apesar da fome, pobreza e insegurança alimentar (IA) no Brasil ter reduzido entre 2002 e 2014, justificados pelo aumento do rendimento familiar, estes processos ainda estão presentes na sociedade. Diante disso o objetivo deste trabalho foi analisar mudanças na associação de IA com condições socioeconômicas e de acesso ao Programa Bolsa Família (PBF) ao comparar dois estudos transversais realizados em área de alta prevalência de pobreza em município da área

.....

1 Discente do Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro

2 Professor Assistente – Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande.

3 Professor Associado - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

4 Professor Associado - Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

metropolitana do Rio de Janeiro nos anos de 2005 e 2010. Trata-se de estudo de avaliação de dois inquéritos de base populacionais realizados em um distrito de Duque de Caxias, RJ. A amostra foi composta em 2005 por 1085 domicílios e por 1121 em 2010. Foram coletados dados, referentes ao responsável pelo domicílio, sobre características socioeconômicas, participação no PBF e IA (avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar). Foram calculadas as razões de prevalência, por meio de regressão logística de Poisson, tendo como desfecho a IA moderada e grave. Entre 2005 e 2010 houve redução da IA moderada e grave, dos domicílios classificados na classe socioeconômica “D + E” e dos que viviam em pobreza e extrema pobreza. Houve aumento no número de beneficiários do PBF, e redução dos elegíveis porém não beneficiários, além de aumento dos domicílios com renda per capita entre meio e um salário mínimo (SM). Após análise multivariada, em 2005 a classe socioeconômica “D+E” e renda per capita menor ou igual a meio SM estiveram associadas à IA. A chance de se viver em IA foi quase cinco vezes maior quando o domicílio foi classificado em classe “D+E” e cerca de três vezes maior quando a renda per capita era inferior a meio SM. Em 2010, o não tratamento de água no domicílio aumentou a chance de IA em uma vez e meia e a renda per capita permaneceu com cerca de três vezes mais chance. A renda destacou-se como principal variável para explicar a IA, o aumento dela nos anos de estudo pode ter auxiliado a reduzir as formas mais graves de IA, porém ainda permanece explicando sua presença.

Palavras-chaves: Insegurança alimentar e nutricional; pobreza

Fonte(s) de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro - Edital Universal 2008

Conflito de interesses: Os autores declaram não ter ocorrido conflito de interesse no desenvolvimento deste projeto



Especificidades no Processo de Construção e Articulação de um Acordo de Cooperação em SSAN Para a UNASUL-ASA, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC) e EMBRAPA.

Autor: Fernando Antonio Hello (Embrapa, Departamento de Transferência de Tecnologia - Brasília - DF - Brasil - fernando.hello@embrapa.br)

Resumo:

A construção de um Acordo de Cooperação MCTIC-Embrapa e respectivo Plano de Ação e Projetos-Piloto para implementação de um Programa de SSAN a ser executados no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Fórum de Cooperação América do Sul e África (ASA) baseou-se, primeiramente, em intenso processo de concepção técnica, articulação, comunicação, entremeado por reuniões de trabalho, no período de março/2015 a maio/2016.

O desenho colaborativo da proposta técnica entre atores buscava:

- 1) um estilo participativo em rede, includente, favorecendo o comprometimento dos participantes;
- 2) criar e disponibilizar espaço virtual de interação em rede;
- 3) maximizar impactos da aprendizagem via aprendizagem significativa (AUSUBEL), com conteúdos relacionados à realidade dos participantes, numa concepção dialética de educação, privilegiando construção social do conhecimento (VYGOTSKY), emancipação, transformação (FREIRE), no âmbito da andragogia (KNOWLES; SANTOS, B.);
- 4) utilizar o conceito de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) (MCTIC);

5) auxiliar o país beneficiário a desenvolver protagonismo sustentável local em SSAN, contemplando extensão rural, pesquisa local, fortalecimento institucional, construção e intercâmbio de conhecimentos, sempre via núcleos de SSAN nos países, como lógica de intervenção.

Construída coletivamente, a proposta técnica para o Programa teria apoio de pontos focais locais e das Redes já instaladas na América do Sul e na África, com apoio de governos e organismos multilaterais, buscando sustentabilidade dos avanços, e a institucionalidade necessária para o Programa atingir resultados e impactos esperados, com maior cooperação e intercâmbio internacional de tecnologias sociais e instalação de infraestrutura educacional formal e informal de qualificação de pessoas, potencializando processos de implantação do Sistema de SSAN naqueles territórios.

Também se buscava estruturar e fortalecer redes colaborativas propiciando soluções conjuntas para a pluralidade de demandas, com disseminação de conhecimentos via rede virtual, comprovadamente mais eficaz, eficiente e efetiva.

No entanto, no decorrer dos trabalhos, devido a mudanças políticas no Governo Federal, reestruturações diversas, dificuldades administrativas, orçamentárias e de pessoal, além de dificuldades políticas nacionais e com os atores internacionais, apesar do esforço na concepção do Programa, o Acordo não foi assinado, inviabilizando a execução do Projeto.

Portanto, antes da criação, construção, articulação e demais fases que compõem Projetos de Cooperação Internacional multilateral e multi-institucional, a assinatura prévia do acordo é condição essencial de sucesso, o que destaca a importância do planejamento estratégico e da hierarquização escalonada das suas diferentes etapas.



Palavras-chaves: Planejamento estratégico de projetos;
Articulação de acordos multilaterais; Cooperação internacional multilateral.
Fonte(s) de financiamento: Sem fontes de financiamento. Apenas utilização de horas técnicas dos colaboradores das instituições envolvidas.
Conflito de interesses: Não há conflitos de interesse a declarar.

Metodologias de Avaliação em Segurança Alimentar E Nutricional

Autores/as: Maria Marlene Marques Ávila (Universidade Estadual do Ceará/ Grupo de Estudos em Política de Segurança Alimentar e Nutricional - GPSAN); Janaína Lucio Dantas (Universidade Estadual do Ceará; Ercília Ferreira Lima Neta - Universidade Estadual do Ceará/ GPSAN); Elizângela Assunção Nunes (Universidade Estadual do Ceará/ GPSAN); Louiziana Ponce da Silva (Universidade Federal do Ceará); Roberto Sérgio Barbosa dos Santos (Universidade Estadual do Ceará/ GPSAN - robertoeduc13@gmail.com)

Resumo:

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi institucionalizada no Brasil pela Lei 11.346/2006, assumindo desde então, o Estado brasileiro a responsabilidade na garantia do direito humano a alimentação adequada. Em 2010 foi instituída enquanto política pública pelo Decreto nº 7.272/2010 que regulamenta as bases para formulação dos Planos de SAN nas unidades federativas. Os marcos regulatórios de SAN ressaltam a necessidade do monitoramento e avaliação das políticas e programas, entretanto essa prática é ainda restrita. Nas últimas décadas vêm se desenvolvendo várias iniciativas por pesquisadores e órgãos governamentais buscando aprimorar a avaliação e desenvolver metodologias capazes de responder sobre o alcance das políticas e programas de SAN. Este estudo objetiva descrever algumas experiências avaliativas na área, destacando suas principais contribuições metodológicas. Destacamos pelo seu caráter pio-

neiro o estudo “Avaliação das Políticas de SAN no estado da Bahia”, que aplicou método diferenciado, com adoção de matrizes que consideraram para cada programa, a estrutura, o processo e os resultados. Em 2002, a FAO propôs um guia metodológico, “Melhora dos programas de Nutrição: Um instrumento de análise para a ação”, que no Brasil, avaliou o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A e o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Um dos principais resultados desta metodologia foi permitir apreender a percepção dos diferentes atores sociais envolvidos na operacionalização dos programas. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2004, foi instituída a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) com função de avaliar e monitorar, o que significou uma inovação na gestão pública brasileira. O resultado de suas primeiras avaliações de programas de SAN gerou em 2007, a publicação “Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados e Metodologias e Instrumentos de Pesquisas de Avaliação de Programas do MDS”. Destaca-se ainda o Guia para Análise de Políticas e Programas Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional sob a Perspectiva dos Direitos Humanos, publicado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2009 com o objetivo de orientar quanto a identificação sobre a aproximação das ações públicas às recomendações dos direitos humanos. Em 2013, foi publicado pela Câmara Inteministerial de Segurança Alimentar e Nutricional o balanço das ações do Plano Nacional de SAN 2012-2015, avançando em direção à implementação do sistema nacional de monitoramento e avaliação da SAN. Todas estas ações e iniciativas são positivas no sentido de proposições de metodologias específicas de avaliação de programas de SAN, campo de estudo em estruturação no Brasil.



Palavras-chaves: Avaliação de programas, política de segurança alimentar e nutricional

Fonte(s) de financiamento: Nenhuma

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

O Programa Mulheres Mil e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

Autores/as: Jussara Maysa Silva Campos (jussara.maysa2@gmail.com Secretária de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/Ministério da Educação MEC); Rita de Cássia Coelho de Almeida Akutsu - rita.akutsu@gmail.com - Docente do Departamento de Nutrição da Universidade de Brasília)

Resumo:

A partir do entendimento de que mulheres com níveis educacionais mais altos geralmente têm mais capacidade de melhorar a própria qualidade de vida e a de suas famílias, o presente trabalho se propõe apresentar as potencialidades de um programa de educação profissional, o Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. O Programa é executado no país pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e objetiva intensificar o processo de desenvolvimento regional e institucional, pela melhoria do acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social à educação e ao mundo do trabalho. Tem como principais diretrizes: 1) Possibilitar o acesso à educação; 2) Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; 3) Promover a inclusão social; 4) Defender a igualdade de gênero e 5) Combater a violência contra a mulher. O objetivo do presente trabalho é analisar a aproximação entre o Programa Mulheres Mil e alguns princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tais como intersetorialidade, cidadania e os níveis

de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Aplicou-se a 19 gestores em onze estados brasileiros e distrito federal, um questionário semiestruturado, elaborado à luz do roteiro de análise de políticas e programas públicos de SAN, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Os resultados encontrados indicam potencialidades entre as características do Programa Mulheres Mil e a Segurança Alimentar e Nutricional, sob a perspectiva do empoderamento¹ e/ou apoderamento² das mulheres, acesso à renda e a educação, a intersetorialidade, à promoção e a proteção das cidadãs contra ações que violem o DHAA. Constataram-se convergências entre os temas do Módulo Educacional Central do Programa e os princípios da SAN, quanto ao empoderamento e/ou apoderamento das mulheres. Também se evidenciou a relação positiva entre os objetivos do Programa Mulheres Mil e características fortemente associadas a SAN, como renda e escolaridade. Diante dos resultados, recomenda-se o estabelecimento e fortalecimento de ações integradas entre a rede executora do programa e as instituições envolvidas com a SAN do país, como o CONSEA, visando maior amplitude dos resultados, especialmente pela relevância da vertente emancipatória identificada.

Palavras-chaves: Programa Mulheres Mil; Segurança Alimentar e Nutricional e Relações de gênero.

Fonte(s) de financiamento: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



DIA 02
06 DE OUTUBRO
14H30MIN ATÉ 16H15MIN

3a sessão dos Grupos temáticos:
modalidade comunicação oral (15 min/trabalho)

Moderador (a):

Maria Angélica Tavares de Medeiros (UNIFESP)

Avaliação dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional – Uma Proposta Metodológica

Autores/as: Mick Lennon Machado^{1,3}; Patrícia Maria de Oliveira Machado³; Maria Cristina Marcon³; Cristine Garcia Gabriel^{2,3}; Milena Corrêa Martins³; Josimari Telino de Lacerda³; Jacobina Cantisani³; Halana Ataíde³; Neila Maria Viçosa Machado³; Cláudia Soar^{2,3}.

Resumo:

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e os parâmetros

.....

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Nutrição - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

2 Professor do Departamento de Nutrição - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

3 Membro da Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN) - tearsan.ufsc@gmail.com

para a elaboração de planos de governo nas três esferas de gestão. Os Planos de Segurança Alimentar e Nutricional devem conter o planejamento da gestão em articulação com sociedade civil, definindo as prioridades para as ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) bem como a aplicação de recursos financeiros para a sua execução. Todos os estados brasileiros aderiram ao SISAN até o ano de 2011 e iniciaram a elaboração dos planos de SAN, enfrentando desafios de caráter intersetorial para sua implantação. Com o objetivo de identificar as fortalezas e fragilidades dos planos de SAN elaborados pelos governos estaduais, a presente pesquisa propõe a construção de um modelo avaliativo para os Planos de Segurança Alimentar e Nutricional no que concerne à adequação de seu conteúdo ao conceito ampliado de SAN. A avaliação pretende responder se os planos de SAN possuem os elementos mínimos para a efetivação da SAN e da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) com base no escopo de suas ações. Trata-se de uma pesquisa avaliativa que se iniciou com revisão sistematizada da literatura, análise documental, elaboração de um modelo teórico-lógico e da matriz de análise e julgamento. A proposta preliminar de matriz avaliativa será apresentada para validação a um grupo de expertos no tema de Segurança Alimentar e Nutricional e avaliação de políticas públicas. Os participantes foram selecionados por meio do currículo lattes, pela reconhecida experiência na área de SAN (academia, gestão e sociedade civil) e por meio de análise dos grupos de trabalho constante no relatório do Seminário de Pesquisa em SAN realizado em 2012. A avaliação e pactuação da proposta de matriz avaliativa ocorrerão por meio de conferência de consenso, com envio prévio da matriz no formato eletrônico, onde os especialistas deverão indicar sua discordância, concordância total ou parcial a todos os itens da matriz. As opiniões divergentes serão sistematizadas e apresentadas em oficinas presenciais com objetivo de construir um consenso coletivo. A proposta preliminar da matriz avaliativa possui seis dimensões, quinze sub-dimensões, trinta



e três indicadores e suas respectivas medidas. A construção e posterior aplicação da matriz avaliativa permitirá demonstrar se os planos estaduais possuem ações e programas alinhados ao conceito ampliado de SAN capazes de modificar indicadores e efetivar o DHAA.

Palavras-chaves: Pesquisa Avaliativa; Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas.

Fonte(s) de financiamento: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) - Governo Federal

Conflito de interesses: A presente pesquisa não possui conflito de interesse

Política Nacional de Alimentação e Nutrição: Avaliação da Implantação de Programas em Municípios Baianos

Autores/as: Lana Mércia Santiago de Souza¹; Sandra Maria Chaves dos Santos².

Resumo:

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), implantada em 1999 e atualizada em 2011, representa a proposição de uma política de caráter interdisciplinar e intersetorial, que tem como objetivo integrar as diversas ações para o enfrentamento dos agravos nutricionais, com vistas a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Para tanto organiza-se por uma série de programas e ações em diferentes vertentes, a serem implementadas de maneira descentralizada junto ao Sistema Único de Saúde. Neste sentido, este relato visa apresentar uma investigação, cujo objetivo foi avaliar a implantação

.....

1 Universidade Federal da Bahia. E-mail:lanamerica@gmail.com

2 Universidade Federal da Bahia.

de programas da PNAN em diferentes instâncias governamentais, com especial atenção ao âmbito local. O cenário da pesquisa foi o estado da Bahia, detentor de um dos maiores percentuais de domicílios em situação de insegurança alimentar no país. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa documental retrospectiva, entrevistas semiestruturadas com informantes chave e questionário estruturado online com gestores municipais. Cada programa/ação foi investigado a partir das seguintes variáveis: presença/ausência dos programas, financiamento local das ações, local de realização (se realizado em todas as unidades de saúde), prática de planejamento e avaliação das ações. Para avaliar o nível de implantação dos programas, cada variável foi pontuada com 2 pontos, somando-se 10 pontos possíveis. Participaram da pesquisa 55 municípios baianos. Foram identificados quatro eixos de ação da política que incluem a Vigilância Alimentar e Nutricional; Promoção da Saúde; Prevenção e Controle de Agravos Nutricionais; e Pesquisa, Inovação e Conhecimento, organizados por diferentes programas. O levantamento das iniciativas propostas pela política e o da implantação de programas no âmbito local, esfera na qual a ação chega ou não ao seu destino - o usuário -, revela discrepâncias consideráveis. Os resultados revelaram que os programas de maior tempo de existência apresentaram maior percentual de implantação satisfatória em relação aos programas mais recentes. As propostas de menor tempo de criação tiveram altos valores de não implantação, indicando baixa adesão às novas iniciativas. Além disto, permanecem sendo priorizadas ações de controle de agravos instalados em função de ações que visam promover uma alimentação saudável à toda população. Levando em conta estes elementos, devem ser planejadas estratégias de difusão de iniciativas mais recentes da política, em especial as que propõem formatos não tradicionais de trabalho, a exemplo das linhas de cuidado, ações de Educação Alimentar e Nutricional, além de repensar os limites de ações de maior tempo de implantação.



Palavras-chaves: Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Programas, Implantação.

Fonte(s) de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Conflito de interesses: Não há conflitos de interesse.

A Implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição em Esfera Municipal com Base na Intersectorialidade – Um Estudo de Caso

Autores/as: Mayara Ferreira Santos (Universidade Federal da Bahia), e-mail: mayfsantos@outlook.com; Sandra M^a Chaves dos Santos (Universidade Federal da Bahia)

Resumo:

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), integrante do SUS e comprometida com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), está organizada em nove diretrizes e articula-se ao Plano Nacional de Saúde e ao Plano Nacional de SAN. As diretrizes englobam um conjunto de ações e programas os quais extrapolam os limites do setor saúde; nesse sentido há a demanda pela ação intersectorial para que a implementação seja capaz de promover o alcance dos objetivos da política. O objetivo da pesquisa foi analisar a intersectorialidade na implementação da PNAN em nível municipal. A metodologia adotada partiu de um conceito de intersectorialidade reelaborado pela autora a partir de pesquisa bibliográfica, considerando a polissemia conceitual identificada. Este conceito orientou o trabalho de campo em um município baiano de grande porte, envolvendo entrevistas semi-estruturadas com gestores municipais, membros do Conselho Municipal de Saúde e também a análise dos resultados. Observou-se no município estudado que o princípio da intersectorialidade não se apresentava

incorporado ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações. Aspectos ligados a intersectorialidade foram identificados na fase de execução das ações específicas de alimentação e nutrição como a produção de eventos por exemplo. Alguns fatores se apresentaram como desafios à intersectorialidade, tais como dificuldade no compartilhamento de recursos financeiros, os entraves políticos existentes e número reduzido de técnicos nas equipes. No início do trabalho de campo, tinha-se a hipótese que as ações de alimentação e nutrição no município estudado tivessem caráter intersectorial, pois existe naquela realidade três equipes técnicas, formadas por nutricionistas, que estão alocadas em três secretarias diferentes - saúde, educação e desenvolvimento social. Entretanto esta configuração não se mostrou suficiente para que houvesse o diálogo necessário à implementação das ações em conjunto. Os resultados desta pesquisa foram similares a outros resultados sobre a implementação de políticas públicas de caráter intersectorial, o que significa que implementar ações ou programas baseados no princípio da intersectorialidade ainda não é tarefa simples. Observa-se que o diálogo e as relações entre os setores na condução de uma política pública podem não ser tarefas fáceis, pelo contrário, a tentativa de implementar uma política com caráter intersectorial nos moldes atuais pode gerar muitos conflitos. Nesse sentido considera-se que a intersectorialidade é uma estratégia complexa e sua implementação implica em enfrentar contradições, restrições e resistências. Mesmo complexa, ainda é apreciada como possibilidade de superação da fragmentação das políticas sociais, que objetiva a melhoria das condições de vida da população.

Palavras-chaves: Intersectorialidade. Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação. Município.

Fonte(s) de financiamento: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e CAPES

Conflito de interesses: Nada a declarar



DIA 02
06 DE OUTUBRO
18H ATÉ 19H

2a sessão de pôsteres
(pôsteres impressos, apresentação oral curta)

Moderador (a):

Ana Maria Segall Corrêa (UNICAMP)

**O Olhar do Educando e do Educador Sobre Ação
de Educação Alimentar e Nutricional Desenvolvida
com Mulheres do Recanto das Emas/DF**

Autores/as: Luiza Lima Torquatol - autor/apresentador; Elisabetta Gioconda Iole
Giovanna Recine (Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição
da Universidade de Brasília (OPSAN/UnB)).

Resumo:

Introdução. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) tem sido considerada uma das estratégias fundamentais para prevenir e controlar os problemas alimentares e nutricionais contemporâneos e promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Contudo, evidencia-se um hiato entre as teorias e formulações das políticas e as ações desenvolvidas em âmbito local. Essa situação, associada à publicação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional e o Guia Alimentar para a População Brasileira, motivou o desenvolvimento de uma ação de EAN planejada e executada com a participação ativa dos sujeitos envolvidos, à luz dos princípios e diretrizes desses documentos que orientam a prática profissional. Objetivo. Analisar a percepção dos educan-

dos e educadores sobre o processo de ensino-aprendizagem e as repercussões da ação de EAN desenvolvida com mulheres na cidade do Recanto das Emas/DF. Métodos Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa conduzido com 13 educandas e 4 educadoras que participaram da iniciativa. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas que foram manualmente transcritas e analisadas por meio da análise de conteúdo de Bardin. Os resultados foram organizados em categorias e interpretados. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (nº 1.178.760). Resultados Pode-se avaliar pelas percepções das participantes que a ação educativa contribuiu para o despertar de uma consciência crítica e holística sobre a alimentação e saúde, possibilitando que as educandas se percebessem como protagonistas de suas realidades e capazes de adotar atitudes proativas de autocuidado e transformação do ambiente. As repercussões da ação envolveram mudanças de hábitos alimentares (preferências por alimentos mais frescos e menos processados, utilização de técnicas de preparo mais saudáveis, busca pela variedade e equilíbrio) e contribuíram para a ressignificação da alimentação, da saúde e da vida em si. As educadoras, nesse contexto, enfatizaram a importância de ir para o campo, de entender as demandas e necessidades locais, da escuta sensível, do diálogo horizontal, do afeto, bem como, do trabalho em equipe multiprofissional e multidisciplinar pautado na colaboração, confiança e ética para o desenvolvimento de ações educativas na área. Conclusão Os achados revelam um grande potencial do processo de ensino-aprendizagem adotado e apontam que utilizar metodologias ativas e participativas baseadas nos princípios e diretrizes dos documentos que orientam a prática podem contribuir com a ressignificação das relações das educandas com a comida, saúde, família e ambiente, propiciando a ação e o protagonismo em prol da alimentação adequada e saudável.

Palavras-chaves: Educação Alimentar e Nutricional;

Educação em Saúde; Pesquisa-ação

Fonte(s) de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.

AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA VOLTADAS À SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Autores/as: ZIMMERMANN, Silvia aparecida¹; SANTOS, Débora Fragata²

Resumo:

Na América Latina a inclusão do tema da soberania e da segurança alimentar nas políticas públicas teve início nos 2000, com destaque para a ação da Via-Campesina e a Food and Agriculture Organization (FAO). Em 2004 surgiu a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) Mercosul, fórum formado por representantes de governo e da sociedade civil vinculados aos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e Mercosul Ampliado (Bolívia, Chile, Peru e Equador), que tem contribuído para a difusão e troca de experiências sobre concepções de soberania e segurança alimentar nas ações e políticas públicas no continente. Os diferentes atores políticos que participam da REAF têm contribuído para a consolidação do tema da soberania e segurança alimentar nas políticas públicas na região, a partir de diferentes concepções, ressaltando aspectos da soberania alimentar em alguns

.....
1 Professora do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA/UNILA).E-mail: silvia.zimmermann@unila.edu.br

2 Bolsista em Projeto de Pesquisa. Estudante DRUSA/UNILA. E-mail: debora.santos@aluno.unila.edu.br

países, o direito humano à alimentação em outros, ou ainda, a questão nutricional nos marcos jurídicos, ações e políticas públicas. Como estratégia, observa-se a inclusão do direito a alimentação nos marcos jurídicos nacionais, bem como ações de estímulo a produção interna dos países. O contexto atual das políticas públicas de soberania e segurança alimentar na América Latina destaca características nacionais e regionais distintas entre os países do Mercosul e Mercosul ampliado que compõem a REAF. O estudo é fruto de um projeto de pesquisa, registrado junto ao Pró-Reitoria da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), que conta com apoio de dois alunos bolsistas. Foram fontes de informação diferentes documentos, dados governamentais, estudos de agências internacionais ou regionais e a participação presencial da pesquisadora em encontros da REAF Mercosul, entre os anos de 2014, 2015 e 2016. De modo geral, o estudo mostra o processo corrente no âmbito das políticas públicas de soberania e segurança alimentar, que extrapola os limites geográficos e políticos brasileiros, embora o Brasil seja uma importante referência regional. Sobretudo, o estudo evidencia o grande desafio que é pesquisar um espaço ainda mais amplo que o Brasileiro, que implica diferentes concepções e perspectivas da soberania e segurança alimentar, grupos políticos e distintas realidades socioeconômicas.

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Soberania e Segurança Alimentar, América-Latina

Fonte(s) de financiamento: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Conflito de interesses: Não existe conflito de interesses.



Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas: A Experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Autores/as: Maria de Lourdes Lopes de Araújo (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: maria.araujo@ufrgs.br

Resumo:

O presente relato traz as principais questões que suscitaram e orientaram o Estudo de Caso, realizado junto aos Indígenas Asheninkas. Essa etnia de língua Arawak, vive em aldeias situadas a oito dias de navegação fluvial da zona urbana de Feijó, na Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira, Estado do Acre, Sudoeste da Amazônia Brasileira. Participam do PAA desde 2012 como fornecedores exclusivos do feijão peruano (*Phaseolus vulgaris*, L.). Praticam a agricultura em sistemas tradicionais itinerantes no interior da Floresta, os quais mantêm a biodiversidade assim como, sua recomposição, e em áreas de terra firme, praia, beira do rio. Com uso de entrevistas semiestruturadas, investigou-se o PAA na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dessa população, com base no conceito definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. E, especificamente, se o Programa contribui no resgate e preservação dos hábitos alimentares tradicionais, bem como, se estimula processos locais de etnodesenvolvimento. O Estudo valorizou percepções próprias dos Asheninkas sobre SAN e a experiência com o PAA, dessa forma, obteve os seguintes resultados: Segurança Alimentar e Nutricional está associada a: Possuir alimentos de plantios tradicionais considerados fortes, como banana, milho, feijão e alimentos sagrados, como a mandioca; Consumir regularmente comidas da sua culinária tradicional, cujos ingredientes são encontrados no Território, oriundos da caça, pesca, coleta; Manutenção do

conhecimento tradicional, transmitido pelos anciões e pela cerimônia espiritual Kamarãpi; Contrair empréstimos de alimentos junto aos parentes, com base nas relações de reciprocidade. Estas relações são imprescindíveis para o acesso das famílias ao PAA. Que, ao ser adequado localmente, potencializou atividades econômicas tradicionalmente desenvolvidas, com uso sustentável do Território; Preserva hábitos tradicionais; Atende as reivindicações do Plano de Gestão Territorial Indígena, que integram ações de etnodesenvolvimento local ao orientar alternativas geradoras de renda; Superou a ausência de documentação civil indígena e o isolamento geográfico; Estimulou a intersectorialidade. Com a renda do PAA, os Asheninkas adquirem os meios de produção agrícola, materiais de pesca e caça. Tais aquisições de bens industrializados convivem em paralelo com a cultura material tradicional, sem substituí-la, ao passo que contribuem sobremaneira para a garantia da SAN. Por fim, na percepção dos Asheninkas, os principais desafios em participarem do Programa são: A espera do pagamento na zona urbana e o limite para aquisição de Feijão. Por outro lado, a diluição do papel do atravessador e ser um mercado próximo, são, para eles, virtudes do PAA.

Palavras-chaves: Asheninkas do Rio Envira; Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Aquisição de Alimentos.

Fonte(s) de financiamento:

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Intersetorialidade na Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã: A Experiência do II Seminário Intersetorial do Butantã

Autores/as: RIBEIRO, Silvana Maria; LINS, Jaqueline Dourado; REDOLFI, Solange Cavalcante da Silva; BÓGUS, Cláudia Maria

Resumo:

A intersetorialidade nas políticas públicas saudáveis apresenta-se como um desafio a ser enfrentado e superado. A implementação do enfoque intersetorial na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) exige quebra de paradigmas e da cultura do setorialismo. O II Seminário Intersetorial de SAN na região do Butantã, São Paulo-SP teve trajetória de planejamento e construção participativa e foi sistematizado pela Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã (REDE SANS-BT). O evento contou com a participação de representantes da sociedade civil organizada e do poder público local. Representantes do poder público ampliaram a compreensão da temática dentro dos diversos setores presentes no evento, contribuindo para melhor compreensão e fortalecimento da intersetorialidade. As reais necessidades e demandas da região foram apresentadas através da participação ativa do público presente, de forma a otimizar e potencializar ações territoriais e intersetoriais. Reuniram-se diferentes setores a fim de possibilitar a apresentação o da atuação de cada área e equipamentos públicos, viabilizando o diálogo entre estes, para que ações novas ou já existentes passassem a ser desenvolvidas de forma intersetorial e/ou aprimorassem tal relação. O processo que agrega diferentes segmentos de determinada comunidade contribui para a identificação de problemas, promove discussões em busca de soluções, auxilia na formulação, implementação e avaliação de ações, resultando no fortalecimento e na consolidação da participação e da identidade regional. A região do

Butantã tem sido território fértil devido à formação da REDE SANS-BT, constituída por representantes da sociedade civil, poder público e representantes de instituições de ensino e pesquisa. Esta rede é um espaço de articulação e disseminação do conceito de SAN nos seus diversos eixos, tendo como propósito identificar as demandas locais, discutindo, refletindo e priorizando-as em diferentes momentos; otimizando recursos, por meio de planejamentos coletivos e intersetoriais e tem, ainda, um papel fundamental no processo de discussão, implantação e continuação das ações do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã (CRESAN-BT). Na experiência da realização do II Seminário Intersectorial do Butantã, a equipe e o público participante do evento compuseram um grupo de pessoas com trajetórias e formações diversas, sendo este um aspecto positivo pela possibilidade de apreender inúmeros aprendizados; produzir conhecimento interdisciplinar e ações intersectoriais.

Palavras-chaves: Intersectorialidade, Segurança Alimentar e Nutricional

Fonte(s) de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

e Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Estudantes de Graduação da Universidade de São Paulo

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.



Ensino, Pesquisa e Extensão em Nutrição e Políticas Públicas: A Experiência de 20 Anos do Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia

Autores/as: Sandra Maria Chaves dos Santos, (Escola de Nutrição – UFBA – sandra.mchaves@gmail.com) Leonor Maria Pacheco Santos (Departamento de Saúde Coletiva- UNB)

Resumo:

O estudo de políticas públicas de saúde, alimentação e nutrição e segurança alimentar e nutricional- SAN não contava com forte tradição no âmbito dos cursos de nutrição do país até muito recentemente. Acompanhando o processo de redemocratização do país e a formação de arenas pública e política em torno da questão alimentar e nutricional, este objeto de estudo veio sendo incorporado à pesquisa, ao ensino e à extensão. A criação do Núcleo de estudos e pesquisas em Nutrição e Políticas Públicas na Escola de Nutrição - NNPP da UFBA integra este processo há 20 anos. Objetivo: Delinear o processo de conformação do NNPP, as escolhas e repercussões em pesquisa e extensão e no ensino de graduação e de pós-graduação. Metodologia: Descrição histórica e analítica a partir de registro documental e história oral. Resultados: O NNPP, criado em 1996, a partir de um edital da FINEP para pesquisa em avaliação de políticas sociais, desde então realiza estudos voltados ao desenvolvimento de metodologias e aplicação das mesmas na avaliação de programas de alimentação, nutrição e SAN. O núcleo agrega docentes, alunos de graduação e de pós-graduação em torno do tema. A partir dos estudos foi estabelecida no programa de pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde a linha de pesquisa estudos epidemiológicos dos distúrbios nutricionais e políticas públicas e modificações estão sendo introduzidas em um novo currículo do curso de graduação em Nutrição de forma a inserir estudos sobre os programas de alimentação, nutrição e SAN. Foram

formados, até julho de 2016, 22 mestres, um doutor e encontram-se em formação três mestres. As fontes de financiamento têm sido diversas, com destaque para agências de fomento (Finep, CNPq, FAPESB), Ministério da Saúde, Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Pelo menos três grupos de estudos sobre políticas de alimentação, nutrição e SAN foram gerados a partir de concluintes do curso que foram incorporados aos quadros docentes de outras instituições. Conclui-se que a estratégia de nucleação tem sido importante para dar conteúdo e foco a um campo de estudos que depende, para melhor desempenho, de importante articulação multidisciplinar e para demarcar uma atuação acadêmica fortemente comprometida com o aperfeiçoamento da ação pública e promoção do direito humano a alimentação.

Palavras-chaves: Nutrição e políticas públicas; segurança alimentar e nutricional; estudos avaliativos
Fonte(s) de financiamento: Nada a declarar
Conflito de interesses: Nada a declarar

Desenvolvimento e Aplicação de Um Protocolo de Indicadores Para Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Municípios.

Autores/as: Sandra Maria Chaves dos Santos (Escola de Nutrição-Universidade Federal da Bahia, sandra.mchaves@gmail.com); Marlus Henrique Queiroz Pereira (Universidade Federal do Oeste da Bahia); Bárbara Eduarda Panelli Martins, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



Resumo: A partir do desafio de compor o sistema de segurança alimentar e nutricional a preocupação com a avaliação da SAN no Brasil alcançou a esfera municipal, e os gestores municipais, tendo em vista a descentralização de políticas sociais, devem ser capaz de identificar os grupos socialmente vulneráveis ao problema, tanto quanto executar, acompanhar e avaliar ações a eles dirigidas. Este trabalho objetiva apresentar o processo e o resultado do desenvolvimento de um protocolo de indicadores capaz de apoiar o gestor municipal na realização da avaliação da SAN em seu município, de forma objetiva e factível, identificado como AVSAN. O desenvolvimento do protocolo contemplou: definição de um conceito guia para a SAN, tendo em vista a literatura pertinente; estabelecimento das dimensões a serem avaliadas; levantamento de indicadores disponíveis; seleção de indicadores que pudessem atender aos critérios de especificidade e sensibilidade, além da acessibilidade; definição de parâmetros, identificação de meios de verificação e a construção de um conjunto de premissas para dar inteligibilidade aos resultados. Nesta metodologia todos os indicadores deveriam poder ser calculados a partir de dados e informações disponíveis em fontes de domínio público, como o IBGE e o DATASUS, para todos os municípios. Resultou deste processo um protocolo com 20 indicadores, divididos em 4 dimensões: disponibilidade, acesso, consumo e utilização biológica de nutrientes e o plano de análise possibilita classificar a situação do município em quatro situações para cada uma das dimensões, a saber: segurança alimentar, insegurança alimentar (IA) leve, moderada e grave. O protocolo foi aplicado e testado em diferentes situações. Avaliações feitas para todos os municípios do estado da Bahia, entre 2013 e 2014, integradas ao plano estadual de SAN, permitiram observar que nenhum município do estado alcançava situação de SAN em todas as dimensões consideradas. Foram poucos os municípios com resultados globais indicando IA grave (1%), com concentração de municípios em situação de IA moderada (79%) e 20% destes em situação e IA leve. Considerando as dimensões da

SAN, cem por cento dos municípios foram avaliados em IA na dimensão do acesso, a qual esta fortemente associada a variáveis como renda e escolaridade. Nas demais dimensões os resultados foram os seguintes: disponibilidade de alimentos, 90,8% em IA; consumo de alimentos, 92,3% em IA e em utilização biológica, 84,1% em IA. Este último resultado teve relação direta com a cobertura da estratégia saúde da família nos municípios. Conclui-se que o protocolo pode ser uma base para o trabalho do município no campo da SAN, sendo factível para qualquer estrutura do executivo.

Palavras-chaves: segurança alimentar e nutricional; avaliação; indicadores

Fonte(s) de financiamento: CNPq; FAPESB

Conflito de interesses: não há

Avaliação Psicométrica da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar: Identificando Classes de Insegurança Alimentar e Respectivos Pontos de Corte Utilizando Modelos Fatoriais Mistos

Autores/as: Gabriela dos Santos Interlenghi¹; Michael Eduardo Reichenheim¹; Claudia Leite de Moraes ^{1,2}; Ana Maria Segall-Corrêa³; Rafael Pérez-Escamilla⁴; Rosana Salles-Costa⁵

.....

1 Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

2 Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família – Universidade Estácio de Sá

3 Departamento de Saúde Coletiva – Universidade de Campinas

4 Department of Chronic Disease Epidemiology – Yale School of Public Health

5 Instituto de Nutrição Josué de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro

email: gabilenghi@yahoo.com.br



Resumo:

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) tem sido utilizada há mais de uma década em inquéritos nacionais para mensurar a insegurança alimentar (IA) em nível domiciliar, contribuindo para a avaliação e monitoramento das ações de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional no país. A partir do somatório de respostas afirmativas aos itens da EBIA, domicílios são classificados em quatro níveis de IA, com pontos de corte estabelecidos por especialistas, com base em análises psicométricas e considerações políticas. Utilizando nova abordagem para explorar a organização da estrutura latente da EBIA e a classificação da IA domiciliar pelo instrumento, este estudo teve como principais objetivos: identificar grupos latentes homogêneos correspondentes a diferentes níveis de IA, e determinar pontos de corte discriminantes a partir do escore bruto da EBIA capazes de mapear adequadamente os grupos identificados. Trata-se de inquérito domiciliar, realizado em 2010, com amostra representativa de 1105 domicílios do distrito de Campos Elíseos (Duque de Caxias/RJ). Modelos fatoriais mistos do tipo Latent Class Factor Analysis (LCFA) foram aplicados às respostas aos itens da EBIA para a identificação de grupos homogêneos, obtendo-se o número de classes latentes de IA. Com base nas classes identificadas e avaliação minuciosa da concordância da classificação, pontos de corte de máxima discriminação dos diferentes níveis de IA foram determinados. A classificação obtida por modelagem foi contrastada com a classificação oficial para comparação. As análises foram realizadas em Mplus (versão 7.3) e Stata (versão 14). O resultado da aplicação de modelos de LCFA indicou quatro grupos homogêneos de IA com grau de separação de classes muito elevado (Entropia=0,906), endossando a classificação atual da EBIA como instrumento de medida de quatro níveis de IA. Os seguintes pontos de corte para a separação destes grupos foram identificados, conforme o tipo de domicílio: 1/2, 5/6 e 10/11 em domicílios com crianças e/ou adolescentes

(escore bruto: 0-14 pontos); e 1/2, 3/4 e 5/6 em domicílios só de adultos (escore bruto: 0-7 pontos). Conforme a abordagem utilizada neste trabalho, os resultados indicam que famílias endossando até 1 item da EBIA seriam melhor classificadas se consideradas no mesmo estrato que aquelas sem nenhuma resposta afirmativa. Novas avaliações psicométricas merecem ser realizadas de forma a complementar os achados, incluindo a replicação das análises em dados de âmbito nacional, contribuindo para as discussões sobre os pontos de corte mais apropriados e aprimoramento da EBIA como instrumento de avaliação da IA domiciliar.

Palavras-chaves: Insegurança Alimentar; psicometria; inquérito domiciliar

Fonte(s) de financiamento: Pesquisa financiada pelo CNPq e FAPERJ;

GSI apoiada pela CAPES (PROEX e BEX); MER e CLM apoiados pelo CNPq;

RSC apoiada pela FAPERJ.

Conflito de interesses: Não há conflito de interesses a declarar.

SAN em Interseção com a Agricultura, a Cultura Alimentar e o Território: Um Balanço Sobre Produções Acadêmicas, Pesquisadores e Experiências a Partir de uma Abordagem Interdisciplinar

Autores/as: Ana Maria Motta Ribeiro (Professora da Universidade Federal Fluminense - UFF, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD - anamribeiro@outlook.com.br); Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa (Doutorando PPGSD/UFF, rodolfolobato@hotmail.com); Maria José Andrade de Souza (Doutoranda PPGSD/UFF, mariaandrasouza@gmail.com); Marcia Barros Ferreira Rodrigues (Professora titular da Universidade Federal Espírito Santo - UFES - mbfrodrigues@gmail.com)



Resumo:

Com o desafio de fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados do Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES) e Minas Gerais (MG), a Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentou uma proposta de pesquisa a ser realizada nas três unidades da federação. A proposta inicial de pesquisa tinha previsão de início para 2014, sendo que o financiamento chegou numa pequena fração em dezembro de 2015, e com a redução de prazo de execução de dois para um ano fomos obrigados a adaptar tanto a metodologia de trabalho quanto seus objetivos. Num primeiro momento vislumbramos uma pesquisa que contemplasse a tensão entre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e questão ambiental (RJ), situações concretas de vulnerabilidade de SAN, com o foco entre comunidades quilombolas e unidades de conservação (ES) e a singularidade de uma agenda relacionada a uma cultura e hábitos alimentares (MG), mas a ausência de recursos e a redução de prazo decorrentes dos atrasos de repasses financeiros fizeram com que, em 2016, modificássemos e substituíssemos a proposta original da pesquisa. De qualquer forma tínhamos a vantagem estratégica para elaboração de produtos pelos quais optamos no sentido de garantir uma visão geopolítica da atuação de SAN, em termos de estudos e de redes de apoio às iniciativas oficiais a serem mapeadas e identificadas. Para tal desafio o mapeamento e construção de espaços em que uníssemos as pesquisas em desenvolvimento e desenvolvidas nesses estados com as temáticas propostas anteriormente criou uma outra sinergia, que é a possibilidade de criar uma extensão entre a prática acadêmica e a construção e/ou revisão dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, elemento integrante do SISAN. Assim, com um enfoque interdisciplinar, procuraremos priorizar o levantamento de pesquisas existentes - teóricas e empíricas -, bem como experiências de trabalhos para elaborar um balanço sobre o tema SAN correlacionado ao universo

de investigação definido para os três estados: Minas Gerais (cultura alimentar), Espírito Santo (comunidades tradicionais) e Rio de Janeiro (agricultura). Trata-se de uma pesquisa de natureza descritivo-exploratória, com aspectos qualitativos e quantitativos, que tem por objetivo oferecer uma leitura sobre SAN a partir das interfaces deste campo de produção de conhecimento e práticas com o tema da agricultura, da cultura alimentar e do território dos povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional, Pesquisa, Abordagem Interdisciplinar

Fonte(s) de financiamento: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria de Segurança Alimentar.

Conflito de interesses: “Não há conflito de interesse a declarar.”

Perfil de Delegados da V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Piauí: Análise Descritiva

Autores/as: Marize Melo dos Santos, Norma Sueli Marques da Costa Alberto, Ivonete Moura Campelo, Gilvo Farias Júnior, Edna Guedes Aguiar, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Lídia Raquel de Sousa Rocha, Maria Beatriz da Silva Cardoso.

Resumo: Introdução: o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e os Conselhos Estaduais e Municipais são elo entre a população e as políticas públicas, tendo como responsabilidades e compromissos o desenvolvimento de mecanismos para o acompanhamento e monitoramento da garantia do direito à alimentação adequada e saudável. Objetivo: investigar o perfil e a realidade de delegados no exercício de suas práticas. Métodos: Estudo quantitativo transversal. Amostra constituída de delegados



presentes na V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Piauí. Os delegados responderam ao questionário semiestruturado contendo questões sobre identificação, participação social e formação para a sua participação. Os dados foram apresentados por meio de estatística descritiva: proporções e intervalo de confiança de 95% (IC95%). Testou-se a associação entre ser delegados e variáveis de participação social pelo teste Qui-quadrado de Pearson (²). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, cumprindo as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, com parecer Nº 1.132.014. A adesão dos informantes foi mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Resultados: Registraram-se 222 participantes, sendo 93 (77%) delegados. Destes, 44 (47,3% IC=36,9-57,9) são representantes da sociedade civil e 48 (51,6% IC=41,0-62,1) do poder público. Predominou o sexo feminino (77; 82,8% IC=73,6-89,9); 47 (52,7%) tinham menos de 41 anos. A cor autodeclarada mais frequente foi parda, 42 (45,16% IC=34,8-55,8), enquanto a etnia mais frequente foi outra 71 (76,3%), sendo as demais categorias Indígena, Quilombola e Matizes Africanos. Sobre a escolaridade, 62 (66,6% IC=56,1-76,1) referiram ter ensino superior. A maioria, 69 (74,2% IC=64,1-82,7), participa de CONSEA, entretanto, apenas 26 (27,9% IC=19,1-38,2) é membro da CAISAN. Quanto à participação em organização de outras conferências, 57 (61,3% IC=50,6-71,2) responderam afirmativamente. Houve associação estatisticamente significativa entre o fato dos delegados participarem do CONSEA, 47 (68,1%) e da organização de alguma conferência ($p=0,037$), bem como entre 26 (37,7%) que fizeram algum curso formal de capacitação para a participação social ($p=0,015$). Conclusão: a maioria de delegados é mulher, com idade inferior a 41 anos, cor parda autodeclarada, ensino superior e participa de algum conselho que tem relação com SAN.

Palavras-chaves: segurança alimentar e nutricional; conferências.

Fonte(s) de financiamento: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não há conflitos de interesse a declarar.



APÊNDICE 1: PROGRAMA FINAL

II Encontro Nacional de Pesquisa em SAN

Local: FIOCRUZ/UNB, Brasília (DF).

Data: 05 a 07 de outubro de 2016.

05 DE OUTUBRO 2016	
HORÁRIO	ATIVIDADE
08:00	Credenciamento e acolhimento
	MESA DE ABERTURA
	Elisabetta Recine <i>Grupo Pró-Rede de Pesquisa em SAN</i>
	Maria Emília Pacheco <i>CONSEA</i>
	Gerson Oliveira Penna <i>FIOCRUZ/Brasília</i>
	Edward Madureira <i>Secretário da SECIS/MCTI</i>
09:00	Gonzalo Berron <i>Fundação Friedrich Ebert</i>
	Patrick Caron <i>Painel de Especialistas em SAN / CSA/ONU</i>
	Gustavo Chianca <i>Representação da FAO no Brasil</i> <i>Presidência da CAPES</i> <i>Presidência do IBGE</i>

09:30	Conferência inaugural:
	A Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional Enquanto Temas de uma Ciência Cidadã.
10:20	Conferencista: Patrick Caron (CIRAD/HLPE)
	Homenagem: Prof. Malaquias Batista Filho (IMIP/UFPE)
10:30	Painel 1: A construção do conhecimento em SSAN
	Moderadora: Silvia Rigon (UFPR) <i>Construção do campo de conhecimento no Brasil</i>
	Renato S. Maluf (UFRRJ) <i>Instituições públicas e privadas na geração de conhecimento sobre alimentos e nutrição</i>
	Inês Rugani (UERJ) <i>Organizações e movimentos sociais na produção de conhecimentos em SSAN</i>
	Inara N. Tavares (UFR)
12:00	Intervenções em plenária
13:00	Intervalo de almoço
14:30	Seminários temáticos: sessões simultâneas

14:30

GT1: Direito Humano à Alimentação Adequada
Seminário

Moderadora:
Veruska Prado Alexandre
UFG

Apresentações introdutórias:
Flávio Valente
FIAN Internacional
Lucas Prates
FIAN Brasil
Ana Lúcia Pereira
UFT

GT2: Produção sustentável e processamento de alimentos
Seminário

Moderadora:
Islândia Bezerra
UFPR
Apresentações introdutórias:
Fabiana Thomé da Cruz
UFRGS
Janaína D. A. S. Diniz
UNB
Claudia J. Schmitt
UFRRJ

	GT 3: Abastecimento e consumo alimentar saudável Seminário Moderadora: Rozane Triches <i>UFFS</i> Apresentações introdutórias: Ana Paula Martins <i>IDEC</i> Walter Bélik <i>UNICAMP</i>
14:30	GT 4: Efeitos da insegurança alimentar e nutricional Seminário Moderadora: Anne Kepple <i>UNICAMP</i> Apresentações introdutórias: Rodrigo P. T. Vianna <i>UFPB</i> Pedro I. C. Lira <i>UFPE</i> Rosana S. Costa <i>UFRJ</i>



	GT 5: Comida e cultura: os múltiplos olhares sobre a alimentação Seminário Moderadora: Renata Menasche <i>UFPEL</i> Apresentações introdutórias: Maria do Carmo S. Freitas <i>UFBA</i> Mônica Abdala <i>UFU</i>
14:30	GT 6: A Construção da Pesquisa em SAN: avaliações, métodos e indicadores Seminário Moderadora: Elaine Pasquim <i>MCTI/UNB</i> Apresentações introdutórias: Ana Segall <i>UNICAMP</i> Sandra Chaves <i>UFBA</i> Sara E. Del Castillo <i>UN Colômbia</i>
16:00	Intervalo
16:15	Grupos temáticos: sessões simultâneas apresentação dos trabalhos selecionados
18:15	Exposição de pôsteres e coquetel
19:00	Encerramento das atividades

06 DE OUTUBRO 2016	
HORÁRIO	ATIVIDADE
9:00	Painel 2: A pesquisa em SAN e a incidência, construção, monitoramento e avaliação das políticas públicas Moderador: Julian Perez (UFFS)
9:00	2.1. Produção de conhecimento em apoio a políticas públicas de SAN Fátima Carvalho <i>CGAN/MS</i>
	2.2. Participação social e contribuições da pesquisa na construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Maria Emília Pacheco <i>FASE/CONSEA</i>
	2.3. Articulação ensino, pesquisa e extensão: experiências e resultados dos grupos de pesquisa e pesquisadores. Luz Stella <i>UN Colômbia</i> Maria Angélica T. de Medeiros <i>UNIFESP</i>
10:00	Intervenções em plenária
10:45	Grupos temáticos: sessões simultâneas apresentação dos trabalhos selecionados
13:00	Intervalo de almoço
14:30	Grupos temáticos: sessões simultâneas apresentação dos trabalhos selecionados; síntese das discussões; preparação do GT para o III Encontro Nacional de Pesquisa em SAN
16:15	Intervalo
16:30	Plenária com apresentações de sínteses dos temas e discussão. Apresentação da síntese dos 6 grupos temáticos (10 min cada) e discussão geral (30 min).

18:00	Exposição de pôsteres e lançamento de publicações
19:00	Encerramento das atividades
07 DE OUTUBRO 2016	
HORÁRIO	ATIVIDADE
	Painel 3: Desafios e estratégias para o fortalecimento e institucionalização da pesquisa em SAN no Brasil Moderador: Renato Carvalheira do Nascimento <i>sociólogo</i>
09:00	3.1. Processos de organização de redes temáticas e de pesquisadores: os casos da Abrasco e da Rede Rural. ABRASCO: Leonor Pacheco <i>UNB</i> Rede Rural: Ramonildes Gomes Alves <i>UFCG</i>
	3.2. Desafios para a organização de área e fomento à pesquisa e divulgação em âmbito nacional e internacional <i>CNPq (a indicar)</i> Geraldo Nunes Sobrinho <i>Diretor de Programas e Bolsas CAPES</i>
11:00	Intervenções em Plenária
12:30	Almoço

	Plenária Final - Construção de uma rede nacional de pesquisadores em SAN: síntese dos Grupos Temáticos; Formato e estratégia de construção da rede nacional; eleição da coordenação provisória Coordenadores: Aída Bezerra <i>UFMT</i> Elisabetta Recine <i>UNB</i> Renato S. Maluf <i>UFRRJ</i> Veruska Prado <i>UFG</i>
14:00	
17:00	Mesa de encerramento

